



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

João Cláudio Casara

Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado:
identidades e repertórios 100 anos depois da guerra

Florianópolis

2021

João Cláudio Casara

Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado:
identidades e repertórios 100 anos depois da guerra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann, Dra.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Casara, João Cláudio

Movimentos sociais dos caboclos (as) no Contestado :
identidades e repertórios 100 anos depois da guerra / João
Cláudio Casara ; orientadora, Lígia Helena Hahn Lückmann,
2021.

231 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Contestado. 3.
Movimentos sociais. 4. Atores. 5. Repertórios. I. Lückmann,
Lígia Helena Hahn. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência
Política. III. Título.

João Cláudio Casara

Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado:

identidades e repertórios 100 anos depois da guerra

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora. Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política.

Prof. Dr. Delmir José Valentini
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Examinador

Prof. Dr. Julian Borba
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Examinador

Prof.(a) Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Orientadora

Florianópolis

2021

*Às caboclas e aos caboclos do Contestado, resistentes e sonhadores,
que carregam no peito o orgulho da sua história,
que se organizam e lutam por reconhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que se revela e se deixa encontrar em cada gesto de cuidado e promoção da vida e da dignidade humana.

Aos meus pais, Zeferino e Cecília, e aos meus familiares por despertarem em mim o sentido da justiça e do compromisso com um mundo melhor, pela constante motivação e pela compreensão nos momentos de ausência.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política que ofereceram condições para esta nova etapa do meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Aos docentes do Programa que contribuíram para o desenvolvimento intelectual e aguçaram o sentido da pesquisa e do aprofundamento nas questões sociais e políticas.

À professora Lígia que aceitou o desafio de orientar esta pesquisa e que, com a habilidade e compreensão dos grandes mestres, trouxe luzes e apontou direções.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais pela partilha das experiências, pelo entusiasmo em cada nova etapa desta pesquisa e por apontarem reflexões possíveis para esta pesquisa

Aos colegas de turma e amigos pelo companheirismo, amizade e pela troca de experiências que me encorajaram a seguir em frente diante das dificuldades.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa que permitiu maior dedicação à condição de pesquisador

À Diocese de Caçador pela oportunidade concedida para o aprimoramento intelectual.

Aos amigos Roque e Gilberto pelo incentivo e pelo apoio dado para que eu desse este passo significativo de formação e crescimento.

À Luciana, mãe da nossa Isadora, que logo vai chegar, pelo carinho, suporte e compreensão dispensados em cada etapa desta caminhada.

Aos caboclos e caboclas do Contestado que, ao partilhar seus saberes e suas práticas, ofereceram o conteúdo para construir a tecitura desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa contempla os estudos sobre a Guerra do Contestado (1912-1916) e seus desdobramentos históricos, com foco na ocorrência de aspectos próprios de reivindicação e de mobilização pelo reconhecimento da cultura e da identidade cabocla no território do Contestado. A metodologia foi construída tendo como base entrevistas semiestruturadas com lideranças engajadas nesse processo social e também análise documental. Sob a perspectiva da memória coletiva, são mobilizados pressupostos teórico-metodológicos das abordagens da ação coletiva e dos movimentos sociais, procurando demonstrar como a emergência e articulação de uma rede plural de atores e a efetivação de repertórios complexos de ação fortalecem e incorporam práticas reivindicatórias e contestatórias, ao mesmo tempo em que constroem redes identitárias, oferecendo novas interpretações e releituras da história e da realidade presente. Estabelecendo um diálogo com as perspectivas teóricas desenvolvidas por James Jasper e por Axel Honneth, que tratam as emoções como elementos internos ao processo político, busca-se articular os elementos sócio estruturais do conflito social (Charles Tilly e Sidney Tarrow), com o âmbito intersubjetivo da construção identitária (Alberto Melucci). Esta abordagem combinada se mostra fecunda ao se buscar analisar a luta cabocla por reconhecimento no Contestado e, ademais, manifesta de forma bastante evidente o entroncamento dessas perspectivas tanto pela análise dos atores aqui selecionados – quais sejam, a Associação dos Caboclos de Lebon Régis e a Pastoral Cabocla –, quanto pela centralidade dos repertórios empregados, destacando as Semanas do Contestado.

Palavras-chave: Contestado. Reconhecimento. Memória Coletiva. Repertórios de ação. Atores Sociais.

ABSTRACT

This research contemplates the studies about the Contestado War (1912-1916) and their historical developments, focusing on the occurrence of specific aspects of claim and mobilization for the recognition of the culture and the cabocla identity in the Contestado territory. The methodology was built based on semi-structured interviews with leaders engaged in this social process and also documentary analysis. Under the perspective of the collective memory, they are mobilized theoretical and methodological assumptions of the approaches of collective action and social movements, trying to demonstrate how the emergence and articulation of a plural network of actors and the implementation of complex repertoires of action strengthen and incorporate claiming and contesting practices, on the same time that builds identity networks, offering new interpretations and reinterpretations of history and present reality. Establishing a dialogue with the theoretical perspectives developed by James Jasper and Axel Honneth, that treat emotions as elements internal to the political process, seeks to articulate the socio-structural elements of social conflict (Charles Tilly and Sidney Tarrow), with the intersubjective scope of identity construction (Alberto Melucci). This combined approach proves fecund when seeking to analyze the cabocla struggle for recognition in the Contestado, and that manifests quite clearly the intersection of these perspectives both through the analysis of the actors selected here – which are the Lebon Régis Caboclos Association and the Pastoral Cabocla – when due to the centrality of the repertoires employed, highlighted the Contestado Weeks.

Keyword: Contestado. Recognition. Collective Memory. Action Repertoires. Social Actors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916).....	41
Figura 2 - Mapa do trajeto da linha, localidades próximas e as principais cidades da região..	46
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Caçador.....	66
Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Lebon Régis.....	67
Figura 5 - IDHM do território do Contestado	68
Figura 6 - Cartazes da 1ª e da 23ª <i>Romaria da Terra</i> , respectivamente em Taquarucú e em Timbó Grande – neste último, chamada de <i>Romaria do Centenário do Contestado</i>	130
Figura 7 - Missa cabocla em Lébon Régis - entrada da Bandeira do Contestado	139
Figura 8 - Banner oficial das Semanas do Contestado - Caçador	156
Figura 9 - Bandeira do Contestado, hasteada no parque municipal de Caçador, 2018.	163
Figura 10 - A bandeira do Contestado hasteada em frente da Prefeitura Municipal de Lebon Régis	188
Figura 11 - Logomarca oficial - Lebon Régis, Coração do Contestado	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável: Caçador, Lebon Régis e Santa Catarina.....	65
Tabela 2- IDHM dos Municípios da Região do Contestado, GINI e IPH.....	69

LISTA DE SIGLAS

ACLR - Associação dos Caboclos de Lebon Régis

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

IPEA - Instituto de Pesquisa e Econômica aplicada

IPH - Índice de Pobreza Humana

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PJ - Pastoral da Juventude

SESC - Serviço Social do Comércio

SIDEMS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	CONTEXTO E IMPLICAÇÕES DA GUERRA DO CONTESTADO.....	34
2.1	A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ANTES DA GUERRA.....	36
2.2	A QUESTÃO DOS LIMITES	39
2.3	A POSSE DAS TERRAS	41
2.4	A CONSTRUÇÃO DA ESTADA DE FERRO.....	44
2.5	A RELIGIOSIDADE.....	47
2.6	ELEMENTOS HISTÓRICOS DA GUERRA DO CONTESTADO	54
2.7	IMPLICAÇÕES DA GUERRA NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO.....	63
3.	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	73
3.1	OS ESTUDOS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	74
3.2	ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO.....	79
3.2.1	Estrutura de oportunidades políticas	79
3.2.2	Repertórios de ação.....	84
3.3	IDENTIDADE COLETIVA, RECONHECIMENTO E EMOÇÕES	93
3.3.1	Identidade coletiva	93
3.3.2	Reconhecimento e emoções.....	99
3.4	A MEMÓRIA COLETIVA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	105
4.	“A GENTE VIU QUE TINHA QUE FAZER ALGO PELO NOSSO POVO!” - OS ATORES.....	110
4.1	A PASTORAL CABOCLA.....	110
4.1.1	Religiosidade e transformação social	111
4.1.2	Da fé na clandestinidade à prática com legitimidade	117
4.1.3	<i>Jornal Fonte</i>	119
4.1.4	Os Planos Diocesanos de Pastoral.....	125
4.1.5	Romarias da Terra	127
4.1.6	O surgimento da Pastoral Cabocla	130
4.1.7	A memória religiosa	134
4.2	A ASSOCIAÇÃO DOS CABOCLOS DE LEBON RÉGIS	141

4.2.1	A organização da Associação	143
4.2.2	As ações da Associação	145
4.2.3	Desafios e perspectivas.....	149
5.	O ORGULHO DE SER CABOCLO: AS SEMANAS DO CONTESTADO	153
5.1	A EXPERIÊNCIA EM CAÇADOR: UMA BANDEIRA DE RESISTÊNCIA,.....	153
5.1.1	A construção das pautas temáticas	157
5.1.2	As edições	159
5.1.3	A Lei municipal em Caçador.....	166
5.1.4	A Semana do Contestado e a construção de um repertório multifacetado...	169
5.1.5	Desafios e perspectivas.....	173
5.2	A EXPERIÊNCIA DE LEBON RÉGIS: ROMPENDO A INVISIBILIDADE.....	179
5.2.1	Programações	181
5.2.2	A memória como força mobilizadora	187
5.2.3	O Coração do Contestado.....	190
5.2.4	O complexo turístico, cultural e ambiental do Monge João Maria	192
5.2.5	Proposta de alteração do nome do município	192
5.2.6	Abrindo novos caminhos	194
6.	CONCLUSÃO.....	198
7.	REFERÊNCIAS	206
	APÊNDICE A	228
	APÊNDICE B.....	230

1. INTRODUÇÃO

Implicada por diversos fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa que se entrelaçam, a Guerra do Contestado (1912-1916) é um acontecimento complexo, tanto pelos episódios que ali se deflagraram, quanto pelos seus desdobramentos históricos, e que conformam o que hoje é denominado de território do Contestado. A expropriação das terras dos caboclos e caboclas por meio do avanço do capital econômico estrangeiro sobre as suas posses, com a conseqüente destruição de suas formas tradicionais de existência, marca o início da Guerra. Não obstante, as terras do Sul do Brasil representaram, historicamente, um território em disputa. A chegada do poder econômico estrangeiro e suas implicações políticas alterou as formas estabelecidas do poder local. A República recém-formada vê o movimento como uma ameaça à sua legitimidade e não hesita em enviar para a região seu poder militar. Ao mesmo tempo, a experiência religiosa, matizada pela passagem dos monges itinerantes pela região e pelos ensinamentos que ali deixaram, configurou um modo de vida que alimentou a esperança e a resistência cabocla, incidindo nas tradições religiosas locais atuais.

Marginalizados do acesso à terra, retrato de um amplo espectro de expropriação que, ao longo da história deste país, atinge populações indígenas, descendentes de africanos, quilombolas e comunidades tradicionais, deixando-as à margem do desenvolvimento econômico, social e cultural, as caboclas e os caboclos resistiram construindo um modo de vida que, de alguma forma, foi expresso na edificação das “cidades santas”. Esses redutos caboclos eram uma forma de oposição e de resistência ao violento processo de expropriação em curso, chamado pelas elites dominantes da época de progresso, materializado na construção da Estrada de Ferro e na concessão de terras destinadas à europeização por meio da implantação de colônias de povoamento de imigrantes europeus e seus filhos ao longo do trajeto da Estrada de Ferro. Tal concepção de progresso, limitada a poucos, só se realizava mediante o aumento das desigualdades, da concentração de renda e do empobrecimento das populações marginalizadas.

O modo de vida caboclo, por sua vez, sustentava-se sobre saberes tradicionais, sobre os ensinamentos dos monges, especialmente de João Maria, e sobre as formas organizativas dentro das cidades santas, pautadas na prática da vida comunitária, na partilha dos recursos e na solidariedade, o que ficou registrado em um dizer comum dentro dos redutos: “Quem tem mói e quem não tem mói também, e no final todos ficam iguais” (AURAS, 1997, p. 87). Os redutos se tornaram pontos agregadores, onde muitos imigrantes da região foram viver aderindo

à luta dos caboclos. Havia uma confluência não só geográfica, mas também ideológica, concernente aos princípios e valores assumidos pelos redutos. Os caboclos do Contestado construíram uma identidade inclusiva que configurou o caráter multiétnico e plural dos redutos.

No conflito, esse modo de vida acaba sendo cercado e destruído pelas forças militares e pelos grupos de vaqueanos civis, uma espécie de milícia privada contratada pelos grandes fazendeiros para perseguir os caboclos e suas famílias, tanto no período da guerra como no período imediatamente posterior, o que coibiu toda e qualquer forma de organização cabocla. No momento mais crítico da Guerra, a fome e a violência também fizeram parte da vida dos redutos. O desfecho da Guerra foi um grande banho de sangue imposto pela violência e pela força das armas, cujas consequências acompanham historicamente a realidade de sofrimento, pobreza e toda forma de expropriação. Tudo isso é agravado pela ausência do Estado que, de regalo, elabora uma narrativa segundo a qual o fanatismo dos caboclos fora a causa da violência de que padeceram e, eximindo-se de sua responsabilidade, não promoveu políticas públicas de compensação na região que, atualmente, concentra os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado de Santa Catarina, fenômeno que se dá simetricamente no estado do Paraná.

A omissão do Estado em reparar e promover as condições sociais da região empurra caboclos e caboclas para a condição de trabalhadores mais pobres da região, geralmente atuando como peões na monocultura do *Pinus* ou como assalariados na grande indústria e, quando posseiros ou pequenos proprietários de terra, situados nos terrenos mais adversos para a subsistência. As comunidades caboclas são, hoje, as comunidades mais pobres da região. Essa é uma situação que revela as condições históricas de ocupação desse território e de expropriação e marginalização das caboclas e dos caboclos, não apenas econômica e social, mas também política e cultural. Alinhada a essa condição, por muito tempo existiu uma espécie de silêncio público sobre a Guerra do Contestado. Em decorrência desse processo, até os dias atuais parte da população cabocla ainda apresenta uma memória da guerra fortemente “impactada pela versão dos vencedores e pelos ressentimentos do esquecimento público. A vergonha da derrota mistura-se com a sensação de irrelevância pública de uma experiência trágica presenciada” (MACHADO, 2011, p. 178).

Entretanto, no marco do primeiro Centenário da Guerra, o território do Contestado volta a ser espaço de uma luta por reconhecimento que traça um limite de ruptura com essa realidade velada e com a naturalização da condição social dos caboclos e caboclas¹. Marcados

¹ Vale aqui recordar que, no início dos anos 2000, o governo estadual catarinense buscou afirmar o caráter simbólico e patrimonial do Contestado. Por exemplo, promulgou a Lei nº 12.060, de 18 de dezembro de 2001, que

por uma discriminação histórica, pelo preconceito e pelo silêncio de uma história negada e de uma memória ultrajada, caboclos e caboclas resistem, reúnem-se e organizam-se. Tal organização social – feita por meio de associações, entidades ou grupos identificados com a causa do Contestado – dignifica a memória histórica do povo caboclo. Os repertórios de ação implementados por uma rede plural e multifacetada forçam os limites impostos pelas dadas condições, oferecendo novos quadros para interpretar a história e a realidade atual da região. Um grito ecoa nos vales e sertões de “serra acima”, contestando um passado de violência física e simbólica, apontando injustiças ainda hoje perpetradas contra sua gente, acolhendo e unindo uma miríade de pessoas e entidades em uma luta que abre novos horizontes e visibiliza aquilo que o tempo não foi capaz de destruir. Mais de um século após a Guerra, memórias, valores e costumes estão sendo postos em debate na arena pública.

O Contestado não é uma guerra do passado. É um conflito que continua presente, seja nos processos de espoliação e marginalização das caboclas e dos caboclos, seja, por outro lado, alimentando sua resistência e seus projetos. Ele resiste nas diversas lutas e embates que são travados por direitos, por reconhecimento, por dignidade. A memória do monge João Maria, por exemplo, permanece viva e presente, tornando-se para muitos uma referência mística para a ação coletiva. Sua mensagem é preservada e seguida por gerações, resgatada por muitos pesquisadores, entidades, pastorais, grupos culturais, organizações e movimentos sociais, conduzindo e impulsionando inúmeras ações. Dessa forma, a memória da população cabocla se mostra um caminho de afirmação de sua identidade cultural e de sobrevivência na realidade complexa e excludente em que se encontra. Constitui-se, além disso, em força mobilizadora e condutora de diversas iniciativas e formas de organização que, mais do que preservar e conservar o passado, intentam transformar o presente e construir um futuro diferente. Debruçar-se sobre essa realidade conflitiva e dinâmica é o objetivo desta pesquisa.

reconheceu a bandeira do Contestado como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, possibilitando o seu hasteamento em eventos oficiais do Estado. Outra iniciativa foi a promulgação da Lei nº 12.143, de 05 de abril de 2002, que instituiria a Semana do Contestado, a ser comemorada anualmente entre os dias 20 e 27 de outubro. Além disso houve um investimento em placas e outros monumentos nos diversos locais que marcaram o território do Contestado. Segundo Motta (2016, p. 30) esse projeto oficial de “Resgate da Memória do Contestado” não foi capaz de operar uma mudança significativa no processo de reelaboração da memória do Contestado, sobretudo por avançar na tentativa de “forjar uma identidade”. Segundo ela, algumas das produções e manifestações decorrentes de investimentos e financiamentos por parte do governo estadual materializadas no espaço reproduziram “de modo explícito ou nas entrelinhas, elementos das velhas narrativas” acabando por promover “o lado vencedor”. Ao apontar para uma identidade ideal e abstrata, desqualificou “a cultura e a resistência sertaneja, pois a memória apropriada pelas políticas oficiais não é homogênea e nem todas as narrativas podem ser interpretadas como interlocução da voz dos vencidos”. O que veremos é que, contemporaneamente, algumas dessas iniciativas são apropriadas por grupos e organizações caboclas e reelaboradas a partir de novas perspectivas, como é o caso das Semanas do Contestado.

“Nós não tem direito de terras, tudo é para as gente da Oropa” (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p.245). Militar que combateu na Guerra do Contestado, Herculano D’Assumpção relatou ter encontrado um bilhete com esse texto no bolso de um “fanático” morto. Redigido em meio aos horrores da guerra, esse pequeno texto expressa o sentimento daquele caboclo que se entende parte de uma coletividade acometida por uma injustiça: “Nós”! Ele não fala sozinho e tampouco se coloca só na luta, mas, antes, como pertencente a uma coletividade, afirmando o direito à terra como fundamento, na sua compreensão, de todos os seus direitos. Entre os que afirmavam não ter direito de terras, percebe-se a emergência de uma identidade vinculada a uma determinada concepção de direito à terra que estava sendo rompida, da liberdade negada, de um modo de viver que precisava ser destruído para abrir os trilhos da expansão capitalista.

Vinhas de Queiroz (1977) relata outra cena ilustrativa do final da guerra, que aproxima e relaciona a resistência e a esperança dos caboclos ligadas à dimensão religiosa que caracterizou o Contestado. “Um dos piquetes enviados em exploração por Viera da Rosa surpreendeu um grupo de fanáticos, encabeçado por Nenê Alves [...] rijo velho de barbas grisalhas, levava afora às costas a imagem de São Sebastião. E consta que ele e seus companheiros se dirigiam em procissão para o Serrito, no município de Lages onde talvez viessem a organizar outro reduto. Todos foram presos” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 244). Depois de dois anos ininterruptos de guerra, não se pode pensar que Nenê Alves e os demais caboclos e caboclas que seguiam com ele e que estiveram envolvidos na Guerra fossem simplesmente “fanáticos”. Animados pela fé nos monges e nos seus santos, marcados pela experiência da guerra, tinham ainda esperança de um mundo melhor. Foram derrotados, mas não se deram por vencidos. Com os santos carregados nas costas, carregavam também a esperança de um dia, novamente, ao redor dos santos, reunirem-se.

A importância de voltar a atenção para um grupo social que se vê atacado em seus direitos – humanos, políticos e sociais, de outrora ou contemporâneos – toma como pressuposto que todo ser humano é capaz de produzir uma determinada explicação para o mundo à sua volta e, com base nesse processo, interpretar os acontecimentos que o cercam e gerar mobilização, engajamento, solidariedade, organização. Para esse processo de mobilização confluem não apenas estratégias e elaborações utilitaristas e racionais, mas também, sentimentos e emoções imbuídos de significados sociais compartilhados. Assume-se, por isso, a relevância da dimensão simbólica e afetiva do ser humano para compreender as diversas formas de ação coletiva e do engajamento dos indivíduos nos processos ora em tela.

O termo caboclo e cabocla aqui referidos, em muito se identifica com aquele já descrito por Darcy Ribeiro (2006), sobretudo, no que se reconhece de suas origens étnicas e da condição social de espoliado. O termo caboclo tem uma de suas definições provinda da língua Tupi *caa-boc*, que significa “aquele que vem da floresta” (COSTA PEREIRA, 1975, p.12) e *kari'boca*, que significa “filho do homem branco” (LOCKS, 1998, p. 59). No contexto da Guerra do Contestado e posteriormente a ela, desde um uso vinculado a estereótipos e significados de desqualificação social, o termo caboclo foi associado a conotações pejorativas e entendimentos ambíguos, sobretudo a partir dos relatórios do Exército que, por sua vez, não expressam a complexidade da vida desses homens e mulheres que se organizaram na irmandade (AURAS, 1997).

Nesse sentido, a designação “caboclo” foi durante muito tempo - e em alguns lugares continua sendo até hoje – uma identidade estigmatizada, ou seja, negada, deteriorada e diminuída no valor social do indivíduo que é seu portador (GOFFMAM, 1975). Caboclo, enquanto uma categoria cultural, é usado de norte a sul do país e serve para destacar tipos regionais, tendo sido especialmente atribuído aos habitantes do meio rural e, mais recentemente, também para residentes das periferias das cidades brasileiras, referindo-se particularmente aos descendentes miscigenados entre ameríndios, afrodescendentes e euro descendentes. Lima (2009, p. 8), ao tratar a construção histórica do termo caboclo no meio rural amazônico, adverte para o “perigo de tomar-se o termo caboclo como uma identidade e desse modo criar fronteiras absolutas para um grupo social”. A pesquisadora considera que o uso do termo caboclo é geralmente uma atribuição dada por um locutor “de fora” para referir-se a um tipo social de forma a inferiorizá-lo e, porque “carrega a história colonial de subordinação”, sugere “desistir de fazer uso do termo” (LIMA, 2009, p. 29). Pace (2006, p. 88), critica o “mau uso do termo ‘caboclo’ pelos cientistas sociais” e questiona o seu uso acadêmico exceto se a própria população usar “o termo para se auto identificar, convertendo um termo negativo em um símbolo positivo”.

Como um tipo regional, o caboclo do Contestado, como identificado nesta pesquisa, usa recorrentemente o termo caboclo como uma categoria de autodeterminação com um forte vínculo de identidade. Deixando, assim, de ser um termo atribuído “de fora” e “por outros” para ser assumido e expressado como um princípio identitário, embora não designe “uma população nem étnica nem culturalmente homogênea” (TOMAZI, 2005, p. 98). Segue-se, neste trabalho a acepção tomada por Paulo Pinheiro Machado:

Utilizo a palavra “caboclo” no mesmo sentido empregado pelos habitantes do

planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclos (MACHADO, 2004, p. 48).

Alargamos, no entanto, tal definição de modo que possa abranger, dada a contextualização desta pesquisa, também o habitante pobre do meio urbano, para onde muitos migraram ou ali já nasceram, à margem das políticas de inclusão social, compartilhando o estigma de pertencer a uma categoria inferior tanto quanto aqueles que participaram ativamente da Guerra do Contestado, mas que, ao mesmo tempo, é guardião de um jeito muito próprio de ser e de se constituir socialmente, na direção em que reflete Nilson César Fraga:

Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).

A Guerra do Contestado já foi objeto de muitos estudos, sendo abordada sob diferentes aspectos e perspectivas. Nesse sentido, a historiografia tem ajudado a compreender melhor as disputas e os interesses, as visões e os significados que a permearam. Os escritos militares² destacaram a “Campanha do Contestado”, em que as forças federais combateram para estabelecer a ordem, visando pacificar a região, livrando o país de males como o fanatismo, a ignorância e o banditismo (CARVALHO, 1916; PEIXOTO, 1995; D’ASSUMPÇÃO, 1917; SOARES, 1931). Nos relatos que fizeram sobre os acontecimentos no Contestado, os oficiais do exército buscaram desqualificar o discurso dos caboclos e caboclas, argumentando que, sendo eles as testemunhas oculares do conflito, o que relatavam era um registro fiel dos acontecimentos. As caboclas e os caboclos acabaram estigmatizados, sendo atribuídas a eles características negativas que passaram a fazer parte da versão oficial dos acontecimentos e da memória tecida sobre eles. Não obstante, ultrapassando o caráter de simples descrição dos feitos militares, esses primeiros escritos procuravam interpretar as razões para a revolta e, por isso, suas obras se transformaram em importantes fontes históricas para os historiadores posteriores (RODRIGUES, 2008).

² Para uma análise detalhada acerca de toda a produção literária e historiográfica dos militares e de seu significado, ver Rodrigues(2008).

Escritos dos freis franciscanos daquele período, por sua vez, descrevem os caboclos envolvidos na Guerra como pessoas simples, de bom coração e de grande sentimento religioso, que foram enganados por homens de má índole, por falsos profetas, como José Maria, e que se tornaram fanáticos, manipulados e supersticiosos, deixando-se levar por misticismos e outras credências rejeitando a autoridade dos verdadeiros representantes da Igreja (SINZIG, 1939; STULZER, 1982).

Essas abordagens sobre a Guerra do Contestado refletiram os preconceitos em relação aos caboclos num misto de preconceito racial (contra negros, indígenas e mestiços) associado ao preconceito urbano e de classe, contra os camponeses em geral. Os caboclos eram tratados como um “povo ignorante, desprovido de civilidade, despreparado para qualquer política de modernização, presos a superstições. Estas visões preconceituosas acabaram por considerar os seguidores de José Maria como ‘fanáticos’” (MACHADO, 2012, p. 45). Alguns trabalhos posteriores, infelizmente, ainda incorrem nessa mesma linha de interpretação (ÁVILA DA LUZ, 1999 [1952]; DERENGOSKI, 1986).

A Guerra do Contestado foi abordada por sociólogos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, de forma que fossem lançados novos olhares sobre os aspectos messiânicos do movimento. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Maurício Vinhas de Queiroz (1977), realçaram a importância política dos movimentos rústicos e messiânicos e a sua capacidade ou luta por adaptação ao mundo moderno. Nessa perspectiva, o Contestado seria guerra religiosa liderada por um messias que proclamava a realização de um mundo novo. Para Queiroz (1976), o Contestado seria um movimento messiânico rústico, próprio das sociedades em que há apenas divisões familiares e não sociais, de modo que o conflito travado pelos caboclos do Contestado seria a desorganização das “pirâmides familiares, não ocorrendo, dessa forma, um conflito social entre caboclos, coronéis e forças militares. O messias foi enviado para fazer com que os homens retomassem os bons costumes, e não para que mudassem os pobres de posição social” (QUEIROZ, 1976, p. 302). Vinhas de Queiroz (1977), a partir de grande trabalho de levantamento de fontes, critica os pontos de vista que não consideravam a crise social da região e não a associavam ao conflito. Apontou, assim, para o Contestado como uma “crise de estrutura”, resultado do acúmulo de diversos problemas sociais não resolvidos cuja tensão resultou na guerra entendida como uma “revolta alienada”, devido ao seu caráter messiânico e devido às limitações próprias do seu discurso religioso, enquanto “falsa consciência dos problemas” e que, conseqüentemente, seria incapaz de interpretar as “condições objetivas” e

não conseguiria ultrapassar o nível da negação do mundo circundante e da mera crítica e, por isso, incapaz de lograr êxito (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 252-253).

Posteriormente, Duglas Monteiro (1974) busca entender o processo interno de reelaboração mística e de construção da linguagem e da visão de mundo dos caboclos. Defendeu que o desagregamento da estrutura social cabocla foi resultante da ruptura dos laços de compadrio entre caboclos e coronéis, fruto, entre outros fatores, das modificações socioeconômicas ocorridas na região. Dessa forma, suas manifestações religiosas e o repúdio à ordem constituída representavam uma resposta a essas mudanças. Para ele, o Contestado é fruto de uma crise global nas estruturas sociais da sociedade rústica, aliada a uma religiosidade característica, que permitiu ao caboclo, depois de ver desnudadas as relações de dominação a que estava submetido, criar um mundo completamente novo, a Santa Irmandade. Nesse sentido, a guerra não foi encarada como uma luta entre iguais ou potencialmente iguais, tampouco como uma luta de classes, mas como “o embate entre dois mundos incompatíveis” (MONTEIRO, 1974, p. 212). Segundo Machado (2012, p. 5), o trabalho desse autor teve grande impacto na historiografia seguinte, “por ajudar a demolir o muro da intolerância e da arrogância urbanas, que só conseguia ver ignorância, fanatismo e carências no mundo caboclo. A partir da obra de Duglas, o mundo caboclo passa a ser visto pelo que efetivamente foi, pelo que construiu e pelo que acreditava”.

O contexto histórico do movimento foi destacado por vários historiadores que procuram valorizar a luta dos caboclos. Afirmam que eles eram pessoas que se revoltaram contra uma situação de sofrimento, violências e injustiças e que, servindo-se de elementos religiosos, aos poucos, foram se constituindo num movimento social e político, donde a consciência de classes sustentou a resistência, constituiu lideranças, erguendo as “cidades santas” e estabelecendo irmandades (CABRAL, 1960; AURAS, 1997; GALLO, 1999).

Pesquisas posteriores foram elaboradas e a Guerra do Contestado, cada vez mais, tem despertado interesses e novas abordagens (MACHADO, 2004; TOMAZI, 2005; TOMPOROSKI, 2006; CARVALHO, 2009; VALENTINI, 2009; MACHADO, 2001; ESPIG, 2011). Trabalhos mais recentes têm destacado que a realidade da fome e da pobreza existente na região do Contestado, enquanto uma herança da Guerra, não está relacionada à escassez ou à dificuldade física de acesso ao alimento, mas ao baixo poder aquisitivo de boa parte da população (LUDKA, 2016), e que a relação da degradação da natureza e do trabalho no território do Contestado é resultante da mercadificação da natureza e do nivelamento ao trabalho abstrato, provocada pelo monocultivo de *Pinus*, que apresenta expressões territoriais

como a concentração de terras, a negação ao trabalho e o agravamento das condições econômicas e sociais (GEMELLI, 2018). Há, também, um movimento de ruptura com as (in) visibilidades dos caboclos no Contestado, abordado a partir da rememoração da “Guerra do Contestado”, que evidencia esse acontecimento histórico e discursivo atribuindo-lhe novo sentido e visibilizando aqueles que foram personagens centrais da Guerra (OLIVEIRA, 2017).

Diversos outros trabalhos recentes têm contribuído para o aprofundamento da compreensão da Guerra do Contestado e seus desdobramentos³. Pesquisas acadêmicas associam sólidas análises documentais a reflexões teórico-metodológicas variadas, o que torna o debate atual ainda mais rico. Ao tratarem de aspectos específicos relacionados ao movimento caboclo, esses trabalhos contribuem para que elementos, antes apenas citados pela historiografia, passem a ter uma significativa importância para a compreensão do movimento caboclo do Contestado.

Esta pesquisa contempla os estudos sobre a Guerra do Contestado e seus desdobramentos históricos, com foco na ocorrência de aspectos próprios de reivindicação e de mobilização pelo reconhecimento da cultura e da identidade cabocla no território do Contestado. Tem como pressuposto a existência de uma retomada da luta social no território do Contestado, na esteira das atuais frentes de investigação. Tal retomada é caracterizada pela emergência e mobilização de uma rede plural de atores e pela efetivação de novos repertórios de ação, produzindo identidades coletivas e quadros interpretativos, alinhando aspectos estratégicos com elementos identitários, emocionais e simbólicos, sob uma plataforma catalizadora que é a memória coletiva. Assim, esta pesquisa se propõe a descrever e analisar esse processo a partir da abordagem teórico-metodológica dos movimentos sociais e da ação coletiva.

Referencial teórico

³ Os debates que têm ocorrido entre diversos pesquisadores do tema nos *Simpósios Nacionais* da ANPUH, os Dossiês produzidos por diversas universidades, bem como produções a exemplo da publicação da coletânea de artigos, organizada por Marcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado (ESPIG; MACHADO, 2008) e do *Simpósio do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912 – 2012*. Esse simpósio foi realizado, no ano de 2012 em três sessões: na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, entre 29 de maio e 1º de junho; na Universidade Federal de Pelotas, nos dias 29 a 31 de agosto; e na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, de 18 a 22 de outubro. Dele participaram 27 Instituições de Ensino Superior e 65 autores apresentaram trabalhos, consolidando “a nacionalização do tema do Contestado” (ESPIG *et al.*, 2012), o que dá conta de mostrar interesse das pesquisas nesse tema. Pesquisa feita com palavra “Guerra do Contestado” nos bancos de dados de teses e dissertações da CAPES indica 58 trabalhos e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) indica 32 trabalhos, expressando, novamente, um significativo interesse na temática. Além disso, há que se considerar também os inúmeros trabalhos publicados por várias editoras e universidades, resultados de eventos, congressos e encontros em diversas áreas de pesquisa.

No campo político e social de pesquisa, pelas próprias características dos fenômenos tratados, existe um pluralismo, marcado pela multiplicidade de características, formas e atores e pelas perspectivas analíticas que o constituem. Para identificar e interpretar os sentidos que os atores sociais dão às suas ações coletivas, visões, teorias e metodologias interagem e confrontam-se, assim como também o fazem pressupostos epistemológicos e políticos (TONI, 2001; ALONSO, 2009; MUTZENBERG, 2015; ABERS; VON BÜLOW, 2011; GOHN, 1977, 2014).

Quanto aos atores envolvidos nesse processo, este trabalho segue a definição de Mario Diani e Ivano Bison (2010, p. 220), que caracterizam movimentos sociais como atores constituídos por “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajadas em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”. De acordo com Ilês Scherer-Warren (2006, p. 116), as articulações ou redes, caracterizadas por diferentes atores, grupos e organizações, aproximam atores e permitem o diálogo da diversidade de interesses e de valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, “o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural”.

A noção de rede social também apresenta, conforme Melucci (2001, p. 86), potencial mobilizador no envolvimento de atores sociais na ação coletiva. As redes sociais facilitariam o “investimento na ação coletiva e abririam espaço para o processo de interação e de negociação com uma variabilidade de orientações e projetos políticos”. Segundo Scherer-Warren (2006, p.114), atores sociais “percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”.

Para identificar e analisar as reivindicações sociais dos caboclos e caboclas do Contestado, considerando as dimensões social, política, cultural e religiosa inerentes ao objeto desta pesquisa, são mobilizadas algumas categorias das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais. Trata-se dos conceitos de estruturas de oportunidades políticas, repertório, identidade coletiva, enquadramento interpretativo e memória coletiva. Esta última, memória coletiva, é aqui o fio condutor que enfeixa e mobiliza as outras categorias (HALBWACHS, 2013). Por meio dela, este trabalho busca estabelecer um diálogo com o campo teórico da ação coletiva e dos movimentos sociais. A memória coletiva é tomada como um instrumento vinculado aos elementos discursivos adotados pelos atores sociais no momento da sua

mobilização. As reivindicações por reconhecimento, visibilidade e contra o histórico silenciamento dos caboclos e caboclas do Contestado buscam, na memória coletiva, os elementos que constituem seus repertórios, que constroem identidades e que formam os quadros interpretativos. A memória é um importante componente do processo de mobilização, sendo, ao mesmo tempo, um objeto de disputa. Este trabalho pretende, assim, ocupar-se de dois polos conceituais distintos (e mesmo irredutíveis em determinados aspectos⁴): o identitário e o estratégico, ambos ancorados na perspectiva da memória coletiva.

O conceito de repertório de ação coletiva (TILLY, 1978) diz respeito às práticas que são aprendidas, compartilhadas e executadas mediante um processo relativamente deliberado de escolha. Essas práticas não são apenas reflexos de conjunturas históricas, mas produtos da interação entre os atores envolvidos em um determinado conflito. De acordo com Iamamoto (2017), Tilly parece identificar as memórias como parte componente dos repertórios de ação, assim como outros entendimentos e acordos compartilhados.

A identidade coletiva emerge de um processo de negociação em torno da constituição de um sentimento de “nós”, construído tanto pelo fazer parte de um mesmo grupo social e pela elaboração de elementos passados (história, costumes), quanto pelo estabelecimento de um projeto coletivo de futuro (MELUCCI, 2001). Herdada ou construída, a memória é parte constitutiva da identidade coletiva e pode aparecer de maneira central na definição do que um grupo é e de quem são os seus “outros”. A luta social no Território do Contestado remete, em muitos aspectos, às suas raízes e processos históricos, construídos historicamente e revisitados atualmente.

Já o conceito de enquadramento interpretativo (TARROW, 2009) expressa um esquema de interpretação que permite aos indivíduos atribuir sentido aos fatos e eventos, funcionando para organizar a experiência e guiar a ação, sejam elas individuais ou coletivas. Assim, o enquadramento é utilizado para que indivíduos percebam, identifiquem e categorizem as experiências vividas. Halbwachs (1992 p. 40), por sua vez, trabalhou o conceito de enquadramento nas teorias de memória coletiva por meio dos “quadros sociais da memória”, que são “os instrumentos usados pela memória coletiva para reconstruir a imagem do passado e que está de acordo, em cada época, com os pensamentos predominantes da sociedade”.

Relacionada com conceitos utilizados para expressar aspectos culturais da ação coletiva, a memória aparece como parte integrante da identidade coletiva e do repertório e pode

⁴ Ver, por exemplo, a análise de Sue Iamamoto (2017).

se expressar por meio de determinados enquadramentos. Ao analisar e comparar essas categorias com a memória, nota-se uma forma específica em que a memória contribui para a ação coletiva quando eventos marcantes do passado, consolidados em um certo imaginário social, aparecem nos discursos de atores sociais no presente (IAMAMOTO, 2017). A memória da Guerra do Contestado permite pensar esses processos de maneira conjugada com conceitos empregados nas teorias de movimentos sociais. A ação coletiva é compreendida, portanto, não somente como resultado de conjunturas políticas e processos macroestruturais, mas também como produto de interações simbólicas e culturais que se reproduzem no tempo e são enraizadas em lugares específicos.

Outro campo de intersecção, na abordagem desta pesquisa, entre as perspectivas identitária e estratégica, se dá pela compreensão do papel que as emoções desempenham nas mobilizações sociais. Formadas em diferentes contextos sociais, as emoções são constituídas mais por significados sociais compartilhados do que por estados psicológicos automáticos (BUENO DA SILVA, 2016). Estabelecendo um diálogo com as perspectivas teóricas desenvolvidas por James Jasper (2011) e por Axel Honneth (2003), para quem as emoções são assumidas como elemento interno ao processo político, e não externas ou refratárias a ele, ora busca-se trabalhar tanto com os elementos sócio estruturais do conflito social – a abordagem estratégico racional, desde Tilly (1978; 2006; 2010) e Tarrow (2005; 2009) –, quanto com o âmbito intersubjetivo da construção identitária – dimensão elaborada por Melucci (1989; 2001).

Entende-se, dessa forma, que as dimensões afetiva e simbólica do ser humano têm relevância para compreender as diversas formas de ação coletiva e, mais especificamente, a emergência dos movimentos sociais e o engajamento dos indivíduos nesses movimentos. É nessa perspectiva que se pretende estudar a luta cabocla por reconhecimento no Contestado, em que se manifesta de forma bastante evidente o entroncamento dessas perspectivas tanto pela análise dos atores, quando pela efetivação dos repertórios empregados.

Atores

Considerando as necessárias delimitações desta pesquisa, entre os diversos atores envolvidos, duas experiências serão abordadas. Trata-se da Associação dos Caboclos de Lebon Régis e da Pastoral Cabocla. A característica principal a orientar a escolha foi o fato de suas composições serem constituídas principalmente por caboclas e caboclos e por terem alcançado relevância nas atividades que se aglutinaram nos eventos do primeiro centenário da Guerra do

Contestado, tendo, posteriormente, obtido continuidade histórica e ampliação de suas atuações, consolidando-se de forma diferenciada e exprimindo, sob distintas perspectivas, a luta dos caboclos e caboclas do Contestado por reconhecimento e protagonismo social. Outras entidades e organizações poderiam, igualmente, ser objeto de investigação, pois compartilham de muitos elementos comuns nesse contexto, entretanto, esta pesquisa não dá conta de abranger todas as experiências existentes, de sorte que as selecionadas são tomadas aqui como exemplares de uma gama de atores, em que pese as suas diferenças com os demais envolvidos nessa luta. Outro elemento presente nessa escolha é que elas têm focos de atuação que consideramos importantes nesta pesquisa, qual seja: o associativismo e a memória religiosa da irmandade cabocla.

A Associação dos Caboclos de Lebon Régis (ACLR) foi criada no ano de 2012 e ganhou força a partir da realização da Romaria da Terra e das Águas, que celebrou o Centenário do Contestado, no município de Timbó Grande, em 2015. Esse acontecimento, somado a diversas iniciativas de outras entidades locais, fortaleceu o processo de organização da associação, constituída a partir da missão de promover os direitos das comunidades caboclas e resgatar a memória e os valores inspiradores das lutas do povo caboclo. Essa associação é composta majoritariamente por caboclos e caboclas, estando juridicamente formalizada.

A Pastoral Cabocla foi criada na Diocese de Caçador, por iniciativa dos caboclos e caboclas, no ano de 2015. Ela é articulada a partir de um conjunto de ações populares e pastorais que, num processo de inculturação da fé cristã, deu voz e vez à identidade, à cultura e à religiosidade cabocla no território da Diocese, favorecendo o reconhecimento e incentivo eclesial frente a essa realidade. A Pastoral Cabocla se constitui como um instrumento de evangelização voltado para o povo caboclo, valorizando sua história, sua memória, seus símbolos, ritos e valores, reconhecendo e promovendo sua cultura e a sua religiosidade, abrindo espaços de socialização da memória de João Maria e do Contestado. Além disso, propõe-se a ser expressão da acolhida e da simplicidade próprias do caboclo e da cabocla, do cuidado da natureza e dos lugares santos do Contestado, como as nascentes de água, as grutas e os cemitérios.

As Semanas do Contestado

Esta pesquisa, além de voltar-se para esses atores envolvidos na disputa pela memória histórica e reconhecimento dos caboclos e caboclas do Contestado, identifica repertórios de ação que são empregados por uma ampla rede de pessoas, entidades, organizações e grupos

alinhados à causa do Contestado. Nesse aspecto, a ênfase recai sobre a descrição e análise das Semanas do Contestado realizadas nos municípios de Caçador e Lebon Régis desde sua primeira edição no ano de 2015.

As Semanas do Contestado são um repertório complexo formado por um conjunto de atividades, reunindo um quadro plural de atores. É uma iniciativa que acontece também em outros municípios da região⁵. Entretanto, é nos municípios de Caçador e Lebon Régis que esse repertório tem produzido um efeito social significativo. A realização das Semanas do Contestado tem se destacado como expressão de um movimento amplo de reproposição e ressignificação da questão do Contestado, sua história e suas consequências, bem como tem tensionado as estruturas sedimentadas de marginalização social dos caboclos e caboclas. Em Caçador e Lebon Régis os eventos são realizados na última semana de outubro e na terceira semana de agosto, respectivamente, com programação que abrange a realização de atividades culturais e artísticas, celebrações religiosas, painéis de debates, lançamentos de livros, caminhadas e acampamentos. Trata-se, portanto, de um conjunto de repertórios que abrange principalmente as dimensões cultural, religiosa e científica que pautam um debate político e social sobre o Contestado.

Um pressuposto desta pesquisa é que a afirmação de identidades possibilitou incluir demandas na agenda pública, assim como o contexto político criou oportunidades que, de alguma forma, foram apropriadas nesses espaços por meio de um repertório amplo e diversificado de mobilização. Discutir essas questões implica reconhecer a complexa tecitura social desse território e perceber como esses espaços de organização cabocla podem interferir sobre sua própria condição rompendo com o seu histórico processo de silenciamento e invisibilidade.

Metodologia

⁵ A Semana do Contestado, por exemplo, é também realizada em Irani, organizada pelo poder público com ênfase no trabalho junto às escolas, apresentações culturais e valorização do Sítio Histórico do Contestado na Vala dos 21 (A esse respeito, ver: <https://www.irani.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/578630/codMapaItem/6801> Acesso em 9 abr.2020). Já em Curitiba, a Semana é instituída pela Lei Municipal 5.622/2015, que define, ainda a Bandeira do Contestado como símbolo do Município (Como disponível em: <https://www.curitiba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22831> Acesso em: 10 abr.2020). Na cidade de Canoinhas, a Lei 142, de 2017, altera o art. 2º da Lei nº 3.752 de 2004, que dispõe sobre a Semana do Contestado no município, que ocorre anualmente entre os dias 20 e 27 de outubro, contemplando conferências, palestras, sessões cívicas e comemorativas, exposições e outras atividades culturais promovidos pelo Poder Legislativo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Cultural de Canoinhas. (O que pode ser visto em: <https://www.canoinhas.sc.leg.br/institucional/noticias/camara-aprova-lei-que-institui-aco-es-publicas-na-201csemana-do-Contestado201d> Acesso em: 10 abr. 2020).

A metodologia adotada nesta pesquisa utiliza procedimentos qualitativos de coleta e análise de dados, considerando que a pluralidade de fontes e técnicas de pesquisa tende a enriquecer os seus resultados. A base empírica apresenta caráter interpretativo e abordagem predominante qualitativa. Conforme Graham Gibbs (2009, p. 8), a pesquisa qualitativa ajuda a entender, descrever e, às vezes, “explicar os fenômenos sociais examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material”.

De acordo com Gerring (2006), estudos de caso operam com objetos de pesquisa que, embora possam ser considerados reduzidos em número de participantes se comparados com movimentos e organizações em níveis nacionais ou até globais, não são desprovidos de interdependências e inter-relações. O estudo de caso é um importante recurso metodológico de pesquisa que, mesmo apresentando limites quanto à possibilidade de falseamento e de replicação, possibilita uma compreensão aprofundada do objeto apresentando e uma capacidade generalizadora, a partir da qual é possível a formulação de hipóteses e desdobramentos teóricos implicados em modelos e mecanismos causais (YIN, 2001).

Para a análise das atividades coletivas desenvolvidas pelas entidades acima apresentadas e dos repertórios de ação efetivados no território do Contestado – que envolvem aspectos de organização política, cultural e religiosa – esta pesquisa partiu de uma revisão de literatura acerca do tema, incluindo um relato da Guerra do Contestado, em sentido mais geral, destacando sobretudo suas causas e implicações históricas. Em seguida, buscou-se, nas abordagens teóricas dos movimentos sociais, instrumentos para mobilizar o objeto de pesquisa. São arroladas na discussão algumas categorias que direcionaram e permitiram a construção das ferramentas para o trabalho de campo e para a coleta de dados. No trabalho de campo, as entrevistas, o mapeamento e a análise de documentos (sites, cartas, atas de reuniões das organizações) e material jornalístico serviram de base para a pesquisa.

A coleta de dados empíricos por meio de entrevistas é aqui um importante recurso, do qual provém a principal fonte de dados descritivos analisados nesta pesquisa. Haguette (1997, p. 86) define a entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. As entrevistas permitem respostas mais espontâneas dos entrevistados e maior liberdade do pesquisador para formular questões inesperadas e que poderão ser de grande

utilidade na pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005). Considerando as diferentes perspectivas, optou-se por utilizar a técnica da entrevista semiestruturada com os líderes das organizações.

No que diz respeito à validação dessa técnica, ela ocorre dentro de perspectivas teóricas que tomam como válido o significado das representações sociais construídas pelos indivíduos em situação de interação. Nesse sentido, são tarefas de grande importância durante o processo da pesquisa: “identificar qual a melhor forma de selecionar os entrevistados, considerando a posição que eles ocupam; definir o roteiro e o tipo de entrevista que será feita, considerando a forma como ocorreu a inserção no campo; e consolidar o desenho de pesquisa no qual a entrevista se insere” (LIMA, 2016, p. 29). De acordo com Bourdieu (1999), a intenção do pesquisador geralmente compreende que sua própria existência, personalidade e disposições discursivas gerem o mínimo de intervenção possível, dado que diferentes elementos podem causar distorções que devem ser reconhecidas e controladas de antemão.

O roteiro da entrevista considerou um histórico do entrevistado, seu engajamento na organização e sua percepção sobre o Contestado. As entrevistas foram realizadas entre os dias 2 de março e 15 de julho de 2020. Foram entrevistadas 14 lideranças⁶, resultando em quatro entrevistas com lideranças da Pastoral Cabocla, três entrevistas com lideranças da Associação dos Caboclos de Lebon Régis, seis entrevistas com membros da comissão organizadora da Semana do Contestado de Caçador e quatro entrevistas com membros da comissão organizadora da Semana do Contestado de Lebon Régis.

O roteiro para as entrevistas foi elaborado de forma a obter um conjunto amplo de respostas acerca dos atores pesquisados e dos repertórios de ação mobilizados a partir das Semanas do Contestado. Para isso, foram elaborados dois formatos, adaptados de modo a poder captar as diferenças entre os dois grupos de atores e dispostos no anexo deste documento. A construção das perguntas procurou levantar um conjunto de informações descritivas a partir de diferentes categorias de análise orientados pelos objetivos abaixo apresentados.

Para as lideranças da Associação dos Caboclos e da Pastoral Cabocla, o roteiro de entrevistas foi composto por 27 questões articuladas em cinco eixos: (i) identificação das trajetórias de surgimento e organização e da forma como se estruturam e seus objetivos; (ii) identificação das estratégias de mobilização e dos repertórios de ação coletiva; (iii) identificação de elementos de agremiação e de construção de identidades coletiva; (iv)

⁶ Algumas lideranças atuavam em mais de um dos espaços estudados, contribuindo com duas entrevistas. Este foi o caso, por exemplo, de um entrevistado que era membro da Pastoral Cabocla e participava da organização da Semana do Contestado.

identificação de oportunidades e de constrangimentos para a ação coletiva; e (v) verificação do modo como são atribuídos sentido à história e à memória e como são estabelecidos novos quadros interpretativos frente à realidade atual.

Para as lideranças engajadas na organização das Semanas do Contestado, o roteiro de entrevistas foi composto por 22 questões articuladas em seis eixos: (i) identificação da origem e estruturação das Semanas; (ii) mapeamento de oportunidades e constrangimentos na sua execução; (iii) identificação da composição e mapeamento das redes de relações entre as entidades e grupos participantes (parcerias); (iv) verificação da possibilidade de construção de processos identitários, do uso estratégico de elementos simbólicos e culturais e do papel atribuído à memória da Guerra; (v) identificação de possíveis avanços (políticos, sociais, culturais etc.) obtidos a partir desse repertório; e (vi) registro da avaliação que as próprias lideranças fazem dos efeitos da realização das Semanas.

Os roteiros de entrevistas continham algumas perguntas contingentes, vinculadas às perguntas centrais, de modo a facilitar a compreensão do entrevistado e permitir uma explanação mais ampla sobre o tema abordado. As entrevistas, previamente agendadas, tiveram um tempo médio de uma hora e meia de duração. Em três casos, em virtude das medidas de isolamento social, aplicadas como barreiras sanitárias frente à propagação da pandemia da COVID-19, as entrevistas foram combinadas por telefone e respondidas via e-mail, seguindo o roteiro correspondente.

Todas as entrevistas foram transcritas e sistematizadas a partir dos temas que compunham os eixos, possibilitando a comparação e facilitando o uso das informações. Para cada transcrição, foi elaborada uma breve ficha de identificação que apresenta, de forma sintética, os principais pontos da entrevista. As informações contidas nessas fichas são: identificação do entrevistado; data da realização da entrevista; local da entrevista; resumo da entrevista; tempo de duração e um item destinado a observações diversas.

Além das fontes orais, o recurso às fontes documentais constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa e uma rica fonte de dados, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Segundo Godoy (1995), o uso de fontes documentais permite o estudo de pessoas ou realidade sociais às quais não se tem acesso físico por questões temporais ou de distância. Ademais, os documentos são uma fonte não-reativa, pois as informações que eles contêm permanecem iguais mesmo com o passar do tempo. Podem, nesse sentido, ser considerados uma fonte natural de informações na medida em que, por terem origem num determinado

contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Nesta pesquisa serviram de fontes documentais: Atas da Câmara de Vereadores de Caçador; Livro de Atas da Associação Cabocla de Lebon Régis; Estatuto da Associação Cabocla de Lebon Régis; e arquivos da Diocese de Caçador: *Jornal Fonte* e Planos Diocesanos de Pastoral.

Por fim, nesta pesquisa partimos da hipótese de que, apesar do longo processo de marginalização, silenciamento e exclusão, as caboclas e os caboclos, bem como as lideranças populares e comunitárias envolvidas nas organizações sociais comprometidas com a questão do Contestado, são protagonistas de suas vidas, trazem histórias e marcas de seus antepassados e do lugar social que ocupam e contribuem no seu reconhecimento como sujeitos sociais imbuídos de potencialidades nas ações coletivas. São capazes de fazer a leitura da realidade em que estão inseridos, seus significados e suas implicações. Ao mesmo tempo, apontam possibilidades e alternativas para romper com a realidade vigente e, nesse sentido, identificam espaços, fortalecem identidades, forjam processos e interpretações, criam e reinventam repertórios para suas ações.

Em seus processos de mobilização e reivindicação, esses atores nem sempre formulam explicações teóricas e conceituais com o rigor científico da academia. No entanto, ao falarem de suas trajetórias de vida e das suas organizações, permitem acessar conteúdos e identificar uma luta que recupera e evidencia o lugar histórico dos caboclos e caboclas no território do Contestado. Esse lugar é, muitas vezes, caracterizado por eles mesmos como lugar de sofrimento, de pobreza, de falta de perspectiva para seus descendentes, de preconceito e de discriminação, situado no limiar da existência. Entretanto, constitui-se, ao mesmo tempo, como espaço de construção de memórias, de resistência, de reivindicação e de festa, de construção de identidades e de engajamento social.

Nesse sentido, os caboclos e as caboclas são parte central desta pesquisa. Seus saberes, suas histórias e trajetórias, suas memórias e tradições, os limites e possibilidades de suas ações coletivas e organizações estão em sintonia com a construção teórica aqui realizada. Desse modo, opta-se por um esforço textual de garantir que esta pesquisa também seja um espaço de protagonismo dos caboclos e caboclas. Busca-se, assim, inserir seus relatos no corpo do texto, evitando o recuo para citações, pois, não se trata somente de comporem parte da pesquisa, mas de reconhecer “a voz” desses homens e dessas mulheres, uma vez que neles e nelas identifica-se a mesma capacidade contestadora daqueles e daquelas que construíram redutos, lutaram por seus direitos, por um mundo de igualdade, solidariedade e justiça. Este trabalho se soma, assim, ao esforço e empenho por sua memória, cultura, reconhecimento e, por isso, abre um espaço de

fala para os caboclos e as caboclas. Não fala “sobre eles”, mas abre espaço para que “eles falem”, expressem-se e assumam o protagonismo da sua construção social.

Estruturação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, contando com esta introdução e com a conclusão. O segundo capítulo, intitulado *Contexto e implicações da Guerra do Contestado*, explicita a complexidade de elementos que determinaram a gênese da Guerra do Contestado e algumas de suas implicações históricas. Trata-se, no entanto, de um recorte diante do extenso referencial existente, bem como da perspectiva adotada referente aos processos de organização dos caboclos e caboclas. A contextualização da Guerra do Contestado não pretende refazer o percurso já traçado pelos numerosos autores e pesquisadores que estudaram o Contestado sob diversas perspectivas. Cumpre, antes, a tarefa de informar as características mais gerais da Guerra a partir dos quais vincula-se o objeto desta abordagem. Não se trata de “uma retomada histórica”, mas do entendimento de que essa contextualização é fundamental para compreensão de onde se partiu e do que se está falando para que, em alguma medida, seja reconhecida a importância das atuais lutas sociais no Contestado.

O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico mobilizado para a análise da problemática desta pesquisa. A abordagem teórica considera a dimensão social, política, cultural e religiosa de algumas das organizações atuantes no território do Contestado, bem como identifica, a partir do desenvolvimento das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, categorias que permitem compreender o objeto desta pesquisa.

Já o quarto capítulo descreve e explicita a atuação de duas organizações, a saber, a Associação dos Caboclos de Lebon Régis e a Pastoral Cabocla, considerando sempre suas interrelações com outras entidades e organizações que se destacam nesse movimento de visibilização, valorização e engajamento pela causa do Contestado e suas principais atividades. Destaca-se seus processos internos de organização e a valorização da memória do Contestado como um aspecto da construção identitária de seus membros.

No quinto capítulo são apresentadas as Semanas do Contestado como um amplo repertório de atividades mobilizado por um conjunto plural de atores e que imprime o ritmo ao que hoje emerge na região do Contestado, caracterizando a ruptura com um passado de preconceito e negação e a construção de barreiras de resistência e reivindicação de direitos.

A contribuição desta pesquisa situa-se na busca de compreensão das formas de mobilização dos repertórios de ação e das estratégias encontradas por agrupamentos caboclos para o seu reconhecimento enquanto comunidades caboclas, aproveitando-se de ou criando estruturas de oportunidades para a ação social e política. Trata-se de evidenciar como se constrói a organização dessa coletividade em um território marcado por formas singulares de apropriação do espaço e de expressão cultural e religiosa e, ainda, como elas dialogam com a recente luta pelo reconhecimento e defesa de direitos sobre sua história e seus valores. Esta pesquisa reconhece as interligações entre essas formas de organização cabocla, as consequências históricas que o conflito gerou e os processos políticos emergentes junto aos grupos apontados. São relações que se estabelecem desde aspectos próprios que partem da resistência desses grupos aos processos históricos de exclusão e marginalização e remetem a uma afirmação de identidade, reconhecimento histórico, participação e transformação social.

2. CONTEXTO E IMPLICAÇÕES DA GUERRA DO CONTESTADO

A Guerra do Contestado (1912-1916)⁷ é um acontecimento complexo, implicado por vários fatores de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa que se entrelaçam. Tais elementos compõem a formação do território do Contestado. A guerra é deflagrada pela expulsão dos caboclos de suas terras, por meio do avanço do capital imperialista sobre as posses dos caboclos e da destruição de suas formas tradicionais de existência. A experiência religiosa, marcada pela passagem dos monges pela região, configurou um modo de vida e alimentou a resistência cabocla, permanecendo viva nas tradições religiosas locais. A chegada do poder econômico estrangeiro e suas implicações políticas alterou as formas de poder local então estabelecidas, cuja estrutura de mandonismo foi enfraquecida. A República, recém-formada⁸, percebeu que não podia tolerar qualquer forma de organização que fosse avaliada como uma ameaça à sua legitimidade, não hesitando, portanto, em enviar grande parte do efetivo do Exército da época para a região (QUEIROZ, 1957; MONTEIRO, 1974; VINHAS DE QUEIROZ, 1977; AURAS, 1991; GALLO, 1999; FRAGA, 2006; MACHADO 2001; 2004; VALENTINI, 2009).

Ocorrida em uma área de litígio entre os estados do Paraná e de Santa Catarina durante os anos de 1912 a 1916, a Guerra do Contestado abrangeu um espaço geográfico equivalente a aproximadamente um terço do território catarinense – envolvendo as regiões do meio oeste, planalto norte e região serrana – e parte do sudoeste e sul paranaense, zona que passou a ser conhecida como “região do Contestado”⁹. Na Guerra do Contestado, várias causas levaram ao conflito armado, pois “na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela

⁷ Mais adequado seria o uso da expressão “Guerra Sertaneja do Contestado”, como foi empregado por Maurício Vinhas de Queiroz (1977) e também defendido por Paulo Pinheiro Machado (2004). A opção por usar apenas a expressão “Guerra do Contestado” diz respeito, sobretudo, à forma como é amplamente conhecida e, além disso, pelo reconhecimento de que é dessa forma que as lideranças entrevistadas nesta pesquisa a tratam.

⁸ A Guerra do Contestado esteve diretamente relacionada com a construção do Estado na Primeira República. Não se tratava apenas de afirmar que o Estado Republicano se fortaleceu com a repressão aos caboclos do Contestado, mas de “compreender a intervenção armada no Contestado, através da violência física estatizada, enquanto instrumento garantidor de uma determinada dominação de classe” (CARVALHO, 2009, p. 204).

⁹ O território não é sinônimo de espaço e/ou de lugar. Ele está “muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19). Para Raffestin (1993, p.7), o território é o “produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”. Sob essa perspectiva, a formação de um território se dá com as pessoas que nele vivem uma consciência de participação e pertencimento, promovendo o sentido da territorialidade.

exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais” (FRAGA, 2010, p. 139). A região do Contestado abrangia uma área de aproximadamente 48 mil km. O número de soldados¹⁰ envolvidos nessa campanha foi um dos maiores até então mobilizados para a repressão de um conflito social no Brasil. Foram utilizados pela primeira no Brasil aviões para reconhecimento da região (THOMÉ, 1986, p. 47). Dada a área envolvida e o contingente de civis e militares, bem como a sua duração, é tido como “um dos mais importantes movimentos populares da Primeira República” (VOLTOLINI, 2009, p. 31).

Frente a essa complexidade, este capítulo não se propõe a discorrer sobre todos os elementos que formam o território do Contestado. Não se pretende fazer “uma retomada histórica”, mas, sim, um recorte diante do extenso referencial existente. Parte-se do entendimento de que o Contestado se constitui enquanto um território que se estabelece no devir espaço-temporal por meio da permanente disputa e apropriação dos recursos naturais, do poder e das formas de existência. Assim, ao abordar o contexto histórico da Guerra do Contestado, não se pretende percorrer todos os acontecimentos da Guerra, principalmente porque existem trabalhos excelentes que já o fizeram¹¹. Trata-se, antes de mais nada, de destacar o contexto geral da Guerra, a partir do qual se torna significativo evidenciar a relação entre os processos históricos analisados e o conflito ocorrido. Efetivamente significa lançar as bases para a possibilidade de se estabelecer relações entre os atuais processos de organização social dessa região, a partir da retomada da questão do Contestado, e a Guerra propriamente dita, cujos efeitos continuam sendo sentidos na região.

¹⁰ Os soldados que atuaram na região chegaram a ocupar a metade do efetivo do Exército Brasileiro da época. “De acordo com dados retirados de uma conferência de Setembrino de Carvalho, ao Clube Militar, o número oficial foi de 6 mil homens regulares, mais mil civis sob as ordens dos chamados vaqueanos que serviam ao exército” (RODRIGUES, 2008, p. 18).

¹¹ Há vasta literatura, disposta junto às referências bibliográficas, que busca aprofundar, sob diversos ângulos, esse conflito. Entre eles vale destacar: Queiroz (1957); Monteiro (1974); Vinhas De Queiroz (1977); Auras (1997); Gallo, (1999); Valentini, (2009); Machado (2001; 2004); e Tomazi (2005). O movimento do Contestado é multifacetado, com uma variedade de atores históricos e cenários que tornam o conflito demasiadamente complexo e permite diversas interpretações. É com certo relativismo que Nilson Thomé (1999, p. 13) chega a afirmar que “para os religiosos ocorreu uma guerra de fanáticos; para sociólogos, houve um movimento messiânico; para políticos, aconteceu uma questão de limites; para militares, tratou-se de uma campanha militar; para marxistas, foi uma luta pela terra. De certa forma, o Contestado foi tudo isso e ao mesmo tempo, o que problematiza e enriquece o fenômeno”.

2.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ANTES DA GUERRA

As terras da região do Contestado eram formadas por “imensas florestas de araucárias, grandes áreas de pastagens naturais para a criação de gado, exploração de madeira e extração de erva-mate que, junto com o comércio de gado entre o sul e o sudeste, deram origem aos povoados” (VALENTINI, 2009, p. 48). A região “era praticamente desabitada, com suas vilas, povoados e fazendas ligados entre si por estreitos e sinuosos caminhos, quase todos abertos pelos tropeiros, que cortavam a mata densa e os verdes campos” (THOMÉ, 1999, p. 10). Eram povoados dispersos e praticamente isolados das capitais do Paraná e de Santa Catarina, bem como das regiões litorâneas.

A ocupação dessa área¹² ocorreu em ritmo lento. A população cabocla que se estabeleceu na região ao longo do século XVIII era “composta por diversas famílias, muitas formadas por antigos peões, agregados, ex-escravos, negros libertos ou fugitivos, que abandonaram as antigas fazendas de criação ondem viviam, tonando-se independentes” (BRANDT, 2007, p. 1). De acordo com Machado (2004, p. 336), havia “forte presença negra e indígena, mesclada com alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense [...] na virada do século XIX para o século XX, cresce a presença de imigrantes europeus: alemães, poloneses e ucranianos”. Conforme o autor, a presença dessa diversidade de povos, inclusive imigrantes, fez com que eles adotassem o modo de vida da população local, “acaboclando-se”.

Papel significativo tiveram os bandeirantes paulistas que abriram a rota Rio Grande do Sul até Sorocaba, em São Paulo, que ficou mais conhecida como o Caminho das Tropas¹³. A estrada das tropas, “foi sendo conquistada a duras penas, num processo que durou mais de cem anos, cortando todo o grande território que abrange a área em questão” (MONTEIRO, 1974, p. 19). Às suas margens foram se estabelecendo pequenos povoados que, mais tarde, deram início as cidades¹⁴ e tiveram um papel importante para a ocupação nesse território. Sendo uma região de passagem, favorecia que seus moradores mantivessem contatos com as regiões vizinhas. O

¹² Por conta não só da localização geográfica, mas também das relações econômicas estabelecidas, a região é tradicionalmente dividida em Planalto Norte – vales dos Rios Negro, Iguazu, Canoinhas, Paciência e Timbó – e Planalto Sul – vales dos rios Uruguai, Pelotas, Peixe e Canoas (MACHADO, 2004, p. 70). Outros autores utilizam divisões semelhantes, como, por exemplo, Oswaldo Rodrigues Cabral, que divide a região em Planalto de Lages, ao sul; Planalto de Canoinhas, ao norte; e Planalto de Chapecó, a oeste (CABRAL, 1970, p. 03).

¹³ “Estrada das Tropas”, “Caminho do Sul”, “Rota dos Sertões para Viamão” foram algumas das denominações pelas quais foi conhecida e, de fato, constituiu o principal vínculo a unir o extremo sul ao centro do Brasil. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 23).

¹⁴ Por exemplo a fundação de Lages “deu-se a mando de Morgado de Mateus, então governador da Província de São Paulo, que incumbiu Antônio Correia Pinto, que em 22 de novembro de 1766, se instalou nestas terras para combater as invasões dos índios das Missões Castelhanas e das expedições espanholas”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 25).

tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. “A população do planalto não vivia em isolamento num sertão distante; estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes e era frequentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas” (MACHADO, 2004, p. 81).

Os caboclos habitavam pequenas e médias posses de terra que, a princípio, não despertavam o interesse de fazendeiros/coronéis, pois eles “estavam mais empenhados em se apropriar de extensos campos naturais, mais propícios à criação de gado” (BRANDT, 2007). Os aspectos mais elementares do modo de vida caboclo eram regulados por valores que se sustentam no sistema de trabalho comunitário, o que gerava regras de convívio social caracterizadas pelas noções de justiça e solidariedade, permeadas por conteúdos religiosos (GALLO, 1999). Nesse contexto, a roça cabocla se constituía como fundamento do modo de vida caboclo, pois envolvia uma série de outros elementos como: os significados da terra e do trabalho, o abastecimento de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização, a criação e a base alimentar de/para os animais, a sociabilidade e os laços comunitários etc.

Tal modo de vida encetado pela roça, entretanto, não se configura enquanto única forma de existência cabocla. Tratava-se de uma combinação de elementos, como argumenta Tomporoski (2013, p. 57), que perpassam “agricultura, criação de animais e a utilização racional das matas”. Para os caboclos e caboclas do Contestado, “a terra não é mercadoria, a terra é santa e não pode ser de negócio, a terra é de herança por que depende do parentesco e não dos contratos de compra, de venda e de trabalho” (sic) (MOURA, 2013, p. 54). Para eles, o sentido da terra não estava ligado ao desejo de apropriação de maiores e maiores áreas, “mas simplesmente a terra é a sua casa, sem fronteiras, e o seu sustento” (GALLO, 1999, p. 102).

A exploração dos recursos naturais teve na extração da erva-mate uma das suas maiores fontes de renda. A erva-mate¹⁵ era vendida na província de São Paulo, na comarca de Curitiba, no Rio Grande do Sul e boa parte da produção era exportada. A agricultura de subsistência produzia basicamente milho, feijão, mandioca, arroz, abóbora, melancia. Do milho eram produzidos o fubá, a canjica, a quirera e a farinha de milho, moídos e socados no pilão¹⁶.

¹⁵ A erva-mate era colhida na densa floresta de araucárias, passava por um processo de desidratação que incluía as etapas de sapeco, secagem (feita no carijo ou no barbaquá), quebramento, peneiramento e ensaço nas brucas para serem transportadas nos lombos das mulas. (VINHAS DE QUEIROZ. 1977, p. 33-34).

¹⁶ Vinhas de Queiroz (1977, p. 29-30), ao se referir à alimentação cabocla, detalha com riqueza de informações o mundo caboclo através das mediações de primeira ordem, ou seja, o modo de vida, a alimentação, o intercâmbio com a floresta – sobretudo pela importância da erva-mate e do pinhão –, a relação entre trabalho intelectual e manual em uma forma não fragmentada de trabalho entre aquele que pensa e aquele que executa, enfim, os saberes que possibilitavam a existência da roça cabocla e os saberes que saciavam a fome e garantiam sua sobrevivência.

As roças eram cultivadas após a derrubada e queimada das árvores para permitir a abertura de clareiras na mata. Segundo Tomporoski (2013, p. 61),

Após realizar o apossamento da terra, ali construía seu rancho com as próprias mãos e com a madeira de seu terreno. Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que suplementavam sua alimentação. Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos – ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caçada e na lida com os animais. (TOMPOROSKI, 2013, p. 61).

A preparação da roça cabocla era feita por meio de *pixuru*, *pixirum* ou *puxirão*, que era um mutirão de trabalho caracterizada pela ajuda mútua. “O auxílio aqui se denomina *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 30-31). O ato de trabalhar, para os caboclos e as caboclas, era um momento de ajuda e de festa, “o qual expressava o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo” (TOMPOROSKI, 2013, p. 67-68). A solidariedade e a cooperação eram elementos pertencentes ao mundo caboclo e orientavam o trabalho como condição concreta de efetivação e realização social¹⁷.

Dessa forma, o processo de trabalho não era considerado um fardo, diferindo, portanto, dos significados atuais do trabalho enquanto relação mercadológica cujo objetivo é a constante acumulação e reprodução capitalista¹⁸. Outra prática comum que caracterizava o modo de vida caboclo era o uso comum das terras, por meio do faxinal. Nesse sistema, enfatiza Tomporoski (2013, p. 77), também era frequente “a prática do auxílio mútuo, sobretudo para o trabalho de fazer as cercas que separavam as terras de criar, onde os animais ficavam soltos, das terras de plantar, área destinada à lavoura”.

¹⁷ O *pixirum* tecia importantes relações de sociabilidade e confiança, até porque o trabalho não era regido por uma prática mercadológica: os convocados para o trabalho não recebiam valor monetário, mas quando precisassem convocar o *pixirum* para trabalhar em seu benefício, eram prontamente atendidos por essa relação de troca de dias de serviço. Tratava-se de um compromisso moral. “O *Pixirum* era um momento de celebração daquele modo de vida, no qual trabalho e diversão andavam de mãos dadas e cuja motivação não dependia apenas da necessidade, mas também da solidariedade” (TOMPOROSKI, 2013, p. 75).

¹⁸ A alimentação durante o dia de trabalho era dever intrínseco ao caboclo que convocava o *pixirum*, e, via de regra, era atividade da companheira/esposa, que preparava o almoço enquanto os homens trabalhavam na roça. No final do dia, o *pixirum* era encerrado com uma comemoração, um baile caboclo ou o baile do *pixirum*, com música, comida e bebida, e que iniciava logo após o término do trabalho e se estendia madrugada adentro ou mesmo até o dia clarear. Dado o caráter de solidariedade e coletividade do trabalho, quando se observava que um vizinho estava precisando de ajuda para preparar a roça, porém não convocava o trabalho coletivo devido à falta de ter condições de servir a alimentação ou oferecer a festa de encerramento, a vizinhança se organizava sem a convocação prévia, se disponibiliza para o trabalhar e ofereciam a alimentação (TOMPOROSKI, 2013, p. 74-77).

Com o estabelecimento das grandes fazendas de criação de gado, a partir de meados do século XIX, emerge uma nova forma de organização social¹⁹ baseada no coronelismo. O coronel²⁰ passa a ser o chefe político local, recebendo a ajuda dos outros coronéis e do Governo do Estado – baseada na troca de favores mútuos – e dispondo de certa liberdade e autonomia para governar o município. Os coronéis mantinham a “prática do compadrio, por meio do qual as pessoas os procuravam para batizar seus filhos, estabelecendo vínculos de amizade, respeito, proteção e dependência” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 43). As relações estabelecidas entre coronéis e a população cabocla sofreriam alterações profundas com a institucionalização da República, sobretudo com as mudanças no ordenamento jurídico das terras que, em 1891, passa a ser de atribuição dos Estados (CARVALHO, 2009). A forma habitual de posse da terra e de uso da floresta, as práticas agrícolas em torno da roça cabocla, o comércio local ou com tropeiros, os modos de trabalho comunitário e as relações hierarquizadas do poder local, junto a uma profunda vivência religiosa, eram características marcantes do mundo caboclo e do modo de vida dos moradores da região.

2.2 A QUESTÃO DOS LIMITES

A questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná²¹ começou em 1853, ano em que a comarca de Curitiba foi desanexada da província de São Paulo e elevada à categoria de província, com o nome de Paraná, adquirindo autonomia política e procurando firmar posse sobre a região do norte de Santa Catarina, a região do planalto²². Santa Catarina,

¹⁹ Vinhas de Queiroz (1977), aponta que, no período que antecede a deflagração da Guerra do Contestado e a implantação do capital estrangeiro, existia um sistema de estratificação social na região, dividido em: (a) coronéis; (b) fazendeiros; (c) criadores ou meio-fazendeiros; (d) lavradores; (e) agregados; e (f) peões.

²⁰ O título de Coronel era, naquela época, obtido de duas formas: a primeira era entrando para a carreira militar na Guarda Nacional criada no tempo do Império, em 1831, cujo o cargo máximo era o de Coronel da Guarda (LEAL, 1948, p 20); e a segunda era comprando a patente de “coronel” e arcando com os custos para a manutenção das armas e do exército particular. No segundo caso, a renda mínima para se tornar “coronel” era de 200 mil réis na cidade ou de 100 mil réis no campo (MAURÍCIO, 2013, p. 131).

²¹ O termo “Contestado” remete a esse período de disputa territorial entre os dois estados, quando a região era “contestada” por ambos.

²² Essa mesma região fora palco de uma disputa entre o Brasil e a Argentina pela posse. Em 1881, a Argentina compreendeu que, por direito, suas fronteiras se estendiam até a região de Palmas. O entrave só foi resolvido em 1895, com o arbitramento de Grover Cleveland, então presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil. A contestação dos limites dos referidos países, ficou conhecida como “Questão de Palmas” ou “Questão das Missões” (AURAS, 1997). De acordo com Maristela Ferrari (2011, p. 98), ainda que o estabelecimento do limite territorial faça parte do conjunto das construções das fronteiras lineares do Brasil com os países vizinhos, ele representa capítulo à parte na história do Brasil e também da Argentina, que remonta ao período colonial e às disputas pelos limites territoriais da Coroa Portuguesa e da Coroa Espanhola. A linha data de 1895. A área territorial disputada entre os respectivos países compreendia 33.621 km² de terras hoje incorporadas ao Brasil. “A origem desse conflito remonta ao Tratado de Tordesilhas (1494), primeira fronteira linear aplicada pelos europeus no continente americano, seguido pelo Tratado de Madri (1750) e pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), períodos

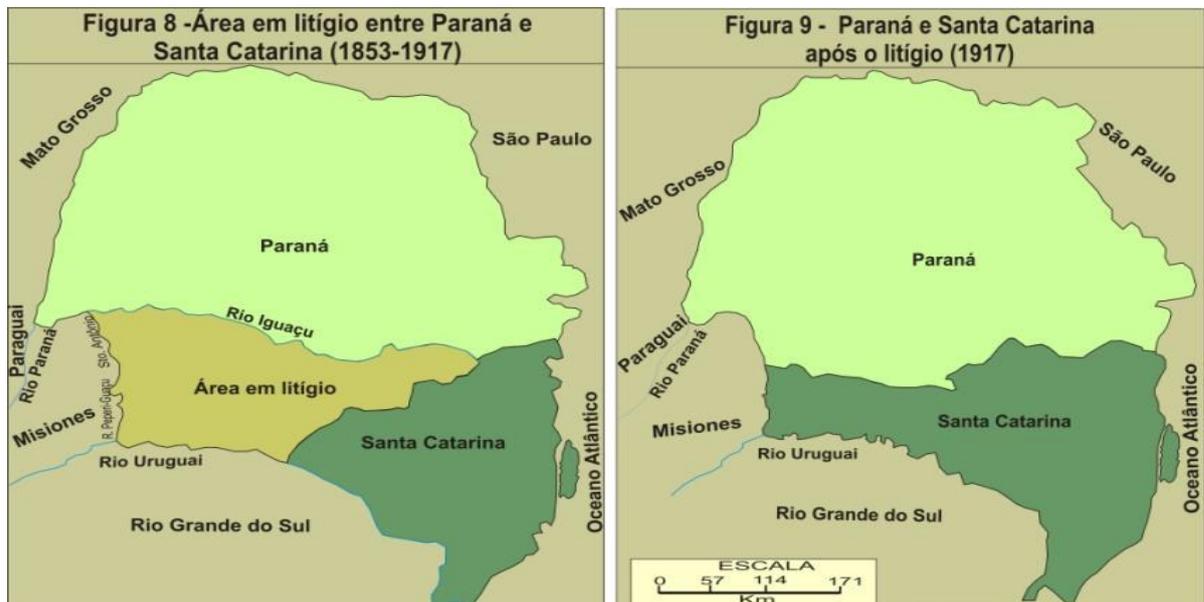
em 1738 tornara-se capitania e, em 1821, foi elevada à categoria de província, ou seja, “do ponto de vista da organização político-administrativa, Santa Catarina tem um acúmulo de mais de um século em relação ao Paraná” (FRAGA, 2006, p. 57).

A posse da região volta a ser discutida em 1891, após a elaboração da nova constituição que assegurava aos estados o direito ao recolhimento de impostos sobre as exportações, propriedades, profissões e indústrias. Isso acirrou a disputa sobre a faixa de território entre os dois estados, que buscavam, assim, ampliar suas arrecadações. Em 22 de maio 1896, representantes dos dois estados se reúnem na capital federal e acordam por meio de lei que os limites em questão sejam decididos mediante de arbitramento. A questão passa, então, para o Supremo Tribunal Federal, que protela a decisão nos anos seguintes. Em seis de junho de 1904, o Supremo Tribunal de Justiça dá ganho de causa ao estado de Santa Catarina. O Paraná entra com recurso em 1909 e, novamente, o ganho de causa foi dado a Santa Catarina. Em 1910, novo recurso do estado do Paraná é rejeitado (AURAS, 1997; MACHADO, 2001; SERPA, 2009). É nesse contexto das disputas políticas que se desenrola a Guerra. Com o seu término, os governantes de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e do Paraná, Afonso Camargo, sob mediação do presidente da República, Wenceslau Bráz, assinam um acordo, pondo fim à disputa pelas terras e estabelecendo os atuais limites²³ entre ambos os estados, em 20 de outubro de 1916 (VOLTOLINI, 2009).

em que portugueses e espanhóis exerceram o domínio colonial por vários séculos sobre as terras da América do Sul, divergindo sobre os limites de suas possessões. Com a emancipação política e administrativa do Brasil (1822) e da Argentina (1810), os dois novos países recebem como legado as questões pendentes de limites deixados por Portugal e Espanha, que durante todo o período colonial não havia alcançado um consenso”. Para essa disputa entre Brasil e Argentina, ver também Pereira (1946).

²³ O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina, com 27.570 quilômetros quadrados da área em litígio. Os limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina ficaram assim dispostos. “O Rio Negro, desde suas cabeceiras até a sua foz no Rio Iguazu, e por esse até a ponte da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; pelos eixos dessa ponte e da mesma Estrada de Ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até a sua intercepção com a linha divisória das águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, na fronteira Argentina” (PIAZZA, 1983, p. 597).

Figura 1- Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)



Fonte: Ferrari (2011, p. 117).

Segundo Auras (1997, p. 31), a questão da disputa dos limites entre os estados, no contexto do Contestado, foi apenas circunstancial, “não atingindo o peso das causas nucleares, como significativas mudanças econômicas, políticas e sociais, em âmbito nacional e estadual, que, ao acarretarem a crise no mandonismo local e a institucionalização da propriedade privada da terra, subverteram a paz vigente”. A localização do problema apenas na questão dos limites deixaria encoberta a questão em torno das classes sociais na região, ponto justamente ressaltado nos discursos e na presença crítica dos monges e cuja solução não se efetivou com o fim da questão das divisas entre os dois estados (GALLO, 2008).

2.3 A POSSE DAS TERRAS

A questão dos limites foi de influência secundária, mas o mesmo não se pode afirmar acerca da questão da posse das terras. O conflito pela posse da terra é uma das questões fundamentais para se entender as causas que desencadearam a Guerra. Já na década de 1960, Vinhas de Queiroz (1977, p. 179) afirmava não haver dúvida “de que no movimento do Contestado, a reivindicação ao direito de terras se tornou consciente, de maneira clara”. Duglas Monteiro (1074, p. 49), por sua vez, entende que a questão das terras “foi um ponto de partida, um dos gatilhos que levou à deflagração do conflito, embora tenha, no decorrer do conflito, assumido um novo conteúdo, associado à dimensão religiosa”.

Até aquele período, o Brasil não havia regulamentado todas as escrituras de posse de terras. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em um cenário de intensas transformações sociais e políticas. Apesar de significar um importante instrumento na consolidação da propriedade privada no Brasil, a lei abria uma brecha no sentido de possibilitar aos pequenos posseiros a garantia de posse de suas terras cultivadas²⁴. Essa garantia no texto da lei não significava, no entanto, a garantia plena da posse na prática, pois o poder dos grandes proprietários de terra se impunha, na maioria das vezes, pela violência da expulsão dos pequenos posseiros (CARVALHO, 2009).

Segundo Pagani (2017, p. 53), a lei estabeleceu “parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras”. Estabeleceu a compra como única forma de obtenção de terras públicas e regulamentou a propriedade privada, transformando a terra em propriedade fundiária monopolizada, aumentando o poder oligárquico e, com isso, favorecendo os grandes proprietários rurais. Em consequência, a terra se tornou uma mercadoria de alto valor, acessível a uma pequena parte da sociedade brasileira. Dessa forma, muitas pessoas perderam suas terras e sua fonte de subsistência, restando-lhes trabalhar como empregadas nas propriedades rurais, o que aumentou a mão de obra disponível.

Nesse contexto, Machado (2004, p. 75), descreve as consequências da expropriação das terras dos pequenos posseiros que se viam obrigados a trabalhar nas grandes fazendas como agregados ou na extração de erva-mate nas próprias fazendas ou em ervais nativos nas terras devolutas da região²⁵. As pastagens naturais, os campos, eram terras mais valiosas e foram ocupadas primeiramente, mas conviveram até o início do século XX com a existência das capoeiras ou faxinais, terras mais “sujas” onde se instalavam pequenos posseiros que muitas vezes possuíam também pequenas criações de gado e plantavam para a subsistência²⁶.

²⁴ O artigo quinto da lei afirmava que seriam “legitimadas as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária, ou havidas por meio de ocupante, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro” (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Coleção leis do Império). Esse artigo consagra um direito que foi construído no decorrer da ocupação territorial brasileira: a posse e o cultivo como elemento legitimador. Ela não deixou de representar os conflitos e embates de sua época, em que a posse era uma realidade vivida tanto por grandes quanto por pequenos proprietários (CARVALHO, 2009).

²⁵ Segundo Carvalho (2009) muitos desses trabalhadores invadiam as terras devolutas do estado e se estabeleciam na região. Cultivavam produtos e mantinham uma pequena área de pastagem para pouco gado e animal de sela. Extraíam da mata a erva-mate que vendiam ou trocavam por mercadorias industrializadas nos armazéns de processamento localizados às margens dos caminhos de tropas.

²⁶ Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 90) destaca que a região serviu de refúgio para muitos combatentes gaúchos e paranaenses da Revolução Federalista de 1893, que certamente trouxeram consigo seus valores e princípios. Tal fato se deu de tal modo que a Revolução Federalista deixou marcas profundas na memória da região, especialmente por ter oferecido uma forte resistência à nova ordem republicana.

Até o final do século XIX, o apossamento de terras foi a forma recorrente de apropriação territorial da região. Como a região era uma fronteira em expansão, era comum o estabelecimento de posses por pequenos agricultores antes da chegada dos grandes fazendeiros e da administração pública.

Estes pequenos agricultores e criadores caboclos, além de estarem distantes dos dispositivos do estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes, nem sentiam necessidade de assim proceder. Viviam em suas terras da mesma maneira que seus pais e avós o fizeram. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seu sítio à bala, pouco adiantando ter ou não um papel passado em cartório. Em caso de querer regularizar sua posse, teriam que juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso (MACHADO, 2004, p. 140).

Segundo Carvalho (2009), até aquele período havia uma prática de não registrar as terras entre os caboclos da região. Além de um costume, tal prática se relacionava com uma concepção de que a posse de terras efetivamente cultivadas era um direito. O posseiro deveria comprovar que ocupava a área há algum tempo e que nela fazia plantações para sua sobrevivência. A comprovação era realizada por meio de testemunho, geralmente dado pelos coronéis da região. O registro de propriedade da terra nos órgãos oficiais não era, porém, prática dos habitantes da região.

No início do século XX, principalmente por causa do aumento do preço da erva-mate, a região de Curitiba e de Canoinhas viveu um expressivo aumento populacional e os caboclos, posseiros desta região, passaram a conviver com “a ameaça da perda de sua autonomia em decorrência tanto da expansão dos domínios dos grandes fazendeiros quanto da expedição de novos títulos fundiários pelos governos de Santa Catarina e Paraná como forma de tentar garantir a posse do território Contestado” (MACHADO, 2004, p. 99). Os grandes proprietários também invadiam terras públicas. Após conseguirem, com aliados políticos, a autorização de posse de grandes extensões de terras, inclusive daquelas habitadas por pequenos posseiros ou mesmo daquelas concedidas a outros proprietários, os fazendeiros promoviam a mudança de cerca para alargar seus limites territoriais desconsiderando a posse de outrem²⁷.

Cria-se, dessa forma, uma relação conflituosa entre os coronéis e os caboclos da região. As relações políticas estabelecidas pelos coronéis contribuíam para a manutenção da injustiça local, tomando as terras dos posseiros e impedindo-os de recorrer às terras devolutas. Nesse

²⁷ Nesse contexto é ilustrativa a declaração do capitão Matos Costa, um militar responsável pelo patrulhamento da região onde ocorria a Guerra, a um jornal paranaense em junho de 1914: “ Os jagunços queixam-se que o Cel. Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do governo, por se terem apossados delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois estados” (PEIXOTO, 1995, p.156).

sentido, a posse como um costume não significava isentar a região de conflitos de terra²⁸. Para os grandes proprietários e também para os empresários, passaria a valer o preceito legal do registro efetivo das propriedades e, conseqüentemente, o costume do direito à terra pelo cultivo efetivo e moradia habitual é destruído e é em defesa dele que os caboclos do Contestado também passariam a lutar. Vinhas de Queiroz (1977, p. 2), afirma que foi “no apogeu de tais lutas, que pela primeira vez na nossa história as massas camponesas manifestaram clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terra”. Isso se manifestou, por exemplo, quando do ataque caboclo às vilas e a destruição dos cartórios, onde havia os livros com registros de imóveis.

2.4 A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

No contexto da expansão ferroviária ocorrida em fins do século XIX, o governo imperial autorizou a realização de estudos para a construção de uma ferrovia para interligar os quatro estados mais ao sul do Brasil. O projeto apresentado previa uma ferrovia saindo de Itararé, em São Paulo, até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul²⁹, atravessando o interior dos estados do Paraná e Santa Catarina (ESPIG, 2008, p. 114). Em troca dos serviços prestados ao governo para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, a *Brazil Railway Company*, comandada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, adquiriu o controle acionário da ferrovia, cuja concessão fora obtida anteriormente pelo engenheiro João Teixeira Soares³⁰. Sobre a concessão³¹ feita, pelo governo brasileiro, à empresa construtora, Vinhas de Queiroz relata:

²⁸ Nem mesmo a Lei de Terras conseguiu modificar a prática de apossamento de terras realizada na região, pois, em 1912, os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina, por meio de relatórios encaminhados ao governo da República, admitem a incapacidade do poder público de conhecer a realidade da apropriação territorial na região. Constituíam-se, assim, um quadro bastante instável para os moradores (CARVALHO, 2009).

²⁹ Não é intenção descrever ou analisar todos os aspectos relacionados à construção EFSPRG – trabalho que foi feito com consistência por Márcia Espig – mas importa destacar alguns aspectos que nos ajudam a relacionar os projetos das classes dominantes aos impactos ocasionados por essa construção na região do Contestado.

³⁰ As razões para a construção dessa estrada de ferro eram principalmente estratégicas: integrar o sul do Império e garantir o transporte de tropas em um eventual conflito envolvendo os países do Prata. Contudo, desde os primeiros estudos, estava presente também uma intenção colonizadora, como aponta o relatório publicado por Teixeira Soares quando da apresentação do traçado proposto: “Atravessando ela em toda a sua extensão a parte de melhor clima do Império, corta várias zonas de grande fertilidade que poderiam abrigar em condições de muita prosperidade milhares de imigrantes podendo-lhes hoje ter em grau avançado de progresso uma região abençoada e possuímos viação indispensável para atender a necessidades estratégicas as mais imperiosas” (SOARES, 1889, p. VIII/IX apud ESPIG, 2008, p. 115).

³¹ Charles A. Gauld escreveu que o mais doce entre os incentivos da concessão das terras era uma faixa de terra ao longo do comprimento da linha para a colonização. Os números da Companhia ilustram que essa doação continha 2.248.020 hectares nos estados de Santa Catarina e Paraná. Somente no Paraná, o governo cedeu 1.700.268 hectares para a companhia. Crucial para os planos de desenvolvimento, a Companhia planejava vender

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977. p. 70-71).

Segundo Valentini (2009), em 1907, a *Brazil Railway Company* iniciou a construção do trecho de União da Vitória rumo a Marcelino Ramos. Em abril de 1908, foi inaugurado o primeiro trecho de 51 km e, um ano depois, completou-se o segundo trecho de 50 km, homenageando-se o Presidente da República com a nomeação da nova estação como Presidente Penna, o qual compareceu à inauguração. No entanto, foi necessário intensificar os trabalhos para a conclusão até Marcelino Ramos no prazo acordado no contrato com o governo. Para isso, o número de trabalhadores contratados passou de 5.000, de modo que, ao trabalhar em ritmo acelerado, ao contratar trabalhadores para determinados trechos e ao construir pontes temporárias de madeira ao longo da linha, a Companhia concluiu os trabalhos em dezembro de 1910.

A passagem dos trilhos pela região precipitou várias transformações sociais, modificando fundamentalmente a vida dos caboclos da região³². A construção da estrada de ferro, em si mesma, já ocasionou transformações substanciais. O trabalho de derrubada das matas e de deslocamento de terras exigia um contingente muito grande mão de obra, o que significou o deslocamento constante de um grande número de pessoas. Segundo Carvalho (2008, p. 51), há indícios de que, apesar do trabalho na construção da ferrovia ser uma oportunidade para “complementar o ganho da lida no campo, os sertanejos se submetiam a relação de trabalho muito piores do que aquelas a que estavam sujeitos nas fazendas”. Acerca das modificações que essas novas relações significaram na vida dos caboclos, Duglas Monteiro relatou:

essas terras para os colonos que iriam então usar a ferrovia para embarcar os seus produtos da agricultura. Ainda, a Companhia descreveu a área incluída nessa doação como excessivamente rica, fértil, bem irrigada e que o clima não é desagradável para a raça branca. Em relatório escrito em 1909, Farquhar destacou que no sul do Brasil “o solo é muito fértil e próprio para trigo, milho, arroz, algodão, frutas e vegetais de praticamente todos os tipos” (GAULD, 1964, p. 210).

³² Transformações ocorridas nas vidas dos trabalhadores da *Lumber*, especialmente nos costumes e práticas coletivas dos moradores do planalto, também exerceram influência sobre a cultura local. “No bojo do processo de implantação de concepções capitalistas na região do planalto norte de Santa Catarina, o trabalhador da *Lumber* e a população local, de maneira geral, passaram a ser objeto de um processo de controle e disciplinarização do tempo e do espaço de trabalho (da produção), e, também, do controle dos seus padrões de conduta familiar e social, que deveriam estar alinhados às expectativas instituídas pela sociedade em processo de transformação. O controle social da classe trabalhadora passou também, pela vigilância contínua da bodega, espaço reservado ao lazer dos moradores da região (TOMPOROSKI, 2006, p. 70).

Os estabelecimentos da *Brazil Railway*, como também da *Southern Lumber* na área, faz com que surjam modalidades novas de controle, de violência e repressão. Se ambas dispunham de polícia própria, distinguia-se esta dos bandos tradicionais de capangas por estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses pessoais de determinados “coronéis” (MONTEIRO, 1974, p. 44)

Com a conclusão da obra, o número de trabalhadores diminuiu e seu destino foi bastante variado: muitos retornaram às suas colônias de origem; outros foram trabalhar nas obras do ramal São Francisco ou se tornaram empregados nas serrarias vinculadas a própria companhia; outros devem ter se tornado colonos nos núcleos fundados pela *Brazil Railway* ou, ainda, ocupado terras devolutas na região, embora essa última opção deva ter se tornado cada vez mais difícil em função da própria colonização em curso (ESPIG, 2008, p. 352-355).

Figura 2 - Mapa do trajeto da linha, localidades próximas e as principais cidades da região.



Fonte: Valentini (2009, p. 108).

A expansão da companhia por meio da exploração da floresta nativa possibilitou a implantação da indústria madeireira e resultou na criação de subsidiárias como a *Brazil Development and Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*³³, estimulando a vinda e contratação de imigrantes para trabalharem na construção da estrada de ferro e para a exploração de madeira, carvão e lenha. Essa situação contribuiu

³³ Os motivos da substituição do nome *Southern Brazil Lumber Company* por *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* não são esclarecidos devidamente, apenas observa-se que, a partir de 1913, sempre que foi citada em documentos oficiais, aparece o nome *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* ou simplesmente *Lumber*. Na mudança do nome da Companhia, o acréscimo da palavra colonização (*colonization*) ao de madeira (*lumber*) parece ter acontecido por razões óbvias, já que grandes áreas de terra foram adquiridas para fins de exploração madeireira e, conseqüentemente, poderiam ser revendidas aos colonos pela mesma empresa sem precisar recorrer a outra subsidiária do mesmo grupo (TOKARSKI, 2006).

para o povoamento da região por descendentes de europeus. A *Lumber* instalou duas grandes serrarias na região, uma em Calmon e outra em Três Barras que, na época, era considerada a maior serraria da América Latina, altamente mecanizada, com ramais ferroviários próprios e cerca de oitocentos trabalhadores (VALENTINI, 2009).

A instalação de um empreendimento desse porte modificou substancialmente a economia da região, a começar pela retirada da própria floresta que servia de apoio à subsistência dos caboclos da região, seja pela caça, seja pelo aproveitamento comunal de seus frutos ou pela coleta da erva-mate, atividades que passaram a ficar seriamente prejudicadas. Por outro lado, implicou também na falência dos pequenos engenhos de serrar que existiam na região. Mas a transformação que os caboclos parecem ter sentido de forma mais dramática estava ligada ao processo violento de expulsão dos posseiros³⁴ com a chegada da ferrovia e a construção da serraria. A empresa responsável pela construção da estrada de ferro pressionava o governo para enviar tropas federais para retirada dos caboclos que reagiam à expansão capitalista que os expulsava de suas terras. Desse modo, deu-se início à retirada forçada dos caboclos, iniciando uma guerra entre os caboclos e as multinacionais, o governo e as oligarquias (VINHAS DE QUEIROZ, 1977; VALENTINI, 2009; CARVALHO, 2009).

A *Lumber* explorou a madeira no Território Contestado até 1940, quando do término do prazo de cinquenta anos concedido pelo governo brasileiro para a exploração, colonização e utilização das terras marginais à ferrovia – independentemente de tais terras serem oriundas de concessão ou mesmo adquiridas. Desse modo, Getúlio Vargas promoveu a retomada de todos os bens da *Lumber*³⁵ e das demais empresas do grupo de Percival Farquhar (THOMÉ, 1980).

2.5 A RELIGIOSIDADE

Concomitante à disputa pelos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e os conflitos pela posse das terras, o movimento caboclo do Contestado foi marcado por uma forte influência religiosa, especificamente pela presença de alguns monges que percorreram o sul do país no século XIX e início do século XX. A mensagem desses profetas, pregadores itinerantes, teria servido como catalisador da insatisfação dos caboclos e contribuído para a

³⁴ Autores como, Carvalho (2009), Fraga (2010), Vinhas de Queiroz (1977), Thomé (1980), Gallo (1999) e Wachowicz (2001) consideram a expulsão dos posseiros (caboclos e caboclas) pela *Brazil Railway Company* como o principal elemento que levou a deflagração da Guerra do Contestado.

³⁵ Decreto-lei nº 2.436, de 22 de julho de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De12436.htm#:~:text=Incorpora%20ao%20patrim%C3%B4nio%20da%20Uni%C3%A7%C3%A3o%20do%20seu%20passivo. Acesso em: Nov. 2020.

eclosão da guerra e a organização dos redutos. Devido à forte expressão religiosa do Contestado, ele fora denominado de movimento messiânico (VINHAS DE QUEIROZ, 1977) e de movimento milenarista (MONTEIRO, 1974). E a ele também foram atribuídas características apocalípticas e escatológicas.

Todos os autores que buscaram explicar a Guerra do Contestado não fugiram à necessidade de reconstruir a trajetória dos monges³⁶, cuja presença e atuação tiveram importância fundamental. Algumas pesquisas feitas sobre João Maria apontam para a existência real de, pelo menos, dois homens chamados de João Maria que passaram pela região em épocas distintas (CABRAL, 1960; THOMÉ, 1989; FACHEL, 1995). Esses monges eram tidos como profetas, curandeiros, santos ou conselheiros que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade (FRAGA, 2006).

O aparecimento do primeiro monge, no sul do Brasil remonta à década de 1850³⁷. Italiano, vindo da região de Sorocaba-SP, tido por João Maria d'Agostini³⁸, teria passado pela região e se instalado na região do Campestre, próximo a Santa Maria (RS). Segundo Fraga (2006), o presidente da Província do Rio Grande do Sul, incomodado com a aglomeração de pessoas, expediu uma ordem para prender o monge. Antes disso, o monge se retira para São Paulo, onde foi preso e deportado para o Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo quanto tempo teria ficado no Rio de Janeiro. Há notícias de que, por volta de 1850, teria passado pela Lapa e, em 1851, em Mafra, Rio Negro e em Lages – trânsito que chega até os anos de 1870³⁹. As descrições sobre a figura do monge o identificam como “de estatura baixa, de cor clara, tinha grisalhos os cabelos, pardos os olhos, regulares o nariz e a boca, a barba cerrada e o rosto comprido, aleijado de três dedos da mão esquerda” (CABRAL, 1979, p. 109).

Cabral (1979, p. 113) assinala a passagem do monge no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. A imagem aí expressa acerca do monge João Maria era de que ele foi um “homem desapegado, bom e justo. Seus hábitos eram de um homem simples, vestia um

³⁶ Há ampla historiografia que discute acerca da existência histórica e da atuação dos monges: Queiroz (1977); Cabral (1960; 1979); Fachel (1995); Tomazi (2005); e Karsburg (2010).

³⁷ Não há um consenso sobre a data exata da chegada de João Maria de Agostini ao Rio Grande do Sul. Acredita-se, contudo, que foi em 1848, de acordo com os relatos de uma entrevista dele ao General Andréia, que era, até então, o Presidente da Província gaúcha (CABRAL, 1979, p. 118). Há relatos do ano 1851 que narram sua passagem pelos sertões paranaenses e catarinenses em Rio Negro (CABRAL, 1979, p. 137).

³⁸ Importante estudo da trajetória do primeiro monge é feito por Alexandre Karsburg em sua tese “O eremita do novo mundo”, UFRJ, Doutorado em História, 2012.

³⁹ Ao contrário do que se escreveu até pouco tempo, de que teria desaparecido sem deixar pistas para onde foi, uma pesquisa recente aponta o eremita Juan Maria de Agostini, peregrino de desertos e montanhas do sul dos Estados Unidos entre 1863 e 1869, foi assassinado numa gruta próxima ao povoado de Mesilla, estado do Novo México nos Estados Unidos (KARSBURG, 2010). Existem, também, outros locais onde há registros de seu sepultamento.

hábito parecido com os dos Franciscanos, dormia sobre uma tábua e alimentava-se de frutos, além de algumas dádivas dos sitiantes próximos”. Levantava cruzeiros e praticava curas utilizando-se de ervas medicinais da região e fontes de água que o povo passava a considerar santas. “Nada aceitava, salvo algumas ofertas de frutos e leite. Se lhe deixavam outros alimentos ou dinheiro, quando não recusava de imediato, distribui-os aos pobres logo depois”. As práticas religiosas⁴⁰ de João Maria d’Agostini marcaram a vida dos caboclos. “Era sobre coisas santas, entremeava-se de conselhos sobre preces e penitências, em tudo condizentes com os mandamentos da Igreja” (CABRAL, 1979, p. 114).

Num período posterior, outro monge, cuja presença é a mais marcante entre os caboclos, passou pela região. Peregrinou pela região entre os anos de 1890 e 1908 e raramente passava por um lugar mais de uma vez (CABRAL, 1979, p. 147). Teve uma relação mais direta com a guerra, seja pela proximidade do tempo, seja pela inspiração nas ideias⁴¹ que circulavam entre os caboclos. Apontado em algumas fontes com o nome de Anastás Marcaf, auto intitulava-se João Maria de Jesus. Para Cabral (1960, p. 163), o fato de esse monge ter tomado o nome do primeiro “fez reviver a sua memória, ampliou a área em que a mesma se tornaria conhecida e tornou uma só pessoa as que eram verdadeiramente duas”. Dizia estar pagando penitência e atendendo a uma visão. Da mesma forma como o anterior, erguia cruzeiros e tinha fama de curandeiro. A atividade de João Maria de Jesus era “conversar com as pessoas, indicar medicamentos e transmitir seus mandamentos” (MACHADO, 2001, p. 158).

No contexto das disputas de terra, acirradas na passagem do Império para a República, cujas mudanças políticas privilegiariam “as oligarquias e coronéis, em detrimento dos posseiros

⁴⁰ Pregava a palavra do evangelho e tinha devoção pelas virtudes da Igreja, “institui, então, uma devoção. Constrói uma ermida. Levanta as 14 cruzes do Calvário, os 14 passos da Via Sacra” (CABRAL, 1979, p. 124). As cruzes que levantava eram sempre de cedro, nunca de outra variedade de madeira (CABRAL, 1979, p. 136). Quando as cruzes brotavam, os caboclos interpretavam como um milagre (TONON, 2010, p. 93). Na descrição de Auras (1997, p. 27), a partir do que ela trata como catolicismo rústico, o monge “Carregava sempre uma caixinha que, fazendo as vezes de um pequeno oratório, encerrava uma imagem de Nossa Senhora. Aconselhando, pregando o evangelho ao seu modo, distribuindo rezas, consolando, curando, arbitrando as divergências dos sertanejos, batizando, granjeou profunda admiração e respeito pelos moradores daquelas bandas, sendo venerado como um santo. A pé e sozinho, vagueava de povoação em povoação. Recusava ofertas de pouso, preferindo um rancho abandonado ou o abrigo de uma árvore, e comumente, até um prato de comida, já que se acostumara a alimentar-se de erva e pinhão. [...] E não permitia ajuntamentos prolongados de pessoas ao seu redor, seguindo seu destino errante sempre que isso teimava em ocorrer. Apocalíptico, previa castigos e flagelos para a humanidade e a vinda de muitos monges no futuro”. Para as práticas religiosas do monge, ver também Tomazi (2005).

⁴¹ De acordo com Tonon (2010, p. 91) João Maria de Jesus teria anunciado a chegada de uma praga de gafanhotos que, mais tarde, foram associadas às serras da empresa *Brazil Railway Corporation* que ceifaram as matas de araucárias da região. As suas ideias políticas eram influenciadas pela Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, e “não nutria simpatia pela república. Era um apreciador do regime monarquista” (TONON, 2010, p. 107). Para as caboclas e os caboclos, o regime monárquico era tido como um tempo em que “não foram atacados e explorados. A república parecia-lhes um regime de terror, que impedia suas rezas, dispersava-os a bala e, não satisfeita, ainda procurava expulsá-los de suas terras” (WACHOWICZ, 2001, p. 205).

e sitiante sertanejos, o monge exerce seu ministério profético. João Maria de Jesus será o arauto da esperança, o lenitivo, o consolo para os sertanejos diante de tantas iniquidades a que estão submetidos” (TONON, 2010, p. 113-114). Como descreve Fraga (2006, p. 76-77),

O monge foi mais atuante nesse período inicial da República, quando crescia o poder dos latifundiários e dos grupos políticos locais, submetendo duramente a população rural do país. Desamparados, sem terem a quem recorrer, os pobres sertanejos viam no monge o consolo para seus males e acabavam seguindo seus conselhos, que para este povo servia muito mais do que remédios ou bênçãos dos padres da região. Não se tem dúvida de que algumas das atitudes do segundo monge eram semelhantes às do primeiro. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto, preferindo a copada das árvores. Não se recusava em falar ao povo que o cercava.

O seu desaparecimento da região se deu de forma misteriosa⁴², porém, permaneceu viva a sua memória e a crença fiel nas suas palavras. Em todo Território do Contestado ainda existem poços, cruzeiros, imagens e fotos do monge, verdadeiros símbolos da religiosidade popular dos antigos moradores. Para os caboclos e as caboclas que acreditavam em São João Maria, ele não havia morrido, apenas se retirado. Por vezes as histórias contadas se confundem com o tempo histórico em que cada um dos monges passou ou esteve no Contestado⁴³, porém, isso pouco importa, pois “João Maria era um, que era dois e era dois, que era um” (SCHÜLER, 2004, p. 38). A experiência religiosa do Contestado, contudo, passaria a encontrar em João Maria sua principal referência. Isso se deu de tal modo que “sem a mediação da palavra do profeta, legitimada pela população, fica difícil imaginar a Guerra do Contestado nos moldes como ela se desenvolveu” (GALLO, 2008, p. 213).

A esses dois monges se soma um terceiro personagem, de nome Miguel Lucena de Boaventura, cuja aparição data da década de 1910, na região de Curitiba e Campos Novos. Embora as fontes não permitam afirmar que desejasse ser identificado na linha dos monges anteriores⁴⁴, é certo que se beneficiou do reconhecimento popular deles, autodenominando-se José Maria de Santo Agostinho. Vinhas de Queiroz (1977, p. 79) afirma que José Maria tinha

⁴² Há relatos de que gostava do morro de Taió e afirmava que, finda a sua peregrinação, haveria de ir para lá. Outra versão o dá como tendo partido para Mato Grosso, onde teria acabado seus dias (CABRAL, 1979, p. 172). Para Fraga (2006, p. 78), há notícias de que tenha morrido no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; e também que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. “Mas os verdadeiros crentes, que eram a quase totalidade dos sertanejos da área, acreditam que ele apenas se havia retirado para o morro Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem”.

⁴³ No sertão, no planalto, nos vales, nas coxilhas, todavia, São João Maria é um só (CABRAL, 1979, p. 164). Aliás, o santo não é João Maria de Agostini nem João Maria de Jesus. É, apenas, João Maria, São João Maria (CABRAL, 1979, p. 166). Na memória popular dos descendentes do Contestado “houve apenas um Santo de nome João Maria, que habitou e passou pela região” (TOMAZI, 2005, p. 124).

⁴⁴ Algumas fontes indicam que José Maria dizia ser irmão de João Maria, embora alguns depoimentos afirmem somente que José Maria chamava de “nosso irmão” o antigo monge (CABRAL, 1979, p.179; VALENTINI, 2000, p. 77).

relações de amizade com posseiros da região do Irani, no município de Palmas, e que os considerava como sua gente. O que daria sentido à sua decisão posterior de seguir para aquela região.

As descrições sobre a figura de José Maria diziam que ele era “um homem bem nutrido, de pernas sólidas. A barba cerrada, o olhar vivo, o nariz largo, de ventas grandes, um pouco achatado, tem mais aspecto de um homem do nordeste do que das regiões sulinas” (CABRAL, 1979, p.193). Seus hábitos religiosos eram menos rigorosos que os dos seus antecessores, não gostava do isolamento e não fazia penitências.

José Maria teria alcançado fama e atraído muitas pessoas de diversas regiões, principalmente após ter curado a esposa de Francisco de Almeida, um fazendeiro da região. O fazendeiro chegou a oferecer terras e dinheiro a ele, que teria recusado. Diferente dos monges anteriores que procuravam dissuadir o povo de segui-los ou da permanência em seu redor, José Maria estruturou uma espécie de consultório, chamado “Farmácia do Povo”, utilizando as diferentes ervas da região e elaborando receitas para os que o procuravam (MACHADO, 2001, p. 451). Os tratamentos terapêuticos eram compostos de receitas de remédios e de rezas terapêuticas. De acordo com Cabral (1979, p.188) eram “dados como remédios acertados e por isso o povo o procura”. José Maria faleceu no combate em Irani, no dia 22 de outubro de 1912 (CABRAL, 1979, p.183).

As práticas religiosas dos monges não eram bem aceitas por parte da igreja católica. Segundo Monteiro (1974, p. 87-91) e Vinhas de Queiroz (1977, p. 56-57), Frei Rogério Neuhaus⁴⁵ teve contato tanto com o monge João Maria, quanto com José Maria, no intuito de impor o catolicismo erudito frente ao catolicismo rústico⁴⁶ pregado por eles aos caboclos. Com relação ao catolicismo popular, o frei oscilava entre a compreensão e a condenação. Afirma Auras (1997, p. 55-56) que

Frei Rogério também era tido como santo por muita gente. Mas sua ortodoxia e a facilidade com que circulava nas antessalas do poder criava, nos caboclos, um comportamento defensivo que se manifestava numa confiança desconfiada [...] o padre aliava-se explicitamente ao Estado

⁴⁵ De nacionalidade alemã, Frei Rogério Neuhaus pertencia à Ordem Franciscana e atuava na região de Lages (SC) Sua maior preocupação era o indiferentismo religioso: “Quase não se conhecia a recepção dos santo-sacramentos, da confissão e da comunhão [...] Só quando havia festa o povo acorria, mas - abstraindo raras exceções - não para rezar, mas para se divertir” (AURAS, 1997, p. 54)

⁴⁶ Sobre a compreensão do catolicismo rústico, ver Marli Auras (1997).

Stulzer (1982, p. 31) relata uma citação de Frei Menandro Kamps sobre o monge João Maria: “Uma palavra de sua boca valia e vale ainda hoje mais do que as verdades eternas do evangelho, do que quaisquer instruções de sacerdotes, bispos, e, até o Santo Padre”. Havia certo ressentimento quanto à credibilidade do monge junto ao povo. Telmo Marcon (2008, p. 147-148) aponta que, enquanto o discurso racionalizado da igreja oficial apresentava uma lógica dedutiva, que partia dos ensinamentos abstratos e dogmáticos para cobrar uma determinada conduta de vida aos caboclos, os monges partiam da realidade cotidiana⁴⁷ dos caboclos para então interpretar a Bíblia e dar sentido concreto à realidade social que se apresentava.

Tanto a presença dos franciscanos quanto a atuação dos monges fizeram parte do universo religioso dos caboclos e caboclas. Os franciscanos chegaram para estabelecer controle da religiosidade nos sertões, conferem padrões de crenças e ritos litúrgicos diversos do cotidiano dos sujeitos sociais. Nos espaços dos caboclos, o conjunto de práticas religiosas fazia parte do mundo leigo, com ênfase para os rituais de festas associadas às procissões, cantorias, ladainhas (AURAS, 1997). Os ensinamentos dos monges se constituíram elementos fundamentais da cultura cabocla, tornando-se centrais para a construção das explicações e justificativas para a guerra por parte dos caboclos, cujos traços, condensados no tempo da Guerra, caracterizam o processo posterior a ela⁴⁸.

Baseados em compreensões morais e religiosas que já faziam parte de sua cultura, os caboclos construíram uma nova identidade política e também formularam um projeto político de sociedade. Tal construção se deu “a partir da interação dialética entre estes dois aspectos, no fim inseparáveis: as práticas coletivas e costumeiras em relação à terra e a religiosidade marcada profundamente pela figura dos monges itinerantes que percorriam o planalto. A religiosidade que impregnara o Contestado teve consequências práticas efetivas” (AURAS, 1997, p. 52). A religiosidade se tornou um caminho para a elaboração da resistência frente às profundas e

⁴⁷ Dentre as fontes utilizadas por Marcon (2008), estão as trovas e mandamentos das leis da natureza deixados pelo monge. Foram recolhidos por Euclides Felipe na década de 1950 e publicados em 1995. A insistência em pregar uma atitude de respeito à natureza guardava uma relação com a experiência vivida pelos caboclos ao longo do século XIX no aproveitamento daquilo que era conseguido diretamente nas matas e florestas, garantindo parte da sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, colocava-se contra os valores capitalistas que começaram a colonizar as relações sociais constituídas no planalto. A propriedade privada da terra, o aproveitamento industrial da floresta, as restrições de acesso aos ervais nativos chocavam-se frontalmente com os valores de preservação da natureza, de lealdade nas relações sociais, pregados pelos monges e incorporados pelos caboclos.

⁴⁸ Para Tonon (2008, p. 230), os monges, ao se posicionarem ao lado dos sertanejos, são o explicativo mais plausível de se entender os laços simbólicos construídos entre ambos. A materialidade das condições de vida dos sertanejos diante do novo contexto histórico de transformações econômicas radicais e da nova dinâmica política que se estabeleceu nos sertões se deteriorou, restando-lhes, na experiência da fé alimentada pelos monges o grande conforto da esperança para enfrentarem as questões do dia a dia.

rápidas alterações econômicas e sociais que modificaram substantivamente a estrutura de mando na região.

Os caboclos e as caboclas, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do monge São José Maria, que os incentivou a lutar pelos seus direitos – a fé inabalável se constituiu como fator de coesão popular camponesa que os manteve em guerra civil durante quatro anos. (FRAGA, 2016, p. 32).

Duglas Monteiro (1974) observa que a Guerra do Contestado foi um movimento de um caráter milenarista⁴⁹. O messianismo e o milenarismo presentes na Guerra do Contestado não devem ser encarados como causas do conflito⁵⁰, porém como elementos presentes na cultura cabocla a partir das tensões surgidas no enfrentamento das transformações em curso na região no início do século XX. O sentido milenarista traz também implicações no modo como os caboclos manifestam sua ideologia em relação à vida política. É a crença na constituição de um mundo diferente que leva o movimento do Contestado a adotar, em meio à simbologia das práticas e rituais, um caminho possível para concretizar os ideais de igualdade e fraternidade. A religiosidade cabocla era um elemento chave para a leitura do mundo e para a construção de valores que certamente foram utilizados para enfrentar as forças do governo. Como afirma Telmo Marcon:

O desafio permanente que se coloca é o de como pensar as práticas de religiosidade enquanto constitutivas dos modos de vida dos caboclos e como dimensão fundamental da cultura. As práticas nos desafiam a pensar nas concepções de mundo que são referências para a leitura do próprio mundo que, na cultura cabocla, passa pela mediação da religiosidade (MARCON, 2008, p. 152).

⁴⁹ O milenarismo camponês é considerado por Eric Hobsbawm (1978) a base das principais correntes de contestação política e econômica do século XX. Para ele, os movimentos ditos “primitivos” de resistência e protesto antimoderno tendem a ser ignorados ou menosprezados pela historiografia, que acaba enxergando-os como fenômenos marginais. De acordo com ele, a essência do milenarismo, a esperança de uma transformação completa e radical do mundo que se traduzirá na chegada do novo milênio, está presente em todo movimento revolucionário. O “novo milênio”, na concepção cabocla, representava a ruptura de um tempo de miséria e exploração e o advento de uma nova estrutura social, baseada na igualdade. Para Vinhas de Queiroz (1977, p. 289), o Contestado foi um movimento messiânico. O autor afirma, ainda, que “todo movimento messiânico ou paramessiânico implica, logo de início, em uma recusa ao mundo, isto é, ao mundo dos homens, ou seja, ao conjunto de relações sociais tal como se apresenta à coletividade dada”. Gallo (1999, p. 15), refere-se ao messianismo como “um fenômeno que se repete na história, quando o povo clama por justiça”. Se o Contestado foi ou não um movimento messiânico é tema que merece tratamento aprofundado. Mas, compreende-se que os sentidos e significados trazidos e deixados pelos monges são carregados de potencialidades no sentido da luta e resistência frente à estrutura social existente e àquela que se implantava com a chegada do capital internacional.

⁵⁰ Como, por exemplo a abordagem de José Maria Cavalcanti (1995, p. 125) que afirma que o monge “despertou o misticismo latente na alma dos sertanejos, fanatizando-os, congregando-os em redutos...” e também Derengoski (2000) que associa a religiosidade ao fanatismo.

Segundo Machado (2004), a caracterização do movimento do Contestado enquanto messiânico ou milenarista, comum na bibliografia sobre o tema, teria acabado por desprezar aspectos muito importantes do movimento. Segundo ele, ao movimento sertanejo do Contestado não cabe o conceito de “pré-político”, mas se trata claramente de um movimento político, uma vez que os caboclos tinham clareza quanto às forças com e contra as quais estavam lutando. Seus principais alvos eram os chefes políticos locais, os grandes fazendeiros, os especuladores das terras e os interesses estrangeiros na região. Houve, segundo ele, “duas faces” no movimento: a religiosa e a crítico social.

Paralelamente ao discurso religioso de uma “guerra santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da monarquia celeste e da religião santa, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos quanto por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas da sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros” (MACHADO, 2004, p. 26).

Assim, para Machado (2004, p. 35), mesmo tendo adotado um discurso religioso enquanto linguagem geral da resistência, os caboclos possuíam clareza acerca das forças sociais diante das quais se levantavam. Por isso, longe de ser uma revolta alienada, o Contestado “com todas as suas especificidades, não deixou de ser um episódio importante na história da luta de classes no Brasil”. É em meio a esse conjunto de elementos que tensionavam as vidas dos caboclos e caboclas da região, e as relações sociais marcadamente alteradas pela presença do Estado e do capital internacional, que se desenrola a guerra.

2.6 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA GUERRA DO CONTESTADO

Considerando o conjunto dos elementos já apresentados⁵¹, que aumentaram a tensão social na região, é em meados de 1912, em um ajuntamento⁵² em torno de José Maria, na comunidade de Taquaruçu⁵³, que se localiza o estopim da guerra. Taquaruçu ficava no

⁵¹ Ao fazermos esta breve descrição do desenvolvimento do conflito seguimos Machado (2001; 2004); Rodrigues (2008); Vinhas de Queiroz (1977); Monteiro (1974); e Carvalho (2009). Não se trata de uma descrição pormenorizada, já tratada por muitos estudiosos, à qual aqui não se pretende acrescentar novos elementos. Trata-se, antes disso, de situar nossa reflexão permitindo, posteriormente, recuperar o enfoque desta pesquisa.

⁵² Convidado para a festa do Bom Jesus, a ser realizada em 6 de agosto, José Maria chega ao local acompanhado por muitas pessoas que não queriam mais se separarem dele. Sua presença no Taquaruçu se estendeu para além da festa, permanecendo mais de um mês na localidade, conduzindo orações, recitando passagens da Bíblia e da história de Carlos Magno, além de continuar receitando ervas. Isso ocasionou um aumento do número de pessoas no local assim como a sua fama (MACHADO, 2001, p.170).

⁵³ Após o combate no Irani, Taquaruçu se tornou o primeiro reduto localizado à época no município de Curitiba. Hoje a área do antigo reduto caboclo pertence ao município de Fraiburgo.

município de Curitiba, então dominado pelo Coronel Francisco de Albuquerque, que considerou o ajuntamento em torno de José Maria uma ameaça ao seu poder. Suspeitava que o coronel Henriquinho de Almeida tentava atrair o grupo de José Maria em sua oposição. Foi nesse contexto, segundo Soares (1931, p. 17), que Albuquerque fez contato com o governador Vidal Ramos, seu aliado político, afirmando que os fanáticos haviam proclamado a monarquia⁵⁴ nos sertões do Taquaruçu e pedindo providências no sentido de enviar o regimento de segurança do estado para dispersá-los.

Quando soube que as tropas do estado de Santa Catarina começavam a se mobilizar, José Maria se deslocou para o sertão de Palmas, na localidade denominada Irani. Foi acompanhado por cerca de quarenta pessoas⁵⁵. Em Irani se formou um novo grupo em torno de José Maria, passando a atrair muitas pessoas e o governo do Paraná foi avisado da entrada do grupo de “fanáticos” em seu território. A notícia causou apreensão nas terras de Curitiba, pois acreditava-se que a concentração estava relacionada com a questão dos limites entre os estados. De tal forma que, em outubro de 1912, o governo do Paraná enviou à região uma tropa composta de 265 soldados do regimento de segurança sob o comando do Coronel João Gualberto. Pretendia-se uma ação rápida para a dispersão dos caboclos e foram travadas tentativas pacíficas para a dispersão dos caboclos por parte do Coronel Domingos Soares (superintendente do município de Palmas). Os caboclos pediram prazo para se retirarem, o que não foi respeitado por João Gualberto que atacou o agrupamento em 22 de outubro de 1912, marcando a primeira batalha do conflito armado⁵⁶.

Sob as ordens de João Gualberto, a tropa do governo enfrentou pouco mais de 200 sertanejos. Uns a cavalo, outros a pé, eles evitaram ao máximo o tiroteio e atravessando uma funda canhada onde desapareceriam da vista das forças legais, caíram de supetão, a garrucha e o facão de pau, sobre os soldados. O auge do combate se deu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta, José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo a força do Paraná,

⁵⁴ Os estudiosos da Guerra do Contestado reconhecem que é muito difícil precisar o momento da origem do monarquismo caboclo. Atualmente, há um consenso de que essa denominação não estava baseada numa esperança de retorno dos Bragança ao poder no Brasil, mas expressava a visão positiva que as classes populares tinham do regime monárquico em si (o mito do “bom Rei”) além das referências bíblicas e religiosas (Jesus como “Rei dos Reis”, por exemplo) que identificavam a monarquia como forma de governo naturalmente correta. Paulo Pinheiro Machado encontrou apenas uma referência nesse sentido em toda a documentação pesquisada por ele, enquanto os “Vivas à Monarquia” eram recorrentes. (MACHADO, 2004, p. 216)

⁵⁵ Segundo Soares (1931, p. 31) ao passar pelo município de Campos Novos, tentou convencer o grupo a se dispersar e retornar para suas casas. Eles, no entanto, não queriam abandoná-lo pois viam que José Maria como vítima da perseguição de Albuquerque.

⁵⁶ Esse combate ocorreu na localidade de Banhado Grande, em Irani. O fato ficou conhecido como a Batalha do Irani. Morreram no confronto doze caboclos e o monge José Maria, mais nove soldados e o coronel João Gualberto. O combate do Irani, mesmo com poucos mortos, foi trágico. As elites paranaenses e nacionais passaram a “demonizar” os sertanejos, estigmatizando-os como um grupo de fanáticos, jagunços, ao mesmo tempo em que o capitão João Gualberto passou a ser considerado um grande herói pelos militares, sendo hoje patrono da Polícia Militar do Paraná (CABRAL, 1979; AURAS, 1997).

João Gualberto, que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo, foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 106-107).

Após mais ou menos um ano desse primeiro conflito, os caboclos voltaram a se juntar na localidade de Taquaruçu, para esperar a volta de José Maria⁵⁷. Os acampamentos dos caboclos, após aquele período, ficaram conhecidos como redutos⁵⁸, assim descritos por Valentini

Geralmente os redutos eram construídos em clareiras abertas na mata [...] O tamanho e o número de habitantes que faziam parte de um reduto podia variar, sendo que alguns foram denominados de redutinhos devido ao pequeno número de componentes. Mas alguns redutos chegaram a ter milhares de habitantes (VALENTINI, 2003, p. 80-81).

De acordo com Machado (2004, p. 191), nesse período, os caboclos seguidores do monge vivenciaram um processo de “reelaboração mística que tinha entre seus elementos fundamentais a crença no retorno de José Maria à frente de um exército encantado”. Não só os sobreviventes do conflito, mas também todos aqueles que continuaram fiéis ao monge, teriam elaborado uma interpretação sobre a injustiça cometida pelas tropas oficiais que mataram José Maria e parte de seus seguidores. Realiza-se, então, um processo de “reencantamento do mundo” (MONTEIRO, 1974), no qual os seguidores de José Maria se estruturam em irmandades, criando laços de solidariedade e vida comunal. As notícias do sistema em que viviam nos redutos, de vida coletiva, com divisão de bens e sem grandes necessidades, atraíram inúmeros sertanejos. Eram compadres, vizinhos, parentes que se juntaram nos redutos que passaram a contar “com grande simpatia e admiração da população pobre do planalto. Sua fama de invencibilidade converteu a vida nos redutos em baluarte de resistência ao poder do Estado e dos coronéis” (MACHADO, 2004, p. 244).

⁵⁷ A crença na ressurreição de José Maria começa ainda no local do combate. José Maria é colocado na cova e coberto com algumas tábuas para que pudesse se levantar no momento da ressurreição. Os caboclos e as caboclas acreditavam que José Maria regressaria no Exército Encantado de São Sebastião (MONTEIRO, 1974).

⁵⁸ Auras (2011, p. 87) destaca que a prática igualitária vivida nos redutos representava a antítese do mundo anterior, “a vida no reduto transcorria em clima de festa. Todos os bens que os caboclos possuíam [...] eram desfrutados em comum, tudo era repartido entre todos. Nada era vendido, sendo essa prática expressamente proibida pela irmandade [...]. Alguns depoimentos de sobreviventes dos conflitos e algumas fontes militares dão conta de que no interior dos redutos se constituiu uma relação igualitária entre os caboclos”. Esse elemento possivelmente foi adotado desde o primeiro ajuntamento. Essa ideia de um igualitarismo pode ser entendida como uma das características fundamentais da sociedade justa que os caboclos pretendiam construir. Machado lembra que esse igualitarismo não foi absoluto, visto que havia diferenças “não muito grandes” entre as condições de vida das lideranças e dos demais rebeldes. Mesmo assim, o igualitarismo “existiu como algo central na vida dos redutos” (MACHADO, 2004, p. 211).

O rápido crescimento do reduto, além de demonstrar que a crença na ressurreição de José Maria era bastante forte na região, causou apreensão nos grandes fazendeiros do planalto catarinense. Segundo Valentini e Radin (2012), primeira investida dos militares contra o reduto foi traçada por Gustavo Lebon Régis⁵⁹ e estava organizado em três frentes que deveriam convergir sobre o reduto, atacando-o simultaneamente. Além dos soldados do exército, contavam com reforços de civis locais ou vaqueanos. A investida ocorreu no dia 28 de dezembro de 1913. Das forças que atacaram o reduto, a que partiu de Campos Novos nem chegou ao objetivo e retirou-se em pânico. A de Caçador, após rápido tiroteio, debandou-se. A de Curitibanos, por sua vez, lançou-se ao combate, mas, desconhecendo o terreno, caiu em emboscadas e foi obrigada a retroceder. Essa vitória fez aumentar a fama dos caboclos.

Estima-se que, em janeiro de 1914, Taquaruçu contava com aproximadamente 600 habitantes, quando se iniciou o deslocamento para um novo reduto em Caraguatá. No dia 8 de fevereiro o que restava do reduto de Taquaruçu foi arrasado em combate que permaneceria na memória daqueles caboclos como uma grande injustiça cometida pela República, já que as tropas do exército não pouparam sequer mulheres e crianças⁶⁰.

A partir de 1914, o movimento do Contestado estende sua área de atuação, criando outros redutos⁶¹, elegendo líderes com características mais aguerridas, agregando novos membros. Com o aumento da violência dos conflitos, a partir desse período, “a monarquia cabocla deixa de ser um projeto isolado, relacionado apenas aos devotos, e converte-se, na prática, em meta revolucionária de modificação de toda a sociedade” (MACHADO, 2004, p.

⁵⁹ De acordo com Piazza (1985) Gustavo Lebon Régis era militar de carreira e iniciou a vida política como deputado estadual em Santa Catarina na legislatura 1902- 1903. Reeleito para quatro mandatos consecutivos, em 1910 participou da Assembleia Constituinte de Santa Catarina e em 1912 foi presidente da ALESC. Entre os anos de 1911 e 1912, ocupou interinamente em três ocasiões o cargo de prefeito de Florianópolis. Durante o governo de Vidal Ramos (1910-1914), atuou como secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura do Estado de Santa Catarina de janeiro de 1913 a outubro de 1914. Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Durante sua passagem pela Câmara dos Deputados, de 1915 a 1917, integrou a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, nos anos de 1912 a 1916

⁶⁰ Estima-se em mais de duzentos habitantes os moradores de Taquaruçu. Como os homens adultos haviam se deslocado para a construção no novo reduto de Caraguatá, a tropa oficial abriu fogo sobre um grande número de crianças, mulheres e velhos. A defesa de Taquaruçu foi comandada pela cabocla Francisca Roberta, chamada Chica Pelega. Como os militares temiam uma aproximação que possibilitasse uma luta corpo a corpo, trataram de postar suas forças em trincheira, cercando pelo alto o vale do Taquaruçu, e disparar balas de obuses e descargas de fuzis por um dia, liquidando a população irredutível. No dia seguinte ao bombardeio, a descrição dos poucos sobreviventes e dos próprios militares era aterradora. Mais de duzentas casas e uma Igreja foram destruídas pelos 175 tiros de granadas explosivas. Na cidadela bombardeada, entre os escombros, encontravam-se pernas, cabeças decepadas, pedaços de corpos humanos e de animais (MACHADO, 2011).

⁶¹ Além do Taquarucú, Caraguatá, ao longo do período de guerra, ficaram conhecidos os redutos de Bom Sossego, São Sebastião, Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros.

246). A República⁶² é vista como responsável pela expulsão dos posseiros e pelo favorecimento das empresas estrangeiras, atingindo dessa forma os direitos dos caboclos. A ideia de monarquia permaneceria diretamente associada a dois outros termos utilizados com frequência nos depoimentos e fontes que traduzem a fala dos caboclos: a irmandade e a santa religião (MACHADO, 2004).

A partir do acampamento de Taquaruçu, ocorreu a constituição de uma série de novas práticas e instituições sociais que marcavam e reforçavam a identidade rebelde dos caboclos: as formas, que eram uma espécie de reunião geral da população dos redutos para realização de orações e divisão de tarefas, nas quais também eram comuns os “vivas” à Monarquia, São João Maria e a José Maria e que aconteciam ao menos duas vezes por dia; o corte de cabelo rente à cabeça, as bandeiras brancas e os chapéus com fitas brancas utilizados como elementos distintivos dos seguidores da santa religião; e a organização dos Pares de França. Esse projeto de sociedade vivenciado nos redutos foi construído a partir de referências a um passado, mas também incorporou relações sociais novas de uma sociedade que se pretendia construir com o movimento rebelde (CARVALHO, 2009, p. 140-145).

Nesse período, ganha destaque o papel desempenhado pelas lideranças⁶³. “De João Maria a Adeodato, o último líder, há uma coerência, interna ao movimento, responsável pela formação de seu corpo dirigente. O líder dirá e fará o que o conjunto dos caboclos necessita ouvir e fazer” (AURAS 1997, p. 166). No início dos agrupamentos, os líderes demonstravam sobretudo “conhecimentos e práticas religiosas”. À medida que se acirrava o conflito, além da fé na palavra do monge, outras capacidades passam a ser consideradas, como “maior valentia, maior habilidade no uso de armas, maior conhecimento da área” (AURAS, 1997, p. 167), de modo que pudessem desenvolver estratégias que possibilitassem a defesa e a construção do mundo desejado pelos caboclos.

Em março de 1914, as forças militares atacam o novo reduto de Caraguatá. Os soldados

⁶² Herculano Assumpção reproduziu em seu relato o depoimento de um prisioneiro que afirmou: “O ideal do exército do Sr. José Maria – diz-me Maurílio, possuído de ardente entusiasmo – é a restauração da Monarquia, que é a lei de Deus, pois a República é a lei do diabo” (ASSUMPCÃO, 1917, v.1, p. 79). Outro militar também deixaria o seu testemunho: “os patricios ignorantes ouviam falar melhor da Monarquia que da República. Esta nunca os acariciara e aquela sempre fora uma lei pregada como boa pelos monges” (PEIXOTO, 1995, p. 64). Considera-se, nesse sentido, a memória da Revolução Federalista de 1893 e a participação de antigos maragatos entre os caboclos, bem como a adesão de alguns de seus líderes reforçavam a identificação entre ambas as revoltas e, consequentemente, a oposição ao governo republicano (MACHADO, 2004, p. 214). Entre eles, “a ideia monárquica era, antes de mais nada, um símbolo que exprimia [...] a única alternativa política formal que conheciam em face da República” (MONTEIRO, 1974, p. 110).

⁶³ Aprofundamento detalhado do papel das lideranças caboclas na Guerra é oferecido por Paulo Pinheiro Machado (2004).

do exército foram vencidos pelos caboclos. Desconhecendo a área, os militares se viram encurralados para uma luta corporal com armas brancas, na qual os caboclos levavam vantagem. No final do mês de março, uma epidemia de tifo obrigou a realização de uma nova mudança do reduto para Bom Sossego. Nesse contexto, exerce a liderança Elias de Moraes, antigo oficial da Guarda Nacional, e uma vidente de nome Maria Rosa que, a exemplo do que acontecia no Taquaruçu, com o menino Joaquim, recebia as mensagens do monge e transmitia para os que comandavam os redutos (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 153).

Após a vitória sobre as tropas oficiais no combate de Caraguatá, os caboclos iniciaram uma mudança de atitude, passando a expandir progressivamente o raio de ação do movimento. Nesse período, houve uma progressiva substituição das lideranças mais religiosas pelas chamadas lideranças de briga. (MACHADO, 2004, p. 247). Cresceu a ocorrência de incursões com objetivo de arregimentar novos adeptos aos redutos, intensificando-se os processos de convencimento e de convocação compulsória. Além das estações da Estrada de Ferro e serrarias da *Lumber*, os caboclos procuravam atingir as grandes propriedades particulares, as colônias de imigrantes instaladas pela *Brazil Railway* e os cartórios das vilas e cidades. Os caboclos passaram a promover ataques relâmpagos aos vilarejos, fazendas e tocaias nas estradas. “Os alvos dos ataques eram os principais núcleos ‘peludos’⁶⁴ do planalto: as vilas de Canoinhas, Itaiópolis, Papanduva, Vila Nova do Timbó e Curitibanos e, no ápice do processo, a cidade de Lages, em que houve uma tentativa de tomada, por ser o principal reduto do poder dos coronéis em Santa Catarina” (MACHADO, 2004, p. 261).

Há uma destruição deliberada dos símbolos da injustiça bem como a rejeição aos coronéis e aos chefes políticos. Essa sistemática invasão de cartórios nas vilas atacadas, segundo Carvalho (2009), deve ser entendida como uma atitude que ultrapassa o interesse imediato na solução de disputas de terras, indicando que os títulos de propriedade representavam a sociedade contra a qual se revoltaram. Essas características não ficaram restritas a um curto período do movimento, mas continuaram presentes até os seus momentos finais.

Devemos perceber na construção e na defesa do projeto rebelde a constituição de uma identidade coletiva. Em primeiro lugar ligada aos preceitos religiosos ditados nos redutos, encarados como moral e religiosamente justos. Depois, na construção da oposição entre Monarquia e República enquanto projetos de sociedade distintos. Por último, na questão do direito à terra. Desta forma, o inimigo é o Estado Republicano contra quem os sertanejos estavam dispostos a lutar resistindo à modernidade com todos os aspectos injustos que esta significava. É nesse sentido

⁶⁴ No desenrolar da Guerra, os caboclos passaram a se designarem de “pelados” em contraste com o Exército e as tropas dos coronéis, a quem denominavam de “peludos”.

que podemos defender que a Guerra do Contestado não se deu apenas porque o ajuntamento daqueles sertanejos ameaçava o domínio dos coronéis na região. José Maria e seus seguidores representavam uma ameaça ao próprio cerne da dominação de classe republicana, posto que teimavam em reafirmar a sua cultura e em considerar como injustos e ilegítimos os valores da modernidade capitalista que então se impunham (CARVALHO, 2009, p. 183).

O General Carlos Frederico de Mesquita é nomeado pelo governo federal em abril de 1914 para o comando das tropas do exército, constituídas, na ocasião por aproximadamente mil homens. Percebe as “condições precárias das tropas e, depois de tomar providências nesse sentido, organiza um plano de operações na região” (SOARES, 1931, p. 44-45). Depois de atacar algumas áreas já abandonadas pelos caboclos e criticar a “politicagem” existente no planalto, considerou sua tarefa cumprida e deixou na região apenas um contingente de 200 homens sob o comando do Capitão Matos Costa (AURAS, 1997).

Em junho de 1914, aderiram ao movimento caboclo importantes líderes da oposição política da vila de Canoinhas. Bonifácio Papudo, Antônio Tavares Júnior e Aleixo Gonçalves formaram os seus redutos, ampliando ainda mais a quantidade e o raio de ação dos caboclos. A principal liderança nesse contexto foi Francisco Alonso de Souza, conhecido como Chiquinho Alonso (CARVALHO, 2009). Em setembro de 1914, os caboclos deram início a uma grande ofensiva, atacando as principais vilas de toda a região, várias estações da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, instalações da serraria *Lumber* e colônias de imigrantes europeus. As instalações da *Lumber* em Calmon⁶⁵, estiveram diretamente envolvidas nos acontecimentos da Guerra do Contestado. Em 5 de setembro de 1914 a serraria foi atacada e destruída. Vinhas de Queiróz (1981, p. 190-191) diz que “só foram poupadas as mulheres e as crianças. Incendiaram a serraria da *Lumber*, os depósitos de madeira e demais casas da companhia norte-americana, bem como, a estação ferroviária”.

Após esse incêndio, o general Fernando Setembrino de Carvalho, veterano da Guerra de Canudos, é nomeado pelo governo de Hermes da Fonseca para assumir o comando de uma nova campanha militar, dessa vez contando com todos os recursos bélicos que se fizessem necessários. Setembrino levou para a frente de batalha, além dos soldados do exército, os chamados *vaqueanos*, milícias dos coronéis da região.

⁶⁵ “A grande serraria da *Lumber* ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos de engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos” (PEIXOTO, 1995, p. 158).

Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares de 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, divididos em quatro poderosas colunas – Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos, Passa-Dois e Curitiba; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis. A tática militar foi cercar os camponeses numa região menor, e nela ir penetrando, ainda que lentamente, descobrindo e exterminando os revoltosos, esgotados os últimos apelos de rendição. Até o final do ano, os combates sucederam-se diariamente em toda a zona de guerra. Aos poucos, o cerco foi sendo apertado quando sitiados, sertanejos começaram a sentir falta de alimentos e de munições, e ainda, com doenças e sem condições físicas, muitos se renderam às tropas federais, diante da promessa de anistia e titulação de terras. (FRAGA, 2006, p. 86-87).

Com a morte de Chiquinho Alonso no ataque à colônia de Rio das Antas em novembro, o movimento passou ser liderado por Adeodato Manoel Ramos⁶⁶, que conduziu o movimento até o final. Em dezembro, os caboclos iniciaram a concentração dos vários redutos no Vale de Santa Maria, a fim de encontrarem uma posição de defesa mais segura contra os ataques do exército (MACHADO, 2004). Ao final daquele mês e em janeiro de 1915 a estratégia de cerco⁶⁷ montada por Setembrino surtiu efeito e ocorreram as primeiras rendições em massa.

Os meses de fevereiro e março de 1915 foram marcados por intensos combates que terminaram com o arrasamento do reduto de Santa Maria e a execução de muitos caboclos e caboclas. Em 8 de fevereiro de 1915, foi promovido o primeiro ataque no Vale de Santa Maria sem grande sucesso e redutos menores foram atacados (Timbó e Caçador). Porém, foi no dia 3 de abril de 1915 que as tropas entraram no reduto de Santa Maria. Os caboclos e caboclas que conseguiram escapar com vida foram se reunir nos redutos menores de São Miguel, Pedras Brancas e São Pedro (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 230). Após a vitória sobre o reduto de Santa Maria, a maior parte do efetivo militar deixou a região do Contestado, em maio daquele ano, permanecendo apenas um contingente sob o comando do major José Vieira da Rosa, militar

⁶⁶ Acerca da liderança exercida por Chiquinho Alonso e Adeodato, ver Machado (2004, p. 243-334).

⁶⁷ O general Setembrino ordenou um cerco de quatro frentes, avançando progressivamente e deixando os moradores sitiados. Na frente sul, o Tenente Coronel Dr. Francisco Raul D'Estillac Leal reocupou Curitiba. Na Frente Leste, tropas partiram de Rio Negro para a reocupação de Itaiópolis e Papanduva. Já a Frente Oeste restabeleceu a circulação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, passando efetivamente a protegê-la e impedindo o abastecimento dos redutos. Enquanto elemento fundamental para o desenrolar da guerra, Machado (2011), refere-se à falta de alimentos nos redutos e aponta a fome como um dos impactos gerados pelo conflito no planalto catarinense. Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impediam a autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. A memória da fome é particularmente impactante ao longo do período da guerra, já que, nessa região, embora a população de peões, agregados e posseiros fosse muito pobre, viviam, antes da guerra, num regime alimentar razoavelmente farto. (MACHADO, 2011, p. 181).

que conhecia muito bem a região e foi ajudado por um bom número de vaqueanos encarregados de reprimir os redutos restantes e caçar os rebeldes escondidos nas matas (THOMÉ, 1992, p. 99).

Até dezembro de 1915 ocorreu uma série de ataques a redutos menores, até que tudo fosse destruído. “A destruição do último reduto não foi diferente dos anteriores. Cadáveres de homens, mulheres e crianças estavam espalhados por toda parte” (VALENTINI, 2003, p. 106). O reduto de São Pedro foi arrasado em dezembro de 1915, depois de novas deserções em massa. Adeodato, porém, só foi capturado e preso em julho de 1916. O período subsequente ao término do conflito se caracterizou por forte perseguição das forças do Exército contra os caboclos sobreviventes espalhados pela região (AURAS, 1997, p. 143-157). Vinhas de Queiroz (1977, p. 243) denomina de “açougue” o período posterior à retirada das tropas federais. Realizava-se verdadeiras caçadas a rebeldes escondidos

Nessa época, registrou-se a fase mais sangrenta da Guerra do Contestado, quando as forças policiais, em nome da lei e para imporem a ordem a qualquer custo, “limparam” a região abaixo de Santa Maria, quando os “bandidos”, remanescentes dos redutos “jagunços”, foram caçados em Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinha, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais do Alto Vale do rio do Peixe. (FRAGA, 2005, p. 254).

No contexto de generalização das degolas e execuções de rebeldes, a promessa de submissão aos coronéis significava a garantia da própria vida, reforçando, assim, o poder dos grandes proprietários de terra da região. Na medida em que o Exército e a imprensa se retiram da região, os coronéis de ambos os estados se armam⁶⁸ para dar continuidade à perseguição e assassinato dos caboclos, muitos dos quais haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores, realidade que vai fazer com que o ano de 1917 seja considerado historicamente “como o ano da ‘limpeza’ das terras que estavam sob domínio da *Lumber* e dos coronéis” (FRAGA, 2005, p. 255).

É nesse período de pós-guerra, sobretudo, no ano de 1917, que “o governo federal, a pedido das autoridades estaduais, distribuiu armas entre os civis, e apoiou a ação dos vaqueanos para erradicar finalmente com os rebeldes no planalto norte de Santa Catarina” (MACHADO, 2011, p. 184). De acordo com Carvalho (2009, p. 199), ao final do conflito, havia entre os militares uma preocupação em localizar os rebeldes em áreas próximas aos antigos redutos, pois acreditava-se que eles poderiam retomar o movimento depois que as tropas federais

⁶⁸ Para isso, foram contratados (quase 2.000 milicianos) que procederiam a expulsão (e assassinato) e, juntamente com o corpo de segurança da *Lumber* (200 homens aproximadamente), fariam o papel de “limpeza” por meio da morte e destituição do direito de propriedade dos posseiros. (FRAGA, 2005, p. 255).

deixassem a região. “Revelava-se assim que, além dos objetivos ‘pacificadores’, cogitava-se ‘limpar’ a região dos elementos considerados mais perigosos”.

O desfecho da Guerra com a vitória do Exército representa, no entanto, o aniquilamento de um processo de tomada de consciência e organização social. “O conflito armado ocorreu como uma resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos de procurar fazer frente ao avanço das relações capitalistas na região. Uma questão de cunho eminentemente social foi considerada pelos governantes como um caso policial” (AURAS, 1997, p. 175). É a negação de um grito por direitos que marca um conflito inacabado. A memória da luta dos cabocos foi historicamente abafada. Isso tem uma expressão social muito forte até os dias de hoje (PAGANI, 2017; FRAGA; LUDKA, 2012).

2.7 IMPLICAÇÕES DA GUERRA NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO

No período que se seguiu ao conflito, como afirma Peixer (2002), a figura do coronel foi central na vida política e social da região. A concentração de terras, aliada à submissão econômica e cultural dos grupos rurais, garantia a manutenção das oligarquias. Mesmo considerando os avanços em termos de participação social, continua o “coronelismo”, então sobre novas bases, condicionado pelos diversos fatores que determinam o seu poder ou a sua autoridade, como definiu Leal (1975, p. 20) com muita propriedade,

“Coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Além da continuidade histórica da presença do coronelismo como forte fator social, o conflito resultou, ainda, em silêncio e grandes vazios demográficos⁶⁹. O silêncio foi “reforçado

⁶⁹ Colonos de origem alemã e, posteriormente, italianos, poloneses, ucranianos, oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná foram atraídos pelas propostas da empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, fixando residência nas férteis terras da Região do Contestado. Vários núcleos coloniais foram criados,

no vale do Rio do Peixe e no Meio-Oeste Catarinense, pela colonização de vastas regiões, ocorridas principalmente nas décadas de 1930-1940, por colonos gaúchos de origem alemã e italiana” (MACHADO, 2004, p. 41) e os vazios demográficos se devem, entre outros fatores, à violência na fase final do conflito. Esses lugares foram “preenchidos por pequenos agricultores de origem europeia, formando algumas cidades (como Videira, Fraiburgo e Treze Tílias)”, ocorrendo algo que Machado (2004, p. 42) chama de “*apartheid* social e étnico entre a população branca, que era tida como disciplinada e economicamente remediada e a antiga população cabocla, que era conhecida como indolente, turbulenta e pobre”. O processo colonialista do Contestado, e a guerra que se seguiu, desestruturou o modo de vida do caboclo, baseado na experiência comunitária, e modificou a estrutura social. A cultura indígena foi praticamente destruída e a cultura cabocla ou mestiça, ainda em processo de construção identitária, entrou em profunda crise, a ponto de permanecer, várias décadas a partir da Guerra, de certa forma, em “estado de letargia” (FRAGA, 2012).

Em um estudo de grande envergadura acerca da presença da fome e da pobreza na região do Contestado, Vanessa Maria Ludka (2016, p. 131) mostra como Santa Catarina faz parte de um modelo econômico do país que apresenta “contrastes marcantes, especialmente em termos de disparidades econômicas regionais”. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável⁷⁰, que é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território, temos a seguinte situação para os municípios de Caçador e Lebon Régis:

pois a Companhia já havia varrido da região, de forma sumária e definitiva, todos os caboclos posseiros, inclusive aqueles mais renitentes (AURAS, 1995).

⁷⁰ A composição do Índice do Desenvolvimento Municipal Sustentável, elaborado pela Federação Catarinense dos Municípios é estruturada em quatro dimensões: Dimensão sociocultural: 25% (Educação - 45%; Saúde - 35%; Cultura - 10%; Habitação - 10%); Dimensão econômica: 25% (Economia e Renda - 100%); Dimensão ambiental: 25% (Meio Ambiente - 100%); Dimensão político institucional: 25% (Participação social - 25%; Gestão pública - 30%; Finanças 40%). Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional. Fonte: SIDMS (2018). Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2018>. Acesso em: 20 out. 2019.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável: Caçador, Lebon Régis e Santa Catarina

	População ⁷¹	IDM ⁷²	Classificação ⁷²	Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional		
Caçador	77.323	0,595	Baixo Médio	0,694	0,530	0,577	0,580		
				<i>Educ.</i>			0,686	<i>Fina.</i>	0,536
				<i>Saud.</i>			0,688	<i>Gest.</i>	0,853
				<i>Cult.</i>			0,618	<i>Part.</i>	0,366
				<i>Habit.</i>			0,823		
Lebon Régis	12.133	0,497	Baixo	0,602	0,384	0,444	0,559		
				<i>Educ.</i>			0,582	<i>Fina.</i>	0,500
				<i>Saud.</i>			0,726	<i>Gest.</i>	0,746
				<i>Cult.</i>			0,206	<i>Part.</i>	0,450
				<i>Habit.</i>			0,652		
Santa Catarina	6.248.436	0,596	Baixo Médio	0,716	0,552	0,480	0,652		
				<i>Educ.</i>			0,761	<i>Fina.</i>	0,643
				<i>Saud.</i>			0,695	<i>Gest.</i>	0,764
				<i>Cult.</i>			0,453	<i>Part.</i>	0,552
				<i>Habit.</i>			0,855		

Fonte: Adaptado pelo autor de SIDMS (2018).

Esses indicadores mostram que os municípios citados se encontram em níveis muito abaixo da meta (acima de 0,875) e abaixo da média do estado de Santa Catarina. Chama a atenção, em Caçador, o baixo índice de participação social (0,366), embora seja considerado médio alto o índice de Gestão Pública (0,853), sendo ambos a compor o indicador Político Institucional. Em Lebon Régis, os indicadores econômicos (0,384) e ambiental (0,44) encontram-se em níveis muito baixos. São baixos, ainda, os índices para a cultura (0,206) na

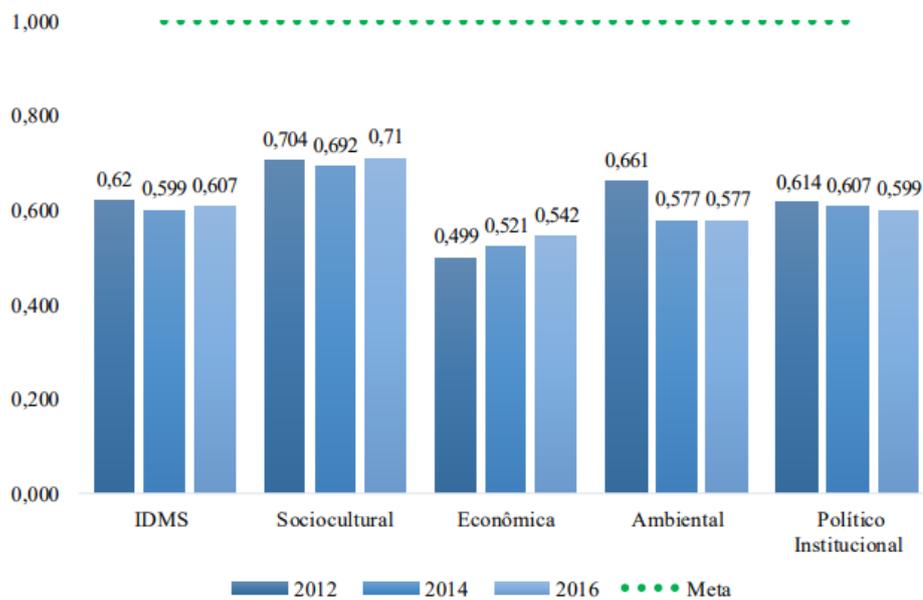
⁷¹ Fonte: IBGE/Censo/2017. Para a população de Santa Catarina, os dados são de 2010, sendo a população estimada para 2019 de 7.164.788 pessoas.

⁷² A classificação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável segue a seguinte distribuição: Maior ou igual a 0,875 = Alto; Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875 = Médio Alto; Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750 = Médio; Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625 = Baixo Médio; e Menor do 0,500 = Baixo. Fonte: SIDMS, 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2018> Acesso em: Nov. 2020.

composição do indicador sociocultural e o de participação social (0,450) para o indicador Político institucional.

Estudos técnicos⁷³ acerca dessas variações, realizados em 2017, mostram a evolução do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável nos dois municípios.

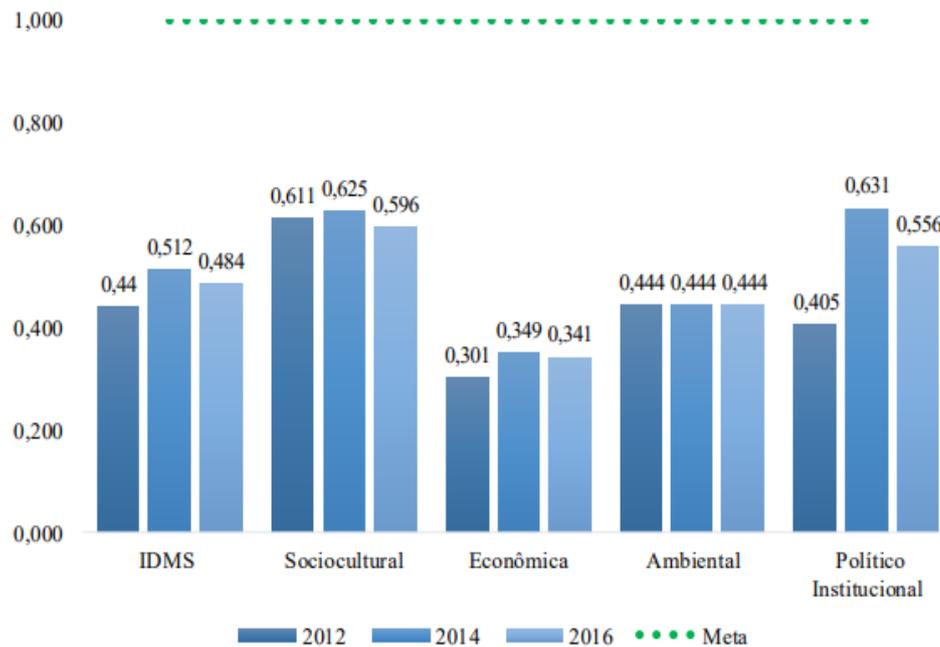
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Caçador



Fonte: Rede SIDEMS (2017).

⁷³ Tais como o *Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Lebon Régis* e o *Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Caçador*, ambos de 2017 e disponíveis em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/992473_Cacador.pdf . e https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/992464_Lebon_Regis.pdf Acesso em: Nov. 2020.

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Lebon Régis

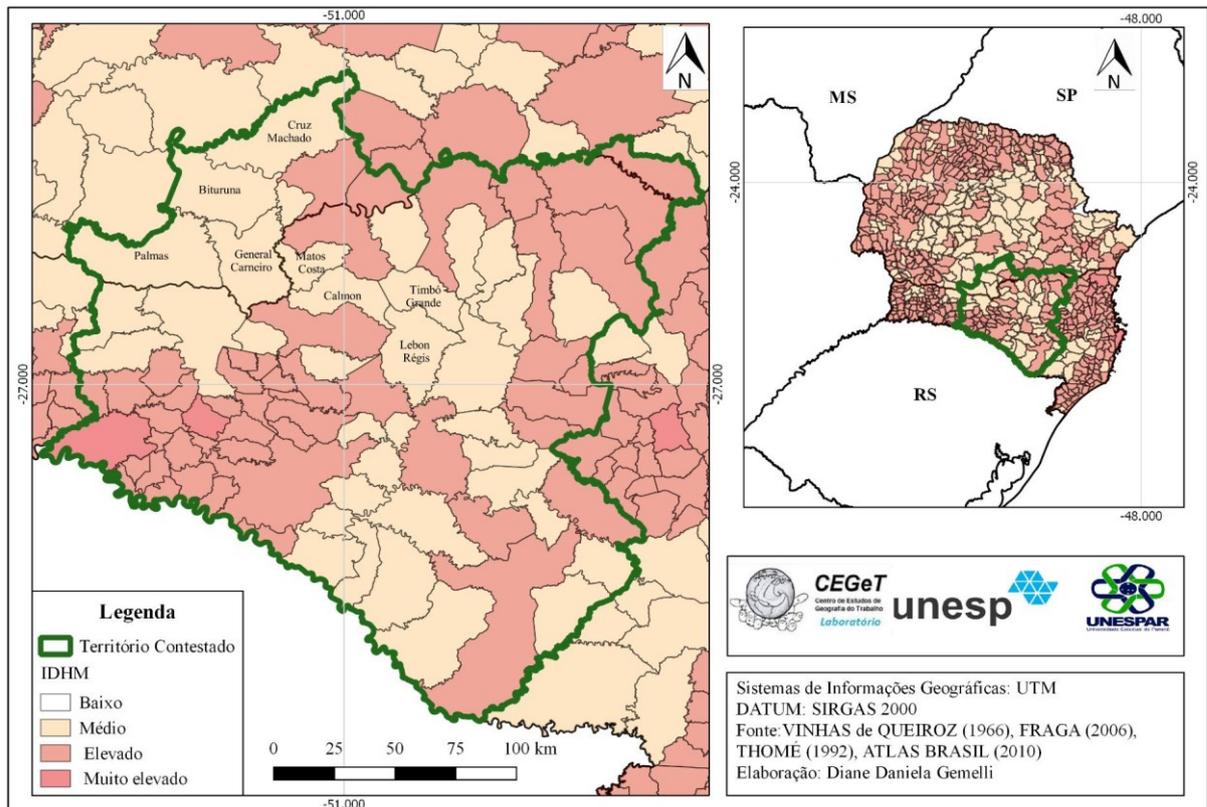


Fonte: Rede SIDEMS (2017).

Esses gráficos mostram uma realidade estagnada em termos de desenvolvimento sustentável apresentando, inclusive retrocessos. Em comparação com os municípios que fazem parte da mesma região, percebe-se que é uma realidade que se prolonga no território. Diane Daniela Gemelli (2018), fez um amplo retrato da configuração do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁷⁴, no território do Contestado, incluindo os municípios do Paraná. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incorpora tanto o bem-estar quanto a pobreza tomados como fenômenos multidimensionais pelas políticas sociais. Os dados apresentados pelos IDHMs decorrem da dinâmica do desenvolvimento dos municípios, cujos dados informam aspectos importantes das condições de vida dos seus moradores.

⁷⁴ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda. O IDH se propõe a caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, enfatizando as oportunidades que os indivíduos devem ter para estarem incluídos socialmente. Juntamente com o Índice de Pobreza Humana (IPH), que combina a expectativa de vida inferior a 40 anos, a taxa de analfabetismo em adultos, a deficiência de acesso à fonte adequada de água e a proporção de crianças abaixo do peso para sua idade, avalia longevidade, conhecimento e nível de vida, apresentando, assim, bons indicadores de aferição das condições de vida que caracterizam a pobreza, em um contexto pluridimensional (ROLIM *et al.*, 2006, p. 512-529).

Figura 5 - IDHM do território do Contestado



Fonte: Gemelli (2018, p. 49).

Os municípios da região do Contestado apresentam Índices de Desenvolvimento Humano entre os mais baixos do Estado. O IDH de Santa Catarina⁷⁵ apresenta uma série histórica de crescimento, partindo do índice de 0,543 em 1991, passando a 0,674 no ano 2000 e alcançado 0,774 em 2010, chegando a ocupar o 3º lugar no ranking nacional, atrás apenas do Distrito Federal, com 0,824, e de São Paulo, com 0,783.

De acordo com Gemelli (2018), a fome e a pobreza fazem parte do cotidiano de muitas famílias que vivem no estado de Santa Catarina, particularmente na região do Contestado. Os dados de 2010 coletados pelo IBGE, com as taxas de pobreza dos municípios que fazem parte da região do Contestado dão a ver esse cenário. A tabela abaixo apresenta os dados do IDHM em comparação com o índice GINI⁷⁶ e o Índice de Pobreza Humana (IPH) de alguns municípios da região do Contestado.

⁷⁵ Dados disponíveis em IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 20 nov 2019.

⁷⁶ O índice de GINI é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a

Tabela 2- IDHM dos Municípios da Região do Contestado, GINI e IPH.

Cidades	População	IDHM	GINI	IPH
Calmon	3.387	0,622	0,42	43,47%
Timbó Grande	7.167	0,659	0,47	41,56%
Três barras	18.129	0,706	0,47	39,86%
Lebon Régis	11.838	0,649	0,45	38,70%
Fraiburgo	34.553	0,731	0,48	36,98%
Caçador	70.762	0,735	0,48	36,25%
Monte Castelo	8.346	0,675	0,44	33,99%
Matos Costa	2.839	0,657	0,45	33,25%
Canoinhas	52.765	0,757	0,49	32,22%
Papanduva	17.928	0,704	0,47	31,66%
Porto União	33.493	0,786	0,53	31,29%
Videira	47.188	0,764	0,47	30,77%
Major Vieira	7.479	0,690	0,46	27,20%
Irineópolis	10.448	0,699	0,54	26,29%
Bela Vista do Toldo	6.004	0,675	0,46	22,49%
Macieira	1.826	0,662	0,39	19,99%
Rio das Antas	6.143	0,697	0,44	19,94%
Pinheiro Preto	3.147	0,777	0,45	17,94%

Fonte: IBGE (2010).

Importante destacar que algumas cidades possuem IDHM altos e índice de pobreza em porcentagem elevada. Isso se explica pela alta renda de algumas empresas instaladas nos municípios que elevam a renda per capita, porém, parcela significativa da população permanece em situação de exclusão e marginalização. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012) constata que nem sempre as regiões que registraram maior expansão econômica, expressa pelo crescimento do Produto Interno Bruto regional, foram aquelas que mais reduziram a pobreza e a miséria. Assim, faz-se necessário combinar o crescimento econômico com políticas sociais e investimentos consistentes em infraestrutura e serviços públicos nas áreas mais carentes.

situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (IPEA, 2013).

Em relação ao estado de Santa Catarina⁷⁷, o contraste é ainda maior. Santa Catarina mantém a posição de estado com menos desigualdade na distribuição de renda do país. De acordo com a informação apresentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, os dados, referentes ao ano de 2018, mostram que o rendimento dos 10% mais ricos do estado equivale a 12,6 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. Embora a diferença seja significativa, ela é quase três vezes menor que a média brasileira: 36,9 vezes. O Índice de GINI de Santa Catarina em relação à renda ficou em 0,398, o menor do Brasil. A média nacional ficou em 0,509. Em 2012, o indicador calculado pelo IBGE estava em 0,423, o que representa que houve uma queda na desigualdade nos seis anos anteriores a 2012.

Ao refletir sobre a pobreza e a fome na Região do Contestado, Ludka (2016, p. 152), percebe que é uma realidade “produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”. Os destaques econômicos ficam evidenciados, nos dias atuais, pela monocultura do *Pinus* e pela conseqüentemente indústria da madeira e da celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados, que são também “responsáveis por parte do grande número de miseráveis que subsistem na região” (FRAGA; LUDKA, 2012, p.14).

Outro elemento presente nessa realidade diz respeito ao lugar do caboclo na sociedade. Aqueles que descendem dos caboclos do Contestado são obrigados a se submeter ao trabalho temporário de plantio e colheita das safras, seja na produção de alimentos ou em áreas ocupadas pelo *Pinus*. Desse modo, pelo não acesso à terra e às devidas condições de vida, os caboclos e as caboclas vivem à margem da sociedade regional, o que é fruto de uma invisibilidade social também perceptível no meio rural e não apenas nas cidades (FRAGA, 2006).

Para Gemelli (2018), a degradação da natureza e do trabalho é resultante da mercadificação da natureza e do nivelamento ao trabalho abstrato, que apresenta expressões territoriais, tais como: concentração de terras, negação ao trabalho e o agravamento das condições econômicas e sociais.

Trata-se da apropriação privada da natureza pelos coronéis do Contestado, senhores com poder econômico e político que continuam a configurar a tessitura territorial, por meio da combinação; concentração de terras, territorialização das monoculturas, e ainda, na degradação do trabalho, que se manifesta na realidade das condições do trabalho nas áreas de plantio, manutenção e corte de pinus, bem como, no processo de trabalho vinculado à indústria de derivados da madeira, ou ainda, na negação

⁷⁷ Dados da Secretaria Executiva de Comunicação do estado de Santa Catarina. Fonte: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-economico/santa-catarina-tem-a-menor-desigualdade-de-renda-do-pais-aponta-ibge>. Publicado: 17 de outubro 2019. Acesso em: 20 nov 2019.

de outras possibilidades de trabalho, como observamos em Calmon, sobretudo para mulheres e jovens (GEMELLI, 2018, p. 254).

Segundo a pesquisadora, passado um século do término oficial da Guerra do Contestado, os municípios que hoje compõem o território que foi disputado entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, pela *Lumber*, pelos coronéis da região e por caboclos e caboclas, convivem com aquilo que “é resultado do processo histórico de expansão do capital”. Esse percurso se iniciou com chegada dos trilhos do trem, mas, ao longo dos últimos cem anos, “têm se sustentado no potencial mercadológico, destrutivo e excludente da madeira, primeiro, na madeira nativa e no saqueamento da Floresta das Araucárias, e a partir da década de 1970, sobretudo na monocultura de *Pinus* e implantação de florestas artificiais” (GEMELLI 2018, p. 43). Ao mesmo tempo, a região do Contestado ganha contornos de um deserto verde pela expansão do monocultivo do *Pinus* e apresenta as feições de um território marcado pela negação da diversidade, em termos das formas da natureza e de produção no campo. Um dos indicativos de tal fenômeno é a pobreza que marca o território do Contestado e se manifesta na precariedade das condições de vida da população, o que se reflete em seus baixos indicadores sociais e econômicos (FRAGA, 2013).

A essa cruel realidade soma-se a ausência de políticas públicas com o objetivo de mudar as condições de vida da população e do desenvolvimento local por parte do Estado. O próprio estado de Santa Catarina reconhece que a Guerra “resultou em muitos milhares de mortos e em feridas sociais até hoje não cicatrizadas” (SANTA CATARINA, 2019, p. 95). Do final da guerra até a década de 1980 o Contestado não foi objeto da atenção pública, embora já houvesse uma farta produção teórica de militares e acadêmicos sobre o tema. Segundo Machado (2011), a partir dos anos 1980, como parte do processo de redemocratização do país, o conflito do Contestado passou, de distintas maneiras, a ser lembrado por movimentos sociais, órgãos de Estado e novas pesquisas acadêmicos. No entanto,

boa parte da população descendente dos seguidores de José Maria ainda apresenta uma memória de guerra fortemente impactada pela versão dos vencedores e pelos ressentimentos do esquecimento público. A vergonha da derrota mistura-se com a sensação de irrelevância pública de uma experiência trágica presenciada. (MACHADO, 2011, p. 178)

Da parte do poder público, “as políticas dos estados em questão não conseguiram incorporar socioeconomicamente a região da Guerra do Contestado, pois há um misto de incompetência dos dois estados e, inclusive, do Governo Federal no que se refere às políticas públicas de inserção dos municípios que compõem a região” (FRAGA, 2012, p. 14). Há, porém,

um lento processo acontecendo no cotidiano dos descendentes do Contestado, de revalorização de uma sabedoria herdada de seus antepassados, que passa, então, a ser reacendida. Assim, também muito daquilo que foi sendo imposto pelos vencedores no passado, aos poucos vem sendo reconstruído pela cultura cabocla da região. Ao tratar da ressignificação religiosa da mensagem do Contestado, afirma Tomazi (2005),

Os descendentes do caboclo e da cabocla que outrora lutaram no Contestado e que, por isso, foram taxados de “fanáticos”, “bandidos”, “lunáticos”, “incultos”, etc., e que ainda hoje sentem as dores deste estigma, quiçá possam um dia sentir-se novamente e suficientemente capazes de reconstruir a sua própria história, a seu modo e conforme as suas crenças, mitos e sonhos (2005, p.35).

Tânia Welter (2012) afirma que a cultura cabocla incorporou uma perspectiva de resistência que está marcada na memória popular. Segundo a autora, especialmente a partir da década de 1980, período marcado pela abertura política e pelo surgimento de diversos movimentos sociais, há um processo de popularização dos discursos acerca de João Maria com a instalação de acervos de museus, grutas/santuários, músicas, poesia, dança, peças teatrais e cinema. Desse processo, atribui-se a João Maria duas caracterizações “como liderança religiosa e política e como santo”. Essas características passam a ser constantemente apropriadas pelas “lutas coletivas por justiça social” (WELTER, 2012. p. 107).

Hoje, o Contestado continua muito presente na vida e na memória dos descendentes dos que viveram a Guerra. Ele sobrevive na tradição oral, nos ritos, nos mitos, festividades e nas diversas formas de resistência popular desses grupos. Diante da dominação e da discriminação, a cultura cabocla se sentiu desafiada a reconstruir processos nos quais possa exercer um protagonismo. O ímpeto de resistência, de rebeldia e de fé continua a despertar iniciativas para a ação coletiva.

A mensagem que permanece – contada de geração em geração, resgatada por muitos pesquisadores, entidades, pastorais, grupos culturais, organizações e movimentos sociais – mobiliza novas formas de ação coletiva na região do Contestado, cujas implicações este trabalho se propõe a realizar, estabelecendo uma interface entre as categorias teóricas mobilizadas pela abordagem dos movimentos e organizações destacadas, partindo das experiências das lideranças integrantes dessas organizações e privilegiando, na análise, os aspectos de organização política, seus repertórios de ação e as atividades de cunho político, cultural e religioso que são por eles desenvolvidos. Os referenciais teóricos para esta abordagem são apresentados no próximo capítulo.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Pelas próprias características dos fenômenos tratados, os desafios teóricos e metodológicos no campo político e social são complexos, visto que comportam frentes plurais, seja desde a multiplicidade de características, formas e atores, seja pelas perspectivas analíticas que o compõem. Na identificação e interpretação de sentidos atribuídos pelos atores sociais para suas ações dialogam e se confrontam visões, teorias e metodologias, assim como pressupostos epistemológicos e políticos. A forma como se deram e se dão processos de classificação e nomeação carrega elementos de posições sociais, de interesses, de concepções de quem classifica ou nomeia. As interpretações também se distinguem no tempo, dado que as formas, a intensidade, as motivações e o alcance das manifestações são dinâmicas e se modificam permanentemente em consonância com as transformações sociais, políticas, culturais, tecnológicas etc. (TONI, 2001; ALONSO, 2009; MUTZENBERG, 2015; ABERS; VON BÜLOW, 2011; GOHN, 1977; 2014).

A abordagem teórica desta pesquisa considera a dimensão social, política, religiosa e cultural da luta social no território do Contestado, bem como identifica, a partir do desenvolvimento das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, categorias que permitem compreender o objeto desta pesquisa. Para isso, busca-se combinar aspectos da abordagem estratégico política (Charles Tilly e Sidney Tarrow) com a abordagem identitária (Alberto Melucci) valorizando os elementos simbólicos e as dinâmicas subjetivas (James Jasper) sob uma plataforma catalizadora que é a memória coletiva (Maurice Halbwachs). A opção por essa combinação teórica toma como pressuposto, na esteira das atuais frentes de investigação, a existência de uma luta social por reconhecimento (Axel Honneth) no território do Contestado, , caracterizada pela emergência e mobilização de uma rede plural de atores e da efetivação de novos repertórios de ação, aproveitando de oportunidades políticas, produzindo identidades coletivas e quadros interpretativos nos quais atuam elementos políticos e estratégicos e, ao mesmo tempo, são envolvidos elementos culturais e simbólicos. Para dar conta desta tarefa, este capítulo parte dos estudos sobre os movimentos sociais, discute algumas categorias teóricas empregadas e, por fim, apresenta e explicita as noções de memória coletiva e reconhecimento, com o objetivo de prover um denominador comum que permita a mobilização dessa base teórica.

3.1 OS ESTUDOS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O campo dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais⁷⁸ produziu diferentes interpretações, resultantes de diferentes momentos e diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. As diversas abordagens e perspectivas, tanto no âmbito teórico quanto no âmbito empírico, situam-se num campo marcado por ascendências, declínios, oposições e rupturas, constituindo diferentes “escolas” e oferecendo uma vasta produção teórica. Essas escolas, contudo, não se sobrepõem de modo sucessivo, mas coexistem e se modificam diante de novas questões empíricas e debates teóricos (TONI, 2001; ALONSO, 2009; MUTZENBERG, 2015).

A abordagem clássica, segundo Mutzenberg (2015, p. 419), compreende as teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo. Nas interpretações de cunho psicológico, as manifestações coletivas são concebidas como expressão da irracionalidade e efeitos do sugestionamento psicológico da multidão. As análises focavam o indivíduo em suas frustrações e descontentamentos e a adesão à ação coletiva era entendida como motivada pela fragilidade de vínculos sociais e comunitários. Em certa medida, a partir dessa perspectiva houve uma tendência de redução dos fenômenos coletivos a fenômenos destrutivos. Tais traços se mostraram, posteriormente, também na abordagem funcionalista, segundo a qual “a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou expressão de frustrações individuais, que as instituições não logariam canalizar” (ALONSO, 2009, p. 50).

Embora essas perspectivas comportassem certa negatividade, ou “diferentes níveis dessa negatividade” (MUTZENBERG, 2015, p. 419), ao tratar as manifestações coletivas como um comportamento desviante, Melucci (1996, p.17) destaca que as análises da Escola de Chicago e a contribuição da sociologia do comportamento coletivo mostraram não ser possível usar o rótulo comum no discurso dominante, que diferencia um comportamento social “normal” de um comportamento social “patológico”, sendo que, deste último, fariam parte as formas de ação coletiva – devendo, portanto, a análise da ação coletiva ser conduzida usando as mesmas categorias aplicadas a outros componentes do sistema social.

As análises do interacionismo simbólico, por sua vez, mostraram que a ação coletiva não é a expressão de irracionalidade, mas um comportamento significativo. Nesse sentido,

⁷⁸ Seguindo Melucci (1996, p. 20), são distinguíveis as ações coletivas, como uma série de práticas sociais, e os movimentos sociais, como uma forma de ação coletiva.

existe uma lógica da ação coletiva que envolve certas estruturas relacionais, a presença de mecanismos de tomada de decisão, o estabelecimento de metas, a circulação de informações, o cálculo de resultados, acumulação de experiência e aprendizados do passado. A tradição do marxismo destacou que a ação coletiva não pode ser analisada sem a abordagem de sua relação com um campo “estrutural de relações que fornece recursos e restrições para a própria ação”. Além disso, demonstrou de forma persuasiva a “importância dos conflitos sociais e o fato de que alguns deles são de natureza antagônica” (MELUCCI, 1996, p. 17).

A partir dos anos de 1970, segundo Alonso (2009), dada crise dos paradigmas clássicos, pela insuficiência de seu poder explicativo e seus reducionismos, já não sendo capazes de dar conta de explicar os protestos sociais da década de 1960⁷⁹ e as mudanças sociais então em curso – cujos protagonistas não foram os partidos políticos e/ou as organizações proletárias, nem comparáveis a multidões comovidas –, abriu-se espaço para a emergência e visibilidade de outras abordagens analíticas, cujo foco se direcionou, principalmente, ao campo da ação social, da cultura e ampliação das relações de poder para além do poder instituído. As abordagens enfatizaram os “novos atores” (estudantes, mulheres, grupos étnicos etc.) e suas reivindicações, que já não se restringiam às condições de vida/redistribuição, mas trouxeram à esfera pública demandas “pós-materiais”. Além disso, muitos desses movimentos reivindicavam a participação direta na ação política, distante das perspectivas de movimentos políticos que tinham como objetivo a tomada do poder (ALONSO, 2009; GOHN, 2008). Desse debate, três famílias de teorias se apresentaram nas discussões acerca dos movimentos sociais: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, cujas contribuições, questões analíticas e desdobramentos estão presentes no debate contemporâneo.

A Teoria da Mobilização de Recursos se caracteriza pela explicação das mobilizações coletivas em termos da sua racionalidade, opondo-se às abordagens que concebiam as manifestações coletivas como comportamentos desviantes, de caráter irracional. Essa abordagem critica o funcionalismo e as abordagens marxistas deslocando o eixo das análises das estruturas para os aspectos estratégicos racionais da ação⁸⁰ e para a mobilização de recursos

⁷⁹ Por exemplo o movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

⁸⁰ A argumentação parte de uma lógica da interação estratégica, concentrando-se em identificar as razões do processo de mobilização, pois a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. A presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização tornaria possível a ação coletiva. Essa explicação “privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas” (ALONSO, 2009, p. 53).

materiais, humanos e simbólicos (MCCARTHY; ZALD, 1977). Como observa Alonso (2009), na teoria da mobilização de recursos, os movimentos têm sentido e organização e não são relacionados apenas a demandas materiais.

Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização. Contra as versões economicistas do marxismo, argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização (ALONSO, 2009, p. 51).

A Teoria da Mobilização de Recursos foi criticada por desconsiderar o problema da formação de uma identidade coletiva e, optando por uma análise conjuntural, por desvincular os movimentos das macroestruturas ou situá-los em processos de longo alcance. A valorização do aspecto racional e estratégico da ação coletiva concedeu à cultura um espaço residual. As pesquisas realizadas a partir dessa perspectiva, no entanto, ampliaram-se⁸¹ e, posteriormente, incorporam a dimensão simbólica e os processos de composição e disputa de quadros interpretativos que possibilitam o seu alinhamento num conjunto congruente de interesses, valores, objetivos e atividades como condição necessária para a participação, qualquer que seja a sua natureza ou intensidade (ALONSO, 2009, p. 72-73).

A Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais constroem explicações macro históricas que rejeitam a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação da ação coletiva e dos movimentos sociais. A Teoria do Processo Político enfatiza o processo de mobilização política enquanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se alicerça numa teoria da mudança cultural (TONI, 2001).

A Teoria do Processo Político, segundo Alonso (2009), supõe que a coordenação entre os ativistas é fundamental para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes: eles se formam durante o próprio processo de confronto. Essa abordagem inclui um elemento cultural à explicação, dado que, no seu entendimento, a coordenação depende de solidariedade, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma classe social ou a um grupo e a densidade das redes interpessoais que vinculam os membros do grupo entre si. A

⁸¹ Segundo Alonso (2009, p. 70-79), num esforço coletivo McAdam, McCarthy e Zald (1996), autores dessa perspectiva, adotaram categorias da Teoria do Processo Político e deram passos em direção à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, buscando incorporar mais centralmente a cultura. Além disso, foi acrescentado um conceito adicional, o de “contextos de micromobilização”, para descrever as interações face a face nas quais emergiriam os sentidos usados na interpretação das estruturas de oportunidades, na construção de reivindicações, lealdades e identidades coletivas.

mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. A Teoria do Processo Político prioriza, ainda, uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre conjuntos de ação⁸². Suas principais categorias de análise são as estruturas de oportunidades políticas e o repertório de ação, e os seus principais teóricos são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam.

Embora esses autores tenham incorporado categorias da Teoria da Mobilização de Recursos, a ênfase no papel do Estado e as oportunidades externas – em detrimento das oportunidades internas e da organização –, eles também marcam a distância que assumiram em relação a tal quadro teórico. Tanto a Teoria da Mobilização de Recursos como a Teoria do Processo Político, de acordo com Scherer-Warren (2010, p. 20), além da ênfase dada aos recursos (materiais, organizacionais, humanos e simbólicos), colocaram em relevo os processos de mobilização, favorecendo as análises das oportunidades e as formas de participação, particularmente, no âmbito das instituições formais. Gohn (1997, p. 100) observa, ainda, que os autores da Teoria do Processo Político também se aproximam da Teoria dos Novos Movimentos Sociais à medida que incorporam questões de identidade e a dimensão da cultura como recurso para a construção de quadros de referência que possibilitam a leitura e processos de identificação.

Na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, destaca-se os trabalhos de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Essa abordagem é crítica da ortodoxia marxista, mas mantém o enquadramento macro histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. Se a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo Político se voltaram para as estratégias e os processos políticos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais buscou decifrar a identidade dos novos atores emergentes no contexto dos anos 1960. Seu argumento central é o de que, ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho.

A argumentação é a de que uma mudança macrossocial gerou uma nova forma de dominação, eminentemente cultural, e atingiu as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e um novo espaço de conflito. As reivindicações teriam se

⁸² Apesar de sua proximidade com a teoria da mobilização de recursos, as análises históricas realizadas por Charles Tilly (1978) estão centradas na disputa política. Tilly considera que os interesses, a organização e a mobilização, que criam a capacidade da ação e não sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios em relação à repressão ou facilitação do poder e das oportunidades ou ameaças. É a partir da efetivação de ações oportunas que os atores recorrem e inovam o repertório de ações coletivas (TILLY, 1978, 2006).

deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores⁸³. Segundo Mcadam, McCarthy e Zald (2008, p. 12), para muitos dos estudiosos foi a centralidade dos elementos culturais que marcou os novos movimentos sociais como descontínuos com o passado. “Não é de se admirar, então, que o trabalho de muitos dos mais influentes teóricos dos novos movimentos sociais se concentrou principalmente nas fontes e funções de significado e identidade dentro dos movimentos sociais”, afirmam. Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias do que grandes coletivos, dirigindo-se prioritariamente à sociedade civil e não ao Estado e ambicionando mudanças culturais no longo prazo. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a “novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários” (ALONSO, 2009, p. 68).

Na América Latina⁸⁴, a apropriação da Teoria dos Novos Movimentos Sociais apresentou características específicas diferentes do espaço europeu, sobretudo por se desenvolver em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias. Passou a referenciar uma “nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (GOHN, 1997, p.124) e os movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. Scherer-Warren (1993, p. 53) identifica no projeto dos novos movimentos sociais um potencial transformador, no sentido de modificar a sociedade não apenas a partir do aparelho do Estado, mas também no nível das ações concretas da sociedade civil. “Os NMS, atuando mais diretamente no seio da sociedade

⁸³ Ao destacar os aspectos culturais e ideológicos assim como as lutas do cotidiano e a solidariedade como constitutiva de novas identidades, seus teóricos evidenciaram a complexidade simbólica e a diversidade de orientações políticas presentes nas múltiplas manifestações coletivas em seus pontos de identificação (nacionalismos, gênero, etnia, religião, cidadania etc.). Dado esse caráter heterogêneo da sociedade civil, sua implicação direta se dá no caráter também heterogêneo dos atores coletivos, caracterizando um campo plural e dinâmico em que identidades se redefinem nos processos de articulação, ou seja, nos processos de composição de diferentes demandas e interesses em torno de um eixo (SCHERER-WARREN, 2010).

⁸⁴ Na América Latina produziu-se debates epistemológicos, teóricos e metodológicos que evidenciaram criticamente os legados da modernidade e da modernização, determinando-o como “legado civilizatório eurocêntrico”. Dessa forma, diante dos desafios contemporâneos, particularmente nos anos 1980 e início dos anos 1990, colocam-se as contribuições das teorias pós-coloniais, “construídas para explicar especificamente mobilizações sociais com foco nas lutas e nos movimentos sociais na América Latina: a apropriação dos saberes dos povos nativos; a expropriação de suas terras e cultura; e os processos de dominação que as metrópoles impuseram aos colonizados (SCHERER-WARREN, 2010; GOHN, 2014). No Brasil, a dominância das teorias dos novos movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980, e de seu desdobramento, a teoria da sociedade civil, desde os anos 1990, começam a ser contrabalançadas pelas teorias norte-americanas da ação coletiva, dos movimentos sociais e do confronto político (ALONSO; BOTELHO, 2012).

civil, representam a possibilidade de fortalecimento dessa em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio de partidos”.

Partindo da necessidade de encontrar um eixo para definir e analisar as manifestações coletivas, seja por meio de recursos, oportunidades políticas ou identidades coletivas, essas abordagens foram levadas a reconhecer suas limitações e a incorporarem elementos, sinalizando uma aproximação entre elas. Elas estabeleceram uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. “As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p. 72).

O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um leque plural formado de contribuições. A partir desse quadro mais amplo que pretende analisar as ações coletivas e os movimentos sociais, segue-se o apontamento de algumas categorias de análise que serão mobilizadas neste trabalho para explicitar a luta social no Contestado.

3.2 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO

Mobilizados no interior da teoria do processo político, os conceitos de estruturas de oportunidades políticas e de repertórios de ação oferecem elementos significativos a análise da luta social no Contestado. Conforme visto até aqui, o estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais deve levar em consideração o contexto social e político em que eles ocorrem, a interação com os atores envolvidos e as oportunidades e restrições políticas que condicionam a motivação dos indivíduos para o engajamento. Os repertórios remetem às práticas dos movimentos sociais e das ações coletivas permitindo, por meio deles, “apreender padrões da ação que estão social e culturalmente disponíveis aos atores de um determinado contexto sócio histórico” (SILVA, 2015, p. 147).

3.2.1 Estrutura de oportunidades políticas

O conceito de estruturas de oportunidades políticas foi introduzido na década de 1970 como recurso para análise dos movimentos sociais. Oportunidades e restrições políticas dizem

respeito aos processos nos quais se desenvolvem as ações coletivas que, de acordo com uma conjuntura específica, “exerceriam uma influência positiva ou negativa na emergência das mobilizações políticas ou dos movimentos sociais, na sua atuação e nos seus resultados” (SILVA, 2009, p. 4). Esse conceito foi pensado a partir de sinais que apontam para um contexto favorável às investidas dos atores sociais que tenham por objetivo transformações na sociedade (TAVOLARO, 2008). A convicção subjacente a esses estudos é a de que os movimentos sociais e as revoluções são moldados por um conjunto mais amplo de restrições e oportunidades políticas exclusivas do contexto em que estão inseridos (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008).

Para Sidney Tarrow⁸⁵ (2009, p. 105), as estruturas de oportunidades políticas, são “dimensões consistentes, ainda que não necessariamente formais ou permanentes, do ambiente político que fomentam a ação coletiva das pessoas”. Para ele, a estrutura de oportunidades políticas é o campo de possibilidades e limites oferecidos pelo sistema político para que ações coletivas e movimentos sociais surjam na arena pública⁸⁶. Assim, o foco nas oportunidades políticas auxilia a análise das ações estratégicas dos atores no campo ou sua capacidade de mobilização, uma vez que as mobilizações podem ser melhor explicadas com a apreensão de um ambiente político-institucional que define as oportunidades conjunturalmente disponíveis para os atores.

Conforme Tarrow (2009), os movimentos sociais são compreendidos como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (TARROW, 2009, p. 21). Nessa perspectiva, é atribuída uma posição conflituosa subjacente à própria definição de opositores e autoridades. A mobilização social não pode ser compreendida de modo alheio às especificidades dos contextos social e político, pois uma mudança no sistema político modifica o ambiente em que os atores sociais atuam, influenciando o início, desenvolvimento e resultados da ação coletiva. E, por isso, são

⁸⁵ Seu trabalho teórico se inscreve em um projeto coletivo amplo sobre política confrontacional ou confronto político (*contentious politics*) que tem um marco importante em *Dynamics of Contention*, escrito com Charles Tilly e Doug McAdam, em 2001 (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Sobre as diversas traduções do termo *Contentious Politics*, utiliza-se aqui a proposta de Bringel (2011), que reivindica o termo “Confronto Político”, pela ênfase que proporciona nas acepções de oposição, conflito e reivindicação, em detrimento do sentido mais jurídico de “Política Contenciosa” ou “Contenda Política”, também usados por outros autores.

⁸⁶ Como observa Santos Leitão (2012, p. 23), Mcadam, Tarrow e Tilly (2001) problematizam o predomínio de uma visão estática e substantivista no emprego do conceito de Estrutura de Oportunidade Política, pois, ao tomá-la como um “dado” objetivo da realidade, estaria sendo ocultado o processo fundamental de atribuição de oportunidade. Ou seja, oportunidades só afetariam a constituição e atuação das organizações sociais a partir da mediação do processo de interpretação realizado pelos atores sociais e a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidades.

fatores políticos que explicam porque a ação coletiva emerge em alguns lugares e épocas e não em outros.

Tarrow (2009) argumenta que, se carências e privações são dados constantes na história, os motivos que geram os confrontos são as mudanças de oportunidades. O confronto está mais relacionado às oportunidades e restrições à ação coletiva do que aos fatores sociais e econômicos permanentes vivenciados pelas pessoas. Segundo ele, “o que varia muito no tempo e no espaço são os níveis e os tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em suas liberdades de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações” (TARROW, 2009, p. 99). Em consequência, oportunidades e restrições estruturais, bem como a percepção de ameaça que as pessoas têm de seus interesses e ações, são muito mais importantes para geração do confronto político-social do que fatores estritamente socioeconômicos.

Em contextos favoráveis, há a ação dos desafiadores do sistema, que, por sua vez, expandem as oportunidades para outros grupos se mobilizarem, gerando ciclos de protestos. Para Tarrow (2009) são tidas como oportunidades políticas: a abertura de acesso ao sistema político; os aliados influentes; as estruturas de conflito; as mudanças de alinhamentos; a conformação e a divisão das elites políticas; e o grau de repressão⁸⁷. A emergência da ação coletiva se relaciona com as mudanças em uma ou mais dessas dimensões, tornando o sistema político mais receptivo ou vulnerável. Pode ser, contudo, que uma mudança em qualquer uma daquelas dimensões encoraje a mobilização, sendo que a forma que a mobilização assume é, muito provavelmente, afetada pelo tipo de oportunidade apresentada (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008, p. 10). Estruturas de oportunidades políticas, portanto, devem ser entendidas como “um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais” (TARROW, 2009, p. 39).

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não façam outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas (TARROW, 2009, p. 19).

⁸⁷ Esses elementos são explicitados em Tarrow (2009, p. 109-111). Tilly (2006, p. 54) segue essa mesma compreensão elencando: (a) a multiplicidade de centros de poder independentes dentro do regime; (b) a abertura do regime a novos atores; (c) a instabilidade dos atuais alinhamentos políticos; (d) a disponibilidade de aliados influentes ou apoiadores; e (e) a medida em que o regime reprime ou facilita a reivindicação coletiva.

O confronto constitui o elemento base das diversas formas da ação coletiva, mas não é o único. A singularidade da ação coletiva confrontacional se situa na oposição construída entre aqueles que detêm poder e aqueles que, em princípio, são destituídos de meios institucionais de reivindicação. Ambos, confronto e poder, são definidos como propriedades interativas que vinculam as esferas política e social. Conforme destaca Tarrow (2009, p. 106), “as oportunidades políticas podem ocorrer para certos grupos e não para outros, sendo que as oportunidades podem ser maiores em algumas cidades e menores para outras, mesmo assim, apesar dessas variações, os movimentos surgem porque as condições de mobilização cresceram no sistema político em geral”.

O trabalho de Mcadam, McCarthy e Zald (2008, p. 10-11)⁸⁸ mostra como as estruturas das oportunidades políticas, atuantes na emergência da ação coletiva, continuam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento organizacional da ação coletiva. O que difere da fase emergente, segundo eles, é o fato de que, após o início da atividade de protesto, “o número mais amplo de oportunidades e restrições ambientais não é mais independente das ações dos grupos de movimento”. A estrutura das oportunidades políticas se torna, então, mais um produto da interação do movimento com o seu ambiente do que uma simples reavaliação de mudanças ocorrendo em outro lugar. A sobrevivência do movimento exige a “capacidade de criar uma estrutura organizacional mais duradoura para sustentar a ação coletiva”. Isso significa que, na estrutura organizacional do movimento, “tanto as oportunidades políticas quanto os processos de enquadramento são mais o produto da dinâmica organizacional do que eram durante a fase emergente do movimento social”.

Dessa forma, para compreender o impacto do contexto no desenvolvimento de um movimento ou de uma ação coletiva, é preciso considerar também a estrutura organizacional do próprio movimento e as características que podem explicar sua capacidade de remodelar o panorama político mais amplo. De acordo com Mcadam, McCarthy e Zald (2008, p. 12), se os sistemas políticos institucionalizados moldam as perspectivas para a ação coletiva e as formas como os movimentos assumem sua influência, isso “não é independente dos vários tipos de estruturas de mobilização por meio das quais os grupos procuram se organizar”. As estruturas de mobilização são entendidas como “veículos coletivos, tanto informais quanto formais, por meio dos quais as pessoas se mobilizam e se engajam na ação coletiva”.

O tipo de oportunidade pode ditar a ampla categoria de movimento, mas as propriedades formais e ideológicas do movimento tendem a ser mais diretamente influenciadas pelas formas organizacionais e modelos ideológicos

⁸⁸ As traduções de todos os excertos desse texto aqui citadas são feitas pelo autor.

disponíveis para os insurgentes. E estes, por sua vez, são em grande parte um produto das estruturas mobilizadoras nas quais os insurgentes estão inseridos na véspera do movimento (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008, p. 13).

O que o estudo de Mcadam, McCarthy e Zald (2008) mostra é que a questão organizacional relevante em relação ao surgimento de um movimento é a disponibilidade, aos atores desafiados, de estruturas fortes o suficiente para alavancar o movimento.

De acordo com Lüchmann (2014, p. 165), as associações e/ou organizações são um “exemplo paradigmático do que a literatura identifica como ‘estruturas mobilizadoras’”. Como um dos principais recursos da ação movimentalista, “a existência de estruturas de organizações prévias dá suporte, fornecem modelos e, fundamentalmente, constroem novos significados e bases de argumentos. Este é o caso de ONGs, sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações de natureza diversa”. O associativismo é particularmente destacado pois “desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo, ou sistêmico, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social”.

Uma vez que a ação coletiva está em andamento, a natureza do desafio organizacional muda significativamente. O que se torna importante já não é a simples disponibilidade de estruturas de mobilização, mas o perfil organizacional desses grupos. Os movimentos frequentemente se desenvolvem dentro de instituições estabelecidas ou redes associativas formais ou informais, mas para que o movimento sobreviva, ele deve ser capaz de criar uma estrutura organizacional mais duradoura para sustentar sua ação coletiva. “A ausência de qualquer estrutura real de mobilização quase certamente impediria a propagação de um número mínimo de pessoas necessárias para fornecer uma base para a ação coletiva (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008, p. 17).

Interesses comuns podem, em certa medida, se beneficiar de identidades coletivas legadas e/ou construídas, particularmente na medida em que movimentos sociais se engajam efetivamente em canalizá-las e compatibilizá-las.

As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados, e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais, e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores, especificamente, em movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38).

Importa também destacar que o debate acerca dos conceitos de contexto e de estrutura de oportunidade política reconhece dois problemas na maneira como o “contexto político” foi abordado pela literatura de movimento social no Brasil e no exterior⁸⁹ (OLIVEIRA, 2017; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). O diálogo com essas literaturas, segundo Abers, Silva e Tatagiba (2018), tem o objetivo de, por um lado, propor um modelo teórico que possibilite analisar de forma sistemática e qualificada o contexto político no qual se constituem e atuam os movimentos sociais; de outro lado, retirar o contexto político da condição de cenário, rejeitando a exterioridade como ponto de partida da análise. Assim, em vez de se relacionarem com um contexto político objetivado e externo que condiciona sua formação e ação, os movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, “constituindo o que denominam de estruturas relacionais”. Embora a literatura já ofereça vários conceitos para abordar tais estruturas relacionais: redes, campos, configurações, a opção pelo conceito de estrutura relacional enfatiza que “o contexto é constituído por relações entre atores que, uma vez instituídas, estruturam ações futuras” (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 43).

3.2.2 Repertórios de ação

O conceito de repertórios de ação foi desenvolvido principalmente a partir dos trabalhos de Charles Tilly e Sidney Tarrow acerca das dinâmicas de mobilização, negociação e confronto das ações coletivas. Repertório, de acordo com Tilly⁹⁰ (2006, p. 53), compreende o conjunto de formas de ação política surgidas em meio a conflitos numa determinada época e que permanecem à disposição dos atores sociais. Os repertórios se baseiam nas identidades, laços sociais e formas organizacionais que constituem a vida social cotidiana, a partir dos quais

⁸⁹ Segundo os autores, referente à literatura nacional, apesar dos avanços da última década, não há ainda uma reflexão sistemática sobre como abordar o “contexto político” e, particularmente, como ele importa para a análise de formas e resultados da atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas. Já quanto à literatura internacional, observa-se que, embora vários autores problematizem o conceito de “estrutura de oportunidade política”, o contexto ainda emerge em grande parte das análises como um cenário inerentemente externo aos movimentos que estabelece oportunidades ou ameaças e constrange suas ações (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

⁹⁰ Na sociologia de Charles Tilly, desde os anos 1970 até seus últimos trabalhos, em 2008, o conceito de repertório incorpora a dimensão cultural na explicação dos processos políticos a partir de uma reconstrução das várias formulações. Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação, privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito de repertório se apresenta relacional e interacionista, privilegia a experiência das pessoas em interações conflituosas, e o uso e a interpretação dos *scripts* em performances. (ALONSO, 2012, p. 32).

surtem tanto as reivindicações coletivas que as pessoas expressam, quanto os meios que elas têm para produzi-las.

Tarrow (2009, p. 51) define repertório como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas mediante um processo relativamente deliberado de escolha”. Ou seja, para ele, os repertórios não são exclusivamente reflexos de conjunturas históricas, mas são também resultados de avaliações e opções dos atores engajados na ação coletiva. Os repertórios passam a ser uma expressão da interação entre os movimentos sociais ou as ações coletivas e os outros atores envolvidos em um determinado conflito⁹¹. Apesar das formas de organização serem profundamente influenciadas por experiências passadas e normas sociais, os atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de se organizar, mobilizar apoio e expressar demandas (TARROW, 2009). Conforme destaca Alonso:

Um repertório não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito. É sempre compartilhado: [...] minha [Charles Tilly] primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (TILLY, 1995: 30). [...] O conceito se torna relacional, iluminando a interação dos atores, nunca suas ações isoladas (ALONSO, 2012, p. 25).

Os repertórios de ação estão, de alguma forma, culturalmente inscritos e necessitam de mudanças para se tornarem eficazes na arena política. Ou seja, há uma relação interativa entre as oportunidades e restrições políticas e os tipos de repertórios utilizados na disputa. Como destaca Tarrow (2009, p. 51), o repertório é “um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam”. O elemento cultural, segundo o autor, envolve um processo interpretativo das oportunidades políticas por parte daqueles que se mobilizam. O elemento estrutural, por sua vez, relaciona-se com o papel do Estado e da conjuntura política. Essa abordagem do confronto existente e realizado por movimentos sociais leva o autor a tratá-lo em termos processuais e não mais estáticos. Assim, a natureza do conflito político não está na objetividade das necessidades

⁹¹ Tilly empregou o conceito de repertório de confronto (*repertoire of contention*), para analisar “as escolhas feitas pelos movimentos não no que se refere ao conteúdo da ação coletiva, mas à sua forma” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 327). A ação coletiva se desenvolve a partir da escolha de um conjunto finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política, como, por exemplo as marchas, um abaixo-assinado, a ocupação de um prédio.

enfrentadas pelos atores sociais, mas na capacidade de sustentação de uma organização a partir da utilização de repertórios eficazes na disputa política.

Tilly (2006, p. 47) aprofunda a interdependência dos repertórios com os regimes. De acordo com sua análise, os repertórios diferem drasticamente de um tipo de regime para outro⁹². Tanto a capacidade governamental quanto a extensão da democracia afetam fortemente as maneiras como as pessoas fazem reivindicações coletivas umas sobre as outras e como as autoridades respondem a essas reivindicações⁹³. Assim, diferentes regimes tendem a apresentar variações na maneira como se relacionam com as diversas formas de ação coletiva que conformam os repertórios de um determinado contexto. Essas formas de ação coletiva podem ser enquadradas pelos regimes como prescritas, toleradas ou proibidas, de tal modo que diferentes regimes tendem a produzir distintas oportunidades e/ou restrições para os repertórios de ação, valorizando-os ou limitando-os ao estabelecerem, pelo menos em parte, os custos, os riscos e a eficácia das formas de ação coletiva.

O confronto político, dessa forma, pode tomar variadas expressões de acordo com as possibilidades e limites estabelecidos pelo contexto político-institucional e, ainda, pelas interpretações que os atores envolvidos na ação fazem do contexto no qual atuam. Em conjunturas políticas menos favoráveis aos movimentos sociais, o confronto direto contra o Estado pode ser a única alternativa. Em conjunturas mais favoráveis à participação política, o conflito político entre Estado e movimentos sociais pode continuar a existir, porém os repertórios utilizados pelos movimentos sociais podem ser mais formais e, inclusive, reconhecidos pelo próprio Estado (TILLY, 2006).

Enquanto conjunto relativamente limitado, embora renovável, de rotinas reivindicativas, o repertório, segundo Tarrow (2009), constitui um elo-chave das formas de agência passadas, presentes e futuras. O repertório muda lentamente com o tempo, sendo que as mudanças fundamentais dependem de variações maiores nos interesses, nas oportunidades e na organização, pois a ação coletiva é influenciada pela natureza de problemas, conflitos ou demandas existentes, pelos recursos disponíveis para um grupo de atores e também pelo conhecimento organizacional que atores aprendem de suas lutas anteriores. Se, por um lado, os

⁹² Ver tais distinções em Tilly (2006, p. 210-220).

⁹³ Tilly (2006) sustenta, ainda, que há ampla correspondência entre regimes e repertórios. A história política de um regime gera um repertório de reivindicações e uma estrutura de oportunidades políticas. A curto prazo, o repertório e a estrutura de oportunidades interagem para restringir a frequência, a localização e o caráter das reivindicações coletivas. Porém, a médio prazo, a reivindicação altera o regime. Isso é feito a partir da formação de grupos de atores políticos eficazes, alianças políticas, programas públicos, agentes do governo e até formas de governo.

repertórios, como argumenta Tilly (1978), não são exclusivamente reflexos de conjunturas históricas, mas são também resultados da interação entre os atores envolvidos em um determinado conflito, por outro lado, o repertório pode se constituir como uma peça importante para a reprodução da memória coletiva (HALBAWCHS, 2013). Os repertórios de ação implementados na luta social do Contestado remetem a elementos temporais e espaciais ativados pela memória coletiva. São, ainda, um importante recurso de reconstrução da memória e de expressão dos interesses atuais dos grupos.

Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), se, por um lado, um aspecto central de um repertório é que ele é aprendido do passado, por outro, atores sociais constantemente criam e transformam os repertórios que os guiam⁹⁴. Os atores envolvidos em ação coletiva não inventam uma forma qualquer de organização, mas trabalham com os formatos com os quais estão familiarizados e que são social e politicamente aceitos. Dessa forma, os repertórios também podem ser construídos criativamente⁹⁵. Ao mesmo tempo que reproduzem velhos repertórios, os grupos improvisam e os reinterpretem realizando novas performances.

Silva (2015, p. 149-150) ao estudar o caso do Brasil, historicamente marcado por uma significativa diversidade nas oportunidades de acesso institucional para as distintas classes sociais, desenvolve o conceito de repertórios compostos, segundo o qual conviveria mais de um padrão de relação entre atores sociais e políticos. A presença de uma diversidade de padrões de relacionamento entre sociedade e Estado significa que as oportunidades e restrições confrontadas pelos movimentos sociais na definição de seus repertórios de ação “variam de acordo com o contexto local conjuntural no qual se inserem os recursos organizativos de que dispõem e os setores do Estado com quem se relacionam”.

Essa observação é significativa no sentido de superar a tendência a abordar os movimentos sociais como sendo constituídos por atores que têm nos repertórios de contestação extra institucional não apenas suas formas principais de ação e expressão públicas, mas também suas únicas formas. Como enfatiza Silva (2015, p. 148) a transformação dos repertórios confrontacionais em definidores da própria natureza dos movimentos sociais acabou gerando,

⁹⁴ Em sua última abordagem dos repertórios, Tilly privilegia “o improvisado, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstância e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade” (ALONSO, 2012, p. 33).

⁹⁵ As mudanças e inovações nos repertórios, ainda segundo Tilly (2006), perduram quando associadas a uma nova vantagem substancial para um ou mais atores. A longo prazo, no entanto, as inovações se acumulam em mudanças substanciais do repertório; a história dos confrontos, portanto, afeta significativamente sua operação atual. Os repertórios se cristalizam à medida que o ritmo de inovação nos desempenhos diminui. Algumas inovações que surgiram durante um ciclo de protestos continuam fazendo parte do repertório, enquanto algumas performances antigas ou características de performances desaparecem.

de um lado, o “incapacidade para identificar outras práticas que acompanham os repertórios de ação dos movimentos sociais” e de outro, levou à construção de “um ‘modelo ideal’ de movimento social que se instituiu como parâmetro normativo a partir do qual eram identificados e avaliados os eventuais ‘desvios’ dos movimentos realmente existentes”. Esse modelo ideal estabeleceu um limite analítico para a apreensão e análise de repertórios de ação muito mais diversificados que caracterizam os movimentos sociais, particularmente em contextos de abertura de oportunidades de acesso institucional.

No campo do associativismo⁹⁶, também é possível identificar um quadro de múltiplas configurações nas relações entre os atores sociais e instituições políticas. Como descreve Lüchmann (2014, p. 171), pelo menos três tipos de interações são registrados: associações “que não mantêm relações, seja por não contarem com objetivos que demandam relações político-institucionais; seja por questionarem o poder institucional, acusando as suas dimensões instrumentais e adotando, portanto, posturas mais autonomistas”; associações “que mantêm relações estratégicas com governos e partidos tendo em vista a concretização de seus objetivos e demandas”; e finalmente, as “associações que mantêm relações fortes, e portanto, ancoradas no compartilhamento de projetos políticos”.

Abers e Von Bülow (2011), em contraposição à tendência das teorias emergentes a partir da década de 1990 - que tratavam a sociedade civil como espaço virtuoso em oposição às estruturas viciadas do Estado –, defendem que as próprias fronteiras entre Estado e sociedade civil não devem ser pressupostas, mas resultado da investigação empírica que explicita como as redes de movimentos sociais, em certos contextos e condições políticas, extrapolam os limites da sociedade civil e adentram as fronteiras do Estado⁹⁷. Na medida em que a política institucional é vista como entrelaçada às ações de caráter contestatório, a inserção no Estado pode ser encarada, em contextos democráticos, como um repertório fundamental.

No contexto de um crescente interesse na democracia e na participação em processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais. Essa tem sido uma tendência em uma variedade de tipos de movimentos sociais, e tem sido notada e analisada na literatura latino-americana. No entanto, participar ou não nessas arenas oficiais tem sido um tema extremamente polêmico. Enquanto alguns movimentos sociais têm rejeitado sistematicamente essa possibilidade, outros movimentos sociais têm tentado utilizar o

⁹⁶ Para um panorama histórico acerca do crescimento e da complexificação do campo do associativismo, ver Rennó et al. (2011). Balanços mais abrangentes que apresentam as diferentes fases na trajetória histórica e teórica das ações coletivas no Brasil podem ser encontrados em Doimo (1995), Gohn (1991), Avritzer (1997).

⁹⁷ Ao tratar de pesquisas que, de alguma forma, abordaram a relação entre movimentos sociais e Estado na América Latina, Abers e Von Bulow (2011) chegam a um ponto central no entendimento dos sentidos que fazem com que um movimento social procure a inserção no Estado como um repertório de ação: a disputa pelo poder interpretativo das políticas de estado.

Estado como plataforma a partir da qual dar maior visibilidade e eficácia às suas demandas (ABERS; BULOW, 2011, p. 66).

Como destacam Abers e Von Bülow (2011), o caso brasileiro desafia “a concepção da relação entre Estado e movimentos sociais sob a perspectiva da oposição e externalidade pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado” e a partir da forte interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos. Muitos movimentos importantes resultam de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, o que problematiza a visão do Estado como contraponto do movimento. Isto faz com que seja necessário não apenas “teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado”, mas também “como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p.78).

Essa inserção no espaço do Estado traz um elemento importante para tratar os repertórios de ação dos movimentos sociais em contextos democráticos e, ao mesmo tempo, destaca a repercussão disso no interior dos movimentos sociais, principalmente sobre a intersecção entre a autonomia dos movimentos e as interações com o Estado via instituições⁹⁸. Outra implicação é que a identificação de determinadas condições político-institucionais, enquanto oportunidade, não acontece de forma automática pela existência das próprias condições, mas, sobretudo pelo “processo de atribuição de sentido realizado pelos atores envolvidos”. Essa interação tende a ser marcada por divergências e conflitos interpretativos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 326). É importante destacar, ainda, que a decisão de atuar “por dentro” do Estado não significa, imediatamente, que o movimento social deixe de realizar o confronto político extra institucional. A opção por uma atuação extra institucional está sempre dada como uma forma existente no repertório e sua adoção em um momento específico se configura como a comprovação da autonomia decisória do movimento: “a mudança no repertório decorre da sua avaliação do processo e dos meios mais eficazes para alcançar seus objetivos” (OLIVEIRA, DOWBOR, 2018, p. 16).

⁹⁸ Essa modalidade de interação remete ao conceito de “autonomia inserida” de Peter Evens (1993), em que pela perspectiva da sociedade civil e dos movimentos sociais, significaria uma combinação entre quadros e modelos organizativos próprios do movimento e sua concomitante inserção nas estruturas do Estado com vistas a produzir ou coproduzir reconhecimento de direitos e políticas públicas voltadas para as demandas do movimento (apud OLIVEIRA; DOWBOR, 2018). Casos empíricos foram estudados fora e dentro do Brasil nos últimos 20 anos, consubstanciando um renovado corpus analítico que adicionava à teoria do processo político, mencionado anteriormente, categorias relacionais e capazes de detectar a mútua constituição entre movimentos sociais e Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; MEZA; TATAGIBA, 2016; BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2017).

A abordagem da política contestatária é mobilizada, também, numa perspectiva política multi-institucional. Os estudos desenvolvidos por Armstrong e Bernstein (2008), com influências dos trabalhos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, mostram que as visões de sociedade e de poder subjacentes ao modelo de processo político, embora resguardem sua capacidade analítica, são muito estreitas para abranger a diversidade dos esforços contemporâneos de mudança efetivados pelos movimentos sociais. A proposta teórica, por elas elaborada, compreende que o poder não está concentrado em torno apenas de uma fonte de poder, o Estado, mas em torno de múltiplas fontes, cada uma das quais é simultaneamente material e simbólica. Além disso, defendem que as estruturas políticas e econômicas da sociedade não podem ser tidas como primárias e determinantes em relação ao papel externo e secundário da cultura.

A crítica das autoras, dirigida à teoria do processo político, concerne às suas suposições sobre a natureza da sociedade e o exercício do poder, concentrado unicamente no Estado. Segundo as elas, na teoria do processo político, “os governos são vistos como os únicos criadores de regras importantes e os atores são definidos em termos de sua relação com o Estado e, em consequência, os ‘membros’ e ‘desafiadores’ da política tornam-se os únicos atores relevantes nas disputas pelo poder”. As implicações desses pressupostos para o estudo dos movimentos sociais é a de que os atores são mutuamente exclusivos e, portanto, a expectativa é de que apenas aqueles que estão em desvantagem econômica e política, em relação ao Estado, participem dos movimentos. Outra consequência dessa compreensão é que somente os esforços de mudança efetivados pelos excluídos para corrigir a desigualdade política se qualificam plenamente como movimentos sociais. Assim, a concepção da política é considerada limitada por esse enquadramento teórico, uma vez que “a ação coletiva não é considerada política, a menos que vise o Estado, ou seja, a política não é concebida como um processo social geral que ocorre em múltiplas arenas da sociedade” (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008, p. 78-80)⁹⁹.

Na perspectiva multi-institucional, a sociedade é vista como um sistema composto de múltiplas instituições, sobrepostas e mutuamente constituídas por relações e práticas que se concretizam em sistemas, dos quais a cultura é parte constitutiva. Mesmo tendo um papel importante, por estabelecer regras que governam outras instituições da sociedade, a natureza, o poder, a lógica e a centralidade do Estado são historicamente variáveis e, por isso, sua natureza

⁹⁹ Os excertos reproduzidos dessa obra são traduzidos pelo autor.

e importância não podem ser assumidos de antemão¹⁰⁰. Dessa forma, segundo elas, as instituições detentoras de poder material e social¹⁰¹ se localizam justamente onde as distinções feitas por atores sociais são traduzidas em fronteiras sociais, onde os sistemas de classificação são ancorados e produzem consequências materiais. Além disso, os significados, embora ancorados por instituições, não são redutíveis às instituições e, conseqüentemente, a mudança social é possibilitada pela multiplicidade de significados culturais disponíveis. Esses elementos culturais podem tanto restringir quanto possibilitar a ação dos movimentos e podem também se tornar alvos das suas ações com vistas a alcançar mudanças culturais. Com efeito, as disputas podem ser dirigidas contra qualquer uma ou todas as instituições da sociedade. Os movimentos sociais podem ter como alvo o Estado ou outras instituições, visando alcançar mudanças nos significados culturais, alterações na ordem política, novos benefícios, inclusão etc.

Por fim, essa compreensão altera também a expectativa acerca dos atores sociais. Segundo Armstrong e Bernstein (2008, p. 80) na maioria das sociedades contemporâneas, quase todas as pessoas podem ser consideradas como “um participante potencial de um movimento social, já que a maioria das pessoas pode gerar bases plausíveis para desafiar alguma instituição”. Como as demandas em torno das quais os movimentos se formam não são naturais, mas são produzidas política e historicamente, os arranjos institucionais possibilitam uma diversidade de atores para os quais a ação coletiva é pensável, e de instituições (estatais e não estatais) frente as quais apresentam reivindicações. Assim, “as metas para os movimentos sociais são elaboradas em vista de mudanças materiais e simbólicas nas instituições ou na cultura” (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008, p. 80). Em decorrência, o que importa para a análise é o modo pelo qual os conflitos, que parecem ser principalmente materiais, se referem ao reconhecimento social e o modo pelo qual as lutas sobre o significado dizem respeito a recursos. A atenção às metas do movimento tende a demonstrar que as demandas por redistribuição de recursos e os desafios aos significados culturais estão tipicamente interligados,

¹⁰⁰ “Definir arbitrariamente o Estado como a única instituição importante falha em capturar as formas como o poder é distribuído na sociedade e não pode capturar a gama de atividades projetadas para desafiar as formas como o poder opera” (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008, p. 82. *Tradução do autor*).

¹⁰¹ “*Contemporary efforts to move beyond the divide between the semiotic and the material owe a great deal to the theorizing of Foucault and Bourdieu. Distinctions have material consequences: they determine how people are treated, the allocation of resources, and forms of regulation. Foucault’s treatment of the prison and the asylum shows how ways of classifying the criminal and the insane are inextricably interconnected with new technologies of the body*” (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008, p. 83).

sendo que, em certa medida, os movimentos podem priorizar as metas culturais e de mobilização frente às mudanças políticas sem, contudo, desprezá-las¹⁰².

Esse desenvolvimento teórico a partir da teoria do processo político oferece ferramentas importantes para analisar a natureza mutante da dominação (tanto material quanto cultural) em instituições governamentais e não governamentais e esforços coletivos que surgem em resposta a diferentes tipos de dominação. Isso se torna um instrumento interessante para o estudo da luta social no Contestado, uma vez que se observa o esforço de ruptura com diversos níveis de dominação dirigido não apenas contra o Estado, mas ambicionando também mudanças nas representações sociais frente a outras instituições sociais, como por exemplo nas instituições educacionais e religiosas.

O conceito de repertório é, assim, mobilizado sob duas perspectivas. Uma que compreende a relação entre Estado e movimentos sociais não apenas sob a perspectiva da oposição e externalidade, mas pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e de interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos. A outra perspectiva é a que compreende a sociedade composta por múltiplas instituições, tendo-se que as disputas podem ocorrer contra qualquer uma ou todas as instituições da sociedade desde objetivos quanto meta culturais e de mobilização ou mudanças políticas e de redistribuição.

Tendo em vista a existência e atuação das organizações descritas nesta pesquisa, cuja abordagem reclama amplo debate e aprofundamento, entende-se a necessidade da abordagem das entidades da sociedade civil na perspectiva da articulação com a esfera política institucional, tal como vem sendo trabalhada na perspectiva de redes – movimentos sociais, redes, repertórios. Trazer conceitos que advêm do campo teórico dos movimentos sociais, particularmente da teoria do processo político, permite um diálogo que identifica as diferentes formas de ação, ou a diversidade da ação coletiva, e que estão relacionadas não apenas aos diferentes perfis, objetivos e recursos de grupos e associações, mas também às estruturas relacionais, regras e espaços institucionais disponíveis. Com efeito, muito embora esses conceitos estejam voltados para a análise dos confrontos políticos, reunindo, portanto, as diferentes manifestações de lutas e conflitos políticos, esta análise é inspirada no trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), que fazem um uso mais abrangente da noção de repertório, incluindo formas de ação coletiva

¹⁰² “We predict that close attention to movement goals will reveal that demands for resource redistribution and challenges to cultural meanings are typically intertwined. And we expect that movements will frequently prioritize cultural and mobilization goals over the pursuit of policy change” (ARMSTRONG; BERNSTEIN, 2008, p. 93).

de base mais colaborativa que são levadas a cabo por organizações da sociedade civil. Assim, se, por um lado, as teorias dos movimentos sociais limitam o campo dos atores sob investigação, ao privilegiar as ações de confronto, por outro lado, elas contribuem para o enriquecimento da compreensão da diversidade de práticas e estratégias utilizadas pelos diversos grupos sociais, associações.

3.3 IDENTIDADE COLETIVA, RECONHECIMENTO E EMOÇÕES

Segundo Mcadam, McCarthy e Zald (2008), se a combinação de oportunidades políticas, estruturas de mobilização e repertórios proporciona aos movimentos sociais um certo potencial estrutural de ação, eles necessitam ainda de outros elementos para dar conta da ação coletiva. Segundo eles, a mediação entre oportunidade, organização e ação é dada pela “constituição de uma identidade, de significados compartilhados e definições que as pessoas trazem para a sua situação”. Para se engajarem na ação coletiva, as pessoas precisam ser atingidas subjetivamente em algum aspecto de suas vidas e motivadas à compreensão de que, agindo coletivamente, podem corrigir tal situação. “Na falta de uma ou de ambas as percepções, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem, mesmo quando têm a oportunidade de fazê-lo” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008, p. 5).

3.3.1 Identidade coletiva

As instituições políticas possuem um papel importante no surgimento e manutenção dos movimentos sociais, sendo possível compreender a emergência e a dinâmica dos movimentos sociais pela análise das estruturas de oportunidades e restrições oferecidos pelo sistema político para que ações coletivas e movimentos sociais irrompam na arena pública (TARROW, 2009). Contudo, a constituição das identidades coletivas¹⁰³ e sua manifestação na esfera pública também são elementos importantes para a compreensão dos movimentos sociais (MELUCCI, 2001). Essas duas linhas de abordagem não são necessariamente opostas e a apreensão teórica das ações coletivas e dos movimentos sociais pode seguir atenta a ambos os aspectos, ou seja, tanto açambarcando o potencial da construção da identidade coletiva, quando

¹⁰³ Incorporado pelo conjunto das perspectivas teóricas dos movimentos sociais, o conceito de identidade é apontado como “instrumento analítico fértil para a compreensão dos processos subjetivos relacionados à ação coletiva” (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 138).

percebendo como ela atua frente às oportunidades e constrangimentos políticos. Como afirma Melucci:

As expectativas são construídas e avaliadas em conexão com a realidade, por exemplo com as realizações, mas também com a estrutura de oportunidades, unicamente sobre a base de uma definição negociada da constituição interna do ator e do campo da sua ação. A elaboração de expectativas e a avaliação das oportunidades e limites da ação supõem a capacidade do ator de definir-se a si mesmo e o próprio ambiente. (MELUCCI, 2001, p. 68)

O estudo dos fenômenos sociais, dessa forma, parte não somente da análise das condições estruturais, mas também das dinâmicas de constituição dos atores sociais, ou seja, das identidades coletivas. Nas sociedades complexas contemporâneas, com crescente integração das estruturas culturais, políticas e econômicas, os conflitos sociais e políticos estão presentes na vida cotidiana, pois “o desenvolvimento capitalista não se sustenta mais somente no controle da força de trabalho e na transformação dos recursos naturais para o mercado, sendo cada vez mais crescente sua intervenção nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades” (ALONSO, 2009, p. 64). Com isso, há um deslocamento da origem dos conflitos sociais do sistema econômico-industrial para as áreas culturais¹⁰⁴. Os conflitos “afetam a identidade pessoal, o espaço e o tempo na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Com efeito, um movimento social se constitui como uma “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (MELUCCI, 2001, p. 35). Ou seja, a construção de um ator coletivo se dá em um campo de disputas no qual os atores lutam pela apropriação de recursos por eles valorizados. A solidariedade constituída nesse processo é compreendida como “a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p. 36). O conflito, a solidariedade e a ruptura dos limites do sistema são, segundo ele, dimensões que permitem diferenciar os

¹⁰⁴ Embora considerando que os movimentos sociais não são necessariamente o resultado de crises econômicas ou de contradições do sistema e privilegiando uma abordagem centrada na postura dos indivíduos ante a ação coletiva, Melucci (2001) admite que fatores externos podem contribuir para o surgimento dos movimentos sociais, mas ressalta que a postura dos atores é o elemento central na ação coletiva. Mesmo priorizando a ação dos indivíduos, Melucci (2001) considera que estruturas de oportunidades políticas são conceito relevante para a análise da ação coletiva. “A ação coletiva de um movimento é resultante de objetivos, recursos e limites, isto é, uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e de vínculos. Os atores constroem a sua ação por meio de investimentos organizados: definem, isto é, em termos cognitivos, o campo das possibilidades e dos limites que percebem ativando ao mesmo tempo suas relações para dar sentido ao seu agir comum e aos objetivos que perseguem” (MELUCCI, 2001, p. 47).

movimentos sociais de outros fenômenos coletivos como reivindicações organizadas e comportamento agregado de massa. O foco nos “processos de construção da ação social” (MELUCCI 2001, p. 166) implica em definir a ação humana como uma construção de possibilidades no interior dos limites do sistema¹⁰⁵. A tensão entre limites e possibilidades revela a precariedade de uma realidade baseada na racionalidade e no cálculo entre meios e fins, abrindo espaço para que as emoções, intuições e criatividade entrem no processo de construção da realidade individual e social.

Nesse contexto, os movimentos sociais comportam “redes de solidariedade com fortes conotações culturais”. Não se trata, assim, de personagens que se movem em função dos fins que lhes são atribuídos pelos ideólogos, mas, sim, apresentam-se como “sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social” (MELUCCI, 2001, p. 23).

A ação coletiva é pensada como um processo interativo de construção no interior de um campo de possibilidades e de limites¹⁰⁶ que os atores reconhecem. A identidade coletiva é uma “definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre os atores. Implica a presença de quadros cognitivos e de densas interações e também das dimensões afetivas e emocionais” (MELUCCI, 2001, p. 158). A identidade coletiva é o resultado de um processo interativo e compartilhado, pois acontece no nível grupal, sendo central para dar ao grupo a coerência e a energia necessárias para mobilizar seus membros para a ação coletiva. Além das relações estabelecidas entre os membros no interior de um grupo, a identidade coletiva é marcada pelas relações estabelecidas com outros atores na arena das disputas.

É característico da identidade coletiva ser um processo de negociação em torno da constituição de um sentimento de “nós”, construído “tanto pelo compartilhamento da mesma categorização social e pela elaboração de elementos passados (história, linguagem, religião) quanto pelo estabelecimento de um projeto coletivo de futuro para a sociedade como um todo a partir da perspectiva desse ‘nós’” (MELUCCI, 1996, p. 70). Envolve, portanto, uma definição sobre os fins, os significados e o campo de ação que são interpretados coletivamente a partir de referentes culturais amplos. Os referentes são enquadrados pelos indivíduos a partir dos grupos em que estão envolvidos.

¹⁰⁵ Melucci define como limites do sistema a variabilidade dos estados sistêmicos, ou seja, “variáveis que em certo sistema pode tolerar sem modificar a própria estrutura” (MELUCCI, 2001, p. 37).

¹⁰⁶ Enquanto construção social, a ação coletiva implica no reconhecimento da ação do ator na produção do sentido na sua relação social, o reconhecimento do produto como o resultado da ação, o que implica dizer, em outras palavras, um campo de capacidades das pessoas envolvidas nessas relações em fazer sentido sobre o que estão realizando (ARAÚJO; LIMA, 2010).

A identidade coletiva se constitui, então, por meio de uma rede de interações entre atores que se comunicam, influenciam-se mutuamente, negociam e tomam decisões. Esse processo constitui, para o indivíduo, um sentimento de constituir uma unidade comum.

A construção de uma identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo: a identidade pode tanto mais cristalizar-se em formas organizativas, sistemas de regras, relações de liderança, quanto mais nos aproximamos das formas mais institucionalizadas do agir social. Na ação coletiva ela tem prevalentemente o caráter de um processo que deve ser continuamente ativado para tornar possível a ação. (MELUCCI, 2001 p. 69)

A identidade coletiva está relacionada com uma dimensão participativa da vida social, sobretudo, como uma forma de adquirir habilidades mesmo diante da falta dos recursos de tempo e dinheiro (PIZZORNO, 1975). Para Pizzorno, as pessoas, diante da complexidade do fenômeno da participação social, no qual estão em disputa recursos materiais e simbólicos, atribuem significados bastante distintos a eles, pois os benefícios são principalmente subjetivos e relacionados com a identificação com outros indivíduos. Por isso, segundo Pizzorno (1985), a identidade coletiva é a condição para que sejam calculados custos e benefícios da ação. A partir dela passam a ser calculáveis os investimentos e os possíveis retornos da participação ou não participação de qualquer tipo de ação social. Em consequência, a motivação para participar não deve e não pode ser concebida como uma variável somente individual. A participação¹⁰⁷ é, sobretudo, produto da identidade política compartilhada pelos atores. A identificação de indivíduos que se sentem em condições de inferioridade em relação ao sistema de valores dominantes na sociedade em torno de um atributo comum (língua, etnia, ocupação política) permite que os indivíduos se sintam entre iguais e, graças a isso, identificar-se e gerar solidariedade. O fato de compartilhar certas identidades potencializa a participação (PIZZORNO, 1975).

¹⁰⁷ Pizzorno em contraposição ao modelo da participação política assentado no elemento da centralidade, segundo o qual a participação política é maior quanto mais central for a posição social de um indivíduo, defende o modelo da consciência de classe, em que a participação é produto da identidade política compartilhada pelos atores. Segundo ele, a participação política pode ocorrer de quatro formas distintas, divididas segundo o tipo de solidariedade dominante e pelo contexto da ação. Naquelas em que prevalece a solidariedade política estão: (a) profissionalismo político, caracterizado como tipo de ação inserida no sistema estatal e definida pelo viver da política; e, (b) movimento social, cuja ação é extraestatal, ou seja, encontra-se fora da estrutura dos canais tradicionais que conduzem ao Estado. As formas de participação política nas quais a solidariedade privada prevalece são: (c) participação civil na política, como, por exemplo, a adesão a partidos de opinião, o pertencimento a associações voluntárias integrantes do sistema e a grupos corporativos de interesse etc.; e (d) a subcultura política, entendida como uma forma de agrupamento e organização de indivíduos que se sentem em condições de inferioridade em relação ao sistema de valores dominantes na sociedade e se identificam de acordo com determinado atributo comum (PIZZORNO, 1975).

Uma tarefa fundamental que os atores sociais realizam é atribuir sentido às oportunidades e às restrições para a ação coletiva e condensar e simplificar a variada experiência humana em um código passível de leitura e mobilização. Além de fortalecer a identidade coletiva, esses processos de enquadramento “estimulam a mobilização, à medida que as pessoas buscam se organizar e agir em sua crescente consciência da ilegitimidade e vulnerabilidade do sistema” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 2008, p. 16). Quadros interpretativos¹⁰⁸ são a forma como os “movimentos sociais constroem significados para a ação (TARROW, 2009, p. 143). Eles se referem aos significados atribuídos pelos movimentos sociais às suas ações e contemplam as visões, divergentes e conflitivas, sobre um mesmo tema e a organização de uma cultura interna ao próprio movimento, que é expressa na forma de suas atividades de mobilização. Como destaca Tarrow,

O enquadramento interpretativo não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o “nós” e “eles” na estrutura do conflito de um movimento. Utilizando identidades coletivas e moldando novas, os desafiantes estabelecem os limites de seus adeptos futuros e definem seus inimigos através de atributos e maldades reais ou imaginários. Fazem isso através do conteúdo de suas mensagens ideológicas e, da mesma forma, através das imagens que projetam de seus inimigos e aliados. (TARROW, 2009, p. 41)

A construção de quadros interpretativos aumenta a coesão do grupo, a sua identidade coletiva, na medida em que evoca, entre os seus membros, o sentimento que eles têm de compartilharem situações de vida semelhantes. A percepção de discriminações e de desigualdades injustificadas entre indivíduos e grupos pode conduzir a um sentimento de indignação moral advindo da percepção de se estar privado de certos direitos que o indivíduo se considera merecedor (JASPER, 2018).

Como os símbolos culturais não são automaticamente disponíveis como símbolos mobilizadores, eles necessitam de agentes concretos para transformá-los em quadros

¹⁰⁸ O conceito de quadros interpretativos parte do conceito de *frame*, tal qual desenvolvido por Erving Goffman. Goffman (1986, p. 247) define *framing* como o processo pelo qual os indivíduos organizam suas experiências, dando um sentido a elas e criando as possibilidades de agir socialmente. Esse processo é, ao mesmo tempo, psicológico e social. A incorporação do conceito de *frame* às teorias dos movimentos sociais está relacionada com uma crescente preocupação com os processos microsociais presentes nos movimentos sociais, para além daqueles aspectos estruturais e organizacionais. Fundamentalmente, essa incorporação tem procurado elucidar questões referentes ao engajamento e à participação das pessoas nos movimentos sociais. Ao longo das últimas décadas do século XX, a abordagem do enquadramento interpretativo foi incorporada às mais importantes teorias desenvolvidas dentro do campo de estudos de movimentos sociais, estabelecendo-se como dimensão central para a análise do confronto político (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999; MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; TARROW, 2009). Tal abordagem contribui para o debate sobre movimentos sociais ao enfatizar o papel diligente dos ativistas como produtores de interpretações da realidade, a necessidade de alinhamento cognitivo para o engajamento, bem como a importância de disputas interpretativas para a emergência, o desenvolvimento e a resolução do confronto político (PEREIRA; SILVA, 2017, P. 189).

interpelativos, adaptando e combinando várias formas de confronto para conseguir o apoio das pessoas. Como argumenta Tarrow (2009, p. 145), “são atividades centrais dos movimentos sociais inserir os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam uma injustiça, responsabilizarem outros por ela, e proporem soluções”.

A cultura é aqui entendida como sistema de significados usados pelas pessoas cotidianamente e como base da identidade social e política.

A cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos. Os símbolos são extraídos seletivamente de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinados com crenças orientadas para a ação, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e população alvo. O mais importante é que a eles é dada uma valência emocional que visa converter a passividade em ação. (TARROW, 2009, p. 147)

Os movimentos sociais necessitam de solidariedade para agir de forma coletiva e consistente e, nesse sentido, criar ou ter acesso a identidades em torno de suas reivindicações é uma maneira de fazê-lo. A solidariedade dos seus militantes é quase sempre baseada em comunidades mais íntimas e especializadas. Além disso, construir um movimento em torno de laços fortes de identidade coletiva favorece o trabalho de organização. Dessa forma, as identidades não são simplesmente elaboradas a partir do nada, mas respondem às mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas, nas necessidades estratégicas e nos materiais culturais disponíveis (TARROW, 2009, p. 157-158).

Os quadros interpretativos implicam, ainda, uma capacidade de agência, baseada na compreensão de que é possível transformar a situação de desigualdade e injustiça por meio de ações coletivas. Assim, a tarefa importante do movimento social é convencer as pessoas de que são detentores dos meios capazes de modificá-la¹⁰⁹. Diante de culturas políticas herdadas, Tarrow (2009, p.158) sugere que é justamente a combinação de novos quadros interpretativos inseridos numa matriz cultural que produz quadros interpretativos potencializadores de ação coletiva, sendo que combiná-los depende “de quem está envolvido na luta, quem são os oponentes e das oportunidades colocadas para a ação coletiva”.

¹⁰⁹ O enquadramento interpretativo, segundo Tarrow (2009), está presente tanto na emergência de um movimento quanto na sua posterior organização. Mas as configurações coletivas dentro das quais o enquadramento ocorre e a natureza do processo de enquadramento tendem a ser muito diferentes nos dois casos. Nos processos iniciais de estruturação são menos conscientemente estratégicos do que os esforços posteriores. No início, os participantes não estão plenamente conscientes de que eles estão envolvidos em um processo interpretativo de qualquer significado real, o que posteriormente se torna mais evidente acerca das ações e imagens da luta do movimento determinando a forma mais atraente e eficaz de construir o enquadramento.

O potencial de uma ação coletiva leva em consideração o poder simbólico das ações. Nessa perspectiva, contribui o trabalho de Naujorks e Silva (2016) que articula o conceito de identidade militante, cujo mecanismo de produção é a correspondência identitária e os quadros interpretativos que preenchem o seu conteúdo e lhe atribuem significado. Segundo esses autores, no âmbito do indivíduo, a singularidade da experiência do engajamento nas ações coletivas é produzida pela configuração particular da correspondência entre as diferentes dimensões identitárias (pessoal, social e coletiva) e pela particularidade dos conteúdos veiculados pelos quadros interpretativos. A criação e a manutenção de quadros interpretativos oferecem um pano de fundo que possibilita “os processos de congruência entre a identidade individual e a identidade coletiva” (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 145). Isso ocorre através das interações e comunicações entre as pessoas, na medida em que divulgam os valores, normas, significados e sentidos trazidos pelo grupo ou movimento, falam sobre eles, preparam material de divulgação etc. Em contextos de interação, as identidades são anunciadas e reanunciadas, sendo que os esquemas comunicativos são um meio para que isto ocorra.

3.3.2 Reconhecimento e emoções

A noção de reconhecimento social vem sendo articulada no debate acerca dos movimentos sociais como um instrumento de análise capaz de apreender o papel das emoções no estudo das ações coletivas¹¹⁰ (BUENO DA SILVA, 2016). Axel Honneth (2003) propõe que a identidade dos indivíduos é determinada em um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. Honneth elabora esta compreensão a partir da noção hegeliana que entende a luta por respeito e reconhecimento intersubjetivo como a origem dos conflitos sociais e da afirmação de Mead de que a identidade dos sujeitos está vinculada à experiência do reconhecimento intersubjetivo¹¹¹.

¹¹⁰ De acordo com Bueno da Silva (2016) a proposta de Honneth não é precisamente desenvolver uma nova abordagem para o campo específico das teorias dos movimentos sociais, nem mesmo defender antigos trabalhos que concebiam o engajamento como resultado necessário de algum tipo de psicopatologia, mas identificar, a partir da tradição da teoria crítica, as potencialidades de emancipação humana presentes nos conflitos concretos.

¹¹¹ “A denominada Teoria do Reconhecimento se fundamenta nos estudos da formação da identidade, realizados por George Herbert Mead, e nas premissas universais de reconhecimento social de Hegel. Segundo Honneth, o desenvolvimento teórico da noção de Reconhecimento ficou no nível do idealismo em Hegel, enquanto a contribuição de Mead possibilitou a compreensão empírica da questão do Reconhecimento intersubjetivo dos indivíduos. No entanto, de acordo com Honneth, nem Hegel, nem Mead foram capazes de explicar as formas de desrespeito que tornam a experiência do não reconhecimento o motor para os conflitos sociais” (FUHRMANN, 2013, p. 27).

Honneth (2003) argumenta que a formação das relações de reconhecimento pelo sujeito se realiza por meio da dedicação emotiva (relações de amor, amizade), respeito cognitivo (o reconhecimento do sujeito pelo direito) e estima social (possibilidade de o indivíduo se referir positivamente à suas próprias características e capacidades concretas). Argumenta ainda que a confirmação de tais formas de reconhecimento, sobretudo do direito e da estima social, consolida-se historicamente de modo conflitivo, por meio de lutas por reconhecimento, dado que “só o sentimento de ser reconhecido e aprovado fundamentalmente em sua natureza instintiva particular faz surgir, num sujeito de modo geral, a medida de autoconfiança que capacita para a participação igual na formação política da vontade” (HONNETH, 2003, p. 80).

Em consequência, a ausência dessa estrutura de reconhecimento, configurando formas de desrespeito, desenvolvem no indivíduo uma autorrelação deformada, que constitui o fundamento motivacional possível para o conflito. Segundo Honneth (2003) a autorrelação prática da negação da dedicação afetiva é a insegurança emocional e física, caracterizada por uma falha na autoconfiança, cuja forma de desrespeito são os maus tratos, a violação, a tortura. A autorrelação prática da privação de direitos é a humilhação social, visto que aí não são garantidos os direitos e os deveres são ignorados e tal forma de desrespeito se dá mediante privação de direitos e exclusão social. O direito assegura ao sujeito uma ampliação das suas liberdades individuais, independentemente da classe social a que pertença, mitigando as desigualdades e promovendo o autorrespeito. Os impedimentos para o pleno exercício da cidadania resultam na invisibilidade social do indivíduo. Assim, a negação da estima social é a degradação social, quando o indivíduo “não obtém da sua comunidade a aprovação solidária e a apreciação das capacidades e formas de vida desenvolvidas individualmente” (HONNETH, 2003, p. 211).

O sujeito que “não obtém a aprovação intersubjetiva e social do seu modo de vida, não se sentindo valorizado pelo seu grupo de convivência familiar e institucional, não desenvolve o sentimento de autoestima necessário para o convívio em sociedade” (FUHRMANN, 2013, p. 28). Assim, para Honneth (2003), a ausência dessas formas de reconhecimento compromete a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima, sem os quais os sujeitos não se realizam social e individualmente de forma plena. A busca pelo reconhecimento negado ocorre, então, por meio da revolta, das pressões e da violência, originando os conflitos individuais e sociais. Assim, a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social é a causa principal da origem dos conflitos sociais. Por isso, de acordo com Honneth (2003, p. 156) as lutas sociais são “lutas moralmente

motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades”.

Honneth desloca o foco de análise dos elementos sócio estruturais do conflito para o âmbito intersubjetivo da construção da moralidade, cujo processo é compreendido por meio do conflito. Isso não significa ignorar que os elementos de cunho estrutural estejam implicados no processo de negação do reconhecimento, mas compreender o papel do sentimento de injustiça para a origem da luta¹¹². Em decorrência, as reações emocionais despertadas no sujeito desrespeitado constituiriam o impulso motivacional para a ação¹¹³. As emoções constituem, dessa forma, uma mediação fundamental entre a experiência de ser desrespeitado, em sua expectativa de reconhecimento intersubjetivo, e a ação social que resulta dessa negação.

De acordo com Bueno da Silva (2016), para Honneth, o vazio afetivo aberto pelo desrespeito, ou pela negação à possibilidade de autorrealização, desencadeia determinadas reações emocionais que, de um ponto de vista motivacional, constituem o impulso para a resistência social e para o conflito. A experiência do desrespeito revela ao sujeito uma “dependência constitutiva da sua própria pessoa para com o reconhecimento por parte dos outros” (HONNETH, 2003, p. 223).

Entretanto, mesmo destacando a dimensão psicoafetiva, Honneth (2003) argumenta que a experiência de desrespeito, emocionalmente vivida e sentida, ainda não é condição suficiente para a emergência da luta por reconhecimento. Para que seja direcionado em termos de processo prático de luta por meio de uma coletividade, o impulso emotivo desencadeado pelo desrespeito precisa ser convertido em um discurso inteligível. Isso não significa dizer que “o passo para a constituição do movimento social implique na renúncia aos fatores emotivos”, mas que os sentimentos envolvidos devem se expressar também “em termos de conteúdos cognitivos: discursos significativos aos sujeitos que sistematizem os motivos da resistência

¹¹² Esse deslocamento faz com que surjam diversas críticas por parte de outros teóricos filiados à tradição da Teoria Crítica, como Nancy Fraser (2003; 2003b). Para um balanço aprofundando do debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth, ver, por exemplo Bressiani (2011) e Souza (2018).

¹¹³ “As reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento. Nem em Hegel nem em Mead havia-se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca de sua situação social. Gostaria de defender a tese de que essa função pode ser cumprida por reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado” (HONNETH, 2003, p. 219-220).

política, trazendo diagnósticos, prognósticos, propostas de intervenção” (BUENO DA SILVA, 2016, p. 123).

A elevação da experiência do desrespeito ao discurso público, portanto, não passa apenas pela revelação pública das reações coletivas. O potencial cognitivo inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação se torna uma convicção política e moral dependendo, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos. Somente quando o “meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política” (HONNETH, 2003, p. 224).

Frente às críticas de que a experiência em grupo representaria uma ameaça para a identidade pessoal ou seria responsável pelas regressões que motivam os membros a subjugação à figura do líder, Honneth (2013, p. 78-79) argumenta que “o ‘eu’ busca o ‘nós’ da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação”. A articulação entre indivíduos de modo a constituir um movimento social é importante não apenas por oferecer possibilidade de unificação de forças e partilha de experiências comuns, mas também porque constitui o meio que possibilita a interpretação das experiências de desrespeito enquanto próprias de um grupo. O movimento social possibilita, assim, a significação em termos cognitivos da injustiça percebida em termos afetivos quando ocorre uma ruptura das expectativas morais dos sujeitos.

Segundo Souza (2018, p. 139-141), em um trabalho mais recente¹¹⁴, Honneth afirma que os grupos sociais que se encontram em posição socialmente desvantajosa apelam para normas institucionalizadas que são aplicadas de modo a favorecer alguns outros grupos e, ao fazê-lo, criticam grupos dominantes com base nas próprias normas sobre as quais esses se apoiam para hegemonizar uma determinada situação social. No entanto, é da constatação de que grupos sociais não permanecerão submetidos a situações sociais nas quais experimentam

¹¹⁴ Segundo Souza (2018, p. 130) Honneth, ao longo dos últimos 15 anos, realizou um ponto de inflexão com relação ao modelo teórico construído em *Luta por Reconhecimento*, na medida em que, com a pretensão de ampliar o escopo da teoria do reconhecimento, passa a tratá-la “não mais como uma gramática das lutas sociais, mas sim um fundamento da democracia liberal”. A mudança em sua teoria diz respeito menos à base conceitual e mais à arquitetura e escopo. “Essa mudança pode ser entendida como uma tentativa de interpretar a infraestrutura das sociedades modernas adaptando e readequando o conceito de reconhecimento a este propósito. Porém, é preciso lembrar que o conceito de reconhecimento, conforme usado por Honneth, não diz respeito à luta social por identidades, mas à confirmação recíproca de identidades. Uma vez que sua caracterização seja ampliada de um objeto de lutas para a de um material, o uso dado ao conceito de reconhecimento deixa de ser o de um critério normativo das lutas sociais e passa a ser o de um critério normativo das instituições coletivas; e na medida em que agora ele pretende dar conta de outras esferas da vida social, como o da economia.”

desvantagens sociais que brota o entendimento de que há um comportamento crítico que se expressa como “prática cooperativa de interpretação” e permite, em primeiro lugar, a desnaturalização de normas hegemônicas por grupos dominantes e, em segundo lugar, a demonstração de que normas mais inclusivas repousam na base da nova interpretação proposta (HONNETH, 2018, p. 917-918). Dessa forma, Honneth enxerga uma permanente dinâmica de mudança – e, de fato, uma mudança crítica – nas articulações internas às sociedades modernas, considerando que “o conflito por reinterpretar as normas e valores expressa um movimento de constante tentativa de institucionalizar certas visões da sociedade até a emergência de novas interpretações” (SOUZA, 2018, p. 141).

Inseridos nesse debate, em contraponto às abordagens que valorizam demasiadamente os aspectos racionais e estratégicos da ação coletiva, os estudos de Goodwin, Jasper e Polletta (2001; 2004) têm procurado elaborar um campo teórico que valorize os sentimentos e as emoções¹¹⁵ como elementos capazes de transformar indivíduos comuns em ativistas e que os sustentem enquanto tais. Como afirma James Jasper,

As emoções são uma parte essencial da ação e das decisões humanas [...]. As ações, feitas conscientemente como escolhas ou realizadas como rotinas irrefletidas, vêm com longas listas de riscos, custos e benefícios potenciais. Precisamos incluir os riscos, custos e benefícios emocionais, porque eles certamente guiam as ações e as escolhas. Estas foram excluídas da escolha racional e das tradições de jogo como muito difíceis de contar, mas com o alto custo de abandonar o realismo. Se quisermos entender as ações políticas empreendidas, precisamos entender as emoções que guiam, acompanham e resultam delas (JASPER, 2018, p. 24).

Essa abordagem realiza um esforço para compreender o papel das emoções nas mobilizações políticas demonstrando que “[...] os conceitos fundamentais com os quais se costuma apreender o elemento cultural do conflito, como identidade, pertencimento e enquadramento não podem ser reduzidos à dimensão cognitiva, sendo possível e necessário incluir o fator emotivo que os permeia” (BUENO DA SILVA, 2016, p. 117). Nessa perspectiva, emoções, cognição e moralidade são três componentes inseparáveis do contexto sociocultural que informa o engajamento ou a resignação dos sujeitos. “Os dilemas estratégicos envolvem algum gerenciamento emocional de sua própria equipe, bem como tentativas de manipular

¹¹⁵ Para isso, buscam superar duas concepções distorcidas que comprometem seu objetivo: a primeira é uma compreensão monolítica do termo “emoções” que, se tomado superficialmente, pode abarcar uma miríade de experiências sem distingui-las devidamente; a segunda é a associação costumeira entre emoções e irracionalidade – que se deve, por um lado, aos antigos estudos sociopsicológicos sobre multidões e, por outro, a certa tradição weberiana que se consolidou nas ciências sociais opondo o polo da racionalidade das ações teleológicas ao da irracionalidade da ação emotiva (BUENO DA SILVA, 2016, p. 116).

retoricamente as emoções de outras pessoas fora do grupo” (JASPER, 2018, p. 17). Não há, dessa forma, ação social sem o elemento emotivo.

As emoções são parte da cultura, assim como o são as compreensões cognitivas e visões morais; toda vida social ocorre na cultura e através dela. Nós somos socializados (ou não socializados) em determinados sentimentos (*feelings*) da mesma maneira que aprendemos, ou não aprendemos, os costumes e valores de nossa cultura local [...]. As emoções são aprendidas e controladas através da interação social, embora nunca com completa efetividade (JASPER, 1998, p. 398-399 apud BUENO DA SILVA, 2016, 118).

As emoções, no entanto, não devem ser confundidas com “sentimentos”, enquanto sensações naturais que se originam no corpo e estão além do controle de quem as experimenta. Jasper (1998) aponta que as emoções comportam uma diversidade cultural, na medida em que são formadas diferentemente em cada contexto¹¹⁶. Elas são constituídas mais por significados sociais compartilhados do que por estados psicológicos automáticos e envolvem crenças e suposições abertas à persuasão cognitiva, vinculadas a valores morais, geralmente emergindo quando da infração de regras.

A contribuição dessa abordagem, de acordo com Bueno da Silva (2016), não se limita a compreensão apenas das motivações dos indivíduos, mas permite também analisar o uso estratégico que os atores sociais em conflito fazem das emoções próprias e dos oponentes, ou seja, como movimentos sociais discutem maneiras de provocar reações morais e ampliar a visibilidade e aceitação de sua agenda. As lideranças buscam transmitir otimismo, entusiasmo e acolhida mútua entre os participantes de seus grupos, além de estimular raiva e desprezo em relação aos opositores. Da mesma forma, o Estado e grupos poderosos de interesse utilizam seus instrumentos específicos para provocar temor, desesperança ou resignação naqueles que os desafiam. Por conseguinte, “o estudo das emoções importa não apenas para análises de nível microsociológico, mas também para apreensão de estruturas, processos e relações mais abrangentes, que envolvem organizações como partidos políticos e instituições estatais” (BUENO DA SILVA, 2016, p. 125).

¹¹⁶ Referente à categorização das emoções, a fim de melhor compreender quais são aquelas que tendem a favorecer mais o ativismo político, quais tendem à resignação e quais não importam diretamente ao debate, foram apresentadas duas tipologias que podem ser vistas em: Jasper (1998; 2011) e Goodwin, Jasper e Polletta (2001), quando os autores efetuam uma classificação pautada sobre dois eixos – o primeiro indica a escala de tempo, dividindo as emoções entre as de duração mais longa e as de duração mais curta; e o segundo estabelece o escopo, distinguindo as emoções que possuem um objeto específico daquelas que não possuem – e Goodwin, Jasper e Poleta (2004), com uma classificação pautada em quatro grupos de emoções: emoções reflexivas, laços afetivos, humores e emoções morais.

3.4 A MEMÓRIA COLETIVA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na abordagem teórica dos movimentos sociais, a intersecção com os estudos acerca da memória coletiva está relacionada ao papel da cultura e das dimensões macro históricas operantes no contexto dos movimentos¹¹⁷. Esse diálogo permite aos estudos sobre a memória atenção maior à recepção de conteúdos sobre o passado e às consequências políticas dessa recepção e, no que concerne aos movimentos sociais, atribui uma dimensão temporal às percepções dos atores políticos, entendendo que as interpretações sobre o passado são relevantes na construção das suas motivações presentes¹¹⁸ (IAMAMOTTO, 2017). Na luta social do Contestado, a memória ocupa um espaço significativo sendo ativada no processo de construção de identidades e na mobilização dos repertórios e, ao mesmo tempo, ela é um objeto de disputa. Estando a luta por reconhecimento no Contestado fortemente relacionada com a memória coletiva, a formação de grupos de referência e a efetivação de repertórios de ação se constituem como referenciais importantes para a compreensão desse processo social.

A memória coletiva, segundo Halbwachs (2013), corresponde ao esforço que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado desse trabalho é um conjunto de lembranças compartilhadas que fazem parte do conteúdo da memória coletiva¹¹⁹. Tal conteúdo é produzido por meio de um processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social, de forma

¹¹⁷ Segundo Sue Iamamoto (2017), o campo de estudos da memória social tem crescido nas ciências humanas desde as últimas décadas do século XX. O conceito é usado preferencialmente para entender novos pressupostos éticos de sociedades que têm que lidar com legados sociais catastróficos. A emergência dos estudos da memória social nos Estados Unidos e na Europa nas décadas de 1980 e 1990 se deve, especialmente, a diversos eventos de recordação dos episódios dramáticos da II Guerra Mundial e do Holocausto. Esses eventos coincidiram com a morte natural de vários sobreviventes do Holocausto, o que gerou ansiedade com relação às suas memórias, de como seriam mantidas para as próximas gerações.

¹¹⁸ Alguns trabalhos apontam para a emergência de uma agenda comum tanto no campo dos estudos de memória social, como a abordagem de Jelin (2003), ao mostrar como “empreendedores da memória” lutam pela predominância das suas interpretações do passado afirmando que as memórias coletivas são formadas em um processo de luta social, quanto no campo dos estudos de movimentos sociais, com os enfoques de Armstrong e Cragg (2006) e de Kubal (2008), que colocam a memória coletiva como produto da ação consciente e engajada dos atores sociais. E, ainda, o trabalho de Jansen (2007), que conjuga os dois campos, compreendendo a memória não somente como produto final da mobilização, mas também como elemento explicativo de padrões diferentes de conflito apresentados pelos movimentos (IAMAMOTTO, 2017, p. 4-7).

¹¹⁹ Halbwachs distingue a memória coletiva da memória histórica. A memória histórica visa produzir imagens unitárias do processo histórico. Uma das marcas da história é a descontinuidade, pois cada fato se encontra “separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu” (HALBWACHS, 2013, p. 109). A memória coletiva se distingue da história em pelo menos dois aspectos. O primeiro leva em consideração o fato de que a memória coletiva se constitui em uma corrente de pensamento contínuo, não ultrapassando os limites do grupo. O segundo ponto de diferenciação é a existência de muitas memórias coletivas, ao ponto que se “pode dizer que só existe uma história” (HALBWACHS, 2013, p. 105).

que a rememoração não depende apenas do que cada indivíduo lembra, mas do fato de que suas memórias são, de certo modo, partes da memória do grupo ao qual pertence. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos em que o indivíduo está inserido e conseqüentemente, por eles influenciado.

Em que pesem suas diferenças¹²⁰ sobre a ênfase no papel exercido pelo indivíduo ou pela memória nesse processo, os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2013) se aproximam da noção de enquadramento interpretativo (TARROW, 2009), no sentido de ser um recorte que torna compreensível um todo difuso e desordenado. Contudo, o enquadramento interpretativo da ação coletiva, como vimos, vai muito além da memória e pode se referir a projetos futuros ou identificação de injustiças que independem de ancoragem no passado. Além disso, apesar de operar a função de facilitar o entendimento do presente e de, com isso, “ajudar determinada mobilização a se expandir, a memória é produto de processos de mais longa duração não tão facilmente manipuláveis quanto outros elementos que compõem os enquadramentos” (IAMAMOTTO, 2017, p. 14).

A convivência em um grupo atua como base para formação de uma memória individual que, portanto, “comporta influências da memória coletiva do grupo social no qual [se] está inserido” (HALBWACHS, 2013, p. 39). O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma conformidade de pensamentos, identificou-se e entrelaçou seu passado. Para ele, grupo se refere à ideia de “grupo mnemônico”, ou seja, um grupo que reúne indivíduos que compartilham de lembranças comuns.

Outro aspecto importante, segundo Halbwachs (2013), é que a presença do grupo para o indivíduo não se dá fundamentalmente pela presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo,

¹²⁰ A principal diferença entre a formulação de Halbwachs sobre o enquadramento é o papel que os indivíduos ocupam nesse processo. Na definição de Halbwachs o “sujeito” que usa os quadros é a memória e não o indivíduo. Halbwachs dá pouco espaço para que indivíduos afetem esses quadros: “Apesar de, segundo Halbwachs, indivíduos terem controle das suas próprias memórias, que por sua vez desembocam na memória coletiva, somente os quadros externos produzem a ordem” (ROSENTHAL, 2016, p. 39). Já a formulação de Goffman se encaixa melhor nas teorias de ação coletiva que privilegiam a estratégia, como a articulada por Snow e seus colaboradores, que dá ênfase ao processo de enquadramento realizado pelas lideranças de movimentos sociais e não nos quadros em si. Os quadros de ação coletiva, portanto, têm como objetivo angariar mais apoio e mobilização para uma pauta e/ou organização, ou seja, eles são recursos utilizados de maneira estratégica pelas lideranças dos movimentos em questão. Um tipo de enquadramento categorizado por Benford e Snow que tem uma relação privilegiada com a memória é enquadramento diagnóstico. Comumente relacionado à ideia de reparação a uma injustiça, esse enquadramento costuma identificar culpados e “vítimas”. Contudo, a projeção desse enquadramento no passado é muito curta, já que ele retrata uma situação injusta que se arrasta no presente (IAMAMOTTO, 2017)

alinhando-se à sua corrente de pensamento coletivo¹²¹. A vinculação afetiva ao grupo é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar a forma de pensar e lembrar como membro do grupo. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social determinado. A permanência do apego afetivo a um grupo dá consistência às lembranças¹²².

A lembrança, ao ser evocada, passa por uma reconstrução, porque ela não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas um resgate daqueles acontecimentos e vivências do passado no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais. Tanto o reconhecimento quanto a reconstrução dependem da existência de um grupo de referência, tendo em vista que, segundo Halbwachs (2013), as lembranças retomam relações sociais que são construídas a partir de um fundamento comum de dados e noções compartilhadas, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados.

Segundo Halbwachs (2013, p. 40), memória é esse trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articularem-se entre si. Sendo as memórias definidas por “quadros sociais” que permitem ao indivíduo conceber-las, identificá-las e expressá-las, o momento presente ocupa lugar central no processo de rememoração e também para entender a expressão de determinadas memórias. Elas estariam relacionadas às necessidades contemporâneas, “o passado não é preservado, mas reconstruído com base no presente”. A memória se define, portanto, muito mais pelas situações do presente do que pelas heranças passadas¹²³.

¹²¹ Um exemplo dado por Halbwachs é de um indivíduo que viaja com um grupo, mas apreende a realidade de acordo com a corrente de pensamento coletivo de um outro grupo ao qual está alinhado. Isto é, uma corrente que abarca seus interesses, pontos de vista e preocupações. Desse modo, o indivíduo compartilha da corrente de pensamento coletivo de um grupo que não está presente fisicamente, mas mentalmente, sem com isso compartilhar dos quadros de percepção do grupo que o acompanha fisicamente. A percepção do indivíduo é moldada, portanto, por esquemas de percepção desse grupo mental: “alimentamos um pensamento secreto, no campo de nossa percepção, de tudo que restava relacionado àquilo” (HALBWACHS, 2013, p. 64).

¹²² Em contrapartida, o desapego está ligado ao esquecimento. “Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodearam” (HALBWACHS, 2013, p.32). Essa perda de contato não pode ser restituída pela descrição, mesmo que exata, dos acontecimentos desse período, pois, na descrição, as imagens se apresentam como dados abstratos.

¹²³ De acordo com Halbwachs (2013), para reconstruir uma recordação é necessário que as condições sociais e/ou objetivas de outrora sejam reconstruídas, pelo menos em parte, para que uma imagem passada se reconstrua. São quadros sociais da memória do indivíduo, no presente, que dão forma a todo percurso de reconstrução de uma dada recordação. Os quadros sociais da memória não são instrumentos individuais, mas, sim, comuns a todos os indivíduos de um determinado grupo e permitem ao indivíduo reconstruir suas recordações, mesmo depois de elas terem adormecido por algum tempo. Os quadros sociais organizam a memória a partir do grupo com o qual o indivíduo se alinha no momento presente da reconstrução da recordação. Por isso toda a reconstrução de uma recordação é guiada pelo rol de opiniões e preocupações do grupo no qual o indivíduo se localiza no momento presente, isto é, pela corrente de pensamento coletivo do grupo ao qual o indivíduo pertence no momento presente da reconstrução de uma recordação.

Assim, na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado, tendendo a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. A lembrança é pensada como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”, da qual “a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2013, p. 91). Ao se apresentar como uma solução do passado no presente, mediante uma recomposição que adapta as imagens de fatos antigos a crenças e a necessidades do presente, a memória coletiva tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, dessa forma, “a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura” (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Além da relação temporal, a memória coletiva estabelece uma relação com o espaço físico. Os lugares recebem a marca de um grupo, e a presença de um grupo deixa marcas num lugar. Os grupos moldam o espaço no qual estão inseridos às suas concepções e valores, ao passo que também se adaptam à materialidade do lugar que resiste à sua presença. Dessa forma “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade” (HALBWACHS, 2013, p. 160). O espaço faz lembrar de pessoas e relações sociais ligadas a ele.

Transmitida e construída, a memória, como expressão de um passado compartilhado, é parte constitutiva da identidade coletiva (MELUCCI, 2001) e pode aparecer de maneira central na definição do que um grupo é, quais são suas origens e quais são os seus “outros” (IAMAMOTTO, 2017). A memória, de acordo com Santos (2003), pode ser entendida como um elemento central do processo de construção das identidades coletivas¹²⁴. A luta social no Território do Contestado remete, em muitos aspectos, às suas raízes e processos históricos, construídos historicamente e revisitados atualmente.

Relacionada com conceitos utilizados para expressar aspectos culturais da ação coletiva, a memória aparece como parte integrante da identidade coletiva e do repertório e pode

¹²⁴ “A memória nos trabalha e nós, por nossa parte, a modelamos. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade, que se abraçam uma a outra, se fecundam mutuamente, se fundem e se refundem para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, um relato [...] A maioria dos investigadores sublinha o interesse desse campo e estudo para a compreensão dos fenômenos humanos e sociais. Insistem igualmente sobre os laços consubstanciais entre a memória e a identidade e sobre o fato de que a memória, faculdade primeira, nutre a identidade. Se a identidade, a memória e o patrimônio são as três palavras chave da consciência contemporânea – que por demais podem reduzir-se a duas, se se admite que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, se afirma, a que vem a confirmar a identidade, tanto a nível individual como a nível coletivo [...] A memória é a identidade em ato” (CANDA, 2001, p.14).

se expressar por meio de enquadramentos. Ao analisar e comparar essas categorias com a memória, nota-se uma forma específica pela qual a memória contribui para a ação coletiva: quando eventos marcantes do passado, consolidados em certo imaginário social, aparecem nos discursos de ativistas no presente (IAMAMOTO, 2017). Esse é o caso da memória da Guerra do Contestado e das lutas que são empreendidas atualmente na região. A memória se apresenta como uma plataforma para que esses processos sejam pensados de maneira conjugada com conceitos empregados nas teorias de movimentos sociais. Ela remete às avaliações éticas e políticas decorrentes da experiência histórica da Guerra e atribui especificidade temporal e espacial aos processos de mobilização.

4. “A GENTE VIU QUE TINHA QUE FAZER ALGO PELO NOSSO POVO!” - OS ATORES

No território do Contestado, a luta social por reconhecimento é conduzida por uma gama de entidades, grupos e organizações que estabelecem um movimento de confluência e de aproximação evidenciando o conflito social presente no território e forçando os limites desse sistema considerado historicamente injusto e discriminador, que relega às caboclas e aos caboclos a condição de marginalização da vida social. Contudo, considerando as necessárias delimitações desta pesquisa, entre os diversos atores envolvidos nessa luta, dois exemplos são aqui abordados. Trata-se, como já dito, da Pastoral Cabocla e da Associação dos Caboclos de Lebon Régis. A característica principal que orientou a escolha desses atores foi o fato de ambas serem compostas principalmente por caboclos e caboclas e terem alcançado relevância nas atividades que se aglutinaram nos eventos do primeiro centenário da Guerra do Contestado. Ademais, posteriormente, obtiveram continuidade histórica e se consolidaram de forma diferenciada, exprimindo, sob distintas perspectivas, a luta dos caboclos e caboclas do Contestado por reconhecimento, valorização e protagonismo social. Outras entidades e organizações poderiam igualmente vir a ser objeto de investigação, pois compartilham de muitos elementos em comum nesse contexto, entretanto, esta pesquisa não dá conta de abranger todas as experiências existentes, de sorte que estas são tomadas aqui como exemplares de um conjunto maior de atores, em que pese as suas diferenças com os demais atores engajados nesse processo.

Destaca-se que essas organizações têm origem num processo de mobilização da memória do Contestado e, servindo-se de estruturas mobilizadoras e oportunidades políticas, atuam na construção de identidades coletivas e na formação de quadros interpretativos. Procura-se demonstrar como esses atores atuam com um lastro mobilizador que é a memória da Guerra e suas consequências na região. Conforme Halbwachs apresenta, a memória é um fenômeno que depende de mecanismos coletivos e a emergência dessas organizações caracteriza um elemento fundamental da própria luta social empreendida.

4.1 A PASTORAL CABOCLA

A Pastoral Cabocla foi oficializada pela Diocese de Caçador no dia 13 de setembro de 2015. Ela é resultado de um processo de organização dos caboclos e caboclas e de um conjunto de ações da Igreja Católica – que, num processo de inculturação pastoral¹²⁵, refletia sobre a identidade, a cultura e a religiosidade cabocla no território da Diocese¹²⁶ – e também do avanço do reconhecimento e do incentivo eclesial frente a essa realidade. A Pastoral Cabocla se constitui como um instrumento de evangelização que incorpora os grupos caboclos, valorizando sua história, sua memória, símbolos, ritos e valores, promovendo sua cultura e a sua religiosidade. Ela é também uma expressão da acolhida e da simplicidade, própria dos caboclos e caboclas, no cuidado da natureza e dos lugares históricos do Contestado, como as nascentes de água, as grutas e os cemitérios.

Para tratar da Pastoral Cabocla é necessário recuperar os desdobramentos dos processos históricos que mostram como a Igreja Católica, enquanto uma estrutura mobilizadora, abriu espaços de participação e incluiu essa demanda em sua atuação, proporcionando espaços para a organização e a legitimidade da atuação cabocla. Além disso, a forma como a memória do Contestado foi tratada no campo pastoral modificou a própria postura da Igreja em relação a ela. A Igreja Católica acolheu a memória do Contestado e, ao mesmo tempo, essa memória modulou uma ação pastoral culminando numa organização específica voltada para presença cabocla na realidade diocesana.

4.1.1 Religiosidade e transformação social

A Guerra do Contestado chegou a ser chamada de Guerra Santa. Isso significa que ela teve uma dimensão marcadamente religiosa, que fornecia aos caboclos e às caboclas elementos de crítica social e instrumentos para a resistência diante do avanço do projeto desenvolvimentista para a região. Concomitante ao processo da guerra, esses mesmos elementos conformariam uma das marcas da identidade cabocla, sobretudo na devoção em “São

¹²⁵ Entende-se por inculturação o processo pelo qual, sobre o substrato oferecido por uma cultura particular, numa “relação dialógica e dialética” os potenciais dessa cultura são desenvolvidos e, ao mesmo tempo, ocorre nela a “incorporação orgânica da mensagem evangélica” (AZEVEDO, 1986, p. 307).

¹²⁶ O território da Diocese de Caçador é constituído pelos municípios de: Videira; Fraiburgo; Treze Tílias; Salto Veloso; Arroio Trinta; Macieira; Rio das Antas; Iomerê; Pinheiro Preto; Caçador; Lebon Régis; Matos Costa; Calmon; Santa Cecília; Timbó Grande; Porto União; Irineópolis; Bela Vista do Toldo; Canoinhas; Três Barras; Monte Castelo; Major Viera e Papanduva. A atuação da Pastoral Cabocla abrange todo esse território, entretanto, suas atividades se concentram mais nos municípios de Caçador, Lebon Régis, Timbó Grande e Fraiburgo. Considere-se ainda que, dada a sua recente criação, a expansão de suas atividades ainda é limitada.

João Maria” que permaneceria presente na vida e na prática cotidiana dos caboclos por meio de suas devoções e ritos populares. A religião, nesse sentido, “impacta sobre o cotidiano e o mundo ordinário é observado segundo concepções gerais que as disposições e motivações garantem ser moralmente corretas e vivido de acordo com as inclinações que uma metafísica assegura ser objetivamente verdadeiras” (GIUMBELLI, 2011, p. 111).

Os pequenos posseiros que habitavam o planalto catarinense construíram uma “visão de mundo” que incorporava forte senso de justiça a partir das práticas sociais por eles vividas. Esse substrato cultural, profundamente marcado pela religiosidade, significa “algo que perpassa a própria capacidade do ser humano em explicar, justificar e/ou questionar as relações sociais nas quais está inserido”. Foram as suas condições materiais de existência que “possibilitaram a construção coletiva de uma série de valores que estiveram na base de sua resistência aos processos em curso” (CARVALHO, 2009, p. 165). Esses elementos, embora matizados pelo processo histórico e pelas mudanças sociais, podem ser observados ainda hoje nas relações e conflitos desencadeados no território do Contestado.

Mesmo frente aos processos de secularização e da laicidade do Estado¹²⁷, o fenômeno religioso está presente na vida social, pois ele “se manifesta na experiência humana e na convivência social das pessoas e não se pode negar a sua contribuição na formação do seu tecido social” (NETO; PERONDI, 2017, p. 832). A religião enquanto categoria social permite entender a experiência, o discurso e a ação dos indivíduos, além da forma como os indivíduos ordenam, organizam e agem socialmente (GIUMBELLI, 1997). Segundo os estudos de Lewis, McGregor e Putnam (2013), há uma relação positiva entre a prática religiosa e a atuação política das pessoas. Segundo eles, há uma disposição maior para participação em questões sociais e políticas entre as pessoas que apresentam alguma vinculação religiosa. De acordo com Lüchmann (2016, p.60) “tanto no plano nacional quanto internacional já existem fartas evidências que acusam relações positivas entre o vínculo religioso e o engajamento cívico e/ou a maior propensão ao trabalho voluntário”.

Nos conflitos sociais, a presença dos elementos religiosos, em muitos casos, estabelece uma relação com as atividades dos movimentos sociais e os desafios políticos. Tal relação é estruturada com base em uma distinção entre o reavivalismo religioso como a fonte de “voz” e

¹²⁷ Para uma análise sintética dos diferentes padrões e sentidos do conceito de laicidade do Estado, enquanto princípio político regente das democracias ocidentais, ver Teixeira da Silva (2019).

de “saída”¹²⁸. Segundo Lindekilde e Kuhle (2015), o revivalismo religioso na forma de “voz” abrange as instâncias onde comunidades religiosas se mobilizam para levantar demandas de reconhecimento e satisfação de necessidades externas à comunidade religiosa. Por vezes tal mobilização baseada na religião tem por objetivo realizar transformações nas estruturas do Estado, como foi o caso da revolução iraniana e da teologia da libertação na América Latina. Sob tais condições, a religião pode se tornar uma arena privilegiada do ativismo e a única possibilidade de manifestar protestos políticos. Os repertórios de ação desses movimentos muitas vezes os tornam comparáveis aos movimentos não religiosos e os colocam dentro das definições padrão das ações dos movimentos sociais.

O revivalismo religioso como “saída” diz respeito às estratégias que atendem a demandas dos membros no interior de uma comunidade religiosa em relação às autoridades estabelecidas com objetivos de transformar ou romper com essa estruturação de autoridade. Ele pode conduzir os membros de uma comunidade religiosa à saída física, por meio da formação de uma seita, ou da conversão para outra comunidade religiosa¹²⁹. Inerente aos movimentos revivalistas como “saída” há um importante elemento de crítica social e protesto político. A distinção entre o revivalismo religioso como fonte de “voz” e “saída” deve ser concebida como tipos ideais analíticos. Na prática, as estratégias de voz e saída geralmente se misturam ou seguem uma a outra no tempo, por exemplo, para que a saída funcione como um precursor para a voz (LINDEKILDE; KUHLE, 2015).

A motivação presente nos grupos e movimentos que comportam elementos religiosos não pertence apenas ao plano falseado das ideias espirituais. Ela possui existência, por assim dizer, material, pois se realiza em práticas sociais e em aparatos institucionais e o sucesso de um sistema de ideias em se transformar em práticas sociais depende do jogo de forças reais que se trava no campo político. Portanto, nesse sentido, a crença está e se efetiva na política. Como afirma Guimarães:

É um contrassenso negar-se o caráter político de um movimento religioso de grupos subalternos em que a sua própria subordinação, conseguida através da implantação de práticas religiosas vinculadas a instituições religiosas, está em jogo, quer se trate de um conflito armado ou de resistência passiva. É a legitimidade da ordem social e de seus agentes institucionais que está em questão, e ela é dada pela ideologia religiosa (GUIMARÃES, 2006 p. 150).

¹²⁸ Essa relação se baseia na estrutura discutida por Albert Hirschman. (1970) em *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States* Traduzido para o português em 1972 com o título *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*.

¹²⁹ Como acontece, por exemplo entre os intocáveis, os dalits, oprimidos pelo sistema hindu de castas na Índia, que contornam tal sistema mediante conversão em massa ao islamismo, budismo e cristianismo.

Como vimos, o Contestado é profundamente marcado pela questão religiosa. Historicamente essa realidade que antecipava a guerra propriamente dita acompanhou todo seu percurso e se manteve presente ao longo do tempo até os dias atuais. A postura da Igreja Católica durante a guerra foi de não reconhecimento das práticas religiosas populares conflitantes com a iniciativa de romanização na região, implantando, portanto, uma organização mais rígida, baseada no Concílio de Trento (1545-1563). Somente após a renovação do Concílio Vaticano II (1962-1965), da influência da Teologia da Libertação – sobretudo, na perspectiva da Filosofia da Libertação¹³⁰, desenvolvida por Enrique Dussel (1995, 1999, 2002) – e das Comunidades Eclesiais de Base é que ocorreu uma mudança de paradigma no tratamento da religiosidade popular.

O Concílio Vaticano II promoveu um processo de renovação e transformação nas ações da Igreja. A partir dele, houve abertura para a reflexão teológica e para a prática pastoral frente aos desafios que o mundo apresentava, “avançando em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural e a religiosidade popular” (COMBLIN, 1985, p. 2). A partir de então houve uma certa abertura da Igreja em sua relação com o mundo, de forma que, preocupada com as questões sócio-políticas, procurou se inserir nessas realidades com o objetivo de cooperar na construção de uma sociedade mais justa¹³¹. O encontro da Igreja com o mundo moderno situa a “Igreja ao meio da vida contemporânea, mas não para dominar a sociedade, nem para dificultar o autônomo e honesto desenvolvimento de sua atividade, mas para iluminá-la, sustentá-la e consolá-la” (KLOPPENBURG, 1977, p. 142).

De acordo com a orientação conciliar do Vaticano II, desenvolveu-se uma nova compreensão do “ser Igreja”, que tencionava, a partir de então, estar aberta aos e envolvida nos problemas sociais. Dessa nova postura da Igreja Católica frente aos desafios concretos é que se dá a aproximação com as diversas realidades sociais numa perspectiva eclesial de transformação social. A ação pastoral da Igreja, conseqüentemente, começa a ser assumida na chave da libertação integral do ser humano. A aproximação com os movimentos sociais e

¹³⁰ A Filosofia da Libertação se posiciona diante da situação de dependência injusta dos países latino-americanos e avança na desalienação e empoderamento de todos aqueles que foram silenciados pelo modo de pensar dominante, permitindo-lhes refletir sobre todas as especificidades latino-americanas, buscando teorizar e propor soluções de acordo com a realidade social vivenciada. O desempenho da Filosofia da Libertação consiste em explicar para o oprimido uma teoria que lhe dê o fundamento de sua alienação e a direção para alcançar sua libertação (CAOVILLA, 2016).

¹³¹ É o que consta já na abertura da *Gaudium et Spes*, constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje, promulgada em dezembro de 1965: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo os pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração”.

populares¹³² teve, a partir de então, o significado de querer libertar “não apenas quebrando as formas de dominação e opressão que se realizam mediadas pela expropriação material”, mas também desenvolvendo a vida humana, possibilitando que “as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam a mera reprodução como repetição de ‘o mesmo’ e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas” (DUSSEL, 2000, p. 566). Para Doimo (1995, p. 82), o Concílio Vaticano II proporcionou uma abertura da Igreja para novas experiências teológicas que ajudaram a “criar diversas articulações e redes movimentalistas, no campo chamado de movimento popular”.

A abertura dada pelo Concílio e incorporada nas Conferências Episcopais Latino-Americanas¹³³ proporcionou espaços para discussões e orientações políticas na reflexão teológica e pastoral e suas implicações se materializaram em um agir profeticamente no campo social. Há, com isso, a percepção de que a resolução dos problemas sociais é uma questão de justiça e não simplesmente de caridade. A reflexão teológica passava a contemplar desafios sociais: crises econômicas e política dos regimes militares e questões como a miséria e a opressão (SANTOS, 2006). O contato com essas realidades e com os movimentos sociais contribuíram na elaboração da Teologia de Libertação¹³⁴, que relacionou a reflexão teológica com as lutas políticas, dando apoio às comunidades na atuação em situações como a pobreza, a violência e a injustiça. Embora enfrentasse a resistência interna da instituição¹³⁵, por sua

¹³² Do ponto de vista político, as contradições e conflitos atravessam a vida social. “Se todos os setores da comunidade política tivessem contempladas suas demandas, não haveria protesto social nem formação de movimentos populares que lutassem pelo cumprimento insatisfeito de suas reivindicações. É a partir da negatividade das necessidades – de alguma dimensão da vida ou da participação democrática – que a luta pelo reconhecimento se transforma frequentemente em mobilizações reivindicatórias, que não esperam a justiça como dom dos capitalistas, mas sim como conquistas dos próprios movimentos. Haverá tantos movimentos quanto reivindicações diferenciais” (DUSSEL, 2007, p. 89).

¹³³ Na Conferência Episcopal de Puebla (1979), redefiniu-se o caminho da Igreja na América Latina, recusando a preferência pelo poder e optando-se, de forma consciente e deliberada, pelos pobres e jovens, como havia ocorrido na Conferência de Medellín (1968). Puebla fez uma correlação entre os pobres e a evangelização, apontando para que se realize uma evangelização concreta, incluindo a política. Daí a aproximação com as organizações políticas da América Latina, bem como dos movimentos populares, de índios, negros, mulheres, sem-terra, etc. (IOKOI, 1996, p. 61). Os documentos das Conferências Episcopais latino-americanas davam condições para que, no Brasil, a Igreja se preocupasse com as questões sociais e se aproximasse dos movimentos sociais.

¹³⁴ Sobre a Igreja da Libertação ver Gutiérrez (2000), Oliveira (2003) e Rubio (1983). Para uma visão da teologia da libertação na perspectiva da pedagogia, ver Freire (1970).

¹³⁵ Com a eleição de João Paulo II, em 1979, houve um fechamento da Igreja para com os movimentos de base e a teologia da libertação, intensificando as críticas ao movimento e impondo um maior controle sobre os teólogos. Em 1984 é publicada a *Libertai Nuntius*, uma Instrução sobre alguns aspectos da teologia da Libertação, cujo objetivo era “chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis para os desvios e perigos de desvios, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas de teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes marxistas” (CONGREGAÇÃO, 1984, p.1). Por meio dela, a Congregação fazia uma dura crítica a uma suposta utilização da análise marxista dos teólogos da libertação. Além de criticar a utilização da teoria marxista pelo movimento, também estabelecia os aspectos do que deveria ser a teologia ideal, diferenciando-a da ala radical (SANTOS, 2006). Em 1986, João Paulo II escreveu

proximidade com movimentos sociais e a luta pela justiça social, a teologia da libertação repercutiu na Igreja Católica produzindo reflexões de alcance político nos indivíduos, inserindo a Igreja nos problemas sociais (BOFF, 1972; GUTIÉRREZ, 2000; LIBÂNIO, 1994).

A Teologia da Libertação deu amparo para muitas ações da Igreja, entre elas a chamada Pastoral Social¹³⁶, ao elaborar uma reflexão teológica voltada para a transformação das estruturas injustas da sociedade e como reconhecimento da solidariedade da Igreja com a realidade particular da América Latina; além da prática de uma educação libertadora, que permitia ao povo tornar-se sujeito de seu próprio destino; da adoção de uma metodologia de ação popular rumo ao socialismo, para a promoção da propriedade social dos meios de produção e finalmente; e da deflagração de um processo de libertação por meio da participação ativa dos oprimidos (SCHERER-WARREN, 1984). Ademais, fundamentou-se em uma releitura dos textos sagrados judaico-cristãos desde uma perspectiva sociológica para a análise da sociedade, permitindo, dessa forma, uma explicação sobre as causas da injustiça e as formas para superá-la (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1980). Tratava-se de possibilitar a elaboração de uma nova leitura do processo histórico da colonização a partir “do lugar do sujeito colonizado” (SCHERER-WARREN, 2011, p.19).

Nesse impulso surgem também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹³⁷, que estimularam processos de solidariedade, fortalecimento dos vínculos de pertença, participação e reflexão sobre democracia (KRISCKE, 2003). Na busca pela *práxis* libertadora, a fé é pensada

uma carta ao episcopado brasileiro buscando amenizar a atenção criada por esses conflitos, afirmando que “a teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária (JOÃO, 1986, p. 05). A Teologia da Libertação encontra ainda hoje muitas resistências. Tanto da própria instituição, quanto de parte dos fiéis alinhados com perspectivas conservadoras e até reacionárias. As experiências concretas também são marcadas por contradições (COSTA *et al.*, 2010).

¹³⁶ Pertence à denominada Pastoral social, por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1973 devido às necessidades pastorais junto aos indígenas, como a demarcação de suas terras e os entraves com as ocupações de suas terras por fazendeiros e garimpeiros. Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra, responsável pelo trabalho junto aos trabalhadores sem-terra, posseiros, boias-frias, pequenos agricultores (CORSO, 1999, p. 62).

¹³⁷ A luta política nas CEBs estava mediada pela fé cristã, com seus símbolos e textos mais libertários. As CEBs “representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria dessa prática”, o que sugere que um não se sustenta sem o outro, pois “toda práxis contém dentro de si sua teoria correspondente” (BOFF, 2004, p. 154). A opção preferencial pelos pobres estava presente no cotidiano dos trabalhos das comunidades. Orientadas por essas convicções, as atividades sociopolíticas desempenharam um importante papel de organicidade entre as forças populares, a partir das CEBs e das diversas Pastorais Sociais. No Brasil, contribuíram para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, da Central dos Movimentos Sociais, do Fórum Social Mundial e de inúmeras práticas de conscientização política na sociedade civil que fecundaram o processo de democratização (RICCI, 2006). É no âmbito dessas iniciativas, autênticas escolas político-pedagógicas, que grande parte dos oprimidos “sem voz nem vez” adquiriram consciência crítica da perversão do sistema dominante e aprenderam a se organizar, ampliando os espaços da política e formando uma nova proposta de sociedade (DOIMO, 1995). Para uma retomada histórica das CEBs no Brasil, ver Prandi (1997); Burdick (1998); Lesbaupin *et al.* (2004); Domezi (2006); e Marques (2007).

como fermento de transformação histórica, ou seja, como caridade social. Oliveira (2007) afirma que:

A afinidade entre CEBs e transformação social reside na categoria de libertação, que é, ao mesmo tempo, uma categoria política e teológica. Na medida em que as CEBs, e a Igreja em seu conjunto, incluindo outras igrejas cristãs, incorporam essa categoria, a ação transformadora na sociedade adquire caráter pastoral, isto é, como ação própria da Igreja, e não uma atividade supletiva. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Esse diálogo com o mundo moderno e a valorização da religiosidade popular, ligado com os movimentos sociais, foi sendo incorporado também pela Igreja local na região do Contestado. Nesse sentido, a relação da instituição católica com a religiosidade popular em torno de figura de João Maria e dos demais elementos da religiosidade cabocla deixa de ser conflituosa como foi na época da Guerra, passando para um movimento afirmativo dessa religiosidade que alcança também parte da hierarquia eclesial, especialmente aquela adepta da teologia da libertação, dos movimentos populares e das pastorais sociais, entre outras. Isso ficou evidenciado nos materiais produzidos pela Diocese de Caçador¹³⁸, no apoio aberto – ou mais discreto – de parte do clero às atividades religiosas não institucionais, especialmente devocionais e penitenciais envolvendo João Maria, e na sua apropriação em lutas promovidas pelas pastorais e movimentos sociais.

4.1.2 Da fé na clandestinidade à prática com legitimidade

Se no período da Guerra havia resistência e até mesmo oposição por parte da Igreja Católica às práticas religiosas dos caboclos e caboclas do Contestado, essa realidade teve grandes mudanças ao longo do processo histórico. Novos contextos eclesiais de abertura e de diálogo geraram oportunidades políticas para que fosse estabelecido um novo status à religiosidade dos caboclos e caboclas do Contestado, passando da fé vivida clandestinamente ao reconhecimento nos espaços institucionais¹³⁹.

¹³⁸ Planos Diocesanos de Pastoral, texto base da Romaria do Centenário do Contestado e artigos divulgados no *Jornal Fonte*, veículo oficial de comunicação da Diocese.

¹³⁹ Este recorte de pesquisa valoriza o espaço religioso católico, o que não significa que processos semelhantes não possam estar acontecendo em outros espaços. Esta pesquisa, no entanto, não se dedica a investigar tais realidades. Duas razões sustentam essa opção. A primeira, porque no período da Guerra do Contestado, a instituição religiosa que tinha presença na região era a Igreja Católica. O fenômeno do Pentecostalismo chegaria somente mais tarde no sul do Brasil (WULFHORST, 2013). A segunda é que, nas denominações religiosas de raiz pentecostal, há muita resistência à figura de João Maria – tido como “santo”, “profeta” ou “monge” – e a São Sebastião (relato de Lucinei, entrevistado em trabalho de campo, fonte oral desta pesquisa) ao passo que, no âmbito católico, verificou-se um processo significativo de valorização da religiosidade cabocla.

Criada em 1968, sendo desmembrada do território da Diocese de Lages (SC), a Diocese de Caçador é instalada na esteira das definições do Concílio Vaticano II, com a perspectiva de levar a efeito a mudança eclesiológica e pastoral aprovada no Concílio. Dom Orlando Dotti, primeiro bispo da Diocese de Caçador, recorda que, ao ser nomeado bispo da Diocese de Caçador, realizou alguns cursos de renovação pastoral, “porque era a época em que estavam introduzindo as novidades do Concílio Vaticano II, que havia terminado alguns anos antes. Havia um espírito de renovação, por outro lado havia resistência e certo desconhecimento dos documentos da Igreja” (DIOCESE, 2018, p. 17)

Na linha da renovação conciliar, a Diocese de Caçador incorporou, num processo dinâmico, a realidade social e cultural da região.

O catolicismo e a religiosidade popular que possuem forte referência em João Maria, conhecido como santo ou profeta do Contestado e em tantas outras lideranças populares provenientes de diferentes regiões, etnias, culturas e tradições religiosas são marcas indiscutíveis da forma como o povo de Deus foi se organizando, resistindo, se relacionando com o sagrado e fazendo história. (DIOCESE, 2018, p. 3)

No processo da ação pastoral, a Diocese assumiu ser necessário interagir com a cultura e reconhecer as raízes e identidades étnicas nativas e dos grupos imigrantes, oportunizando o enriquecimento mútuo no encontro, no diálogo e no intercâmbio entre as diferentes culturas e expressões étnicas presentes na região.

Ao observarmos, por exemplo, a cultura cabocla em nossa diocese, pode-se afirmar que ela continua sofrendo as consequências de um imperialismo e de um neoliberalismo capitalista que saqueia, mente, exclui, explora, expulsa os filhos da terra, contamina as águas, destrói as florestas, envenena a terra, despreza as culturas locais, promove a guerra e a idolatria do mercado. Este mundo violento gera o jagunço, o bandido, o ladrão, o corrupto, o analfabeto, o vagabundo, o esquizofrênico, o doente, o desempregado, o mendigo... Este mundo foi e é combatido pelos caboclos e caboclas descendentes do Contestado. Sua cultura foi sendo edificada sobre os pilares de uma rica herança de resistência e de valores, que os capacitam na edificação de um mundo mais humano, saudável, justo, democrático, livre, includente; um mundo que valoriza a pluralidade cultural, que dialoga com o diferente e com o transcendente. (DIOCESE, 2018, p. 14)

Esse processo de valorização da cultura e da identidade cabocla também ocorreu também com lideranças, partidos políticos e movimentos reivindicatórios, com características populares e inspiradas numa perspectiva cristã da opção pelos pobres, que fundamentaram um fazer político promovendo uma releitura da Guerra do Contestado e das populações envolvidas nela. Segundo Tânia Welter (2012), a partir dos anos de 1980 esses grupos propuseram pensar na Guerra do Contestado como “um movimento legítimo e organizado de camponeses pelo acesso à terra e por condições de trabalho nela”. Além disso, estimularam a leitura da história

tendo os camponeses e muitos de seus líderes, como João Maria, como protagonistas. Essa interpretação trouxe para o centro da história aqueles que foram anteriormente considerados perdedores, tornando-os “símbolos da luta dos movimentos sociais atuais” (WELTER, 2012, p.105). Para tanto, lançam mão de recursos pedagógicos, discursos, rituais, símbolos (como João Maria e a cruz de cedro) e organizam eventos – como romarias, caminhadas, marchas e celebrações – para viabilizar e implementar os valores e princípios reivindicativos, especialmente junto aos caboclos.

Tanto a crítica historiográfica quando as organizações populares e religiosas de linha progressista atuaram para descortinar uma realidade que fora sufocada e silenciada. Elas evidenciaram a luta e a resistência dos caboclos e caboclas ao mesmo tempo em que denunciavam a injustiça e a violência cometida contra eles. Tratava-se, no fundo, de uma disputa pela memória histórica do Contestado que passava a ser recuperada e ressignificada, agora com a voz e a presença dos caboclos e caboclas. A Igreja pode ser colocada, nesse contexto, como uma estrutura mobilizadora que teve participação significativa nessa tarefa. Esse envolvimento ficou registrado em importantes documentos da Diocese de Caçador, como o *Jornal Fonte* e os *Planos Diocesanos de Pastoral*.

4.1.3 *Jornal Fonte*

O *Jornal Fonte* é o principal instrumento de comunicação da Diocese de Caçador, cuja circulação iniciou em abril de 1997. Atualmente possui uma tiragem mensal de 15 mil exemplares, com 11 edições anuais distribuídas nos 23 municípios que constituem a Diocese de Caçador. Também são enviados exemplares para as outras nove dioceses de Santa Catarina. Foi criado para ser não apenas um veículo de comunicação eclesial, mas um instrumento sócio transformador¹⁴⁰. Além das questões mais voltadas para a vida interna da Igreja – como a catequese, a liturgia e a espiritualidade – até o ano 2000, são assuntos recorrentes no jornal a problemática da terra e do desemprego, a realidade educacional e os direitos humanos, com apelo para o engajamento político dos cristãos. É notável o registro de amplo envolvimento nas Semanas Sociais Brasileiras, Campanhas da Fraternidade, Grito dos Excluídos e na construção

¹⁴⁰ Na primeira edição do *Jornal Fonte*, o editorial escrito pelo Pe. Luiz Carlos Eccel que, na ocasião, era Administrador Diocesano, afirma, em sintonia com as opções pastorais da Diocese, que o *Jornal Fonte* se constituía um instrumento de animação de todos “na construção de uma sociedade politicamente democrática, socialmente plural, eticamente justa e economicamente igualitária, sinal antecipado do Reino Definitivo” (ECCCEL, 1997, p. 2).

das Comunidades Eclesiais de Base, que incorporariam o “catolicismo popular e a sua fé de resistência, grande riqueza de simbolismos e de práticas religiosas especialmente as romarias e as missões populares” (JORNAL, 1997, p. 12). Ocorre, ainda, a aproximação com os movimentos populares e o movimento sindical. O tema do Contestado, no entanto, é pouco presente.

A exceção, nesse período, são as Pastorais da Juventude que são as primeiras a explicitar a questão da Guerra do Contestado no centro da sua ação pastoral. Na 11ª Assembleia Diocesana das Pastorais da Juventude¹⁴¹, realizada nos dias 11 a 13 de outubro de 1996, assumiam como lema “Nas PJ’s do Contestado, ousamos construir cidadania”. Percebe-se um processo de auto identificação como Pastoral da Juventude “do Contestado”, introduzindo essa questão social na esfera eclesial e, de algum modo, incorporando, na relação da Igreja Diocesana, a realidade de sofrimento e as consequências sociais dos descendentes da Guerra. Tal compreensão oportunizava, ainda, a elaboração de projetos pastorais de formação com os jovens e também festivais de talentos, como o *FestiContestado*¹⁴², festival musical destinado aos jovens com o objetivo de oferecer uma experiência para “amadurecer na fé e construir cidadania” (COORDENAÇÃO, 1997, p. 7).

A partir dos anos 2000, emergem no *Jornal Fonte* referências mais significativas à questão do Contestado, não apenas na dimensão quantitativa, mas com uma incorporação qualitativa. O Contestado é refletido numa perspectiva de superação dos preconceitos e valorização religiosa, cultural e de problematização da realidade social¹⁴³. Inicia-se, então, uma

¹⁴¹ Ao relatar a assembleia, a secretária diocesana das PJ’s, Clarice Hauffe afirma: “A Guerra do Contestado (1912-1916) terminou a oitenta anos. Organizados em comunidades chamados redutos, os caboclos e caboclas resistiram à pressão dos grandes fazendeiros, estrangeiros e tropas federais que violentamente iniciaram a exploração da nossa terra coberta por majestosos pinheiros araucárias e outras árvores nativas. A este povo pobre, excluído dos projetos governamentais, restou a coragem heroica, sustentada pela fé, de lutar até a morte para não ser arrancados do chão onde nasceram. Passados 80 anos, nota-se que algumas coisas mudaram: surgiram povoados e cidades, a natureza foi depredada (restam poucos pinheiros araucárias). No entanto, os descendentes dos(as) jagunços(as) do Contestado, bem como a maioria da população desta região sofre doloroso processo de empobrecimento, sem ter o direito de exercer a cidadania. Situação ainda mais agravada pela consolidação do projeto neoliberal que, entre outras consequências, tem provocado o aumento do desemprego e a falência de muitas propriedades rurais” (HAUFFE, 1997, p.8). A Pastoral da Juventude Rural assumia como lema de suas ações “Na terra santa do Contestado, nasci, cresci, com ela quero produzir e ser feliz”.

¹⁴² Em 2009, mais de uma década depois, o *FestiContestado* foi realizado em três municípios, Fraiburgo, Timbó Grande e Caçador, reunindo mais de 660 participantes. A realização, segundo a equipe organizadora “mostra os sinais de resistência cultural e religiosa do povo caboclo da Região do Contestado” (COORDENAÇÃO, 2009, p.11).

¹⁴³ Ao tratar o valor da água como patrimônio de todos os seres vivos, Pe. Gilberto Tomazi faz uma relação entre o direito à água e à cidadania em um paralelo com as águas santas de “São” João Maria, aproximando as águas do batismo cristão à mística da água elaborada pelo monge. Recupera, assim, a dimensão sagrada que a água tem em diversas religiões e como seu simbolismo é uma marca característica da cultura da região do Contestado: a dimensão sagrada das águas e o seu caráter medicinal. “As águas abençoadas por ‘são João Maria’ são consideradas santas pelos caboclos descendentes do Contestado”. Enfatiza alguns dos seus mandamentos da lei da

aproximação da experiência da fé dos caboclos e caboclas do Contestado em um diálogo inculturado. “São” João Maria é referenciado, na mística que permanece viva no Contestado, como “um profeta, um santo, um conselheiro, um homem de Deus”. Sua presença e atuação na região ficaria registrada como alguém que “fazia o bem, trazia consolo aos doentes aos desesperados, paz aos angustiados, estima aos desprezados reconhecimentos aos esquecidos, remédios aos doentes, coragem aos fracos solidariedade para com os empobrecidos e maltratados e a palavra de Deus para todos” (TOMAZI, 2004, p.7). Nas memórias do povo¹⁴⁴, a lembrança de “São” João Maria é tida como uma “chama profética, um braseiro debaixo das cinzas, uma revolta contra as injustiças, um sonho de paz. Ela se manifesta hoje no compromisso competente, sensível e solidário em prol dos mais pobres e injustiçados”. O convite à recuperação da mensagem de João Maria é um “chamado para o compromisso com a luta dos pobres pelo direito e acesso à terra, moradia, saúde, educação, participação cidadã, dignidade e reconhecimento”. O ponto de partida para essa luta é marcado pelo resgate e valorização “da cultura e a religiosidade do nosso povo” (TOMAZI, 2004, p.7).

Com objetivo de “fazer um trabalho de resgate da mística da mensagem e da memória popular de São João Maria e do Contestado”, em 2005, é apresentada uma série de cinco artigos, de junho a outubro¹⁴⁵, intitulada *A mística e a mensagem de “São” João Maria e do Contestado*, organizada pelo Pe. Gilberto Tomazi e reunindo, em forma de pequenos artigos, as contribuições da sua dissertação¹⁴⁶. Nesses artigos é apresentada uma contextualização da Guerra, a mensagem original de João Maria e do Contestado, a mensagem atual de João Maria e, por fim, histórias, contos, causos e poesias que o povo preserva na memória. A perspectiva desses artigos é de que “se outrora a mística se fez guerreira, hoje ela se volta para a busca de alternativas possíveis” (TOMAZI, 2005a, p.7) além disso, divulgou diversos testemunhos de fé e do cotidiano dos caboclos. Em certo sentido, colocou os caboclos para contarem suas histórias, dando humanidade e proximidade com a questão. É notável, ainda, a riqueza de fotos

natureza, que atribuem valor especial as fontes e nascentes de água. “Tomar a água abençoada pelo santo, ou saciar a sede na mesma fonte onde o santo se saciou ou ainda batizar as crianças nas águas do santo, é ainda hoje, para muitos descendentes do Contestado uma fonte de proteção, graças e bênçãos divinas” (TOMAZI, 2004, p.7).

¹⁴⁴ Refere-se ao artigo de autoria do Pe. Gilberto Tomazi, publicado em julho de 2004, *Memória do povo: lembranças de “São João Maria”*, no qual aponta alguns aspectos da memória de pessoas sobre João Maria, considerado por muitos como “Monge” e por outros como “Santo” do Contestado. Apresenta uma longa entrevista com Ricieri Melo de Arruda, que lutou na Guerra do Contestado. Conclui da seguinte forma: “A grande maioria das casas na região possuem ainda hoje algum objeto que lembra João Maria, entre eles, o mais encontrado são fotos, pedaços de carvão, e rezas escritas em pedaços de papel. Nele muitos encontram uma razão para viver e morrer um consolo diante da morte o sentido da vida, um horizonte de esperança (TOMAZI, 2004a, p. 7).

¹⁴⁵ Jornal Fonte, edições n° 88 até a edição n° 92, sempre na página 7 (TOMAZI, 2005; 2005a; 2005b, 2005c; 2005d)

¹⁴⁶ Ver Tomazi (2005).

dos caboclos que partilhavam suas memórias, expressões de resistência, sofrimento e esperança.

Os *Causos da cabocla Justina*, nova série de artigos¹⁴⁷ publicada no ano de 2008 e elaborada pelo Pe. Moacir da Silva Caetano, popularizam a sabedoria da tradição oral que ouvia de sua mãe Justina a quem atribui ser uma “figura representativa da defesa ecológica por parte dos herdeiros e herdeiras do Contestado” (CAETANO, 2008, p. 15). Esses artigos valorizam a herança religiosa dos caboclos, sua devoção aos santos e os diversos costumes que expressam valores como a solidariedade, a sabedoria dos mais velhos, o jeito caboclo de morar e viver. No ano seguinte, Pe. Moacir da Silva Caetano publica novos artigos¹⁴⁸ nos quais apresenta a história de dona Norina como exemplo de uma vida de amor e doação, destacando a dimensão da solidariedade ensinada e aprendida na cultura do caboclo da região do Contestado, a exemplo da prática dos mutirões, ou pixurum, e a partilha dos produtos da lavoura.

Em 2008, a Diocese promoveu um encontro de formação sobre comunicação¹⁴⁹, cujos compromissos foram publicados na *Carta de Comunicação do Contestado*, que toma a luta e a resistência dos caboclos como exemplo e inspiração para mobilização e efetivação das transformações sociais desejadas pelos critérios de justiça e solidariedade. Tomando o exemplo dos caboclos do Contestado, a carta afirma o compromisso e conclama “todas as forças vivas da sociedade, todas as pessoas para nos mobilizarmos no fortalecimento dos instrumentos já existentes e na construção de uma nova comunicação [...] nos princípios que favorecem a qualidade de vida e a construção de uma sociedade justa e solidária” (PARTICIPANTES, 2009, p. 7).

Uma extensa entrevista com o Padre Gilberto Tomazi é publicada em outubro de 2010 (JORNAL, 2010, p. 8-9), abrindo um processo que acompanharia a preparação dos eventos relativos aos 100 anos da Guerra do Contestado. A entrevista apresenta o livro *Mística do Contestado: Mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado*, de sua autoria e que passaria a ser publicado em forma de pequenos fragmentos em uma nova sequência de

¹⁴⁷ Edições de número 122 a 125 do *Jornal Fonte*. (CAETANO, 2008; 2008a; 2008b; 2008c)

¹⁴⁸ *Jornal Fonte*, edições de número 131, 133, 134 e 136. Artigos publicados na página 15 (CAETANO, 2009; 2009a; 2009b; 2009c)

¹⁴⁹ Trata-se do 2º *Seminário Regional de Comunicação Popular da Região do Contestado*, ocorrido em dezembro de 2008 e composto por agentes de pastoral e militantes sociais. Ao criticar os problemas sociais, econômicos e políticos como a corrupção, o coronelismo, o desemprego e o monopólio da comunicação, entre outros, retomam os “grandes valores culturais, de lutas históricas de resistência e de defesa da democracia, dos direitos humano, da solidariedade (PARTICIPANTES, 2009, 7).

10 artigos¹⁵⁰ intitulados: *Um século de resistência e esperança: dez ensinamentos do Contestado*.

O Jornal Fonte também publicou a carta compromisso do *Seminário Regional dos 100 anos do Contestado*¹⁵¹, na edição de setembro de 2013. Ela expressava o compromisso firmado naquele encontro para

valorizar as tradições, costumes, sabedoria e religiosidade cabocla que insistem em manter viva a memória de “são” João Maria, José Maria, Maria Rosa e outras lideranças e do próprio movimento do Contestado. (...) unidos em torno da memória, do estudo, da divulgação, da religiosidade, da cultura, e da busca de alternativas para a o povo do Contestado e manifestamos o desejo de que todas as pessoas de boa vontade, entidades, instituições, movimentos, pastorais somem forças nesta empreitada prevista para os próximos quatro anos (CARTA, 2013, p. 7).

Iniciava-se um processo de preparação para celebrar o Centenário do Contestado que mobilizaria de forma intensa a Diocese de Caçador. Em 2013, entre os dias de 6 e 8 de setembro, é realizado em Fraiburgo, na localidade do Taquaruçú, o Acampamento Estadual da *5ª Semana Social Brasileira*, com o objetivo de refletir sobre a experiência de fé, a cultura, as lutas e as esperanças dos caboclos que lutaram na Guerra do Contestado.

Considerando a permanência e agravamento de muitos problemas sociais que, desde aquela época, continuam pesando sobre a população da região, o evento convidou a sociedade catarinense, principalmente os movimentos sociais e a Igreja, para o compromisso de fortalecer as lutas na construção “do bem-viver, através da democratização da terra e da água, no campo e na cidade. Pela efetiva reforma agrária, pela demarcação das terras das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas...” (JORNAL, 2013, p. 3). Esse evento marcava o início da preparação da *23ª Romaria da Terra e das Águas de Santa Catarina*, que foi organizada para ser, também, a *Romaria do Centenário do Contestado*.

Como parte do processo de preparação dessa Romaria, a Diocese de Caçador publica, de julho de 2014 a agosto de 2015¹⁵², 12 novos artigos sobre o Contestado, relacionando-o, em muitos casos, a temas contemporâneos, como é o caso da reforma política e das eleições. Outros

¹⁵⁰ Jornal Fonte, edições de número 166 a 175. Artigos publicados na página 7, ao longo do ano de 2012. (TOMAZI; 2012; 2012a; 2012b; 2012c; 2012d; 2012e; 2012f; 2013; 2013a; 2013b)

¹⁵¹ O Seminário foi realizado nos dias 4 e 5 de agosto de 2013, em Chapecó, reunindo lideranças sociais do estado de Santa Catarina, pesquisadores, como Dr. Delmir Valentini, Dr. Paulo Pinheiro Machado e Pe. Dr. Gilberto Tomazi, e contou com a participação de lideranças caboclas da região do Contestado. Refletiu sobre o movimento do Contestado, desde as suas raízes, contexto histórico, consequências e atuais heranças, bem como assumiu o compromisso de planejar iniciativas em torno da memória, estudos, religiosidade, cultura e da celebração dos 100 anos do Contestado (JORNAL, 2013, nº 169, p. 7).

¹⁵² Edições de nº 189 a nº 201 (TOMAZI, 2014; 2014a; 2015b; 2015c; 2015d; 2015e; 2015; 2015a; 2015b; 2015c; 2015d)

temas buscavam oferecer uma leitura ampla de questões que refletem a cultura, a religiosidade e os símbolos da Guerra do Contestado ou da sua permanência histórica e significado atual, como, por exemplo, a cavalaria, as romarias, o monge João Maria e as cruzes e cruzeiros e as águas santas, a mística e sonhos da irmandade cabocla do Contestado e a religiosidade popular do Contestado, bênçãos e orações.

Em setembro de 2015, o cartaz e a programação da Romaria do Centenário do Contestado estampam a capa do Jornal. O convite é para “celebrar a ressurreição dos sonhos do povo que foi massacrado enquanto defendia seus direitos, seu território e o seu modo de viver” (CLASEN, 2015, p. 3). As edições que seguiram após a realização da romaria tematizaram as ressonâncias, as implicações, os seus frutos e vários depoimentos dos romeiros. O impulso dessa romaria serviria para “dar continuidade a esse debate, resgate, celebração e busca de alternativas de vida tendo como referências o Contestado”. O empenho concreto deveria ser efetivado por meio da organização, em cada município, da Diocese “da Pastoral Cabocla ou outras iniciativas tais como um grupo de economia solidária, uma pastoral social, uma Semana do Contestado, um debate na escola ou universidade, um centro de pesquisas sobre o Contestado, e tantas outras iniciativas que a criatividade e a sabedoria de pessoas e grupos são capazes de promover (JORNAL, 2015, p. 4). Na continuidade¹⁵³, apontava-se um caminho a ser percorrido após a Romaria.

A Romaria do Centenário do Contestado nos chamou a assumir compromissos em torno da memória, do estudo, da divulgação, da religiosidade, da cultura e da busca de alternativas de vida do povo do Contestado. Todas as instituições, pastorais, movimentos, grupos e pessoas de boa vontade poderão participar do grande mutirão que vem acontecendo em torno do resgate e publicação de bibliografias e de outros materiais referentes ao Contestado; da valorização do dia do Contestado, 22 de outubro; da valorização da simbologia, arte e mística do Contestado, mapeando as fontes, grutas, locais de batalha, cruzeiros de São João Maria, como forma de recuperar a memória e resgatar os princípios que moviam os caboclos e caboclas dos redutos; promover mobilizações populares e eventos tais como pequenas romarias locais, audiências públicas, mostras de cinema, encontros regionais entre descendentes do Contestado, estabelecendo parcerias para manter viva a memória do Contestado; promover o resgate das diversas expressões de religiosidade e cultura do povo do Contestado; valorizando os grupos de cultura (teatro, dança, música, etc.) que mantêm a memória viva do Contestado. Com a Romaria a própria Igreja se fortaleceu em sua dimensão profética e em seu engajamento por estabelecer parcerias que visem reivindicar junto ao Estado, a reparação das dívidas sociais para com a população cabocla do Contestado e a criação de uma lei estadual para o livre acesso aos locais sagrados e aos pontos de memória do Contestado, tornando patrimônio público estes locais (TOMAZI, 2015e, p. 4).

¹⁵³ Artigo publicado no Jornal Fonte, nº 204, novembro 2015, p. 4, intitulado: *E depois da Romaria?* (TOMAZI, 2015).

Posteriormente à realização da Romaria, houve, em Timbó Grande, no dia 16 de novembro de 2015, um encontro de avaliação de suas equipes e articuladores. Na ocasião, entre outros pontos, destacou-se o compromisso “com a organização da Pastoral como expressão e valorização da cultura e da religiosidade popular do Contestado” (JORNAL, 2015a, p.4).

A Pastoral Cabocla ganharia, ainda, destaque na edição nº 206, de janeiro e de fevereiro 2016. Ela é apresentada como fruto “de uma relação de diálogo, serviço e testemunho, de tal modo que a mensagem cristã se encarne na vida, nos diversos contextos e culturas”. Essa compreensão de fé, presente na ação pastoral da Igreja diocesana reconhecia a “riqueza da cultura e da religiosidade cabocla”, que “nestes últimos tempos, com as diversas ações em torno da Romaria do Centenário do Contestado e da própria organização dos caboclos” fazia “nascer a Pastoral Cabocla”. A conclusão afirma: “O trabalho desta pastoral está iniciando e deseja contar com a participação de todos a fim de que se torne uma forte expressão do compromisso eclesial com a fé, os valores e cultura do nosso povo” (JORNAL, 2016, p.1)

Esses registros no Jornal Fonte refletem um percurso que ocorreu no interior da igreja local no tratamento da realidade social e religiosa dos caboclos e caboclas do Contestado. A incorporação da questão do Contestado passa a influenciar a ação da igreja local. Não apenas a Igreja trata dessa questão, mas, ao tratá-la, é por ela influenciada.

4.1.4 Os Planos Diocesanos de Pastoral

Outro registro importante da questão do Contestado, na prática pastoral da Diocese de Caçador, é o *Plano Diocesano de Pastoral (PDP)*. Como principal instrumento de dinamização e de comunhão da ação pastoral da Diocese, o *Plano...* é elaborado a partir de análises da realidade social e da história. Ele reúne as principais linhas de ação e atividades de uma diocese e aponta para os espaços prioritários do trabalho pastoral, orientando as comunidades, pastorais, grupos, movimentos eclesiais, associações e comunidades religiosas para uma resposta articulada desafios apresentados ao trabalho da igreja.

O *Plano Diocesano de Pastoral 2001-2004*, ao retratar os aspectos da realidade histórica da Diocese, afirma que “esta ‘Terra Santa’, foi palco da Guerra do Contestado. Muitos de nossos medos angústias e inseguranças são resultados desta Guerra”. Destaca ainda que, da guerra, o povo herdou também “a ousadia e a coragem que anima na resistência contra a opressão. Os redutos, semelhantes às primeiras comunidades cristãs, continuam presentes nas CEBs e potencializam os serviços e organizações sociais”. Ao abordar a pluralidade religiosa e

cultural, caracteriza a religiosidade popular como uma marca forte da região, mesmo antes da presença mais efetiva da Igreja. “Os monges, no início do século XX, deram um grande impulso a essa dimensão. Muitos ritos, bênçãos, romarias, remédios e outras práticas religiosas são conservadas pela população”. Destaca o fato de “o povo ter, na figura do Monge João Maria, um santo”. Em consequência disso, a religiosidade permanece impregnada por uma “profunda mística baseada na terra e na memória dos mártires, que lutaram acreditando numa vida de acordo com o plano de Deus: a terra sem males e a vida plena para todos” (DIOCESE, 2001, p. 11).

O *Plano Diocesano de Pastoral 2005-2008* e o *Plano Diocesano de Pastoral 2009-2012* inserem a questão do Contestado nos “fundamentos da realidade”. Afirmam que a “história desta região traz consigo a marca das lutas de um povo simples e a ‘força’ de interesses governamentais e privados: a Guerra do Contestado” (DIOCESE, 2005; 2009). A Guerra é tratada como “uma luta de resistência popular muito significativa para o povo caboclo dessa região”. Ao apontar as causas da Guerra, defende que a luta desses homens e mulheres aconteceu “porque eles foram sendo expulsos de suas terras, por causa das grandes empresas de colonização, madeireiras e ferroviária. Com a aprovação do governo, as empresas se instalaram e se apropriaram das terras e das riquezas”. Como consequência afirma que “muito sangue derramado irrigou a chão e a luta do Contestado” (DIOCESE, 2005, p.15-16).

Os monges, especialmente João Maria, são tratados como figuras que “com simplicidade e empatia, tornaram-se um mito e um símbolo para esta gente”. Afirmam que a religiosidade “sempre foi uma riqueza do caboclo”. O *Plano...* também valoriza um de seus principais símbolos: a devoção à cruz, incentivada pelos monges que tinham o costume de plantá-las por onde passavam. Por fim, coloca a luta daqueles homens e daquelas mulheres como um ideal a ser perseguido na ação pastoral da igreja diocesana. “Lutaram acreditando que a sua luta era justa e sagrada. Opuseram-se aos poderes dominantes cultivaram e implantaram os redutos, verdadeiras comunidades de fé e vida, em defesa e manutenção da vida. [...]. Há que se aprender da experiência da fé do povo caboclo, elementos para realizar o sonho e a Igreja que se quer na Diocese de Caçador” (DIOCESE, 2019, p. 32).

O *Plano Diocesano de Pastoral 2013-2016* contempla a realidade da Guerra do Contestado, destacando a presença de alguns benzedores, profetas e santos populares, tal como o reconhecido “São” João Maria, “que orientaram a vida e alimentaram a religiosidade e a esperança do povo. Seus ensinamentos ajudaram na organização solidária dos redutos do Contestado e continuam presentes na vida e na mística do povo de nossa Diocese”. Quanto

àquilo que ela representou, o texto afirma que a Guerra foi “por um lado, uma imposição de um novo projeto econômico, a modernização capitalista e, por outro, um amplo processo de resistência a esse projeto com a edificação de redutos e comunidades baseados na economia solidária”. Mostrando as marcas atuais da cultura cabocla, declara que deixaram “uma rica herança de símbolos, mitos, ritos, rezas, lições, sabedoria, memórias e sonhos que continuam presentes junto aos descendentes dos que foram violentados” (DIOCESE, 2013, p. 15-18).

Esse plano faz também uma denúncia das desigualdades perpetuadas na região

Conforme os dados do IBGE (2010) percebem-se que o índice de exclusão social em Santa Catarina é maior na região do Contestado. Os municípios que apresentavam rendas piores por habitante são: Calmon, Timbó Grande, Bela Vista do Toldo, Matos Costa, Lebon Regis, Santa Cecília, Monte Castelo. Os descendentes do Contestado são credores de uma dívida social que precisa ser reparada, como condição para a superação da miséria e da fome na região. Sabe-se que diversos projetos do governo federal, da última década, bem como inúmeras iniciativas da Igreja e da sociedade contribuíram com a erradicação da miséria e da fome, todavia as melhorias continuam aquém do que se espera e do que é possível melhorar. (DIOCESE, 2013, p. 20)

Sobre a situação religiosa da região, o *Plano... 2013-2019* observa a rica presença de diversas expressões da religiosidade popular. Diversas devoções, rezas, batismos, benzimentos, romarias e procissões. Cita o “profeta” João Maria, também considerado “santo” na região. “Essa religiosidade tem sido uma forma de evangelização, de resistência, solidariedade e busca de alternativas de vida, diante de um mundo violento e opressor, tal como foi o Contestado” (DIOCESE, 2013, p. 25).

4.1.5 Romarias da Terra

As Romarias da Terra, especialmente aquelas realizadas na região do Contestado, tiveram um papel importante na valorização da memória, da identidade e da cultura cabocla e na visibilização dos conflitos sociais enfrentados pelos caboclos e caboclas. Ao destacar sua resistência, fortaleceram ações por direitos, por justiça e por reconhecimento presentes da atualidade.

A Diocese de Caçador sediou a *Primeira Romaria da Terra de Santa Catarina*, no dia 14 de setembro de 1986, na comunidade do Taquaruçu, município de Fraiburgo¹⁵⁴. Essa Romaria reuniu cerca de 20.000 pessoas, com grupos das Comunidades Eclesiais de Base, pastorais operária e da juventude, Conselho Indigenista Missionário, a Central Única dos

¹⁵⁴ Fraiburgo voltou a sediar a *11ª. Romaria da Terra* em 1996. No município de Caçador foi realizada a *19ª. Romaria* no ano de 2005. Fonte: <https://cnbbsul4.org.br/2018/08/29/25a-romaria-da-terra-e-das-aguas-acontecera-na-diocese-de-lages/> Acesso em: Nov. 2020.

Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores com o objetivo de “celebrar a caminhada de luta e de fé do homem do campo e da cidade, homenagear a resistência dos caboclos do Contestado, demonstrar a força da organização e conhecer a situação do homem do campo” (FLORES, 1996, p. 208). A região foi escolhida por sua relação com a Guerra do Contestado. Nesse sentido, mais do que uma sacralização de um espaço, os agentes pastorais se apoiavam num evento histórico (BALBINOT, 1998). A Romaria fez memória da expropriação das terras caboclas na Guerra do Contestado e do histórico processo de disputa pelo direito à terra. O tema foi “Terra e Contestado”, e o lema, “Da luta pela terra brota a vida”.

Para os agentes pastorais¹⁵⁵, as *Romarias da Terra* em Santa Catarina tinham a finalidade de “celebrar a luta pela terra, tendo como fonte de inspiração a espiritualidade do caboclo catarinense, alimentada pelo monge João Maria e sua fonte principal nos cruzeiros feitos de cedro” (BALBINOT, 1998, p. 27). As características da Guerra do Contestado permitiam às romarias utilizar uma simbologia que facilmente se adaptava ao contexto dos conflitos pela terra na década de 1980. A figura de João Maria assumia especial relevância, por ser associado, na memória popular, a alguns elementos que foram posteriormente canalizados pelos agentes da CPT. Desses elementos, destaca-se a relação de João Maria com a natureza e as questões que envolviam os usos e a posse da terra no planalto catarinense (COSTA, 2015). A cruz de cedro se apresentou como o principal símbolo das romarias da terra em Santa Catarina (BALBINOT, 1998). O Contestado era, naquele momento, apropriado por grupos com diferentes perspectivas de atuação, os quais faziam uso de recursos simbólicos presentes na memória das populações que se reconheciam ligados de alguma forma com a Guerra do Contestado.

O tema do Contestado foi novamente evidenciado na *23ª Romaria da Terra*, que foi realizada em Timbó Grande, no dia 13 de setembro de 2015. Essa romaria foi chamada de *Romaria do Centenário do Contestado* e foi organizada em parceria pelas CPTs de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, além da Diocese de Caçador e de outros movimentos sociais e pastorais de Santa Catarina. Reuniu cerca de 10 mil romeiros. O

¹⁵⁵ Dom Luiz Carlos Eccel, bispo emérito da Diocese de Caçador, recorda que, para a organização da primeira romaria, os responsáveis se reuniam semanalmente. Todas as pessoas interessadas em participar deveriam antes receber a formação para o dia da celebração. Para facilitar o entendimento e reviver a Guerra do Contestado, eram feitas encenações interpretando a presença do monge João Maria, Maria Rosa e as virgens. “Fazíamos direitinho para poder resgatar um pouco da nossa história. A gente buscou se inteirar do conflito que, na verdade, foi a luta pela terra de onde nossos caboclos foram despejados, roubados, essa é a palavra” (DIOCESE, 2018, p. 133). Segundo o teólogo Helcion Ribeiro (1989, p.13), essa Romaria “fez acordar a Igreja de Santa Catarina para descer de seus altares e ouvir os gemidos do povo”.

lema da Romaria foi “Redutos de resistência, esperança e encantamento da vida” e teve como objetivo mostrar a realidade social em que vivem os habitantes do território do Contestado e dar destaque às suas lutas. O texto-base, divulgado como instrumento de preparação para a Romaria, afirma que a Romaria se constituía como um grande espaço “para o povo expressar seu acolhimento, fé, resistência, capacidade de partilhar a vida, a terra, a água, os sonhos e as conquistas, na busca constante por uma sociedade melhor, mais incluyente, democrática, justa e respeitosa da vida em todas as suas dimensões”. O processo de preparação e o dia da romaria reafirmavam “[...] o compromisso de continuar fortalecendo os diferentes modos de viver e preservar a terra para a atual e as futuras gerações” (COMISSÃO, 2015, p. 4).

A realização dessa romaria em terras do Contestado se justificava pelo fato de a região continuar “marcada pelo conflito ocorrido há 100 anos, que assassinou milhares de caboclos e camponeses e, também, pela resistência e esperança desse povo sofrido, esquecido e desprezado, que lutou e luta por dias melhores” e, por essa razão, destaca a necessidade de valorizar “o povo da região e fortalecer as diferentes formas de organização, despertando em todos a sensibilidade humana, o respeito pela vida, o repúdio à opressão e à violência” (COMISSÃO, 2015, p. 5). Considerando o fecundo universo simbólico em torno do qual se tecem as relações sociais no Contestado, a Romaria reconhecia os “múltiplos atores, de diferentes dimensões, com interesses comuns, que interagem em função desse resgate do Contestado” sendo que “nos últimos anos mereceu maior reconhecimento e visibilidade a memória e a mística do Contestado como força mobilizadora e animadora de novos movimentos e organizações juvenis, caboclas, populares, sociais e pastorais na região” (COMISSÃO, 2015, p. 6).

Figura 6 - Cartazes da 1ª e da 23ª Romaria da Terra, respectivamente em Taquarucú e em Timbó Grande – neste último, chamada de Romaria do Centenário do Contestado.



Fonte: Reprodução do Arquivo/Diocese de Caçador.

Depoimentos de participantes destacam que a Romaria “foi um tempo bonito de encantamento, de memória, de profecia. Celebrar o Contestado é reavivar nossa resistência contra a opressão, é lembrar que o sangue caboclo corre em nossas veias”¹⁵⁶. Na romaria pode-se perceber a “necessidade de cuidar da vida, reencantar-se, para avaliar as diversas formas de viver. Em uma sociedade em que cada vez mais está em jogo o conflito entre desenvolvimento e preservação, a Guerra do Contestado nos leva a descobrir a necessidade de preservar a identidade”¹⁵⁷. A Romaria do Centenário do Contestado ofereceu um ponto de apoio e o impulso para a Pastoral Cabocla. “Naquela ocasião a Pastoral ganhou força e identidade”, relatou Pasa¹⁵⁸ em uma das entrevistas feitas na pesquisa.

4.1.6 O surgimento da Pastoral Cabocla

¹⁵⁶ Depoimento de Giovanni Cicconet. Extraído de: <https://www.pj.org.br/romaria-do-centenario-do-Contestado-pj-presente/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

¹⁵⁷ Texto extraído de: <https://www.cptnacional.org.br/acoes/romarias-da-terra-e-da-agua/romarias-2015/2851-romaria-do-centenario-do-Contestado-reune-aproximadamente-10-mil-pessoas> Acesso em: Nov. 2020.

¹⁵⁸ Quando ao longo do trabalho forem mencionadas/reproduzidas as entrevistas feitas no trabalho de campo, ou trabalho empírico, o texto se limitará a citar o prenome (ou o sobrenome, no caso de dois prenomes iguais) da pessoa entrevistada e indicar que tal trecho provém de uma entrevista. Os excertos de entrevista, por sua vez, serão grafados em itálico, de forma a diferenciá-los de fontes documentais e referências bibliográficas. Maiores informações estarão disponíveis nas Referências, organizadas como “Fontes Oraís”.

A narrativa acerca do surgimento da Pastoral Cabocla é, neste trabalho, construída sobretudo a partir das entrevistas com fontes orais. O processo de estruturação da Pastoral Cabocla ocorreu em vista da necessidade de uma abordagem mais orgânica para as diversas iniciativas que valorizavam e incorporavam a religiosidade cabocla nos espaços eclesiais e que se encontravam dispersas. De acordo com Amarildo, membro da pastoral cabocla desde a sua organização entrevistado no trabalho de campo, havia um conjunto de ações que já eram realizadas. “*A gente fazia os terços cantados, aí começou as missas caboclas e nós começamos a ir cada vez mais animar as comunidades. E sempre vinha mais convite para visitar e celebrar nas comunidades*”. Estas experiências, até então isoladas, foram fortalecidas com a organização da Pastoral. Junto a esse processo, ocorria uma recuperação da devoção popular que passava do âmbito privado para a esfera pública. Segundo Leoni, coordenadora da Pastoral Cabocla também entrevistada neste trabalho, se até então, a devoção ao São João Maria pertencia ao ambiente da casa, agora já se podia ver “*o santo entrando na igreja*”¹⁵⁹.

A acolhida da religiosidade cabocla no espaço pastoral da Igreja foi fundamental para iniciar esse trabalho pastoral por reconhecer que a fé se exprime com os elementos próprios de cada cultura. Nessa perspectiva, o anúncio da fé busca enriquecer as culturas, sendo uma fonte que alimenta sem abafar suas singularidades. “*De longa data as ações pastorais buscaram, nos valores e experiências de fé do caboclo, as bases da evangelização. Nesses últimos tempos com a própria organização dos caboclos, esse trabalho tem se fortalecido e foi criada a Pastoral Cabocla*” (DIOCESE, 2016).

Outro fator importante que esteve na base da mobilização da Pastoral Cabocla foi a participação no Acampamento Regional da *5ª Semana Social Brasileira*¹⁶⁰. Esse encontro

¹⁵⁹ Leoni faz referência ao fato de que, em tempos passados, se um padre fosse abençoar uma casa e encontrasse uma foto ou um quadro de São João Maria na casa, mandava tirar porque aquilo era superstição. Atualmente, nas missas caboclas, sempre tem uma imagem ou quadro do santo em algum ambiente de destaque na Igreja, e em certas ocasiões é levado em procissão. Júlio, também entrevistado, destaca que na realização da Semana do Contestado de 2019, em Caçador, celebrou-se uma missa cabocla na Catedral São Francisco de Assis, cujo principal efeito foi um salto significativo na “quebra dessa realidade de preconceito. A presença do João Maria dentro da Igreja, tem dado um respaldo muito importante. Essa valorização do São João Maria, essa valorização da música cabocla que ela está inserida em nosso meio, é muito importante”.

¹⁶⁰ Convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e promovida conjuntamente pelas pastorais sociais e movimentos populares, a Semana Social Brasileira (SSB) articula as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas relevantes do país e traça perspectivas para o presente e futuro a partir da Doutrina Social da Igreja Católica. É realizada no Brasil desde 1991. Essas semanas tornaram-se espaços de fortalecimento da democracia participativa, pois fomentam o envolvimento dos setores excluídos e marginalizados à participação cidadã, na garantia da igualdade básica de todos os seres humanos e da natureza. A *5ª Semana Social Brasileira* teve como temática “Um Novo Estado: Caminho para uma Nova Sociedade do Bem Viver” e apoiou a campanha para a demarcação dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Fonte: <https://ssb.org.br/institucional/#quem-somos> Acesso em: 14 set. 2019.

reuniu lideranças populares, agentes de pastorais e movimentos sociais do estado de Santa Catarina e nele aconteceram palestras, oficinas e um teatro sobre a história do Contestado e do Taquaruçu, atividades que tematizaram a cultura do bem-viver, o papel do Estado na relação com a juventude, o Contestado e as dívidas sociais, as etnias e comunidades tradicionais, a segurança alimentar, a educação, a democracia participativa, o meio ambiente e os movimentos sociais. A opção pelo local, o Taquaruçu, onde se constituiu, no período da Guerra do Contestado, a primeira Cidade Santa do Contestado, evidenciava que o encontro se enraizava nas lutas de resistência e por direitos. Antônio, participante do acampamento e que depois contribuiu para a organização da Pastoral Cabocla, afirmou em entrevista: *“Ali foi um marco para o nosso começo, porque ali a gente viu os outros movimentos. Tinha o representante dos negros, tinha dos indígenas e a gente viu que não tinha um representante dos caboclos lá. Então a gente viu que tinha que fazer algo pelo nosso povo, que tinha que se organizar também!”*

Leoni – como já dito, fonte oral deste trabalho – comentou que, naquele encontro no Taquaruçu, ela se identificou com aqueles grupos organizados e o trabalho que desenvolviam e isso *“despertou uma grande alegria”*. Ao ver aqueles grupos organizados, suas lutas, as partilhas e socializações que traziam para o encontro, Leoni relata que sentiu *“um grito saindo da garganta. [...] Foi ali, naquele momento, que eu me senti com coragem para a luta, igual os caboclos do passado”*. Segundo relata Adelmir, membro da Pastoral Cabocla, o contato com os outros movimentos e grupos presentes no acampamento, partilhando suas ações e formas de organização foi muito importante para o início dos trabalhos. *“Nós estávamos em quatro pessoas lá e a gente conversou de organizar também uma pastoral para representar os caboclos. E a gente teve apoio da igreja, do bispo, dos padres”*.

O intercâmbio com os outros grupos e movimentos afirmou a própria história dos participantes do encontro, refletindo as suas experiências de vida, a sua cultura e as memórias dos caboclos que resistiram e combateram na Guerra do Contestado. Esse fato configura um exemplo de transmissão de repertórios (TARROW, 2009), no qual um conjunto de ações de mobilização para a ação coletiva desenvolvidas por um determinado ator social pode ser transmitido e assumido por outros atores. Ou como destacava Tilly (2006), os repertórios pertencem a um conjunto de atores e não apenas a um ator individual. Ao entrarem em contato com formas de organização e repertórios de ação utilizados por outros grupos, os caboclos e caboclas que ali estavam se apropriaram deles para os seus objetivos.

Ao se organizar, a Pastoral Cabocla assumiu o objetivo de anunciar o evangelho ao povo caboclo, valorizando sua história e resgatando os seus valores. Esse objetivo aponta para a superação de preconceitos e discriminações, enaltecendo os valores religiosos da cultura cabocla. Entre as ações desenvolvidas para alcançar esse objetivo, destaca-se os trabalhos que visam animar e manter viva a cultura e a religiosidade cabocla, como as orações, o terço cantado, a missa cabocla, a recomenda de almas e também a prática de bênçãos, preservadas pelas benzedadeiras, além do uso de ervas medicinais. Entre os objetivos há, também, o esforço em preservar a memória de São João Maria e das lideranças do Contestado.

A atuação da Pastoral Cabocla é planejada não apenas para dentro dos espaços eclesiais, mas para ser uma expressão do modo de vida simples e acolhedor próprio do caboclo e da cabocla, do cuidado da natureza e dos lugares considerados santos e símbolos do Contestado como as fontes, as grutas e os cemitérios. Com isso, busca-se sensibilizar e mobilizar a instituição eclesial para o conhecimento das questões étnico-culturais que permeiam a realidade diocesana.

Enquanto estrutura organizacional, a Pastoral Cabocla dispõe de um casal coordenador: Adelmir Beli Simão e Leoni Guesser Simão, entrevistados por este trabalho, e de um referencial eclesial: o Pe. Moacir da Silva Caetano. A eles, junta-se uma equipe de articulação e de apoiadores para discutir as ações e atividades por meio de reuniões e encontros. Compreendida como uma “forte expressão do compromisso eclesial com a fé, os valores e cultura do nosso povo” (DIOCESE, 2016, p. 9), as estratégias de ação da Pastoral Cabocla consistem em mobilizar e organizar grupos de caboclos na região do Contestado, criar uma liturgia adaptada para as celebrações caboclas que traduzam sua fé e sua mística e valorização da sabedoria e das lideranças populares.

Contudo, a mobilização e organização dos grupos acontece, segundo Adelmir, de forma “*muito devagar*” porque os caboclos estão “*esparramados desde a Guerra e é difícil de eles acreditarem na organização e nos grupos*”. Mesmo assim, tem havido um esforço para fomentar esse trabalho. Como destaca Amarildo, em entrevista:

Nós fomos em todos os cantos do Lebon Régis, e fomos em Fraiburgo também, e foi muito bom! Fomos em todos os assentamentos e deu uma motivada. A gente sente que precisa valorizar a coletividade dentro dos assentamentos, voltar a acreditar nas coisas comuns. Não tem outras entidades com interesse de fazer isso, de reunir, motivar e organizar, é só a Pastoral que está fazendo isso com as comunidades caboclas, indo nas comunidades.

Considerando que é um trabalho recente, alguns resultados demandam mais tempo para serem alcançados. Embora em quase todos os municípios próximos já exista alguma

referência em trabalhos com a religiosidade cabocla, ainda não se constituiu uma rede densa de interações. *“A gente já visitou o grupo lá no Taquaruçu, e também no Timbó Grande. E fomos em Caçador e Calmon, mas ainda tem muitos lugares para gente ir”*, relatou Leoni.

O chão sobre o qual se assentou o trabalho pastoral foi o da valorização da religiosidade popular. Leoni também conta que, mesmo sendo tratada com certo desprezo, a religiosidade das caboclas e dos caboclos foi preservada *“porque os caboclos e caboclas sustentaram as devoções, as rezas, os benzimentos e até mesmo as crenças e o ensinamentos do monge”*. As iniciativas partiram modestas, mas foram crescendo e alargando o horizonte de atuação. Na compreensão de Amarildo: *“A gente começou cantando as missas na Igreja... aí a gente viu que podia fazer mais coisas pelos caboclos. E a organização da Pastoral Cabocla tem ajudado muito para valorizar a fé do nosso povo”*.

Uma parceria duradoura que amparou o início das ações da Pastoral Cabocla se deu com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Havia uma proximidade advinda do espírito de luta por terra e direitos negados aos trabalhadores pobres. Essa parceria contribuía para a leitura da realidade frente a qual a luta se erguia. No início dos assentamentos, conta Leoni: *“nós demos muita força e essa parceria ficou, a gente sempre ajudava eles, até com comida quando tinha as ocupações. E hoje eles são muito companheiros na pastoral. E a gente também participa das atividades que eles fazem”*. Essa proximidade favoreceu a constituição quadros interpretativos (TARROW, 2009) por meio dos quais foi possível, para a pastoral cabocla identificar elementos da realidade social que fortaleciam o próprio grupo, constituído uma identidade e apontando os elementos da realidade frente a qual eles se posicionaram.

4.1.7 A memória religiosa

A Pastoral Cabocla se organizou atribuindo um duplo sentido à memória religiosa dos caboclos e caboclas do Contestado. O primeiro girava em torno de sua preservação, para que a memória não se perdesse, não sucumbisse ao esquecimento, sendo deixada cada vez mais de lado e, segundo, para que ela não fosse roubada ou instrumentalizada. Esse caráter protetivo é percebido, por exemplo, no depoimento dado pela entrevistada Leoni, em seu relato acerca do documentário *Terra Cabocla*¹⁶¹, produzido por Márcia Paraíso.

A Márcia Paraíso esteve aqui e a gente contou a nossa história para ela e passou no Brasil inteiro. E depois veio também o pessoal da universidade. E daí veio também o

¹⁶¹ *Terra Cabocla* foi lançado e 2016 e dirigido por Márcia Paraíso e Ralf Tambke,.

pessoal do Estadão e gravaram aquele documentário “Meninos do Contestado” e a gente levou eles em todos os lugares por aí onde teve conflito do Contestado e passou no Brasil inteiro. Mas aí, um dia a tia Célia me disse: “A gente não pode deixar sair a nossa história para fora, nós temos que deixar a nossa história aqui. Nós queremos nossa história aqui, para poder contar pros outros e eles contarem pra outros depois. Eles levam embora a nossa história, a gente tem que preservar”.

A preocupação com a memória do Contestado se apresenta como uma necessidade de resguardar e transmitir a memória coletiva (HALBWACHS, 2013), ou seja, do entendimento de que, no gesto de contar a história, o ouvinte possa ser envolvido por ela e passe a fazer parte da corrente de pensamento coletivo que sustenta a própria memória, nesse caso, a memória do Contestado. Embora os conteúdos da memória ao serem materializados – por exemplo, na narrativa fílmica – produzam esse mesmo resultado, considerando os interesses econômicos ou mesmo científicos dessas incursões no Contestado, o sentimento que aflora também é o de uma espécie de roubo, ou seja, de que, nessas circunstâncias, a história e a memória servem a interesses alheios, semelhantemente ao que aconteceu, com a expropriação da terra ocorrida no tempo da Guerra. A memória e a história dos caboclos oferecem palco para quem dela se aproveita para “ganhar” sobre a realidade em que vivem. Ela é, dessa forma, um objeto de disputa e, de algum modo, as caboclas e os caboclos entendem que precisam resistir para manter a sua posse legítima.

Quanto aos aspectos estigmatizados da memória religiosa, segundo Pasa, religioso e membro da Pastoral cabocla entrevistado, o principal esforço está voltado para “*construir uma cultura de enfrentamento, de reconhecimento, de identidade e compromisso com a verdade*”. Nos espaços institucionais da prática religiosa, a inclusão e a valorização da religiosidade cabocla deslocavam uma forma estabelecida de distinção social marcada pela discriminação que precisava abrir espaço para incluir os caboclos e caboclas. Afirmou Pasa:

Era necessário torná-los cada vez mais conscientes de sua participação social, e a Igreja era um dos lugares que eles precisaram assumir como deles, verdadeiramente deles. Igreja não é patrimônio de cultura europeia, branca e rica. Frente a esse conflito pelo espaço legítimo de pertença e participação, os esforços da Pastoral Cabocla contribuíram para despertar o direito de ser igual, de estar nos mesmos lugares, ocupando as mesmas mesas, com a mesma dignidade e respeito.

Se, por um lado, a abertura de espaço na instituição religiosa e a construção de alianças oportunizaram a organização da Pastoral, por outro lado, aspectos subjetivos também influenciaram a sua emergência. A religiosidade cabocla, marginalizada e tratada preconceituosamente como fanatismo ou superstição, era motivo de vergonha e humilhação.

Com efeito, como visto em Honneth (2003), a experiência de ser desrespeitado revela ao indivíduo uma dependência constitutiva da sua própria pessoa para com o reconhecimento por parte dos outros. O sentimento de humilhação se tornou mediação para o engajamento por meio de uma ação coletivamente organizada. Nesse sentido, é de se destacar, ainda o relato de Leoni, para quem o trabalho pastoral não iniciou em outros tempos *“porque a gente tinha medo. Porque a gente ainda não tinha essa liberdade, como tem hoje [...] porque tinha gente que achava que se os caboclos fizessem qualquer organização era pra requerer as terras deles. [...] diziam que agora os revoltosos iam pegar as terras de volta. Era isso a mentalidade do povo”*. Foi somente quando o tema do Contestado começou a ganhar os espaços públicos e dele se pôde *“falar abertamente”* que se colocaram as condições subjetivas para retomar a luta¹⁶², pois, se nos espaços públicos era possível falar e agir em vista do Contestado *“por que é que a gente não pode fazer o mesmo pela nossa história?”*

Embora o medo fosse um limite difícil de ser transposto, ele não impediu que fossem despertadas a consciência e organização necessárias para a apropriação da história, que, por sua vez, passaria a ser gestada nos espaços e momentos de encontro, encetando, com isso, a superação do preconceito histórico que sufocava a força da herança do caboclos e caboclas do Contestado. *“Eu venci o meu medo através das minhas pesquisas, só com o conhecimento que a gente vence o medo”*, relatou Leoni. Do desvelamento da história invisibilizada por discursos que menosprezavam a cultura, a religiosidade e a identidade cabocla, brotou a força da organização e da mobilização. Como referenciam Goodwin, Jasper e Polletta (2001), emoções que requerem a interpretação e a elaboração intelectual do indivíduo a respeito dos eventos que o cercam, como o ultraje moral, a vergonha e a indignação, são as mais relevantes à política e importantes para compreender o ativismo.

¹⁶² Moacir da Silva Caetano, em entrevista dada a esta pesquisa, recorda: *“Eu nasci na localidade de Caçador Grande, uns 30 quilômetros do centro de Lebon Régis. Uma comunidade 100% cabocla, tal como o município. E hoje, a gente olha para o passado e busca nele fortalecer a fé e a esperança para continuar a nossa luta no tempo presente. Sempre mantendo viva essa memória, porque nessa história estão fincadas as nossas raízes, as raízes do povo caboclo. O meu avô contou muitas coisas do monge que por aqui passava e a mãe guardou isso e transmitiu para nós sempre que fazia a farinha. Até então as pessoas tinham muito medo de falar a respeito. A versão divulgada foi que o problema eram os caboclos. As pessoas falavam que o conflito do Contestado se deu por causa do fanatismo. E essa ideia prevaleceu por muito tempo. Essa história, então contestada, passou a ser revelada recentemente, gerando a libertação do caboclo. Passamos a resgatar o verdadeiro sentido, contando o que deve ser contado não a versão do exército, do poder militar ou do governo, que passaram uma ideia falsificada do Contestado para um povo que não tinha escola. Só com o tempo e com a escola a gente foi entendendo e compreendendo o conflito, a verdadeira Guerra do Contestado”*.

Essa percepção ajuda a compreender também as emoções “positivas” que atuam no horizonte de trabalhos dos agentes da Pastoral Cabocla. Amarildo afirma que, com o trabalho da pastoral,

A gente quer guardar uma sabedoria que o nosso povo tem. Reunir e transmitir isso. Fortalecer a nossa identidade pra que todo caboclo tenha orgulho. Ir para as comunidades, animar! E onde a gente vai, eles ficam muito animados quando a gente fala que tem uma pastoral. É devagar, mas a gente vai construir. Demoramos 100 anos pra começar, então a gente sabe que não vai mudar de uma hora pra outra, vai precisar de tempo.

Orgulho, alegria, entusiasmo e simpatia são também exemplos de emoções que fortalecem o ativismo, pois resultam de uma tomada de consciência, do “saber-se” participante de uma coletividade que procura construir uma sociedade mais justa. Nesse sentido, os membros da Pastoral Cabocla reconhecem que a ruptura, como um processo que foi se solidificando ao longo das décadas, exige tempo e esforço, “*porque o caboclo foi muito discriminando, mas agora, na pastoral, ele se sente valorizado. A religiosidade junta muito a gente. Tinha muita gente que não participavam de nada e com a missa cabocla e as outras atividades agora tem um lugar de participação*”, disse Adelmir.¹⁶³

O sentido do pertencimento é construído “*nos espaços onde os grupos se encontram, preparam as orações. No grupo não existe quem é maior ou mais importante. Todos fazem o trabalho com o melhor que podem*”, como enuncia Pasa. Nesses espaços, a acolhida gerou um campo de liberdade e auto expressão: “*Aqui todo mundo pode falar. Todos se sentem em casa quando a gente se encontra, não tem hora pra terminar. Todo mundo fica proseando*”, descreve Leoni. Esses espaços foram fundamentais para a construção da identidade coletiva da pastoral. A releitura e a valorização da história e da religiosidade cabocla são elementos centrais para a pastoral porque contribuem na superação do preconceito internalizado por muitos caboclos. Uma leitura positiva da história e da memória permite assumir a própria identidade. Assim relata Leoni, quanto ao processo de transformação que ela própria viveu: “*Porque eu era morena e minha mãe me chamava de cabocla e eu não gostava. Eu me libertei desse preconceito quando eu assumi que eu era cabocla mesmo. Eu sentia assim, um tipo de uma*

¹⁶³ Relato semelhante é oferecido por Pasa, que afirma que, no início havia “*uma antipatia com o estilo de celebrar e com as pessoas que ocupavam o altar junto com o padre*”. Segundo ele, o problema estava no fato de que novas pessoas passavam a ocupar um lugar antes reservado para grupos consolidados, gerando fortes críticas. “*Eram pessoas simples, falavam de um jeito simples. Lembro-me, por muitas vezes, dizer que precisávamos simplificar o jeito de falar [...] Ainda assim, muitos preferiam não participar da Missa*”. Entretanto, com o passar do tempo, “*a Igreja foi ficando cada vez mais lotada, por pessoas que vinham de vários lugares para participarem da Missa Cabocla. Eram momentos de muita fé e de um culto ao Deus que não faz acepção de pessoas, mas, faz opção pelos pequeninos*”.

revolta quando me chamavam de cabocla e agora quando me chamam de cabocla eu fico muito feliz”.

A religiosidade vivida a partir da Pastoral Cabocla, no entanto, não se limita à atuação restrita ao interior da igreja. Se ela comporta também a presença nos espaços internos da igreja, isso se dá desde *“a religiosidade popular, identificada com o monge João Maria, [...] vai sendo ampliada para uma visão social e de integração do povo”*, como descreve Pasa. A religiosidade em torno das águas do monge, por exemplo, levou a Pastoral Cabocla a iniciar um trabalho de preservação de nascentes como uma forma de manter vivos os ensinamentos deixados pelo monge. Guardam em suas memórias que, nas palavras de Leoni, *“o monge era um preservador”*.

Essa mística ecológica toca na questão ambiental, que também é valorizada pela Pastoral, sobretudo no incentivo ao cuidado das matas e nas campanhas para recuperação das nascentes – articuladas informalmente pelos agentes pastorais. Como preconizado também por Leoni, *“A gente tem que dar valor para a água, como ensinava o monge, porque vai chegar um tempo em que, se continuar assim, vai secar e vai faltar água. Então a gente tem que começar já”*. Outros trabalhos têm maior planejamento, como, por exemplo, o projeto para cultivar ervas medicinais. *“A gente está se organizando para produzir mudas de ervas medicinais e distribuir para as famílias, ensinar a cultivar em casa. Porque as ervas são uma coisa muito boa, e as pessoas estão esquecendo disso”*, narrou Amarildo.

Os símbolos empregados na mobilização da Pastoral, como explicados por Leoni, são, principalmente, a cruz de cedro *“porque é a memória do monge que andou por aqui e que plantava a cruz onde ele passava”*; a imagem ou estandarte de São Sebastião, *“que acompanhava os caboclos durante a guerra”*; e a Bandeira do Contestado *“porque na guerra ela demarcava o espaço do reduto e acompanhava nas batalhas e agora é uma luta o que a gente está fazendo. [...] Quando a gente entra na missa com uma bandeira do Contestado, é uma emoção muito grande, porque era uma luta que tinha morrido e agora a gente está reavivando ela”*.

Os elementos da realidade social e cultural enriquecem os ritos religiosos, ampliando o horizonte de sentido e comunicando ideias de modo mais eficaz. Nas missas caboclas, segundo Pasa, *“o simbólico, o gestual e os rituais dos caboclos tornaram as celebrações atrativas e aproximaram todos de Deus. Uma gaita, um pelego, um cesto trazendo a Bíblia, um caboclinho entrando com as oferendas, uma família cabocla representando a família de Nazaré, as músicas, os teatros, tudo fez com que as pessoas sentissem Deus mais próximo de*

sua realidade”. Consequentemente, houve crescimento na autoestima das caboclas e dos caboclos em relação à sua própria experiência religiosa.

Figura 7 - Missa cabocla em Lebon Régis - entrada da Bandeira do Contestado



Fonte: Jornal Caboclo, agosto 2017¹⁶⁴.

Apesar da valorização que o trabalho vem recebendo, ele não está isento de críticas e resistências. Como observou Adelmir, *“Tem gente que não gosta muito da nossa missa, porque tem gaita e os caboclos cantam animados e alguns se incomodam com nosso jeito de rezar”*. Há, ainda, limitações quanto às condições e recursos humanos e financeiros para percorrer o território, mobilizar mais grupos e organizar mais atividades. No entanto, os passos até então dados expressam o potencial de crescimento do trabalho. O processo, ademais, é acompanhado do entendimento de que a transformação dessa realidade é construída desde a mobilização de base, *“feita a partir da nossa gente, tornando-se protagonistas conscientes da participação social, lutando por direitos”*, nas palavras de Pasa.

Ao incorporar uma perspectiva teológica libertadora, que evidencia e amplia a memória do Contestado, a Igreja se constituiu como uma estrutura mobilizadora, contribuindo para a mudança de perspectiva sobre a história do Contestado e, dessa forma, promovendo a valorização da herança cabocla. De acordo com Rennó (2003, p. 74-75), *“instituições podem*

¹⁶⁴ Disponível em: <http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2017/08/16/municipio-de-lebon-regis-sedia-a-3a-semana-do-contestado-entre-17-e-20-de-agosto/>. Acesso em 10 fev. 2020.

fomentar ação coletiva criando estruturas de oportunidade política para grupos sociais”. Colocando-se ao lado dos caboclos e caboclas, a Igreja Católica reconheceu sua condição de marginalizados pelos poderes locais e recuperou a sua força de resistência como uma inspiração em novas lutas. Além disso, reconhecendo a sua voz, a Igreja também acaba por ajudar a desconstruir os preconceitos a respeito das caboclas e dos caboclos e a superar os estigmas que carregavam. Como resultado da presença eclesial socialmente engajada, a Pastoral Cabocla é um instrumento na transformação dessa realidade.

Os caboclos e caboclas, por sua vez, perceberam, na abertura da Igreja às expressões da religiosidade popular e em seu envolvimento nas questões sociais, uma oportunidade política (TARROW, 2009) para levar adiante um processo de valorização e reconhecimento da sua experiência de fé e para fazê-lo de forma organizada. A constituição de um grupo como a Pastoral Cabocla atuou como mobilizadora da memória coletiva dos caboclos e caboclas, pois a memória é estruturada nos termos das identidades dos grupos a que o indivíduo pertence. Reitera-se, assim que é por meio da pertinência e das experiências grupais que as lembranças são estruturadas (HALBWACHS, 2013). A pastoral aumentou a coesão do grupo de memória e foi importante por constituir uma “comunidade afetiva” que estabeleceu pontos de contato entre as recordações religiosas dos seus membros reconstruindo uma experiência que se encontrava fragmentada.

A operação da memória, enquanto intensa atividade de reconstrução do passado, encontra no grupo a sua possibilidade de existência e atuação. A valorização da memória religiosa do Contestado produziu um sentimento de pertencimento a um mesmo passado, permitindo ao grupo “tomar consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2013, p. 92). O autorreconhecimento está na base da constituição da sua identidade e, dessa forma, a produção de base religiosa de sustentação comum contribui para a formação de um sentido de pertinência, coesão e identidade.

A organização da Pastoral Cabocla potencializa a memória religiosa dos caboclos e caboclas ao longo do tempo, pois é pela institucionalização que um grupo – no sentido atribuído por Halbwachs – que se consolidam suas recordações, materializando a memória que, no âmbito religioso, se conforma nos ritos e símbolos. É por meio do trabalho de materialização e transmissão de conteúdo da memória que novos indivíduos, que não fizeram parte dos eventos originários, podem ser introduzidos ao grupo¹⁶⁵. A Pastoral cabocla, por meio dos seus ritos

¹⁶⁵ Os indivíduos que entram em contato com essas memórias coletivas materializadas posteriormente não serão indivíduos aleatórios, mas somente aqueles que se alinham à corrente de pensamento coletivo que sustenta essa

religiosos, explicita materialmente sua memória coletiva e possibilita o contato de outras pessoas com esse conteúdo, ampliando o grupo. Dessa forma, as práticas rituais fazem com que os indivíduos rememorem conjuntamente seus conteúdos, introduzindo ao grupo novos indivíduos que não acessaram diretamente os eventos originários da elaboração religiosa do Contestado.

Os símbolos, assim como os ritos, também realizam essa função. Por isso, a valorização do monge João Maria, de São Sebastião, da cruz e da bandeira do Contestado é tão significativa para a Pastoral Cabocla. Além disso, os conteúdos da memória coletiva são localizados também no espaço. Nesse sentido, pode-se dizer que a relação com as nascentes de água do monge, com os cemitérios e crematórios do Contestado cumpre papel semelhante: esses elementos simbólicos são componentes da configuração da identidade coletiva e, ao mesmo tempo, modulam as suas ações, seus repertórios. De acordo com Halbwachs (2013), como as lutas pela memória são modeladas pelos quadros atuais e os conteúdos da memória são reconstruídos a partir dos interesses do grupo no momento presente, podemos entender que, no caso da pastoral cabocla, há uma reivindicação de reconhecimento dos elementos da religiosidade cabocla nos espaços de culto que passa por sua legítima inclusão nesses espaços. Além disso, ela exerce um movimento de expansão do grupo de memória atuando como componente agremiador de novos membros.

4.2 A ASSOCIAÇÃO DOS CABOCLOS DE LEBON RÉGIS

Outro exemplo de ator inserido na luta por reconhecimento no território do Contestado é a Associação dos Caboclos de Lebon Régis (ACLR). Criada no ano de 2012, a Associação é composta majoritariamente por caboclos e caboclas e está juridicamente formalizada¹⁶⁶. A ACLR nasce em uma cultura de associativismo presente entre parte dos seus membros que participavam da Associação dos Produtores Rurais de Lebon Régis¹⁶⁷. Como essa associação,

memória coletiva do grupo. Assim são os novos indivíduos do mesmo grupo que interagem com essa memória coletiva em seu estado mais sólido, em seu estado materializado (HALBWACHS, 2013).

¹⁶⁶ No Brasil, uma associação está definida juridicamente, no Código Civil e na Lei de Registros Públicos, como “uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituída livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa” (GANANÇA, 2006, p. 31).

¹⁶⁷ Ao comentar sobre a criação da ACLR, Adelmir Belli Simão, conhecido como “Seu Bililo”, destaca que havia um interesse de criar a associação, mas os interessados já possuíam uma inscrição como Associação dos Produtores Rurais “*Aí nós pegamos e mudamos o Estatuto daquela associação que a gente já tinha, pra organizar os trabalhos da Associação dos Caboclos que a gente estava montando*”.

nas palavras de Adelmir, “*estava parada*”, ela serviria de base para a organização da nova associação. Na Assembleia Geral da Associação dos Produtores Rurais, em 12 de junho de 2012, decidiu-se pela mudança de nome e pela alteração do seu estatuto e fez-se a eleição e posse da nova diretoria. A natureza da ACLR, explicitada no artigo cinco de seu estatuto, define-a como uma entidade de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos caboclos e caboclas do município de Lebon Régis. O objetivo assumido pela ACLR consiste em “resgatar a história de nossas origens que foram se perdendo com o passar dos anos [...] e manter viva a memória de todos os caboclos que aqui passaram, com orgulho de suas origens e descendência, resgatar os costumes e tradições” (ACLR, Livro Ata, p. 02).

A caracterização de pertença, materializada nos termos de “nossas origens”, destaca um elemento característico de sua constituição: a predominância, entre seus membros, daqueles que se autodenominam caboclos e caboclas. Ela não se organizava para desenvolver atividades em função do interesse “dos caboclos”, na terceira pessoa. Ela é construída em primeira pessoa do plural, carregando um protagonismo e uma coletividade muito característicos do modo da ACLR conduzir as ações. Esse senso de pertença, que sustenta também a solidariedade interna ao grupo, é fundamental para a construção da identidade da ACLR, tal como apontado por Melucci (2001).

Amarildo, ao ser entrevistado, comenta que a Associação foi formalizada quando já havia um processo de reuniões e encontros acontecendo. Começou como companheirismo e amizade entre caboclos do município. A constituição da Associação é resultado de um percurso anterior de confluência de interesses entre os membros que passariam a compô-la¹⁶⁸. De acordo com Antônio, outro membro da associação entrevistado, esses espaços de encontros, sempre acompanhados por aspectos vivenciais do caboclo, como a comida típica, a música, o chimarrão e as memórias e lembranças partilhadas, despertaram naqueles que participavam a importância de “*recuperar nossa história, manter nossos costumes e nossas tradições*”. Marcados pelo silenciamento histórico, até então sistematicamente reafirmados, “*muitos caboclos tinham vergonha da história, os caboclos não se assumiam como caboclos. Os que chegaram depois da guerra, alimentaram muitos preconceitos contra os que permaneceram na região*”.

¹⁶⁸ “No começo era para os caboclos se reunir, fazer o tal de serrão entre nós. Ai alguém convidava: Vamos lá em casa pra gente fazer uma reunião! Era pra gente se encontrar, comer um virado de feijão com ovo, café e couve. E era muito bom! E daquela reunião surgia outra reunião. Ai outro companheiro fazia outra janta, e ali foi agregando gente. E tinha cantoria, e as pessoas foram divulgando e tal e nós começamos a fazer encontros grandes, de fazer mais de 200 pratos de comida cabocla. De dez a doze pessoas que se reuniam no começo, agora já teve encontro com mais de duzentas pessoas”, relatou Amarildo.

Outro aspecto relevante, relatado nas entrevistas, é o fato de que há muitos caboclos que não têm conhecimento acerca da história do Contestado. Nas palavras de Antônio, isso se deu “*porque o que eles ouviram eram as histórias de seus pais, contadas pra poder salvar a própria vida no período da perseguição dos caboclos*”. Eram versões que negavam a identificação deles com os caboclos e caboclas que resistiram na Guerra dado o risco de perseguição e morte. O que se tornava cada vez mais evidente nesses encontros era, conforme Antônio, que “*a nossa história é uma história de luta, mas a gente era proibida de falar*”. Descobrir a história de resistência dos caboclos trouxe implicações práticas. Leoni, afirma que “*a gente resolveu que nós, os caboclos, tínhamos que contar a nossa história*”. A Associação, nesse sentido, apresentava-se como um meio para realização desse objetivo¹⁶⁹. Com suas ações e atividades, recuperava-se a voz e protagonismo dos caboclos e caboclas. A Associação nascia para se tornar um instrumento para a recuperação da autoestima dos caboclos e caboclas, enquanto possibilidade de levar o indivíduo a referir-se positivamente às suas próprias propriedades e capacidades concretas (HONNETH, 2003, p. 211).

A escolha de constituir uma associação ocorreu por causa da experiência subjacente com o associativismo entre os membros fundadores e pelas características que ela comporta. Segundo relatado por Caetano, “*Decidiu-se pela organização via associação pelo fato de que essa forma de organização possibilitam a participação do povo e valoriza mais sua organização e os promove com o protagonismo dos seus atores no processo*”. Havia um acúmulo de experiências provenientes da participação dos associados em outra organização e em outras formas de associação, como é o caso dos caboclos e caboclas que são assentados da reforma agrária (MST) e que trouxeram para a ACLR modelos de organização, formas de mobilização e experiências de processos participativos.

4.2.1 A organização da Associação

A organização da ACLR se deu num ambiente que refletia, de acordo com Caetano, “*a formação de uma nova consciência do povo caboclo gerando maior comprometimento com*

¹⁶⁹ Ela é fruto de uma nova consciência que foi se formando e atua no fortalecimento da formação e aprofundamento dessa conscientização. “*Os meios de comunicação sempre colocaram os militares como bons e os caboclos como os ruins da história. E isso que agora precisa ser revisto. A intenção é de contar a história dos caboclos, porque a história dos caboclos foi negada toda vida. A gente está fazendo o resgate desta história. Porque a gente conhecia a história dos jagunços, agora que a gente começa a ver a história dos caboclos e os caboclos era tratado como o ‘refugo da tropa’. Era muito pejorativo. E a gente quer mudar isso*”, reivindica Antônio.

a sua história e com promoção e resgate dos valores da sua própria cultura e identidade”. Essa nova consciência, ainda para Caetano, era formada pela confluência de várias iniciativas¹⁷⁰ de *“organização pastoral, da presença da universidade que com estudantes pesquisam e estudam a história e os sítios históricos da região, da presença e nova postura da Igreja que passa a valorizar as tradições e raízes caboclas”*. Além disso, a abertura política, que gerou novos espaços de participação social, é tida como um elemento importante para o exercício de práticas organizacionais e de mobilização social. *“O governo foi abrindo espaço para o povo participar, porque o povo tinha vontade de fazer, só que não tinha espaço”*, sumariza Antônio.

Uma análise do estatuto¹⁷¹ da ACLR mostra alguns elementos significativos de sua organização. Quanto à sua natureza, ela se constitui, conforme define seu artigo primeiro, como uma *“associação civil de direito privado, de caráter sociocultural, e resgate da história e raízes de nossa gente, sem fins lucrativos, de duração indeterminada”* (ACLR, Livro Ata, p. 3). Para Caetano, o que a Associação busca, em primeiro lugar é *“promover a valorização da identidade e cultura, o resgate e a organização das comunidades locais para resistir aos modelos de exclusão e destruição da cultura e do meio ambiente fundamentais para a vida desse povo”*.

A explicitação dos objetivos é dada no seu artigo segundo, em que consta: promover a defesa dos bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; promover projetos que visem à preservação e à proteção da identidade social e cultural; estimular a parceria, o diálogo social e a solidariedade entre outros segmentos, participando junto a outras entidades que visem interesses comuns; resgatar os acontecimentos pós Guerra do Contestado; fazer presente a cultura, religiosidade e festividade e os costumes caboclos (ACLR, Livro ata, p. 03).

O artigo terceiro da ACLR destaca a rejeição da Associação a toda e qualquer forma de *“preconceitos ou discriminação relativas à cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política partidária ou filosófica, nacionalidade e idade em suas atividades, dependências e em seu quadro social”* (ACLR, Livro ata, p. 04). Se esse artigo define e estabelece práticas e comportamentos considerados inaceitáveis dentro dos seus quadros, outros critérios de participação, não registrados pelo estatuto, mas compartilhados pelos membros e citados nas

¹⁷⁰ Amarildo comenta que *“No início não se tinha apoio de ninguém, era só um grupo de companheiros mesmo. Depois a Igreja deu força pra gente, agora, aonde a gente vai e fala que tem uma associação de caboclos o povo fica interessado em saber o que a gente faz”*.

¹⁷¹ A Ata de aprovação do Estatuto e eleição e posse da Diretoria Executiva data de 15 de dezembro de 2012 e foi consultada em trabalho de campo.

entrevistas apontam os critérios positivos para a participação. Para fazer parte da ACLR é preciso ser “*caboclo honesto*”, “*ter palavra*”, “*ser respeitado*”, “*honrar a história*”.

No artigo sexto, afirma-se que a aceitação de recursos e qualquer forma de benefícios, auxílios e doações, da mesma forma como convênios firmados com organismos ou entidades públicas ou privadas, não pode implicar na subordinação da associação a compromissos e interesses que “conflitem com os objetivos e finalidades ou arrisquem sua independência” (ACLR, Livro Ata, p. 4).

O estatuto rege também os direitos dos associados¹⁷². Uma vez associado e cumprindo seus deveres, os membros tem direito a:

Fazer à Diretoria da Associação, por escrito, sugestões e propostas de interesse cultural cabocla; solicitar ao Presidente ou à Diretoria reconsideração de atos que julguem não estar de acordo com o Estatuto; tomar parte dos debates e resoluções da Assembleia Geral; apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos e propostas de cunho social cabocla; votar e ser votado para qualquer cargo eletivo depois de um ano de filiação como sócio efetivo, desde que em dia com a obrigações assumidas perante à ACLR; convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por 1/5 dos sócios; participar das Assembleias Gerais; participar de todas as atividades culturais e sociais, estreitando os laços de solidariedade e de fraternidade entre as pessoas (ACLR, Livro Ata, p. 5).

São deveres dos sócios, conforme o artigo onze do estatuto, “prestigiar e defender a Associação, lutando pelo seu engrandecimento; trabalhar em prol dos objetivos da associação, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da ACLR; satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação”. Seguindo o que rege o código civil, o estatuto dispõe ainda acerca do patrimônio, das instâncias de administração (Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho fiscal, com suas respectivas atribuições) periodicidade das reuniões, prestação de contas, tempo de mandato da diretoria, critérios gerais para a aprovação de pautas nas instâncias de deliberação.

4.2.2 As ações da Associação

No dia 18 de setembro de 2013, a Associação decidiu fundar a *Casa do Caboclo* com a finalidade de resgatar e reunir a “rica história e cultura de nossa gente, com suas lutas,

¹⁷² Quanto aos modos de se associar, o artigo nono, explicita as três categorias que compõem o quadro de associados: “Fundadores que são aqueles cujas assinaturas estão presentes na ata de fundação; Efetivos: composto por aqueles que requisitarem e obtiverem sua inscrição no quadro social após a fundação; e os Beneméritos composto por aqueles que prestarem relevantes serviços à Associação dos Caboclos de Lebon Régis” (ACLR, Livro Ata, p. 5).

conquistas e glórias”. Esse trabalho era pensando em vista do falecimento do vice-presidente da ACLR, senhor Laurentino Becker de Oliveira, tido pelos membros da associação como um grande representante da cultura cabocla, “por ser um filho desta terra e descendente dos caboclos do Contestado”. A Casa levaria o seu nome em sua homenagem (ACLR, Livro Ata, p. 12). A presença do caboclo Laurentino junto aos caboclos da região foi considerada pelos entrevistados como de grande importância para a valorização da história e da cultura cabocla, bem como por abrir espaços para sua expressão. Uma demonstração disso é que, naquela mesma reunião, definiu-se a realização de uma Missa Cabocla, a ser realizada mensalmente na última quarta-feira de cada mês, na Igreja Matriz. Essa celebração continuaria a ser coordenada pela ACLR “inclusive com linguajar caboclo que ainda predomina em muitas regiões do interior de nosso município e vizinhos” (ACLR, Livro Ata, p. 13). Essas celebrações caboclas posteriormente contribuiriam para a constituição da Pastoral Cabocla que passou a coordenar esse trabalho religioso.

A partir de 2013, a ACLR passou a realizar anualmente a *Festa do Caboclo*. Essa festa incide fortemente na mobilização dos caboclos e das caboclas. A festividade atende a diversos aspectos dos objetivos da Associação. Ela proporciona um grande encontro, fortalecendo a identidade e reavivando a história do povo caboclo, criando um ambiente favorável para a troca de informações e contribuindo na superação dos preconceitos, principalmente porque ali, na festa, num ambiente de liberdade e de recordação da história, realiza-se, como defendido por Halbwachs (2013), a reconstrução da memória coletiva, agora sob os interesses e quadros sociais atuais. Nessa festa os caboclos se sentem, nas palavras de Leoni, “*livres para contar a nossa história, a história dos caboclos*”. Ela se constitui, assim, com um espaço reflexivo que reabilita a própria história e encoraja as ações, como afirma Antônio: “*a gente tinha a necessidade de se encontrar e falar da nossa história*”.

Uma ação importante da ACLR, que se refere à sua construção interna, diz respeito ao sentido do pertencimento à associação. Essa construção da identidade é resultado, principalmente, da participação e envolvimento das ações, por meio das quais valores, crenças e leituras sociais vão sendo compartilhadas. Quando as pessoas se envolvem nas atividades, para Caetano, elas “*vão formando consciência de sua história e de suas raízes e origem. Elas se identificam com a cultura cabocla, com a comunidade, demonstram vontade de participar das ações e iniciativas coletivas*”. Amarildo afirma que, para ser caboclo, “*não interessa se ele é alemão, ou se é um gringo ou se é um polaco, seja o que for, ele tem que se identificar*”. Essa identificação reside, para ele, fundamentalmente no fato de “*compartilhar uma mesma*

história”, cujo vínculo não se dá apenas a partir da descendência direta, mas, principalmente, por ter se “*apropriado de uma cultura. A gente tem um jeito caboclo de viver*”. A participação e a adesão, de acordo com Antônio, são frutos de um processo de identificação com a história¹⁷³. “*A gente tem uma história comum, a associação cria uma roda de amigos que tem a mesma história*”.

O fortalecimento dos elementos de identificação potencializa a ação coletiva. Como afirma Amarildo: “*Eu tenho um sonho de mostrar para sociedade que os caboclos do Contestado eram pelejadores, o povo humilde, povo pobre, e o infeliz do interesse [estrangeiro] chegou e destruiu com aquela vontade daquele povo de ficar na terra*”. A mudança que procuram efetivar na sociedade é tanto uma denúncia da injustiça sofrida no passado quanto a afirmação dos valores que consideram fundamentais da vida do caboclo, no ritmo e na relação com a natureza, em uma vida mais simples e na boa convivência entre as pessoas. A associação cria espaços para que essas crenças e valores possam ser vividos e transmitidos, fortalecendo a própria identidade desde uma certa nostalgia da “*irmandade*” em que todos eram irmãos e irmãs, como reconheceu Vinhas de Queiroz.

Na disputa de espaço na arena política, a ACLR busca “*trabalhar a coletividade [...] a gente luta contra aqueles que querem calar, mais uma vez, o caboclo*”, como define Amarildo. Entendendo a dimensão do problema social que enfrenta, a ACLR se articula com uma rede informal de parcerias, participando de várias iniciativas e ações que são realizadas entre comunidades, entidades e compartilhadas na região. A associação também promove a realização de estudos, acampamentos, cavalgadas, trilhas, semanas culturais, celebrações e feiras. As relações estabelecidas nesses eventos e espaços, de acordo com Caetano, “*facilita o intercâmbio cultural para trocas de experiências e de saberes entre as comunidades e grupos*”.

A religiosidade também é valorizada pelos membros da ACLR, que reconhecem que ela é uma força mobilizadora no interior da organização. “*A vida e história do povo caboclo é profundamente marcada pela religiosidade popular por influência e presença da Igreja e em especial pela presença do monge João Maria que soube sentir o potencial de fé presente na vida do povo caboclo. Pela força da fé transformou o povo caboclo não em guerreiro contra os irmãos, mas em defensor e protetor da vida ameaçada*”, avaliou Caetano. A experiência

¹⁷³ A identificação com a história pode ser tanto a partir da história pessoal, como também uma identificação com a narrativa histórica. Este é o caso de pessoas que estão envolvidas sem que tenham qualquer ligação histórica com o Contestado, mas que, uma vez que tomaram conhecimento, foram se identificando. Amarildo cita o exemplo de companheiros do MST que nunca estiveram na região e que defendem a luta dos caboclos como se fossem histórias de resistência nas quais eles também se reconhecem.

religiosa é lida desde uma perspectiva de empoderamento e de libertação. Da mesma forma que a religiosidade é valorizada, os aspectos culturais e artísticos¹⁷⁴ são positivamente incorporados pela ACLR. Os recursos simbólicos da cultura cabocla contribuem estrategicamente e politicamente na organização da associação e nas ações que ela desenvolve junto com outras iniciativas e grupos parceiros, pois tais elementos encetam, novamente segundo Caetano, ocasiões de aprofundamento do “*conhecimento do sentido da história desse povo e a compreensão dos fatos ocorridos no ambiente dessa cultura até então não visíveis pelos órgãos oficiais*”.

Uma expressiva influência na esfera política tem ocorrido no âmbito da educação. Retomar e repropor um debate público sobre a história e a cultura cabocla do município de Lebon Régis gerou uma demanda de aprofundamento em sala de aula. Professores e alunos passaram a pesquisar mais sobre a história do Contestado, sobre as lideranças caboclas e militares envolvidas, arejando uma discussão que se encontrava marginalizada no âmbito educacional. Nesse aspecto, tal política educacional se soma às diversas ações que acontecem na Semana do Contestado e que atingem diretamente a rede municipal e estadual de ensino do município.

Além disso, é de se destacar que crescem as atividades práticas desenvolvidas por alguns professores que levam suas turmas de alunos para visitar locais históricos da Guerra ou, então, como comenta Leoni, “*eles trazem os alunos aqui em casa pra gente contar sobre os costumes dos antigos, de como era a vida, das coisas que os caboclos faziam*”. A vinculação com o espaço físico possui grande relevância, segundo Halbwachs (2013), para fortalecer a memória. A presença nos lugares do Contestado, as visitas e as histórias contadas oferecem conteúdos de memória que podem ser assimilados pelos estudantes.

A ACLR tem participado, apoiado e realizado diversas ações relacionadas com o Contestado, a exemplo da *Romaria do Centenário do Contestado*, em 2015, da *5ª Semana Social Brasileira e das Semanas do Contestado*. Além disso, organizou feiras caboclas, participa da organização do *Acampamento Caboclo* em Timbó Grande e colabora no mapeamento e na restauração de sítios históricos do Contestado – como os crematórios e os poços de São João Maria. Segundo Amarildo, a ACLR está elaborando um projeto para estimular as famílias agricultoras a cultivar a erva-mate. Essa iniciativa permite agregar renda

¹⁷⁴ Na avaliação de Caetano: “*Nos últimos tempos a música, a dança, o teatro, a poesia... juntamente com outras expressões culturais e artísticas têm contribuído positivamente para construção coletiva do conhecimento da história do povo caboclo e elevado os níveis de consciência da população, a partir do uso de meios criativos da própria cultura local*”.

para as famílias sem agredir o meio ambiente, uma vez que o seu cultivo pode ser feito sem retirar a floresta, preservando a mata nativa, a fauna, a flora e as nascentes.

As atividades realizadas por meio das parcerias com algumas organizações locais, ou ligadas ao Contestado, segundo descreve Caetano, criam “*um intercâmbio de troca de experiência e que tem possibilitado muito aprendizado*”. Exemplos dessas parcerias são identificadas na relação com Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio da qual foram produzidos materiais e documentários sobre o Contestado. Já da relação com as pastorais sociais, a ACLR está participando do *Projeto Rios* e realizando campanhas de recuperação e florestamento de áreas degradadas e matas ciliares.

Os membros da Associação interagem em outras formas de ação coletiva que também “*visam promover a cultura, a organização social, a luta por justiça e defesa de direitos do povo*”, como avalia Caetano. Entre elas foram destacadas a Igreja Católica, a Universidade, Grupos de Estudantes e pesquisadores, a Cáritas, a Ação Social do Contestado, a Secretaria de Cultura, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e algumas autoridades políticas comprometidas com a história do povo caboclo. Na realização das Semanas do Contestado, a ACLR teve uma importante atuação na primeira e segunda edição. Nas seguintes, outras entidades assumiram a coordenação e a associação continuou apoiando e participando das atividades. Nas últimas edições, como narrado por Antônio, “*a associação participa das atividades, mas não está mais na comissão de organização*”.

4.2.3 Desafios e perspectivas

Os membros da ACLR consideram que a questão econômica da região é um dos maiores desafios a serem superados. Há décadas não são feitos grandes investimentos na região. Na descrição de Pasa, “*As estradas e as moradias são precárias, as escolas, deterioradas, pouco investimento em esporte e lazer e, principalmente, pouco investimento em geração de emprego e renda*”. Na discussão em torno dos problemas econômicos, a causa da realidade de pobreza é identificada a partir da expropriação das riquezas do povo caboclo¹⁷⁵. Contra o

¹⁷⁵ Nesse sentido, quanto à relação entre a Guerra do Contestado e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais que marcam a vida e a condição social de seus descendentes, a ACLR, nas palavras de Caetano, afirma que, ao contrário das razões dadas por oficiais militares, “*a guerra, foi desencadeada não porque havia na região desordem social, mas, sim, porque houve interesse econômico e político internacional e nacional sobre as riquezas da região. O poder para garantir acesso a essas riquezas dizimou as comunidades e promoveu massacre dos povos originários alegando missão para estabelecer a ordem. O que recebemos como herança do tal*

estereótipo de que o caboclo é um povo acomodado e que, por isso, vive numa maior situação de pobreza, a explicitação das causas da Guerra revela a estrutura de dominação e exclusão a que foram submetidos historicamente. A constituição desse enquadramento da realidade incentiva o engajamento militante, pois o sentimento de ser lesado socialmente pela privação de direitos – e a consequente exclusão – estimula reações que constituem um impulso para a ação (HONNETH, 2003, p. 211).

Somados aos desafios burocráticos da gestão da Associação, são colocados também desafios no horizonte da atuação da ACLR. Para Caetano, eles se referem, principalmente, ao trabalho para “*fazer crescer uma nova consciência sobre a história do povo caboclo e da guerra do Contestado*”. Adelmir, por sua vez, aponta para a necessidade de continuar, apesar das dificuldades financeiras e de estrutura, “*trabalhando para promover a cultura e tornar conhecida a identidade cabocla de modo a fazer com que os caboclos sejam mais valorizados e respeitados*”. Foi apontada ainda a necessidade de priorizar o trabalho com vistas a fortalecer a organização e capacitar os seus membros a partir do uso criativo dos escassos meios disponíveis, fazendo esforço na busca de recursos que possibilitem a manutenção do engajamento. Para Amarildo, a capacitação “*é muito necessária e fundamental para que a associação possa ter clareza do compromisso, do serviço que faz e com quem fazem. Tem que vencer os interesses pessoais e trabalhar sempre pelo coletivo, do contrário sempre se corre o risco da instrumentalização da entidade e do próprio povo*”. Os limites de participação¹⁷⁶, de acordo com Antônio, decorrem, em certa medida, do fato de que a associação “*é sem fins lucrativos, aí quem está ali faz um bom trabalho, mas não agremia muito, não chama muita gente*”.

A transformação social – que começa a se expandir pelas diversas entidades e organizações que se juntam nesse processo – enfrenta resistências, o que mostra a atualidade das tensões étnicas, de classe e sociais, cujas raízes podem ser encontradas, segundo Caetano, na “*discriminação e preconceito e violência praticada por parte de grupos étnicos, grupos políticos, grupos econômicos e classes sociais, estruturas de poder, ideologias que ainda persistem*”. Existe, contudo, outros fatores de resistência à participação e ao envolvimento,

desenvolvimento é a saudade dos nossos antepassados, o roubo das riquezas, a exploração do meio ambiente, a miséria estabelecida, a negação preconceituosa da nossa identidade”.

¹⁷⁶ A atuação da Associação, segundo Amarildo, é desenvolvida “*com dificuldade, porque eu digo pra vocês que não é brincadeira essa questão de associação, principalmente de caboclo, de coisas pequenas, de povo humilde, não é fácil de funcionar, mas graças a Deus está funcionando e eu tenho muito orgulho de dizer que sou um caboclo e faço parte dessa associação*”.

identificados nos indivíduos que, imersos nos dinamismos e práticas individualistas, não avançam em “*processos coletivos de organização*”.

Considerando os limites e constrangimentos decorrentes de sua atuação, os membros da ACLR ponderam sobre a associação que, mesmo sendo um trabalho recente, na concepção de Antônio: “*mais tarde isso aqui vai se tornar muito forte, porque sempre foi assim, as coisas começam devagar, mas depois crescem. É preciso destravar essa história escondida e tem muita história pra ser contada ainda*”. O registro desse percurso, porém, não pode ser extraído somente daquilo que a Associação faz, mas principalmente, considerando-se o fato de que os caboclos e caboclas construíram a associação. Organizar uma associação de caboclos significa dizer que ser caboclo é uma coisa boa e, em torno disso, condensa-se a maior força e expressão da contribuição da ACLR para memória e história do Contestado. A atuação da ACLR pontua essa inflexão no movimento da história, juntamente com diversas outras iniciativas, empenhadas, articuladas ou não, que fazem, nas palavras de Caetano, “*em meio a um contexto de negação, a resistência das comunidades e do povo caboclo na luta por sobrevivência, respeito e visibilidade*”.

Na atuação por reconhecimento dos caboclos e caboclas do Contestado, os repertórios de ação efetivados pela ACLR evocam lugares e práticas passadas, carregados de significados e reconstruídos a partir dos atuais interesses populares que apontam para uma mudança na realidade futura. As caboclas e os caboclos atuam tendo em vista a valorização e autoafirmação da sua história. Ao evocarem os eventos passados, os associados os reconstróem à luz do presente. Assim, as recordações da guerra e o sofrimento dos caboclos na região são reconstituídos de acordo com a perspectiva atual e as condições sociais presentes no momento. De acordo com Halbwachs (2013), os quadros sociais da memória são sempre caracterizados pelas demandas e pela organização do grupo que os produz. Quando há uma mudança nos quadros sociais da memória, isso significa que as condições sociais presentes mudaram. A construção de novos quadros sociais da memória afirma o processo de mudança social que ocorre no território do Contestado. A ACLR participa desse processo de mudança e transformação na medida em que favorece aos seus membros a reconstrução da memória da guerra e suas consequências ao longo da história, convergindo para uma maior coesão entre esses membros.

A mudança nas condições sociais atuais também pode ser percebida pela participação direta dos caboclos e caboclas na ACLR, evidenciando um exercício de protagonismo que tem contribuído para dar visibilidade ao caboclo como cidadão. Esse protagonismo é importante

para publicizar a cultura cabocla que, ao longo do tempo, vinha sendo esquecida e desvalorizada. Essa participação do povo caboclo, como afirma Caetano, *“mais que promover a visibilidade para espaços internos, tem contribuído para que o caboclo como cidadão possa se colocar como sujeito protagonista para o exterior de seus espaços”*. A participação e o protagonismo dos caboclos na ACLR, novamente na narrativa tecida por Caetano, *“tem contribuído para que a voz da verdade se faça ouvir e assim romper com silêncio e negação da história e cultura desse povo que sabe sempre resistir e lutar”*.

5. O ORGULHO DE SER CABOCLO: AS SEMANAS DO CONTESTADO

Este capítulo trata de descrever e explicitar a realização das *Semanas do Contestado* nos municípios de Caçador e Lebon Régis, que se apresentam como um amplo repertório mobilizado por um conjunto plural de atores, imprimindo o ritmo ao que hoje emerge na região do Contestado, caracterizando um movimento de ruptura com um passado de preconceito e de negação da identidade, da história e da memória das caboclas e dos caboclos. Tal repertório de ação incide constantemente sobre elementos da memória da Guerra, sobre seus personagens e sobre as consequências dela decorrentes. Concomitantemente, as semanas se constituem como atos de transmissão da memória coletiva. Dadas as especificidades de organização e realização das *Semanas...* em cada um dos municípios, elas serão apresentadas separadamente em duas seções correspondentes.

5.1 A EXPERIÊNCIA EM CAÇADOR: UMA BANDEIRA DE RESISTÊNCIA,

As *Semanas do Contestado* são realizadas no município de Caçador desde o ano de 2015¹⁷⁷. Segundo Nilse, diretora da Câmara Municipal de Vereadores e integrante da comissão de organização das edições da Semana do Contestado entrevistada em trabalho empírico, foi “*impulsionada pelo período em que se comemorava os 100 anos de Contestado*” que a *Semana do Contestado* foi incluída no calendário de atividades do município de Caçador. No contexto do *Centenário da Guerra do Contestado*, a proposta inicial visava, no dizer de Nilse, à valorização “*da origem do povo de nossa região*” que, embora tivesse sua história documentada, permanecia localmente pouco conhecida e até mesmo “*rejeitada pelos filhos e netos daqueles que fizeram parte desse embate*”. Ricardo, vereador pelo PT nos anos 2012-2016 e integrante da comissão organizadora das *Semanas*, destaca que a proposta da Semana

¹⁷⁷ De acordo com Júlio, já no início das ações do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, de Caçador, na década de 1970, existiu um primeiro esforço de realizar a Semana do Contestado, introduzida pelo diretor do Museu, Nilson Thomé. Na época, os elementos centrais situavam-se em torno da gastronomia, como o jantar caboclo, e da questão cultural, com o festival de canção e baile caboclo. Havia ainda o passeio de trem que, na época, estava funcionando. A proposta era “*disseminar a ideia da cultura cabocla*”. Não havia a perspectiva de atuação junto às escolas e teve “*apenas uma ou duas edições*”. Era realizada em parceria com a Universidade, na época, denominada Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) e, em seguida, à Universidade do Contestado, à qual o Museu permaneceria ligado até 2010 quando a Universidade passa a se chamar Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe que, deixando de lado a preocupação com o Contestado, delega a responsabilidade do Museu para a Prefeitura Municipal. De acordo com Crestani (2017), o Museu foi criado por Nilson Thomé e pelo padre e antropólogo Thomas Pietters, dois estudiosos da causa contestada. Ele tem início em 1974, em uma sala na FEARPE, onde estava o acervo arqueológico, pré-colonial, fruto de coleta dos dois pesquisadores. Ricardo, ao relatar essas semanas, lembra que padre Tomas Pitters e o historiador Nilson Thomé tinham também uma preocupação “*intelectual, acadêmica*” “*e o povo não tinha muita participação*”.

do Contestado nascia da necessidade de “*fazer um debate, uma grande discussão sobre a realidade dos caboclos e caboclas da nossa região [...] A proposta inicial foi de nós sermos um embrião junto com os municípios próximos pra ir crescendo isso e fazer um debate estadual, nacional até, se fosse possível*”.

Ricardo também relata que, na Câmara de Vereadores, refletia-se acerca da necessidade de abordar publicamente a questão do Contestado, considerando que, além do município estar geograficamente inserido no território da Guerra, Caçador tinha o “*privilegio de ter o único Museu Antropológico da região do Contestado*”. Por outro lado, havia, inclusive, um processo de “*regressão na discussão sobre o Contestado*”, a exemplo da substituição do nome da universidade local, de Universidade do Contestado para Universidade do Alto Vale Rio do Peixe. Segundo ele, a direção da universidade “*não consegue nem falar de Contestado. Tinha até matéria sobre a história do Contestado, no curso de Direito que eu fiz, mas hoje não tem mais nada*”. Outro exemplo é o da mudança do nome da região turística de “Caminhos do Contestado” para “Vale do Imigrantes”¹⁷⁸.

Nesse sentido, a organização dessa agenda pública de luta a partir da mobilização das *Semanas do Contestado* reconhecia a necessidade de pautar uma discussão que estava sendo marginalizada. Além disso, como destacou Ricardo, em discurso¹⁷⁹, no dia de aprovação da Lei Municipal que criava a Semana do Contestado, viu-se a necessidade de evidenciar a “*figura do caboclo nos dias de hoje; valorizar as nossas raízes e apresentar aos que desconhecem, um pedaço da nossa história. E introduzir, no dia a dia da nossa comunidade, alguns fragmentos de um dos maiores movimentos populares e conflitos armados da história do Brasil*”. A boa recepção que teve a proposta da *Semana do Contestado*, porém, não pode ser atribuída apenas ao esforço daqueles que a idealizaram. A adesão a ela refletiu também “*um desejo da comunidade, alguma coisa que estava querendo despertar e daí essa provocação ajudou a tornar isso público*”, na leitura feita por Lucinei, servidora municipal da Secretaria Municipal de Cultura e integrante da comissão de organização das edições da *Semana do Contestado*.

¹⁷⁸ Em 2019, parte da área foi desmembrada e passou a ser chamada Vale dos Imigrantes. Tornou-se a 13ª região turística de Santa Catarina, sendo oficialmente reconhecida pelo Ministério do Turismo e integrante do Mapa do Turismo Brasileiro. A decisão foi tomada em reunião da Instância de Governança Regional (IGR) do Vale do Contestado, uma espécie de representação do setor turístico nas regiões que conta com a participação de diferentes gestores. A decisão gerou muitas reclamações nos diversos municípios da região e, no mesmo ano, houve apresentação de denúncia de ausência de debates sobre o assunto no Ministério Público e Assembleia Legislativa. Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mudanca-do-nome-e-perda-de-area-do-vale-do-Contestado-geram-criticas-de-pesquisadores>. Acesso em: 3 mar. 2020.

¹⁷⁹ Fonte: TV Câmara. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9sjNC_D3w80. Acesso em: Nov. 2020.

Júlio, diretor do Museu do Contestado e membro da comissão organizadora das Semanas, destacou em sua entrevista que, já em 2012, nos ambientes voltados para a história e a cultura do Contestado era cogitada a preparação do *Centenário do Contestado*, “envolvendo uma rede” e com o “compromisso das pessoas”, valorizando sobretudo as “lideranças comunitárias mais conscientizadas com relação ao Contestado”. Isso responderia ao que ele considera como um déficit de apropriação da questão do Contestado, inclusive entre os próprios caboclos e entre as camadas pobres da sociedade local. No seu entendimento, não bastaria organizar eventos celebratórios e memorativos apenas com intelectuais ou com aqueles que já estão engajados nessa luta: “*havia a necessidade de envolver o povo, a população cabocla*”. Esses elementos irão aparecer, no desenrolar das edições da Semana, por meio da boa acolhida que passaram a ter as ações desenvolvidas com grupos locais, a exemplo das vivências com ervas medicinais, das rodas de conversa e das atividades com os alunos das escolas das redes municipal e estadual de educação.

Para a realização da primeira edição, em 2015, houve a aproximação de diversas pessoas, vinculadas tanto ao poder público quanto à sociedade civil. O impulso inicial para a organização da Semana partiu do vereador Ricardo e encontrou acolhida em agentes ligados à causa do Contestado e entre envolvidos em espaços políticos na esfera local que, até então, não haviam se encontrado para discutir ações em vista do *Centenário do Contestado*, embora tivessem afinidade ou atuassem diretamente com a temática. A adesão e o apoio das entidades e organizações que se juntaram para a realização da *Semana* se deram, sobretudo, por conta das pessoas que nelas atuavam e que passaram a representar essas instituições no espaço da organização do evento. As primeiras conversas¹⁸⁰ foram realizadas com o vereador Ricardo Pelegrinello, Nilse de Fátima do Nascimento, da diretoria da Casa Legislativa, Lucinei Paes e Vera Denardi, da Fundação Municipal de Cultura, e Pierry Teza do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. Desses diálogos iniciais foi tirada a orientação geral que aglutinaria os objetivos da Semana do Contestado, “*resgate histórico e da autoestima do caboclo*”, como descrito por Nilse.

¹⁸⁰ Enquanto referências ao se tratar do núcleo central que pensava e mobilizava as *Semanas* ao longo de suas edições, foram recorrentemente apontados nas entrevistas feitas por esta pesquisa: Lucinei Paes e Vera Denardi, da Fundação Municipal de Cultura; Nilse de Fátima do Nascimento, da Diretoria da Casa Legislativa; Pierry Teza, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e que, quando da sua saída de Caçador, foi sucedido por William Peres; a Associação Amigos do Museu que se fazia representar por Julio Correntes e, posteriormente, também por Letíssia Crestani; Gustavo Zardo, representante do SESC; padre Márcio Martins, em nome da Igreja Católica; Mariana Piacentini, assessora de comunicação da Câmara de vereadores; Ivair Fusinato (Pinduca), poeta e contador de histórias do Contestado; e, finalmente, Ricardo Pelegrinello, vereador.

Júlio destaca que a realidade de marginalização e preconceito em relação aos caboclos e caboclas não é fruto do acaso, mas de um longo processo histórico, no qual subsiste uma marca residual decorrente da violência praticada contra os caboclos e caboclas durante a Guerra e do processo de imigração posterior, marcado fundamentalmente pela chegada dos imigrantes europeus, que teria estabelecido uma “*cultura mais europeia*”, cuja relação com a cultura cabocla foi caracterizada pela negação. “*Os descendentes de europeus tendem a negar essa realidade, de que existe uma presença cabocla. Essa tendência de não dar essa importância à cultura cabocla, é porque a cultura predominante, dominante nesse caso, que é das elites, rejeita essa identidade cabocla*”, relatou Júlio.

Figura 8 - Banner oficial das Semanas do Contestado - Caçador



Fonte: Divulgação/ Câmara Municipal de Vereadores.

Desde a primeira edição, a *Semana do Contestado* contou com uma rede de entidades, grupos e organizações por meio dos quais foi, conforme Nilse, “*ganhando corpo gradativamente*”. Como observou Júlio, esses agentes “*formaram essa rede para construir a Semana do Contestado*”. Posteriormente, dentro da proposta de cada edição, potenciais parceiros foram buscados, ampliando a base de sustentação das atividades e gerando novas

discussões no interior desses espaços, como observa Wiliam, servidor público do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Caçador e integrante da comissão organizadora das Semanas do Contestado: *“no início havia certa resistência à participação e envolvimento nas Semanas do Contestado. Agora a gente começa a perceber que há uma certa incorporação por movimentos sociais e pela comunidade”*. Com isso, segundo ele, o evento *“deixa de ser algo do poder público ou de um proponente e passa a ser da comunidade”*.

Embora constituída por uma ampla rede de entidades, isso não significou um mesmo nível de adesão de todas elas às questões pautadas na agenda de ações. Ricardo enfatiza que algumas entidades participavam *“mandando uma pessoa ali para representar, mas sem compromisso efetivo. Se tiver que disponibilizar uma verba, disponibilizar um tempo, não tem jeito. Então é só para compor o papel, aparecer o nome no folder”*. A razão, segundo ele, é que, para algumas entidades de classe, ligadas às elites, não há interesse em discutir a condição social do caboclo, as consequências políticas da Guerra, a apropriação da terra, a exploração da mão de obra barata. Segundo ele, *“não dá para se enganar muito não. Esses grupos, eles estão aí justamente para aparecer o nome no folder, pra dizer que estão fazendo alguma coisa de social”*. Nesse sentido, tais entidades oferecem maior apoio quando se trata das atividades culturais e artísticas, mas *“não aguentam as discussões mais sérias”* preferindo atribuir à questão moral a condição social de vida dos caboclos. Desde esse posicionamento, os caboclos estariam nessa situação social *“porque são vagabundos, eram uns fanáticos que causavam desordem”*. Além disso, algumas ausências foram significativas, como também afirma Ricardo, *“a gente sente um pouco a falta do movimento sindical, do MST”*.

A mobilização com vistas à organização das *Semanas do Contestado* refletia aspectos não apenas locais, mas também nacionais. De acordo com Nilse, as primeiras três edições da *Semana do Contestado* (2015 a 2017) expressavam as marcas da *“crise política e econômica que o Brasil passava”* e, nesse cenário de incertezas e desejos de mudança, as Semanas traziam *“a vontade de dirimir desigualdades sociais e econômicas”*. As atividades relacionadas com a religiosidade davam conta de *“reforçar a sensação de proteção”* e olhar para o passado buscando *“ter maior segurança e dar novos passos para frente”*. As edições seguintes (2018 e 2019) ressaltaram o olhar científico sobre a história da guerra e a temática ecológica.

5.1.1 A construção das pautas temáticas

A definição da temática geral e das atividades a serem realizadas em cada edição decorre de uma construção coletiva e processual sendo, primeiramente, discutida por um grupo menor de pessoas com maior engajamento, constituído por aqueles que se identificam com a questão do Contestado. As avaliações de cada edição realizada também servem de base para planejamentos futuros e são assomadas de ideias e experiências compartilhadas a partir da participação em outros eventos, além de notícias de atividades semelhantes ocorridas na região, todos elementos que ampliam o horizonte para a composição das temáticas. Nesse sentido, vale destacar que, como os agentes principais dessa organização possuem interações em outras áreas e espaços sociais – no campo da educação, da cultura ou da política, por exemplo –, isso incorpora conhecimentos de várias experiências de atuação social e popular.

Após a definição de uma proposta mais geral para cada edição da Semana, são convidados representantes das organizações para discuti-la. Nessa fase, a proposta é enriquecida com sugestões provenientes das entidades envolvidas e submetida a críticas de modo que, nesse aspecto, como explicitado por Nilse, *“a pluralidade sempre se mostrou positiva. Os posicionamentos contrários no processo de preparação serviam como termômetro para analisar e efetivar o que já estava definido”*. A despeito de algumas organizações se mobilizam apenas na execução das atividades, *“existe um pequeno grupo de pessoas que mantém essa identidade 365 dias por ano e 24 horas por dia”*, como relata Lucinei. Definida a programação, são constituídas comissões – e, algumas vezes, até mesmo subcomissões – para a realização das atividades. A estruturação e organização das atividades é reconhecida como uma medida estratégica para a implementação. *“Se a gente não formar comissões e subcomissões para cada um saber exatamente a sua função, o que tem que fazer, as coisas não andam, então você tem que ter uma organização”*, ponderou Letíssia. Existe, contudo, uma dificuldade interna à organização que não corresponde exatamente às disputas acerca da programação, mas, sim, as questões concernentes à atuação conjunta das entidades e organizações. Letíssia observa a presença de *“disputas de ego”*, do interesse em aparecer como *“o pai da criança”*. A razão, segundo ela, é que *“se está trabalhando com seres humanos”* e nesse espaço *“todos são voluntários”*, sendo necessário mediar, internamente, objetivos e interesses, fazendo prevalecer *“o coletivo”*.

5.1.2 As edições

Mariana, assessora de comunicação da Câmara Municipal de Vereadores e integrante da comissão organizadora das *Semanas do Contestado*, destaca que, na edição de 2015, realizada entre 22 e 27 de setembro, foram enfatizados o resgate e a valorização da cultura e das características do povo do Contestado. Para isso, como estratégia de mobilização e engajamento na Semana, criou-se a chamada nas redes sociais “#orgulhocaboclo”, que marcou presença em todas as atividades desenvolvidas naquele ano. As atividades remetiam para “a sensibilização sobre o tema durante todo o mês, com gravações de depoimentos em vídeos ressaltando o orgulho caboclo”. Esse apelo respondia à necessidade de valorização e reconhecimento dos caboclos e caboclas e de sua cultura, pois, por diversas razões, como avaliado por Ricardo, “*o caboclo não se sente caboclo*”, e por Lucinei, “*Muita gente ainda não se considera caboclo aqui em Caçador*”. A memória cabocla é uma memória estigmatizada e, por isso, também negada, silenciada. Romper com essa realidade se tornou um apelo permanente para o planejamento das edições da *Semana do Contestado*.

A programação contemplou a exposição *Contestado em Cores*, da artista plástica Márcia Schüller e lançamento do documentário *Terra Cabocla*, com a presença dos diretores Márcia Paraíso e Ralf Tambke. O filme foi exibido nas escolas da rede municipal de ensino de Caçador. Para valorizar a sabedoria popular, foram organizadas vivências sobre o uso de ervas medicinais da região mediadas por Alésio dos Santos, que aconteceram no IFSC, no Assentamento Hermínio Gonçalves e no Salão Paroquial da Paróquia Cristo Redentor. Houve o lançamento do livro *A Guerra do Contestado em Quadrinhos*, com a presença do autor Jorge Bernardi (2015) e, em sessão solene da Câmara de Vereadores, a palestra *100 anos da Guerra do Contestado: Atos, fatos e a repercussão sobre o território secular*, com Nilson Cesar Fraga. Com maior incidência e mobilização popular, organizou-se, no parque central de Caçador, mateada, cavalgada, apresentações culturais, feira de produtos orgânicos, ervas medicinais e de artesanato, além da celebração da missa cabocla.

Participaram, enquanto organizadores, da primeira edição: a Prefeitura de Caçador¹⁸¹, Secretaria de Desenvolvimento Regional¹⁸², SESC Ler, Mitra Diocesana de Caçador¹⁸³, Associação Amigos do Museu do Contestado, Colégio Cenecista Marco Olsen, Universidade do Alto Vale Rio do Peixe, Associação Empresarial de Caçador, Câmara dos Dirigentes Lojistas, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Caçador e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas.

Na segunda edição da *Semana do Contestado*, realizada de 17 a 30 de outubro de 2016, as ações enfatizaram os processos educativos, focando no trabalho junto às escolas das redes pública e privada de ensino. Para isso, foi realizado um concurso nas escolas para relacionar a Guerra do Contestado aos fatos da vida e do cotidiano do povo do Contestado. Após a capacitação oferecida aos professores, eles mediarão a elaboração de redações, poesias e acrósticos por parte dos alunos. Também foi preparado um material com cartilha, filmes e jogos didáticos relacionados ao tema, em uma linguagem fácil para o melhor entendimento dos discentes. A premiação das produções escritas ocorreu em Sessão Solene da Câmara de Vereadores. Para a preparação dos professores, promoveu-se palestras com o professor Nilson Fraga, que apresentou as ressonâncias da Guerra e os resquícios da herança cabocla em Caçador e região e também palestras do professor Gerson Witte, especialista em arte e educação, que apresentou a importância do reconhecimento e da valorização dos elementos da cultura e da história da região. Uma das conquistas daquela edição da *Semana...* foi a instituição da Lei Municipal 3.298/2016, que prevê a realização anual da Semana do Contestado.

A programação também contemplou a exposição *Cotidiano da Fé*, do artista plástico Leandro Vitto, a apresentação da Orquestra Municipal de Caçador; apresentação do teatro *O Exército Encantado*, da Cia de Artes Vento Negro, apresentação do *Contestado Encantado*, da Fundação municipal de Cultura/SESC e da Secretaria de Educação; e de *Chica Pelega*, do Grupo de Teatro Janela da Arte.

Na ocasião também foram lançadas as obras *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado*, do historiador Delmir José Valentini e a obra *Vicente Telles: O Mensageiro do*

¹⁸¹ A Prefeitura se fazia representar na organização das Semanas do Contestado pelas Secretaria de Educação e Fundação (posteriormente Secretaria) de Cultura.

¹⁸² A Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (SDR) foi posteriormente denominada Agência do Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (ADR) e, finalmente, foi extinta em Caçador no ano de 2018, quando suas atribuições foram assumidas pela ADR de Videira.

¹⁸³ A Mitra Diocesana de Caçador era representada pela Pastoral da Saúde e pela Pastoral Cabocla, contando, inclusive, em diversas ocasiões, com lideranças comunitárias das Paróquias Cristo Redentor e São Francisco de Assis.

Contestado, do jornalista Moacir Pereira, que contou com uma conferência do artista Vicente Telles. Para aprofundar as implicações da dimensão religiosa presente na cultura cabocla, foi promovida uma mesa de debates com o tema *A Religiosidade Contestada*, apresentada pelo jornalista João Batista e com participação do professor Carlos Matias, do IFSC, e do padre Gilberto Tomazi, especialistas em história e religiosidade do Contestado.

As oficinas de ervas medicinais, com Alesio Passos dos Santos e com o médico César Paulo Simionato, foram realizadas com a Pastoral da Saúde e comunidade em geral, com os acadêmicos do curso de Farmácia da Universidade do Alto Rio do Peixe e com os profissionais da saúde do município. As atividades do projeto *PROLER - Literatura do Contestado* contaram com palestra e sessão de autógrafos do jornalista Afonso Romano de Sant’ana e do professor Ezequiel Theodoro da Silva. Outra atividade significativa dessa edição foi o *Puxirão do Monge*, uma campanha de conscientização, limpeza e preservação da natureza, incluindo atividades lúdicas para as crianças, realizada no Loteamento Monge João Maria. Esta atividade teve maior envolvimento da comunidade e a presença “descentralizada” das ações da *Semana...*, num lugar de forte presença cabocla e marcado pela pobreza. No encerramento, as atividades foram realizadas no Parque Central e contaram com mateada, feira de produtos orgânicos, de ervas medicinais e de artesanato e diversas apresentações culturais¹⁸⁴ concluindo com celebração da missa cabocla organizada pela Pastoral Cabocla.

A segunda edição foi realizada pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores e teve o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Caçador, Associação Comercial e Industrial de Caçador, Mitra Diocesana de Caçador, SESC, Associação dos Amigos do Museu, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, Pastoral da Saúde, Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Caçador, Colégio Cenecista Marco Olsen e do Colégio de Aplicação.

Em 2017, a terceira edição da *Semana do Contestado*, realizada de 17 a 28 de outubro, propunha novos olhares sobre a Guerra do Contestado. As atividades tiveram como foco ampliação da discussão histórica da Guerra do Contestado, marcada, como visto,

¹⁸⁴ Foram apresentados: *Causos com Pinduca*, da Etnia Cabocla de Caçador; *Bicho de sete cabeças em fúria*, do Grupo de Teatro Temporá; oficinas de dança contemporânea *Em tempos de Opressão*, com a professora Maria Luiza Zardo Pegoraro, da Fundação Municipal de Cultura; *Quero ser como criança*, do Grupo de Teatro Shekináh; *Maria Rosa e o Contestado*, com a professora Minéia Mafioleti; *Grupo Querência dos Amigos*, com Gianderson Mott; teatro *Contestado Encantado*, da Fundação municipal de Cultura/SESC e Secretaria de Educação; lançamento do CD de *Rock Conceitual do Contestado*, da Banda de Rock Peabirus; *Chica Pelega*, grupo Ritos do Contestado, de Lebon Régis; e *Viola Cabocla*, de Lebon Régis.

principalmente pelos discursos encontrados nos relatórios militares. A programação foi composta pelas exposições *O Contestado na Linha do Tempo*, da artista plástica Mariana Martinelly Kampf, e *Paisagens do Contestado*, do artista plástico Vânio Pinheiro. Quanto ao envolvimento dos grupos culturais locais foi realizado um concerto de flauta doce; a apresentação musical com o grupo Skekinah; uma noite teatral com os grupos Prosas e Rabiscos, Temporá e Movimento Cultural Janela da Arte; um concerto de viola caipira com o grupo Raízes do Contestado. Foi também lançado o livro *Processo de Adeodato: Último Chefe Rebelde do Contestado*, com a presença do professor Dr. Paulo Pinheiro Machado. A programação de encerramento, no Parque Central, contou com mateada, apresentações culturais e musicais com diversos artistas locais e a Missa Cabocla animada pelo grupo cultural São João Maria.

Essa edição também foi realizada pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores e teve o apoio da Agência de Desenvolvimento Regional, do IFSC – Campus Caçador, da Associação Comercial e Industrial de Caçador, da Mitra Diocesana de Caçador, do SESC, da Associação dos Amigos do Museu, da Universidade do Alto Rio do Peixe, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, da Pastoral da Saúde, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador, da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Caçador, do Colégio Cenecista Marco Olsen e do Colégio Aplicação.

“Um olhar científico na história de um povo” foi o tema da quarta *Semana do Contestado* de Caçador, no ano de 2018, ocorrida de 19 a 27 de outubro. Essa edição recebeu o apoio financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, via CNPq, por meio de um projeto elaborado por pesquisadores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – campus Caçador e do Museu do Contestado, o que permitiu a realização do *I Congresso Nacional do Contestado*.

A programação artística contou com apresentação da dança *Chica Pelega*, com o lançamento da obra *Arte e história: A Guerra do Contestado em tintas, traços, vozes, penas e pincéis*, de Delmir Valentini e Rita Peixe, e com a abertura do *Cine Curucaca e Mostra de Cinema Infantil* nas escolas. A arte contemporânea da região foi expressa, desde uma parceria entre IFSC e UFSC, com as apresentações da banda do IFSC e dos espetáculos teatrais *Continue Rezando* e *Contestado entre a vida e a morte*. Contou ainda com apresentações musicais da Banda Caboclos Rebeldes e da Orquestra de Cordas Raízes do Contestado, esta última em homenagem a Vicente Telles. Também nessa esfera da programação, aconteceram rodas de conversa e oficinas de produção poética, dança tradicionalista e apresentação das oficinas da

Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Turismo, além de apresentação teatral do grupo Temporá. A diversidade cultural e artística apropriada pelas semanas também pôde ser percebida na introdução da *Parada do Rock Contestado* e da *Batalha do trem*, etapa seletiva regional para a batalha estadual de rap.

Como eventos de maior visibilidade pública, ocorreram a construção simbólica do *Reduto do Contestado*, no Parque Central, e o hasteamento da Bandeira do Contestado. Nessa ocasião, foi realizado um Cortejo Caboclo, saindo da Praça da Carroça e chegando até o Parque Central, prática que remeteu às inúmeras migrações dos caboclos com suas famílias, de reduto em reduto, fugindo da Guerra. Nessa atividade, percebeu-se que muitas pessoas que habitualmente frequentavam o Parque Central então se aproximaram e acompanharam as apresentações e as falas sobre personagens do Contestado, sobre a história e sobre os grupos que ali se faziam presentes, o que, para muitos envolvidos na *Semana...*, foi uma oportunidade para “*sentir pela primeira vez uma proximidade com o Contestado, porque justamente a atividade acontecia onde as pessoas frequentavam*”, nas palavras de Wiliam.

Figura 9 - Bandeira do Contestado, hasteada no parque municipal de Caçador, 2018.



Fonte: Divulgação/ Portal de notícias: Caçador.net.

A inserção da temática da economia solidária naquela edição da *Semana do Contestado* proporcionou a organização da *I Mostra de Economia Solidária de Artesanato*, no Parque Central, e a realização de uma Oficina de Economia Solidária, no Centro Social Marista. Com apelo popular e religioso, desenvolveram-se as atividades de ciclo de oficinas sobre ervas medicinais, roda de conversa com benzedeiros e benzedoras, oficina de fotografia, varal de

banners vindos da Universidade do Estado do Paraná no Museu do Contestado. O encerramento foi marcado com rito religioso ecumênico, em memória dos mortos durante a guerra.

A parte acadêmica contou com o lançamento do livro *Caboclos Rebeldes* do professor Ricardo de Campos e palestras da jornalista Rose Campos. A discussão de gênero esteve inserida na mesa redonda *Mulheres do Contestado* e, sobre a temática simbólica do Contestado, o artista João Paulo proferiu uma palestra. Dado importante é que, inserido no projeto da *Semana do Contestado* de 2018, mas realizado de 12 a 15 de junho em 2019, o *I Congresso Nacional do Contestado* foi organizado em parceria entre o Instituto Federal de Santa Catarina – campus Caçador, o Instituto Federal Catarinense – campus Videira e a Prefeitura Municipal de Caçador. O congresso estava vinculado à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – promovida pelos Institutos Federais –, cujo tema central era “Ciência para Redução de Desigualdades”. A programação¹⁸⁵ contemplou palestras, mesas-redondas, apresentações culturais, visitas técnicas à região do Contestado e apresentação de trabalhos científicos. Os eixos temáticos dos trabalhos foram: ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento; população e relações étnico-raciais: desigualdades e desafios da contemporaneidade; patrimônio imaterial, cultura, arte e religiosidades; conflitos sociais, trabalho e violências; gênero e suas reflexões; territorialidades e meio ambiente e Contestado à luz da educação: desafios e métodos.

A produção da quarta edição da *Semana do Contestado* mobilizou um número maior de organizações e atores. Isso se deu, em parte, devido à realização do *I Congresso Nacional do Contestado*. Ela foi organizada pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores; pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Caçador; Instituto Federal Catarinense – Campus Videira; Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó;

¹⁸⁵ Programação completa: Videoconferência com o tema *Cidades pequenas e desigualdades na América Latina* com Dr. Eduardo López Moreno, diretor de investigação e construção de capacidades da ONU-habitats; Apresentação cultural com a produção musical da banda Caboclos Rebeldes, que trabalha a identidade do Contestado; palestra de abertura com Dr. Donald Schüller; Mesa de debate com Dra. Eliane Tomiasi Paulino, Dra. Roberta Sperandio Traspadini e Dra. Katya Regina Isaguirre com o tema *A população originária e o território: questão agrária e as raízes da superexploração na América Latina*; Mesa de debate com Dra. Rita Inês Petrykowski Peixe, Dra. Alcimara Aparecida Foestch e Dra. Tânia Welter com o tema *Caboclas e caboclos: cultura, arte e religiosidade no Contestado*; Mesa de debate com Dra. Márcia Janete Espig, Dr. Alexandre Assis Tomporoski e Dr. Delmir José Valentini com o tema *Guerra do Contestado: conflitos e transformações*; Mesa de debate com Dr. Paulo Pinheiro Machado e Dr. Rogério Rosa Rodrigues com o tema *Os crimes contra a humanidade e a guerra do Contestado*; Mesa coletiva formada por líderes de associações, de bairros e representantes de práticas em prol da memória e identidade cabocla, com o tema *Pontos de luz: resistência, luta e legado do povo caboclo*; Visita técnica aos locais históricos de batalhas em Lebon Régis, o coração do Contestado. Contou, ainda, com a parceria da UNOESC, UFSC, UEL, UNESPAR, UNIARP e órgãos e instituições da sociedade civil. Dados disponíveis em: <https://plataforma9.com/congressos/1-congresso-nacional-do-contestado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Universidade Estadual do Paraná; Universidade Estadual de Londrina; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade do Contestado; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal da Integração Latino Americana; Associação Comercial e Industrial de Caçador; Mitra Diocesana de Caçador; SESC; Associação dos Amigos do Museu; Universidade do Alto Rio do Peixe; Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador; Associação das Micro e Pequenas Empresas de Caçador; Colégio de Aplicação; Organização Não-Governamental de defesa da natureza Gato-do-Mato; Livraria Selva Literária; Grupo de Teatro Temporária; Universidade Federal de Santa Catarina; Associação Cultural Coração do Contestado, de Lebon Régis; e, finalmente, Observatório da Região e da Guerra do Contestado.

De 21 a 27 de outubro de 2019, a *V Semana do Contestado* de Caçador teve programação direcionada para a questão do meio ambiente, destacando os ensinamentos da Lei da Natureza do monge João Maria. Segundo Lucinei, a questão ecológica “*tem tudo a ver com a cultura do caboclo*”. Essa edição promoveu, ainda, a reflexão sobre a importância da religiosidade do povo caboclo, representada pelas personalidades do monge João Maria e de São Francisco de Assis, patrono da ecologia e padroeiro do município de Caçador.

A programação teve como destaque a palestra: *Dialogando sobre meio ambiente com os saberes e dizeres do profeta São João Maria*, com a professora Tânia Welter, ministrada na abertura da *Semana...* em sessão da Câmara Municipal de Vereadores. Aos professores da rede municipal, a professora Tânia Welter apresentou o *Atlas Geográfico de Santa Catarina* (2019) e proferiu a palestra *A presença da população cabocla em Santa Catarina*. Para a comunidade em geral, a ONG Gato do Mato conduziu a discussão perpassando a defesa do meio ambiente. Essa edição teve ainda a palestra *Produção e consumo de alimentos saudáveis: Um desafio para estabelecer uma integração positiva no meio ambiente e na sociedade* e lançamento de livro com o mesmo título de autoria de Valdemar Arl e Jamil Abdalla Fayad.

Com envolvimento da comunidade, destacaram-se as vivências sobre ervas medicinais: *A farmácia da natureza*, com Alesio dos Passos Santos, a construção do Jardim Sensorial e o puxirão de limpeza no córrego do Bairro Martello. A parte cultural contou com a exibição dos filmes: *O elo perdido: O Brasil que pedala* e *A maravilha do século*. Após as exibições foram realizadas rodas de conversa com a cineasta Márcia Paraíso. Registra-se também as apresentações artísticas de grupos locais com dança, teatro e música. Vale destacar que, nessa edição, foram realizadas duas Missas Caboclas com a participação da Pastoral Cabocla de Lebon Régis, uma realizada na Igreja de Santo Antônio, no distrito da Taquara Verde/Caçador, e outra na Catedral São Francisco de Assis.

Essa edição também foi realizada pela Prefeitura Municipal com o apoio da Câmara Municipal de Vereadores, do Instituto Federal de Santa Catarina - campus Caçador, Mitra Diocesana de Caçador, SESC, Associação dos Amigos do Museu, Universidade do Alto Rio do Peixe, Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Caçador, ONG Gato do Mato, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Ministério da Educação.

5.1.3 A Lei municipal em Caçador

A Câmara Municipal de Caçador instituiu e regulamentou formalmente a *Semana do Contestado* no município por meio da Lei nº 3.298¹⁸⁶, sancionada em 4 de maio de 2016 pelo prefeito municipal. O projeto de lei foi elaborado por um grupo de pessoas envolvidas com questões culturais, históricas e religiosas do Contestado juntamente com o vereador Ricardo que, posteriormente, apresentou-o na Câmara Municipal de Vereadores. O objetivo dessa proposta legislativa foi, na narrativa de Nilse, de “normalizar o processo de organização e garantir a efetivação do evento nos anos seguintes”. A lei estabeleceu a data em que a seria comemorada a *Semana do Contestado* em Caçador, “anualmente na última semana do mês de outubro” e o seu objetivo de “promover uma reflexão sobre a Guerra do Contestado, resgatando o orgulho do povo caboclo e de sua identidade cultural” (Lei nº 3.298, art. 1º).

A Lei nº 3.298 definiu as principais ações a serem realizadas em cada edição, contemplando “encontros, atividades culturais e artísticas, celebrações religiosas, painéis de debate, envolvendo os diversos atores e grupos sociais, com vistas a incidir nas políticas públicas sociais, educacionais e econômicas do município” (Art. 2º). Determinou a organização, planejamento e condução das atividades da *Semana...* sob a responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura¹⁸⁷ em conjunto com a mesa diretora da Câmara Municipal, sendo que ambas devem constituir uma Comissão Organizadora composta por representantes das entidades envolvidas no evento. Aquelas explicitadas na lei são: “escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino, entidades associativas, culturais e religiosas, além de particulares interessados neste tema” (Art. 3º). A lei estabeleceu, ainda, que a Prefeitura

¹⁸⁶ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/cacador/lei-ordinaria/2016/329/3298/lei-ordinaria-n-3298-2016-institui-a-semana-do-contestado-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 16 mar 2020.

¹⁸⁷ A Lei nº 3468/2018 alterou esta responsabilidade passando a para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, uma vez que a Fundação Municipal de Cultura fora extinta em 2018.

Municipal disponibilizasse recursos financeiros para as atividades e, por meio da Secretaria de Educação e Fundação da Cultura, tivesse uma atuação ativa na organização.

Para algumas lideranças envolvidas diretamente na organização das Semanas, essa legislação teve implicações controversas. Se, por um lado, ampliou as possibilidades de atividades, inserindo oficialmente a data no calendário do município e facilitando, por exemplo, o uso de espaços públicos – como praças e o acesso às escolas –, por outro lado, na compreensão de Wiliam, “*centralizou da organização*”, vinculando-a ao poder público. Ademais, para Letíssia, gerou “*acomodação e o engessamento*” quanto aos recursos financeiros.

Na Câmara de Vereadores, a tramitação do projeto de Lei municipal transcorreu dentro da normalidade, “*apesar de algumas pessoas pensarem o contrário e nunca terem participado [...] Mas nunca houve uma oposição interna, declarada, dentro da Câmara*”, no relato do vereador Ricardo. Algo semelhante viria a acontecer na realização das atividades, propriamente ditas, da *Semana do Contestado*, nas quais, mesmo não enfrentando oposições declaradamente, também “*a gente também não teve muitos apoios*” por parte dos vereadores. A resistência velada à recuperação da memória do Contestado se mostrava sobretudo na forma de não participação¹⁸⁸. Ricardo aponta que a razão disso reside no fato de alguns vereadores serem financiados por determinados grupos econômicos que não alimentavam interesse em entrar no debate sobre o Contestado. Era, de certa forma, um apoio constrangido, pois, politicamente seria negativo posicionar-se abertamente contra a presença, a memória e a cultura cabocla do município, ao mesmo tempo em que, também, não havia interesse em aprofundar essa discussão e promover ações que questionassem o *status quo* local, cujas estruturas de poder beneficiam um mesmo perfil social desde os tempos da Guerra.

Outro aspecto a ser destacado no âmbito da tramitação da lei é o fato de que, naquele ano, Ricardo, ator importante nas *Semanas do Contestado*, assumiu a presidência da casa Legislativa. Embora a discussão sobre o Contestado fosse anterior a esse período, “*a gente conseguiu fazer isso porque nós tínhamos a caneta de fazer, de tomar essa decisão, de criar a Lei*”, avaliou ele. O acesso à presidência da Câmara abriu uma oportunidade que foi apropriada pelos agentes envolvidos na articulação da Semana. O acesso ao espaço institucional permitiu avanços nas demandas que vinham sendo trabalhada por diversos atores sociais. Embora isso

¹⁸⁸ Embora diversas atividades das Semanas fossem realizadas no espaço da Câmara de Vereadores, o envolvimento dos vereadores é, no mínimo, marcado por contradições. De acordo com Ricardo, há um apoio formal de todos os vereadores, mas, na prática, há expressões de desprezo por parte de alguns. “*Como ali é um espaço público, e é para isso que foi construído a Câmara, então eles nunca negaram isso pra nós, de usar o espaço lá. Mas a gente vê a importância que dão: não aparece nenhum vereador [nas atividades da Semana]. É difícil aparecer um lá ou outro. Ai mandam um assessor para representar*”.

tenha se caracterizado como uma importante oportunidade, ela não seria suficiente caso não fosse acompanhada da mobilização e pressão pública pela sua aprovação. Nos dias da discussão e votação da lei, o “*plenário estava cheio*”, contou Júlio. Diversas entidades, tanto do meio artístico e cultural ligados ao Contestado quanto interessados nessa discussão, participaram ativamente. “*Nós botamos pessoas principalmente do meio cultural, grupos de teatro do Temporá e do Vento Negro, lideranças de bairros, gente da igreja [...] na câmara, quando você tem pessoas na casa, é difícil a votação ser contra*”, relatou Ricardo.

Recursos para as diversas atividades também foram alcançadas por meio desse acesso institucional, como destaca Ricardo: “*A câmara bancou, sabe, as verbas para as atividades, porque nós estávamos na coordenação da Câmara então a gente conseguiu*”. Posteriormente, em edições seguintes da Semana, quando havia trocado a presidência da câmara, o acesso aos recursos financeiros foi dificultado e houve a necessidade de mobilização e pressão para a disponibilização de quaisquer valores. A mudança na presidência da Câmara implicou o corte de repasse de recursos e a não disponibilização de servidores para participar das atividades e da organização da Semana. Para Wiliam, esse foi o caso da edição de 2018, em que foi necessário um empenho maior de mobilização das entidades, grupos e organizações “*de fora do poder público*”. Essa mobilização, contudo, gerou maior engajamento dessas entidades e organizações e também a ampliação dos parceiros, chegando a vinte e duas entidades, mais os grupos e apoiadores indiretos, “*deu um rosto diferente*”.

O acesso ao espaço institucional permitiu, ainda, outra conquista para a valorização da luta do Contestado: a inclusão da Bandeira do Contestado nos pavilhões da Câmara de Vereadores e na Prefeitura Municipal. “*Isso é uma Lei Estadual, só que ninguém dá importância para isso. Então quando nós estivemos na presidência da Câmara, nós criamos mais um espaço para pôr mais uma bandeira*”. Pequena conquista, mas como um significado muito forte para o reconhecimento e visibilidade da questão dos Contestado. “*O pessoal passa pela bandeira e se pergunta: o que é essa bandeira? Por que isso aqui? Gera um debate!*”, ponderou Ricardo.

A instituição da *Semana do Contestado* via lei municipal representou o esforço de mobilização das entidades que atuam com essa realidade, num processo de convergência e identificação, ao mesmo tempo em que contou com a oportunidade de acesso aos espaços institucionais. Ela é resultado de uma mobilização “desde fora” e da apropriação de oportunidade política “desde dentro”.

5.1.4 A Semana do Contestado e a construção de um repertório multifacetado

As *Semanas do Contestado* são planejadas estrategicamente com o objetivo de atingir públicos considerados prioritários pelos organizadores, ocupando, ainda, locais simbólicos para expressar e visibilizar a luta por reconhecimento. Algumas atividades são desenvolvidas tendo em vista um projeto de fortalecimento da identidade coletiva e a formação de novos enquadramentos sociais para a memória do Contestado e para a situação social dos caboclos e caboclas. Enquanto um repertório de ação, a partir da própria execução das atividades e de suas posteriores avaliações, ocorrem, também, processos de aprendizados e mudanças estratégicas em relação aos locais e horários de realização das atividades e em relação à forma de partilhar as responsabilidades entre os membros da organização.

Com relação ao período de tempo levado para a preparação das propostas temáticas, a articulação das entidades e organizações e a mobilização das atividades de cada edição da *Semana do Contestado*, a ênfase recai no traçado de um percurso mais longo, garantindo maior aprofundamento do debate e ampliando a relação entre as entidades e organizações envolvidas. Como afirmou Lucinei, em sua avaliação do processo, *“a comissão organizadora precisa começar a trabalhar já no início do ano. E ela tem que funcionar como um grupo que estuda a cultura cabocla e que não venha só na reunião no último mês. A coisa tem que ser construída”*. Outro elemento importante é a partilha de responsabilidades e funções, o que fortalece o engajamento dos representantes e aprofunda a identidade coletiva.

As alterações e os novos elementos incorporados nas propostas de atividades ocorrem a partir da avaliação dos resultados ou efeitos da sua própria realização, implicando mudanças de práticas e rearticulação do uso dos espaços do município. *“Nós começamos agora a discutir já um novo formato pra começar a pensar, começar a discutir, ter oficinas, ter laboratórios, pesquisar sobre a história e trazer o caboclo e fazer as atividades da Semana onde existe caboclo, nas periferias onde o caboclo se sente mais caboclo”*, explica Ricardo. Da observação de que, em diversas atividades realizadas nas *Semanas...*, a participação era reduzida, viu-se a necessidade de identificar as causas. Por exemplo, o fato de que as atividades realizadas dentro da Câmara de Vereadores registravam tímida participação comunitária respondia ao longo processo de marginalização da vida política a que foi submetida a população, com ênfase no caráter coronelista, herança da própria Guerra.

Além disso, as questões práticas acabam influenciando essas escolhas, como observa Wiliam quanto à Câmara de Vereadores “*o local não é atrativo pra participação e não tem nem ponto de ônibus próximo*”. Daí o deslocamento das atividades para outros espaços mais apropriados¹⁸⁹. Ao longo das edições, as ações foram se deslocando, passando a ocorrer em diferentes locais, nos quais as melhores opções de acesso e participação favoreceram a condensação da luta e ampliaram a participação popular.

Essa mesma preocupação incide, ainda, no planejamento das atividades, tendo em vista a busca pelos lugares onde estão os caboclos. “*Estão dentro das plantações de pinus, estão lá plantando tomate, como meeiros, é operário da serraria... então ali é que estão os caboclos*”, descreve Ricardo. Ampliar a abrangência e incluir mais os caboclos nas ações implicou, para a organização, em repensar, por exemplo, os horários das atividades, para que contemplassem a participação dos trabalhadores.

As atividades nas escolas – com professores e alunos, em sala de aula ou nos debates – e as atividades relacionadas ao Contestado incidem em mudanças a logo prazo. O debate acadêmico favorece a ruptura da reprodução dos preconceitos históricos, gerando novas interpretações, revisitando a história e desvelando a figura do caboclo envolvido na Guerra e as consequências histórico-sociais desta última. “*As escolas são o nosso foco principal. Eu acho que a Semana do Contestado tem que realmente trabalhar nas escolas. E agora, nos últimos anos, a gente vê mais força da Secretaria da Educação, que sempre se colocou junto com a gente*”, ponderou Letíssia. Não se trata apenas de um olhar para o futuro, focado nos alunos, mas de um debate que procura atingir o quadro de professores. De acordo com Júlio, “*nós queremos chegar nesses profissionais e estabelecer uma rede, um contato com informações, com trabalhos mais expressivos pra gente conseguir resultados melhores com relação a essa memória, esse patrimônio cultural que a gente tem, que é a história do Contestado*”.

A realização do mutirão e a vivência com as ervas medicinais recuperam uma prática muito comum entre os caboclos, não somente nos redutos e durante o período da Guerra, mas que perdura até os dias de hoje. Lucinei comenta que essas práticas são muito importantes no

¹⁸⁹ “*Os primeiros encontros, as primeiras atividades tivemos que fazer praticamente restritos dentro da câmara de vereadores. A câmara de vereadores virou sessão de benzedor, foi celebração, foi música, foi tudo que aconteceu ali, foi palestra, foi tudo ali porque nós não tínhamos, assim, mais espaço. Da segunda em diante, a gente conseguiu fazer umas atividades fora. Na terceira e quarta a gente começou a ir para os bairros pra atingir mais a comunidade. Mas ainda há o formato que nós estávamos fazendo, que não chamava a atenção das pessoas, então, nós tínhamos que provocar o público das escolas. Lá no Martello, por exemplo, teve uma grande parte cabocla. Lá no [Bairro] Monge João Maria e lá na Taquara Verde, grande parte dos caboclos estão lá. Nós tivemos atividades no ano passado na Taquara Verde, uma vivência de ervas medicinais, com os alunos. Foi um espetáculo!*”, história narrada por Ricardo.

percurso das *Semanas*. Significa, segundo ela, “*Pegar esses valores da cultura cabocla e dar evidência e multiplicar na sociedade. Eu acho que, por exemplo, o mutirão, ele fala da solidariedade, isso é muito comum na cultura do caboclo, como é na casa do caboclo onde todo mundo é recebido, todo mundo come, e se um tem, ele não é egoísta, ele divide com os outros. Nós precisamos aprender e ensinar a solidariedade. As Semanas ajudam a fazer isso*”.

As missas caboclas e as atividades culturais são uma presença constante nas programações. Por meio delas há um descortinamento dos saberes culturais, religiosos e da vida cotidiana presente na memória do caboclo. Da mesma forma, existe a preocupação de garantir discussões sempre consistentes e coerentes da história do Contestado, por meio de palestras, conferências, lançamento de livros e filmes. As atividades de cunho religioso são tidas como potenciais mobilizadoras e agregadoras, condensando processos de identificação. Como conjecturou Wiliam, “*Essas atividades estabelecem uma ponte importante, ao fazer as pessoas sentirem-se parte de conjunto, de uma coletividade [...] e também dialogam com a realidade local*”. Mas o fato principal não é o que esse conjunto de atividades de viés religioso produz, mas, sim, a transformação da própria experiência religiosa, ou seja, como a própria religiosidade se reconstitui para acolher e integrar da experiência da fé cabocla.

Júlio elabora esse fato nos seguintes termos: “*Penso que um dos grandes momentos que se firmou, cada vez melhor, e agora eu acho que a tendência é só aumentar, é a missa cabocla. Essa ideia da missa cabocla, como na última que a gente realizou aqui, em 2019, dentro da catedral São Francisco de Assis [...]. Vai quebrando essa realidade de preconceito. Até a presença do João Maria dentro da Igreja tem dado um respaldo muito importante. Essa valorização do São João Maria, essa valorização da música cabocla que ela está inserida em nosso meio. Ela é muito mais forte do que a gente imagina*”.

Para dar visibilidade e atingir um público afastado das questões do Contestado, o apelo artístico e cultural é um recurso eficiente. Além de valorizar a arte e a cultura cabocla, aproxima e desperta o interesse de novas pessoas que, então, passam a se envolver. Trata-se, simultaneamente, da valorização e do reconhecimento do caboclo. A programação cultural e artística contempla públicos diferentes, mas sempre conduz para um questionamento sobre a presença e o lugar dos caboclos e caboclas na sociedade. Linguagens que, a princípio, poderiam parecer estranhas ao Contestado – como, por exemplo, o rock, o hip hop e o rap – passam a construir “*um diálogo interessante com os conflitos atuais, evidenciam antigos problemas sociais, que ainda se fazem presentes nos dias de hoje, em novas linguagens. Hip hop fala de*

violência, de discriminação, coisas que os caboclos sempre enfrentaram nessas terras”, como analisa Wiliam.

O uso de elementos simbólicos é um expediente agregador na valorização das atividades. Destaca-se a presença da imagem ou quadro do monge João Maria, da bandeira do Contestado e do estandarte de São Sebastião. *“A figura do João Maria é central, é muito forte e a gente não pode esquecer dele. A figura do João Maria, ela já é popular entre os caboclos, então precisa esses símbolos pra se constituir uma identidade de um pertencimento que é isso que a gente busca*”, disse Letíssia. O uso da bandeira e o logotipo da Semana do Contestado são usados como forma de *“colocar a Semana na rua*”. Mas não se trata apenas de visibilizar os símbolos em locais públicos, trata-se, antes, da ocupação de *“lugares estratégicos*”. Como destaca Júlio, a colocação da Bandeira do Contestado dentro da Catedral Diocesana durante toda a Semana foi significativa, pois, em suas palavras, *“a gente conseguiu simbolizar ali a Bandeira do Contestado como uma forma de mostrar que estão acontecendo as atividades da Semana, né? E isso mexe com o olhar das pessoas. E elas estão se identificando: ‘Ah, essa é a bandeira do Contestado!’”*.

A utilização de diversos símbolos do Contestado nos materiais de divulgação – cartazes, estampas em camisetas e cards nas redes sociais – também demonstram o pertencimento pois *“quando você sai com a camiseta, você já está mostrando esse pertencimento e marcando território”*¹⁹⁰. A construção simbólica do reduto no Parque Central, durante de 2018 imprimiu um forte significado para a população da cidade. O parque fica situado ao lado do Museu do Contestado, que ocupa as instalações da antiga Estação Ferroviária. Como comenta Wiliam, *“Isso é muito simbólico! Hastear uma Bandeira do Contestado ali é um marco de uma mudança que estamos fazendo. Isso inspira muita gente porque essa história de luta e resistência é vivenciada no dia a dia por inúmeros trabalhadores e trabalhadoras na cidade e no campo*”.

Para ampliar o alcance das atividades da *Semana do Contestado*, a comunicação e a interação nas redes sociais são muito valorizadas. Dentro da temática de cada edição sempre há divulgação *“nas redes sociais, via jornais e sites da região e rádio*”, como descrito por Nilse. Depoimentos, entrevistas, pequenos vídeos e contos do Contestado circulam nas redes sociais, e entrevistas, reportagens e notícias das atividades ocupam espaços nas rádios locais. Os

¹⁹⁰ Ao dizê-lo, Letíssia se refere ao fato de que há pessoas que participam de uma atividade da *Semana do Contestado*, ou mesmo visitam o Museu, e passam a usar símbolos que divulgam a história do Contestado ou a cultura cabocla, o que quer dizer que, nem sempre é imperativa a participação ativa em diversas atividades da Semana, visto que tais pessoas também levam discussão para outros ambientes.

feedbacks nos comentários das notícias e postagens nas redes sociais, às vezes negativos¹⁹¹, significa, para os agentes, que as atividades tocam em temas incômodos que são novamente colocados na arena pública. Como observa Letíssia, “*as redes sociais nos deram uma visibilidade muito grande*”. Por meio delas as atividades puderam ser “*conhecidas no Brasil inteiro*”.

A participação de atores sociais e entidades na *Semana do Contestado* não resulta neutra. De diversas formas, a “*proposta de oferecer uma releitura do passado gera, no mínimo a reflexão*”, aponta Nilse. Esse espaço reflexivo oportuniza a desmistificação de preconceitos incorporados e de leituras acríticas da história e da condição social dos caboclos e caboclas. Ademais, proporciona, pela amplitude de atividades, contatos com realidades sociais que, mesmo geograficamente próximas, permaneciam totalmente ignoradas¹⁹². Contudo, no entendimento de Lucinei, “*tem que cuidar pra não virar um festival folclórico. Mas a gente preza justamente pela discussão, criando novas visões. Até mesmo as entidades que participam começam a olhar diferente para o Contestado*”. Assim, observa-se que a efetivação da *Semana do Contestado*, como um repertório composto por uma pluralidade de atividades, incide sobre a esfera pública ao mesmo tempo em que age no interior das entidades e organizações que a realizam.

5.1.5 Desafios e perspectivas

As realizações das *Semana do Contestado* mostram avanços em algumas áreas, a exemplo das ações no espaço das escolas, com os concursos de redação, desenho e poesia, e, no aspecto cultural, como o teatro, a música, os filmes, pois, mesmo que seja difícil mesurar o alcance e as implicações dessas iniciativas, sabe-se que “*sempre tem alguém vendo e escutando*”, como apontou Ricardo. Por outro lado, o debate científico com pesquisadores e historiadores, as exposições e os lançamentos de livros, as palestras e as conferências, tudo isso

¹⁹¹ Ricardo comenta que o espaço das redes sociais oportunizou que as pessoas expressassem todo tipo de bobagens, “*criaram coragem atrás de uma tela de computador, do celular! Então a gente ouviu muitas críticas ali. E muita coisa assim que dizia: ‘Ah, essa Guerra do Contestado não existiu’; ‘Isso aí foi uns fanatismos que inventaram na época’*”.

¹⁹² Nilse destacou, por exemplo, uma atividade da experiência da 2ª *Semana do Contestado*, em que funcionários/voluntários de algumas organizações desconheciam a situação em que viviam os moradores do Loteamento Monge João Maria, local escolhido para fazer uma intervenção social. Tratava-se do *Puxirão do Monge*: campanha de conscientização, limpeza e preservação da natureza e atividades lúdicas, realizado no Loteamento Monge João Maria (Cf. Folder de divulgação, 2016).

favorece uma identificação do “nós, caboclos” como grupo de resistência, diante “dos outros”, aqueles que negam a história e os valores da cultura cabocla. O conjunto das atividades implementadas, aquelas teórico reflexivas e as apresentações artísticas – a música, o teatro e as oficinas –, bem como as interações com as comunidades, conduz os participantes “*a uma visão diferente de si mesmos, das próprias atitudes e uma percepção mais ampla do mundo à sua volta*”, como avaliou Nilse.

Não obstante a curta trajetória temporal da realização das Semanas, elas mostram força em reavivar a sabedoria do popular. Ricardo, destaca o exemplo de uma oficina com plantas medicinais realizada no Distrito da Taquara Verde. Na ocasião, usando uma metodologia participativa, o coordenador da oficina, Alésio Passos, despertava nas crianças memórias que tinham dos dizeres de seus avós acerca das propriedades medicinais de diversas plantas nativas da região¹⁹³. Rompendo com o pensamento dominante que valoriza apenas o remédio produzido em laboratórios e vendido nas farmácias, a atividade devolveu àquelas crianças o orgulho e a estima pela sabedoria que receberam dos antepassados.

Nos espaços de construção das ações, reuniões, encontros, estudos, e na realização das atividades, os agentes compartilham propostas, ideias, acrescentam valores e também resolvem conflitos. Nesse sentido, como argumenta Nilse, a identidade coletiva é algo “*que está sendo construído*”, e que se dá, primeiramente, por meio do “*envolvimento de pessoas que se comprometem com essa causa*”, alcançando, posteriormente, em maior ou menor grau, as organizações e entidades engajadas. O comprometimento com a “causa” do Contestado é um eixo dinamizador do engajamento e da participação nas atividades da *Semana do Contestado*, como também da rede de organizações que se articulam, com outras ações e em outros espaços, cujo elemento subjacente, neste caso, também é a superação das injustiças e violências causadas historicamente e atualmente contra os caboclos e caboclas. Assim, destaca Wiliam, “*a identificação das pessoas com a história da guerra, o sofrimento das pessoas e dos caboclos e*

¹⁹³ “Nós fomos a Taquara Verde, foi lindo lá com o seu Alésio. Era um grupo pequeno de alunos, mas era um grupo, tudo aluno de quatorze, quinze anos. Então o Alésio viu aquele monte de erva lá e a piaçada, a maioria tudo caboclo na Taquara Verde, só tinha uma lá que é Perego. Mas esse pessoal chegou lá e ele começou a conversar na linguagem deles lá: “quem que sabe que erva que se usa pra dor de cabeça? Pra isso e pra aquilo...”, “Ah, a minha mãe dizia isso”, “a minha mãe dizia aquilo...”, “o meu avô...”, “a minha avó...”. Daí começava a erguer uma erva: mata-campo, por exemplo, uma erva que todo mundo carpe fora... aí perguntou: “pra que que serve o mata-campo? Isso aqui é um dos melhores remédios pra diabetes, pra controle de diabetes”. E daí o pessoal começa a ficar assim: “mas não pode!”. E daí começar a entrar e a falar. Daí ele sai e dá uma caminhada lá fora e traz três ou quatro tipos de erva e já diz: “olha, isso daqui é uma boa erva pra isso ou pra aquilo...”. Quer dizer, interagindo com eles, aí você começa a resgatar aquilo que eles falavam lá atrás, sabe. Por que daí os avós, mal ou bem falavam [sobre as ervas chás]”, relatou Ricardo.

caboclas de nossos dias é um elemento agregador da participação das entidades na Semana. É uma injustiça contra a qual se toma uma posição”.

Lucinei distingue duas esferas em que ocorre um processo de maior identificação. Uma delas se localiza entre o grupo que conduz as atividades. Diz:

Desde o princípio é um grupo que está muito incomodado com a injustiça feita contra o caboclo. É um grupo que comunga de um mesmo pensamento no sentido de dar visibilidade ao caboclo, que compreende, do lado do oprimido, o que aconteceu com o caboclo. Esse pessoal é um grupo que comunga desse ideal de minimizar a injustiça, de dar dignidade, de enaltecer a cultura cabocla, de dar ao caboclo o lugar que lhe é justo.

Da mesma forma, Ricardo observa que “*nós estamos com um grupo reduzido. Então, as pessoas que se apaixonam, se apaixonam de verdade, mas você não traz muita gente*”. Esse grupo menor e mais afinado com a luta do Contestado é também o grupo que mais vibra com os processos e com a realização das atividades. Há um grande investimento e envolvimento emocional¹⁹⁴. Vale destacar ainda a experiência relatada por Lucinei:

Eu presenciei um momento muito forte lá na Taquara Verde, nessa última Semana, que foi quando, parece que naquele momento que, durante toda a semana, eu mais senti a energia de uma irmandade, que foi quando todo mundo deu a mão para formar o jardim sensorial. Aquele momento foi encantando para mim! Foi quando se formou uma irmandade!

Além desse grupo menor e mais coeso, há o grupo das pessoas que começam a participar das atividades, entram nas discussões e passam a colaborar com as atividades, ou simplesmente se permitem questionar suas próprias visões de mundo e se apropriar de uma reflexão que está posta na esfera pública e que debate a realidade social e, especificamente, a história e a realidade cabocla. A proposta dos trabalhos em torno da *Semana do Contestado* foi “*incorporada por pessoas que, até surpreendentemente, não tinham nada a ver com a cultura cabocla. A maioria das pessoas compreende a importância de se trazer à tona, essa questão tão forte aqui na nossa região que foi a guerra*”, como narrado por Lucinei.

A identidade construída na ação (MELUCCI, 2001) é compartilhada como estratégia de agremiação ao movimento. Todavia, não há unanimidade, não se trata de um processo global,

¹⁹⁴ Júlio relata sua participação nas reuniões de preparação da Semana de 2018, “*eu fiquei assim, entusiasta! Empolgado de ver a fala de cada setor da reunião que participou, sabe!*”. O engajamento se refletiu em uma expectativa positiva em relação ao grupo e às atividades que estavam sendo planejadas. “*Tem tudo pra ser uma Semana espetacular, porque eu estou vendo que as entidades, essa participação plural de todos está tendo uma relação muito afetiva, está tendo uma relação muito forte... está tendo uma sinergia muito positiva. [...] Coisa que eu nunca tinha visto até então. Me surpreendeu essa relação*”.

ascendente e sem resistências. Isso se torna um desafio para levar o trabalho à frente. Ricardo destaca que há pessoas e grupos que, embora participem, até com bastante empenho nas ações, acabam não se apropriando das questões e não mantêm uma relação mais duradoura com o processo de luta, de forma que sua atuação se resume a participações pontuais e pouco relevantes para o engajamento¹⁹⁵. Ainda quanto à construção da identidade coletiva, constata-se a dificuldade de avaliar o quanto e de que forma as entidades e organizações que participam da Semana se apropriam dos seus objetivos e o que isso implica no interior de cada uma delas¹⁹⁶.

De acordo com a percepção dos organizadores, as *Semanas do Contestado* têm produzido uma “*mudança de pensamento do que é ser caboclo*”, no dizer de Nilse, e uma nova dimensão da relação com o meio ambiente. Relacionando educação e pesquisa, pode-se afirmar que foi por meio das mobilizações da *Semana do Contestado* que o *I Congresso Nacional do Contestado* promoveu “*novas organizações e mobilizações em rede da cultura, da cidadania, do direito, da ciência e da tecnologia. Diante dessas ações de divulgação, popularização e resgate da educação, fomentando as demandas da comunidade local, articulou-se pensar o Contestado de forma coletiva, abrangente frente aos desafios sociais que a região enfrenta, marcada principalmente pela desigualdade*”, descreveu Wiliam.

É importante mencionar que, da realização do Congresso, surgiu a Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia para a Redução das Desigualdades, formada por um conjunto de entidades¹⁹⁷ e pesquisadores presentes na região. O trabalho da rede opera, segundo Wiliam, “*unindo entes públicos e comunitários em vista do conhecimento e da ampliação da*

¹⁹⁵ Cita como exemplo: “*nós tivemos fazendo um trabalho ali no assentamento do monge João Maria e a Cáritas ajudou na época com nós ali, as irmãs [da Congregação dos Santos Anjos], e foi muito legal o debate com eles. Mas foi um momento específico. Daí já vai um desses grupos de serviço, faz um sanduíche e um cachorro quente, e acha que está fazendo grande coisa pra aquelas criancinhas pobres. Mas na verdade não entram no debate sobre o porquê esta pobreza*”.

¹⁹⁶ A isso também estão relacionados fatores de ordem pessoal, como nos casos em que a participação é “*muito mais querer aparecer do que outra coisa*”, como descrito por Letíssia, ou de ordem organizacional de algumas entidades, sobretudo do serviço público, quando ocorre frequentemente “*troca de pessoas. A entidade é a mesma, mas é outra pessoa que vem representar em cada reunião ou edição [...] a entidade, de repente, nem o todo da entidade que ela representa nem fica sabendo*”. A natureza de cada entidade, no entanto, é uma variável a ser considerada, como pondera Júlio: “*a gente tem uma proximidade mais com a questão educacional. A questão empresarial a gente não tem essa proximidade. Então essas relações, por alguns momentos ela é próxima, em outros momentos, não*”, resultando que preponderam as relações de engajamento com pessoas em detrimento das entidades, ou seja, as ações perpassam e encetam mais vínculos com as pessoas que se envolvem do que com as entidades participantes.

¹⁹⁷ O Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Caçador, o Instituto Federal Catarinense – campus Videira, a Universidade Federal de Santa Catarina – campus Curitibaanos e a Universidade do Oeste de Santa Catarina – campus Videira, além de inúmeras outras instituições que participaram do Congresso foram os catalizadores desse projeto.

educação e buscando formas de financiamento e divulgação das ciências necessárias ao desenvolvimento das práticas de redução de desigualdades”.

Outro exemplo, na área da cultura, é o espetáculo *Natureza Cabocla ou Raízes e Asas – Um encontro com a oralidade do universo caboclo*¹⁹⁸, contemplado em edital pela Fundação Nacional de Artes na categoria espetáculo-pesquisa¹⁹⁹, o que permitirá, graças aos recursos recebidos, percorrer cinco municípios da região, tecendo novos diálogos por meio de visitas, apresentações culturais e rodas de conversa com os caboclos da região, bem como atuar em um processo de escuta da cultura oral, dos costumes e da vida cabocla. Segundo Lucinei, a apresentação do espetáculo *Contestado Encantado* despertava memórias adormecidas do povo caboclo e trazia à tona conhecimentos que, ainda que não registrados na literatura escrita, estavam presentes na tradição oral dos caboclos do Contestado. Segundo ela

Depois que terminava a apresentação, eles ficavam ali e queriam também contar as histórias que sabiam, que tinham escutado dos mais velhos. Tinham necessidade de se manifestar, contar causos, lendas e outros saberes e fazeres da cultura cabocla. Daí veio a ideia de elaborar um projeto de circulação do espetáculo, pelas principais localidades onde está concentrada a maioria da população cabocla na região.

A *Semana do Contestado* avança num processo “*lento, mas crescendo!*”, como conta Lucinei. Gradativamente a iniciativa amplia seus espaços de abrangência, o envolvimento de entidades e de organizações e garante maior visibilidade. Em que pese a sua composição multifacetada, existe um grupo que vem mantendo e garantindo o debate, cujas ressonâncias atingem a sociedade. Como afirma Ricardo, a Associação Amigos do Museu, as pessoas ligadas à área da cultura, o Instituto Federal, a Igreja “*têm feito um debate. O grupo não aumentou muito, mas houve o debate*”.

As perspectivas de continuidade dos trabalhos, mantendo a valorização da história e da cultura cabocla, segundo Nilse, mostram a preocupação em atingir mais as periferias, articular a criação de leis que atendam às demandas voltadas à justiça social, mapear a população mais diretamente ligada à etnia cabocla, efetivar a inserção do Contestado e da

¹⁹⁸ Esse trabalho surgiu em 2016 da adaptação do espetáculo *Contestado Encantado*, criado com elementos de teatro, música e contação de histórias na 2ª *Semana do Contestado de Caçador*. Foi apresentado até 2017, sendo reconfigurado em 2019, quando seu nome foi mudado.

¹⁹⁹ O projeto *Natureza Cabocla ou Raízes e Asas – Um encontro com a oralidade do universo caboclo* foi aprovado em edital pela Fundação Nacional de Artes em janeiro de 2020. Os municípios que o projeto pretende percorrer são aqueles marcados por episódios significativos da Guerra do Contestado, onde estiveram os redutos ou cidades santas. Até o avanço da epidemia de SarS-Cov-19, com os consequentes decretos de isolamento social e outros protocolos sanitários, estava que o projeto visitasse: Fraiburgo, localidade do Taquaruçu; seguido de Lebon Régis, localidade do Rio Bonito; Timbó Grande, localidade de Santa Maria; Calmon; e Matos Costa.

cultura cabocla nos currículos das redes de ensino, promover festivais da cultura cabocla, recolher as lendas, causos, rezas, benzimentos e demais fazeres e saberes da cultura cabocla. Segundo Lucinei, as *Semanas* podem explorar mais a “riqueza da cultura cabocla”, pois, embora seja necessário fazer a crítica histórica da Guerra, “a cultura cabocla é mais do que a Guerra, é muito maior”. Segundo ela, a Guerra foi uma injustiça que teve implicadas questões econômicas, sociais e políticas, as quais precisam ser sanadas, reparadas. “Não vamos deixar de lado, o fato da Guerra tem que ser discutido, ensinado e tudo mais [...] Mas importa também pensar a relação do caboclo com a terra, com a água, com a natureza, com o trabalho, com a irmandade”.

Os limites da organização das *Semanas* estão ligados principalmente à captação de recursos financeiros, ao engajamento das entidades e à capacidade de atingir grupos considerados prioritários nas ações coletivas. A troca de gestores públicos é sentida como um problema, pois requer, a cada troca, um novo processo de aproximação, esclarecimento e convencimento. “Eles não conseguem enxergar a importância da preparação e da organização. [...] se deixar exclusivamente para os gestores públicos a coisa não acontece”, como levantado por Letíssia. As lideranças da *Semana do Contestado* identificam ainda o descompasso no envolvimento das organizações, entidades e poder público para uma atuação mais conjunta e a presença de uma mentalidade de competição com outras ações semelhantes na região²⁰⁰. Por fim, há uma dificuldade em articular ações com os grupos evangélicos²⁰¹.

Mesmo enfrentando essas e outras dificuldades e limitações, percebe-se que, por meio da *Semana do Contestado*, a implementação desse repertório de atividades traz à tona realidades que problematizam as relações de poder no território do Contestado. A *Semana do Contestado* “vem fortalecer essa ideia da resistência do Contestado”, diz Júlio. Como compreende Letíssia, o “ponto central que é atingir um maior número de pessoas, mudar um status quo, mudar uma estrutura. Eu sei que é difícil, porque é quase como romper um paradigma, mas a gente está no caminho!”. De acordo com Lucinei, a questão política do Contestado “não é somente aquilo

²⁰⁰ Esse clima de competição é expresso com avaliações do tipo: “A nossa Semana foi mais bonita! Não, a nossa é legal porque tem a caminhada e não sei mais o quê!”, resume Ricardo.

²⁰¹ Nesse sentido, reproduz-se a fala de Ricardo, que conta: “E nós temos uma dificuldade, em todas as edições nós temos conversado com os pastores e trazido pra participar. E como na época [da Guerra] não existia igreja evangélica, era um cristianismo mais rústico e tal, então eles [os pastores] rejeitam isso. Então nós temos uma dificuldade muito grande para atingir esse povo porque o pastor não deixa”. A fala de Júlio é complementar: “Existe algumas igrejas aí, a gente fala assim, evangélicas, que não permitem a algumas pessoas, a certas práticas de benção. De fazer, né? Até do batismo nos poços de João Maria. Então existe ainda algumas pessoas, vamos dizer assim, que escondem isso. Se eles fazem, eles fazem, de repente, meio que escondido, porque o pastor não permite. Essa questão, tem alguns pastores que são mais radicais, mais conservadores”.

que depois vai virar uma lei, uma diretriz, mas o fato das pessoas voltarem a conversar sobre o Contestado nas ruas, nas esquinas, nos espaços públicos [...] essa é uma questão política muito forte, porque a política se constrói também na opinião pública, naquilo que as pessoas conversam”.

Nesse sentido, é importante ressaltar, como aponta Letíssia, que *“estar falando do Contestado já é um ponto de ruptura”*. O silenciamento e as distorções históricas criaram *“um estigma, uma chaga tão grande que você demora até curar ela, mas eu acho que também pode ser uma proposta interessante de uma política pública de pertencimento”*, nas palavras de Lucinei. Finalmente, não é demais recuperar que, como dito por Letíssia, as *Semanas do Contestado “são pontos de resistência”*.

5.2 A EXPERIÊNCIA DE LEBON RÉGIS: ROMPENDO A INVISIBILIDADE

O início das Semanas do Contestado no município de Lebon Régis encontra registro em uma iniciativa da Paróquia Santo Antônio que, no ano de 2015, inseriu na programação da festa do padroeiro, Santo Antônio, *“uma memória ao Centenário do Contestado, com uma programação alusiva aos caboclos e a São João Maria. Essa foi a primeira expressão daquela memória”*, resgatou Pasa. O advento do Centenário da Guerra, todavia, despertava um interesse em diversas outras pessoas que tinham proximidade com o tema. Carlos, que trabalha na organização das Semanas... desde a primeira edição, comenta que vinha acompanhando, via redes sociais, diversos eventos organizados sobre o Centenário em outros municípios. Ao tomar conhecimento do trabalho que o professor Nilson César Fraga desenvolvia em Lebon Régis, trazendo grupos de estudantes do Paraná para conhecer e estudar a região, decidiu marcar um encontro. O encontro foi possível no início de 2015, quando a confluência de motivações fecundou um trabalho que se consolidou desde então.

Posteriormente, ocorreu um encontro na casa paroquial em que estiveram presentes o professor Nilson Cesar Fraga, Carlos Nedir Veiga da Silva, dona Alice Veiga Silveira e padre Valmir Pasa, pároco naquele período. No encontro, construiu-se uma proposta de celebração para o Centenário da Guerra. Formava-se ali um primeiro grupo que passou a discutir e planejar uma proposta de celebração para o Centenário do Contestado. Na época, *“não havia nada por parte do poder público, mas aceitamos o desafio”*, afirmou Carlos. Esse primeiro grupo mobilizador passou a se denominar Grupo de Ação São João Maria. A esse grupo inicial, vieram

juntar-se “outras pessoas, dos órgãos municipais, da cultura, das escolas e alguns simpatizantes da história do Contestado”. No embalo das reuniões, despertava-se um “entusiasmo que tomava conta de todos”. As reuniões não apenas tratavam de questões técnicas e da organização das atividades, mas eram ainda acompanhadas de “boa comida típica cabocla em noites frias e muitas prosas, contos e histórias”, descreveu Pasa, em entrevista. Nesse sentido, é possível perceber que, como apresentado por Goodwin, Jasper e Polletta (2001, p. 11), os sentimentos de orgulho e de entusiasmo e otimismo são importantes para despertar o ativismo. Além disso, a fidelidade entre os membros de uma ação coletiva é um laço afetivo importantíssimo para a manutenção da militância.

Nesse espaço de construção coletiva as sugestões foram trabalhadas na perspectiva do “resgate da música, da culinária, das rezas, homenagens e das apresentações culturais”, de tal modo que a ideia inicial, de reunir o evento em único um dia, exigiu um desdobramento para uma semana inteira de atividades. Organizava-se, dessa forma, a *Primeira Semana do Contestado de Lebon Régis* que, por fim, caracterizou-se por não ser uma “iniciativa de um ou dois”, mas na qual “houve um protagonismo coletivo. Todos tinham interesse em fazer tudo acontecer”, conforme relatou Pasa.

Carlos afirma que não foi apenas a motivação e o esforço de quem estava à frente do trabalho que garantiram um bom resultado desde o começo das *Semanas*. Havia também fatores externos que facilitavam a mobilização como “a data dos 100 anos”, que criava uma expectativa na sociedade. Ademais, a ruptura do silenciamento histórico sobre o Contestado já se fazia sentir “Antes era quase que proibido falar de Contestado, tinha uma resistência bastante grande da população, mas isso já estava mudando, a gente via muitas iniciativas sobre a questão do Contestado”. Outro fator agregador foi a facilidade de comunicação. Segundo ele “foi pelas redes sociais que eu vi que as cidades vizinhas estavam fazendo coisas do Contestado e percebi que a gente podia e precisava fazer aqui também”.

Já no ano de 2016, no contexto de organização da segunda edição da *Semana do Contestado*, foi criada a Associação Cultural Coração do Contestado²⁰² a partir do Grupo de Ação de São João Maria. Essa associação, juntamente com Observatório do(s) Centenário(s) da

²⁰² Formalizada e legalizada juridicamente no ano de 2018, a Associação Cultural Coração do Contestado é composta por pessoas simples, trabalhadores da indústria, comércio e agricultura que vêm se dedicando a estudar tudo o que já se levantou sobre essa guerra, por historiadores, escritores e folcloristas, saindo a campo para pesquisas em sítios arqueológicos e conversas com descendentes dos combatentes. Para Carlos Nedir Veiga da Silva, atual presidente da associação, o objetivo é preservar a história dos caboclos do município e da região, onde se encontram alguns dos maiores sítios históricos do conflito. Assim, alguns locais estão recuperados, objetos históricos preservados e são registrados os depoimentos de pessoas da região,

Guerra do Contestado²⁰³ tem coordenado a organização das *Semanas do Contestado* desde então. A realização das *Semanas*, contudo, é feita com o envolvimento de uma quantidade significativa de entidades e organizações, como veremos abaixo. Segundo Carlos, as ideias centrais de cada edição são preparadas por uma equipe menor formada por essas organizações e pessoas convidadas. Em seguida, são chamadas as entidades parceiras e o poder público para melhorar o desenho das atividades a serem executadas. Diz Carlos: “*A gente discute em grupo... Todos são convidados para estar presente nas decisões. Existe algumas divergências de opinião, em como realizar e na distribuição das tarefas e tal. Mas sempre se chega a um denominador comum*”.

A prática organizativa das *Semanas do Contestado de Lebon Régis* evidencia uma construção “*desde fora do poder público*”, com autonomia das entidades organizadoras na elaboração das temáticas. No entanto, a organização não se isola e nem permanece em oposição direta com o poder público, mas, sim, interage com ele. “*A prefeitura é parceira, mas quem define a programação são as entidades. A administração pública contribui com liberação de espaço físico, dispensa de profissionais e também com sugestões e propostas*”, contou Carlos.

A organização temática ocorre sempre no início do ano para poder ser contemplada e adequada também ao calendário letivo. A opção por realizar as *Semanas* no mês de agosto e não em outubro, como instituído pela Lei Estadual, considera o fato de o município ter uma base econômica agrícola que, tendo em vista dos aspectos sazonais de plantio, condensa boa parte de suas atividades de safra, o que, conseqüentemente, diminui a participação da população, principalmente dos pais que acompanham os filhos nas apresentações e mesmo nas demais atividades da *Semana*.

5.2.1 Programações

²⁰³ O Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado pertence ao Laboratório de Geografias Libertárias e Contemporâneas do Departamento de Geociências. Tem o objetivo de aglutinar vestígios sobre os quatro anos da Guerra do Contestado, reunindo elementos deixados pelo conflito nos estados do Paraná e de Santa Catarina a partir de pesquisa de campo e entrevistas que retomam a passagem dos monges pela região sul do país. É coordenado pelo professor Nilson Fraga, que estuda a Guerra do Contestado desde 1995. Com os cursos de graduação e pós-graduação da área de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Federal do Paraná, ele realiza viagens de pesquisa na região do Contestado desde o ano 2000. Fonte: http://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARO_not&FWS_N_Texto=17267. Acesso em: 16 abr. 2020.

A primeira edição²⁰⁴ da *Semana do Contestado* foi realizada nos dias 14 a 18 de julho de 2015 com o tema: “Semana do Centenário da Guerra do Contestado”. As atividades davam conta de situar o espaço geográfico que hoje pertence ao município de Lebon Régis no período histórico da Guerra, evidenciando o modo como participou dela e como nele permanecem as suas marcas, sejam elas religiosas, sociais ou econômicas. O objetivo foi de revisitar a história do município e de seu povo marcado pela Guerra. Nesse sentido, destacaram-se as atividades de recuperação simbólica da memória da Guerra como a inauguração do monumento dedicado ao monge João Maria na praça da Igreja Matriz de Santo Antônio, cuja atividade foi denominada “Retorno de São João Maria, 100 anos depois”. Outro destaque foi a instalação, na Prefeitura Municipal, de uma placa alusiva aos 100 anos dos eventos da Guerra do Contestado acontecidos no território que hoje pertence ao município de Lebon Régis.

No âmbito do debate histórico e político, foi organizada a conferência *Contestado, 100 anos da Guerra, que manchou de sangue Lebon Régis – do passado ao presente*, com professor Nilson Cesar Fraga. Realizou-se a Sessão Solene de Memoração dos 100 anos da Guerra do Contestado *Centenário da participação de Lebon Régis no Centenário do Contestado* e o *Dia para pensar o município no Centenário da Guerra do Contestado*, que oportunizou uma reunião com pesquisadores, professores, representantes políticos, associações, igrejas e convidados com objetivo de discutir a cidade de Lebon Régis e o seu povo.

Também compunham a programação a apresentação do documentário *Terra Cabocla*, apresentações teatrais sobre a história do Contestado preparadas por alunos e professores das escolas estaduais e municipais e a exposição das obras de arte de Márcia Elizabete Schüller chamada *Contestado em cores, marcas de uma Guerra Insepulta*. Valorizando a história e a memória dos caboclos e seus costumes, fez-se a entrega da condecoração Santo Antônio do Trombudo de Bravura Cabocla do Contestado. O aspecto religioso foi contemplado com a celebração da missa cabocla que teve como tema “O Massacre dos Pobres, a boa esperança não pode ser perdida”, com a recepção da imagem de São Sebastião e da bandeira do Contestado. O jantar caboclo e a exposição e venda de produtos coloniais e artesanais dos produtores e artesãos locais encerravam a programação.

Fizeram parte da organização a Associação dos Caboclos de Lebon Régis, o Grupo de Ação São João Maria, o grupo Cavaleiros do Contestado, a Rádio Nova FM 104.9, o

²⁰⁴ Esta subseção foi elaborada a partir dos materiais de divulgação impressos e redes sociais, notícias das atividades e relatos dos entrevistados.

Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado, a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, a Secretaria Municipal de Educação e a Paróquia Santo Antônio.

Em 2016, de 16 a 22 de outubro, a segunda edição da *Semana do Contestado* teve como tema “Mundo Caboclo: Do acordo dos limites aos limites que nos cercam” em referência aos 100 anos da assinatura do Acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, firmado oficialmente em 20 de outubro de 1916. Essa semana se caracterizou pela visita a duas localidades no interior do município que são marcadas pela Guerra: a Serra da Boa Esperança onde se fez a Romaria de São João Maria. Nessa Romaria, João Maria foi chamado de “Santo dos Caboclos”, sendo levado pelos Cavaleiros do Contestado. Na ocasião houve também a celebração da missa cabocla com inauguração da Gruta do Monge São João Maria e a festa cabocla com a comunidade. A outra localidade visitada foi São Sebastião do Sul, tratada como “Chão de Memórias do Contestado”. Ali foi feita a entrega da Imagem Histórica de São Sebastião, a celebração da missa cabocla, o almoço comunitário com pratos típicos caboclos e a palestra *Território, Memória e Limites: São Sebastião do Sul, o pouso do Contestado*.

O lançamento do livro *Contestado: cidades, reflexos e coisificações geográficas*, organizado pelo professor Nilson Cesar Fraga deu ensejo para a discussão histórica e a problematização das questões sociais atuais. Em sessão solene na Câmara de Vereadores, alusiva aos 100 Anos do Acordo de Limites do Contestado, foi proferida a palestra *Memórias sobre nossa terra e seus limites*. As discussões sobre a dimensão histórica foram ainda ampliadas com o debate *Contestado e a Ética, apresentações e contribuições sobre o Contestado e a Cultura Cabocla*, protagonizado pela comunidade escolar, e o debate *Olhares e pareceres sobre o mundo caboclo*, com os professores.

A programação cultural foi marcada pela apresentação da *Aquarela do Contestado: Vicente Telles*; pelo varal de *Memórias do Contestado*; pela exposição das obras de arte de Márcia Elizabete Schuler; pela exposição de artesanato e de produtos coloniais; pela exposição itinerante *Contestado: Fragmentos memoriais da nossa terra*, que exhibe parte do acervo do Museu de Contestado; pela publicização de banners de trabalhos acadêmicos sobre o Contestado; pela apresentação *Prosas e rabiscos* da Associação de Dança, Música e Artes Cênicas Ritos e Prosas do Contestado. Realizou-se também, concomitantemente, o *I Festival de Música Cabocla do Contestado*, com artistas locais. A entrega da condecoração de Bravura Cabocla homenageou pessoas e entidades engajadas na questão do Contestado. O encerramento foi marcado pela celebração da missa cabocla com bispos e padres convidados e jantar com pratos típicos caboclos.

Compunham a organização dessa edição o Grupo de Ação de São João Maria, o Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado, a Paróquia Santo Antônio “do Trombudo”, a Rádio Nova FM 104,9, o grupo Cavaleiros do Contestado, a Prefeitura Municipal e secretarias de educação e cultura, a Capela da Serra da Boa Esperança, a Capela de São Sebastião do Sul, a Pró-reitoria de Extensão e o Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito da Universidade Estadual de Londrina e o Laboratório de Geografia, Fome, Agricultura, Território, Turismo e Contestado da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Com o tema “Centenário do Massacre Invisível: 100 anos de luta e resistência cabocla” e o lema “O sonho caboclo não se apaga”, a terceira edição da Semana do Contestado, realizada de 17 a 20 de agosto de 2017, promoveu a apresentação e o lançamento oficial do projeto para o Complexo Turístico, Cultural e Ambiental do Monge João Maria. Também foi pautada nessa edição a temática do meio ambiente, valorizando o bioma local. Nesse aspecto, destacou-se o varal do *Bioma da Floresta de Araucária do Contestado: resgatando o chão caboclo*; a palestra *Biomas, Mundo Caboclo e Resistências*, a exposição de artesanato e de produtos coloniais; a exposição: *Coisas do Trombudo: Fragmentos Memoriais da Nossa Terra*; e a mostra de banners de trabalhos acadêmicos sobre o Contestado e o Bioma da Floresta de Araucária. Nesse contexto ecológico, também foi organizada uma cavalgada pelo grupo dos Cavaleiros do Contestado.

A programação contemplou, ainda, a realização do *1º Festival de Música Cabocla do Contestado* e com a apresentação do teatro musical *O Contestado*, do grupo teatral do Assentamento São Roque. Outros eventos da agenda cultural foram o teatro *Ritos do Contestado*, do grupo teatral Prosas e Rabiscos e a apresentação do grupo de flautistas Lira do Contestado, do município de Matos Costa, além do artista Aragano dos Pampas com o *Musical do Contestado*. Houve, ainda, o lançamento dos livros: *Contestado, redes no geográfico* (FRAGA, 2017) e *Contestado, Território Silenciado* (FRAGA, 2017b), quando também se debateu a importância do Museu e das Peças Históricas. Junto com essa atividade realizou-se a entrega da condecoração de Bravura Cabocla. A conclusão ocorreu com a missa cabocla e almoço comunitário.

A realização dessa edição ficou ao encargo da Associação Cultural Coração do Contestado, do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado, da Comunidade Escolar de Lebon Régis; da Igreja Matriz de Santo Antônio “do Trombudo” de Lebon Régis e teve o apoio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, da Secretaria Municipal de

Educação e Cultural, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Turismo, da Secretaria Municipal de Transporte, do grupo Cavaleiros do Contestado, da Associação dos Caboclos de Lebon Régis, do Clube de Desbravadores Guerreiros do Advento, da Pastoral Cabocla, da Rádio Nova FM 104,9 e da Universidade Estadual de Londrina.

A quarta edição da Semana do Contestado, realizada de 21 a 26 de agosto de 2018, trabalhou os “Desafios de ser e estar no coração do Contestado: um tributo ao semeador do Contestado Vicente Telles”. Essa temática foi escolhida em homenagem ao artista e historiador Vicente Telles, falecido em dezembro de 2017, cuja trajetória de vida foi marcada pela dedicação em pesquisar e divulgar a história do Contestado. Para isso, o enfoque artístico trouxe a referência ao seu trabalho, incluindo as apresentações *Cantando para Vicente Telles*, com Vicente de Paula e Nancy Lima, e *Vicente Telles Presente!*, com as apresentações dos grupos escolares de teatro escolares e o grupo Prosas e Rabiscos, Ritos do Contestado. Organizou-se, naquela ocasião, o *II Festival de Música Cabocla do Contestado*. Fez-se, ainda, a entrega da condecoração de Bravura Cabocla.

Nessa edição foi destaque a conferência *Quem foi Lebon Régis, aquele que matou o(n) Trombudo e no Contestado*, com os professores Nilson Cesar Fraga e Pedro Penteado do Prado. Interligando cultura e história, a programação contou com a exposição *Sangue e Esperança: por uma arqueogeografia do Contestado, a guerra esquecida pelo Brasil*; a exposição *Trombudo do Contestado: ser e viver no Coração do Contestado*; a exposição *O Contestado na arte paranaense*, de Mariana Martinelly Kampf. Os banners e trabalhos acadêmicos então publicizados tematizaram o “Coração do Contestado”, título conquistado pelo município de Lebon Régis por meio da Lei nº 17.466, de 10 de janeiro de 2018. Com a motivação “Revivendo o Mundo Caboclo”, foram realizadas a caminhada e o abraço ao capitel de São João Maria, a cavalgada, a exposição de artesanato e de produtos coloniais e a missa cabocla com o tema “o Coração do Contestado pulsa aqui!”.

Foi nessa edição, de 2018, que foi ampliada a presença das atividades da *Semana...* nas escolas. Destacou-se, nesse sentido, o espetáculo *Um Circo Diferente*, do projeto Música Criança do Centro de Estudos de Educação, Comunicação e Arte da UEL. O Núcleo de Estudos do Contestado do Instituto Federal Catarinense – campus Videira apresentou o *Jogo de Tabuleiro – Guerra do Contestado*. O esporte foi incluído nessa edição da Semana com o quadrangular de futsal feminino entre as seleções dos municípios de Lebon Régis e Timbó Grande. Além disso, o município de Lebon Régis sediou um Jogo da Liga Estadual de Futsal.

Fizeram parte da organização dessa edição a Associação Cultural Coração do Contestado, o Observatório da Região e da Guerra do Contestado, a Comunidade Escolar e a Paróquia Santo Antônio de Pádua. Contou com o apoio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, da Secretaria de Esporte, Turismo e Juventude, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda, do grupo Cavaleiros do Contestado, da Rádio Nova FM 104.9, da Associação dos Caboclos de Lebon Régis, da Pastoral Cabocla, da Universidade Estadual de Londrina, o Núcleo de Estudos do Contestado do Instituto Federal Catarinense – campus Videira e da Associação dos Estudantes Universitários de Lebon Régis.

A quinta edição da Semana do Contestado, realizada de 18 a 25 de agosto de 2019, destacou “O monge profeta João Maria no Coração do Contestado”. João Maria foi apontado como um ícone do cuidado e do respeito com a natureza. Com essa motivação ecológica foi realizada a *I Caminhada Ecológica e Cultural do Coração do Contestado* e também a cavalgada. A reflexão foi aprofundada com a conferência *O monge profeta João Maria no Coração do Contestado* com a professora Tânia Welter, que também fez, na oportunidade, o lançamento do seu livro *Encantado no meio do Povo: a presença do profeta João Maria em Santa Catarina* (WELTER, 2018).

As narrativas em torno de João Maria foram também valorizadas com a apresentação do documentário *A Maravilha do Século*, da diretora Márcia Paraíso, que aborda a trajetória de João Maria de Agostini, e com a exposição *O monge visto e sentido pelo povo caboclo do Coração do Contestado*. “O monge do povo, o profeta do Contestado” foi tema das apresentações dos grupos teatrais escolares, tanto da rede municipal de ensino como da rede estadual. A produção acadêmica novamente foi publicizada com apresentação de banners e trabalhos acadêmicos dessa vez sobre o “Monge do Coração do Contestado”. O esporte acolheu novamente uma etapa dos Jogos da Liga Catarinense de Futsal. A programação também contou com a entrega da condecoração de Bravura Cabocla, a Missa cabocla com o motivo “O coração do Monge João Maria está entre nós” e o jantar caboclo.

A organização dessa semana ficou sob a responsabilidade da Associação Cultural Coração do Contestado, do Observatório da região e da Guerra do Contestado, da Prefeitura Municipal, da Paróquia Santo Antônio e da Comunidade escolar. Teve o apoio da Câmara de Vereadores; da Secretaria de Esporte, Turismo e Juventude; da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda; do Departamento de Transportes de Lebon Régis; da Polícia Militar Rodoviária; do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Associação Cavaleiros do Coração do Contestado; da Rádio Nova FM 104,9; da Universidade Estadual de Londrina; do Núcleo de Estudos do Contestado do Instituto Federal Catarinense – campus Videira; e do Instituto Federal de Santa Catarina – campus Caçador.

5.2.2 A memória como força mobilizadora

As *Semanas do Contestado* em Lebon Régis, ao tematizarem a Guerra do Contestado sob essas diversas perspectivas, desvelaram uma força latente nos caboclos e caboclas que embasaria a mobilização. “Havia muita saudade e mágoa num grito sufocado, de filhos e netos, que guardavam memórias, objetos antigos e tradições”, descreveu Pasa. A rememoração da dor, da violência e as injustiças sofridas pelos antepassados, “*desencadearam muitas emoções*”, complementa. O processo de compartilhar essas emoções, histórias e memórias se constituiu um elemento central da identificação das caboclas e dos caboclos com as *Semanas do Contestado*. Nesse espaço de construção identitária participavam não apenas elementos políticos ou estratégicos, mas também emoções e sentimentos (HONNETH, 2013; JASPER, 2018).

As *Semanas do Contestado* abriram espaço tanto para o debate acadêmico e científico quanto para muitas expressões populares que encontraram eco na vida e nas memórias dos caboclos e caboclas. No âmbito da religiosidade, as missas caboclas, os cantos próprios com compositores locais, a presença constante da figura de João Maria, as imagens e os símbolos da região, as celebrações nos sítios arqueológicos e lugares santos do Contestado reavivaram a memória religiosa e se tornaram elementos de produção de reconhecimento e legitimidade da cultura e do povo caboclo. Ao mesmo tempo, despertavam a autoestima e o autorrespeito dos caboclos e caboclas. Outras atividades, como as festas e homenagens nas comunidades, com a mesma imagem de São Sebastião – que fez parte das procissões no campo Santo do Caraguatá durante a Guerra – produziram os mesmos efeitos de significação. Além disso, as apresentações culturais produziram “*canções originais referentes ao Centenário, recuperaram danças e tradições, como a dança do facão de Chica Pelega, poesias, produção literária, teatros da cidade e convidados de fora, artesanato, galerias de fotos, pinturas e desenhos*”, relatou Carlos. Esse aspecto da cultural, nas diversas expressões da arte, penetrou nos espaços educacionais envolvendo professores, alunos e suas famílias.

Os aspectos simbólicos também são estrategicamente utilizados na construção de espaços de identificação e no fortalecimento da mobilização. Para isso, por exemplo, em todas os trevos de acesso do município, junto com as outras bandeiras, é colocada a Bandeira do Contestado, que também fica hasteada em frente à Prefeitura Municipal. Ademais em todas as escolas, a Bandeira do Contestado está presente. “*Temos feito esse trabalho de colocar o Contestado na rua e o Coração do Contestado na identidade local*”, relatou Carlos. O mapeamento e as visitas aos locais da Guerra, como os cemitérios, crematórios e outros sítios históricos, tem fortalecido a formação de redes e encontros de pessoas que passam a compartilhar suas histórias, seus saberes e, com isso, revistando a história, criam laços de solidariedade, estabelecem diálogos e se munem de novos elementos para interpretar o presente.

Figura 10 - A bandeira do Contestado hasteada em frente da Prefeitura Municipal de Lebon Régis



Fonte: Divulgação/ Prefeitura Municipal de Lebon Régis

As *Semanas do Contestado*, ao longo das suas edições, mobilizaram uma parcela significativa da população do município, impactando também na economia local “*não só pela concentração de visitantes de outras cidades, mas pelos projetos que se desencadearam com intuito de tornar a cidade referência do Contestado e da cultura cabocla*”, como relatou Pasa. Entre os projetos que nasceram da realização das *Semanas do Contestado* estão o reconhecimento de Lebon Régis como o município Coração do Contestado, o projeto do complexo turístico, cultural e ambiental do Monge João Maria, que está sendo desenvolvido a

partir do mapeamento e cadastro dos sítios históricos, e, finalmente, a alteração do nome do município.

A religiosidade, presente nas atividades da *Semana do Contestado*, concentra-se em torno da memória do monge João Maria e das práticas religiosas dos caboclos e caboclas. O monge “*tem uma ligação muito forte com Lebon Régis. Aqui tem muitas fontes de água onde ele passou e teve muita gente que foi batizada por ele. Ele tinha muitos afilhados aqui*”, contou Carlos. Essa vinculação histórica com o monge se manteve na tradição de realizar o batismo das crianças em casa com uma porção de água retirada de alguma dessas fontes. Tal é a força dessa tradição que se mantém viva “*até em alguns ambientes evangélicos*”²⁰⁵, normalmente avessos a essa forma de devoção. Não obstante, a mensagem do monge João Maria é, ainda, empregada como forma de aproximação com pessoas ou grupos não alinhados com a história da Guerra pois, “*ele consegue romper essas barreiras [...] Pessoas difíceis a gente consegue se aproximar falando de São João Maria*”, também avalia Carlos. Outros símbolos, como a imagem de São Sebastião, a bandeira do Contestado e a bandeira do Divino, são evocados constantemente nas missas caboclas e outras atividades.

O conjunto de atividades que compõe a *Semana do Contestado* considera a legitimidade social que elas possuem e a capacidade mobilizadora que comportam. Ao longo das edições, as Semanas são adaptadas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar as demandas. Feiras, palestras, exposições, caminhadas, oficinas, celebrações etc. foram utilizadas pelos organizadores considerando seus aspectos reconhecidos socialmente e até mesmo incentivados. Assim, foram feitas, nessas atividades, adaptações, introduzidos novos elementos e atribuição de sentidos específicos, coisas que possibilitaram melhores respostas aos objetivos propostos. Por exemplo, uma caminhada é planejada de modo a percorrer um trajeto estratégico, no caso, os lugares históricos do Contestado, o que possibilita evidenciar uma realidade escondida que é, então, problematizada.

Na *Semana do Contestado* em Lebon Régis, os elementos relacionados à memória foram fundamentais para a organização das atividades. Eles se orientaram fortemente para um processo de reconstrução que, ao desconstruir aspectos negados da Guerra do Contestado e afirmar os valores da cultura e da resistência cabocla, imprimiu alterações nas representações

²⁰⁵ “*Sempre tivemos muito apoio da Igreja Católica e a participação de fiéis de outras denominações religiosas. A parte religiosa é muito forte, e bem aceita, tanto que nos colocamos uma estátua do monge no pátio, em frente à igreja matriz. A gente conseguiu acesso a uma propriedade que tem uma fonte de João Maria e os donos são evangélicos, mas a mulher me disse: eu sou evangélica, mas eu acredito em João Maria*”, relata Carlos.

sociais acerca dos caboclos e caboclas. A memória também se mostrou capaz de reunir grupos formais e informais em torno dessa luta, reconhecendo e evidenciando suas demandas.

5.2.3 O Coração do Contestado

Com um projeto articulado por entidades que fazem parte da organização da *Semana do Contestado*, encaminhado com o apoio da Prefeitura Municipal, o município de Lebon Régis foi reconhecido sob o título de “Coração do Contestado” no ano de 2018. O projeto de Lei nº 108/2017, apresentado pelo deputado Rodrigo Minotto²⁰⁶ transitou na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina no ano de 2017²⁰⁷, sendo aprovado no dia 8 de janeiro de 2018. Logo em seguida, foi sancionado pelo então Governador do Estado, João Raimundo Colombo, em 10 de janeiro de 2018, por meio da Lei nº 17.466/2018. Esse reconhecimento não se deve apenas à posição geográfica da área atual do município na região central do Contestado, mas trata-se, principalmente, de uma homenagem aos que tombaram lutando pelos seus direitos a uma vida digna.

A justificativa²⁰⁸ do projeto de lei considerou o território que hoje pertence ao município de Lebon Régis como “um dos maiores protagonistas da Guerra do Contestado”, em que as “maiores batalhas, ataques e emboscadas ocorreram em localidades como São Sebastião do Sul, Serra da Boa Esperança, Perdizinhas e dois dos maiores redutos caboclos do Contestado, Caraguatá e Santa Maria também pertenciam a esse território”. Ademais, atualmente o município “guarda lembranças do embate e que necessitam ser preservadas, como cemitérios da época da guerra, trincheiras de pedra utilizadas pelos sertanejos, casas da época, igrejas, capelas e cerca de 12 crematórios, descobertos recentemente por pesquisadores, e que eram utilizados para queimar corpos de vítimas das batalhas” (Diário da Assembleia, Ano LXVI, nº 7.115, de 19/04/2017, p. 28).

Segundo Carlos, ser reconhecido como o Coração do Contestado coloca o município de Lebon Régis diante do desafio de fortalecer a herança sociocultural cabocla do município.

²⁰⁶ O diálogo com deputado Rodrigo Minotto (PDT) para apresentar o projeto de lei se deu por meio do prefeito Douglas Mello (PDT). Embora o deputado tenha pouca proximidade com a questão do Contestado, atendeu ao pedido pela vinculação partidária com o prefeito.

²⁰⁷ O projeto de Lei contou com o apoio da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo aprovado em primeiro turno na votação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Informações disponíveis em: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0108.1/2017>. Acesso em: 15 jun. 2020.

²⁰⁸ Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/7115dia.pdf> Acesso em: Nov. 2020.

Isso deve ser feito com o apoio dos poderes públicos e da sociedade local. Além disso, abre oportunidades para superar o subdesenvolvimento econômico, cultural e social, considerando o planejamento futuro frente à identidade e capacidade criativa com base local e regional, o que pode ser feito com o desenvolvimento de novos projetos turísticos que contemplem a cultura e a identidade cabocla como fundantes da história do município.

Figura 11 - Logomarca oficial - Lebon Régis, Coração do Contestado



Fonte: Divulgação/Prefeitura Municipal de Lebon Régis.

Para valorizar o título de “Coração do Contestado”, foi criada uma logomarca²⁰⁹ que passou a ser utilizada em todos os documentos oficiais do município e nos materiais de divulgação da Semana do Contestado. A logomarca deve ser utilizada por órgãos públicos e poderá ser utilizada por empresas privadas municipais desde que sigam e mantenham os parâmetros estabelecidos pela lei.

²⁰⁹ De acordo com a Lei nº 1.663, de 08 de julho de 2019, o coração vermelho representa a bravura cabocla e o sangue derramado durante a Guerra do Contestado e a centralidade lebonregense na história da Guerra e da Região do Contestado. O fundo branco do coração, com a cruz verde, representa a bandeira do Contestado, bandeira reconhecida como símbolo catarinense pela Lei Ordinária nº 12.060, de 18 de dezembro de 2001, consolidada pela Lei nº 17.308, de 06 de novembro de 2017. Ao topo da logomarca deverá estar escrito Lebon Régis, nome atual e oficial do município e na parte de baixo do mesmo, deverá estar escrito Coração do Contestado.

5.2.4 O complexo turístico, cultural e ambiental do Monge João Maria

A partir da identificação dos sítios históricos da Guerra presentes no território do município, iniciativa ocorrida durante a *Terceira Semana do Contestado*, em 17 de agosto de 2017, realizou-se a apresentação do projeto para o complexo turístico, cultural e ambiental do Monge João Maria. De acordo com Carlos, esse projeto é uma conquista muito importante para o município “*porque o projeto envolve ousadia e sonho, por se tratar de um plano para o Contestado, voltado ao desenvolvimento local/regional, e que tem em vista a geração de renda, trabalho e melhores condições de vida para a população municipal*”.

Conforme apresentado no dia do lançamento, o projeto segue princípios de sustentabilidade socioambiental quanto à iluminação e acesso, como pregava o próprio monge. Prevê a edificação de uma estátua do monge e destaca a valorização das águas e a arborização nativa com cedro, vassourinha e ipês amarelos. Prevê, ainda, a construção de mirante, espaço de acolhida para caravanas e um traçado rotas em todos os locais históricos da guerra, visando favorecer as pesquisas e motivar o turismo. Com isso, o objetivo é também ampliar a renda para a população que reside nesses espaços pela presença dos visitantes. O projeto, ainda não foi concluído e, dessa forma, ainda não há previsão de quando começará a ser construído. Mas segundo Carlos, o fato de estar sendo desenvolvido um projeto dessa natureza “*já é um grande orgulho pra gente*”.

5.2.5 Proposta de alteração do nome do município

Segundo Carlos, a partir das Semanas do Contestado começou a se discutir uma proposta de alteração do nome do município de Lebon Régis, que historicamente era conhecido como Arraial de Santo Antônio do Trombudo²¹⁰. Esse debate iniciou na quarta edição, em 2018,

²¹⁰ De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, após a antiga ocupação indígena na região, as terras do atual município de Lebon Régis foram ocupadas por volta de 1895, com a chegada dos primeiros moradores vindos de várias comunidades catarinenses e paranaenses. Em 1903 foi criado o Distrito de São Sebastião da Boa Vista que, em 1938, foi elevado à categoria de vila, com o nome de Caraguatá. Já em 1950, a vila passou a ser chamada de São Sebastião do Sul. Ao mesmo tempo, na parte sul, na região conhecida pelos antigos como Trombudo, formou-se outro núcleo que levou os nomes de Salto do Rio dos Patos, Fazenda do Salto e, depois, Santo Antônio do Trombudo, uma junção de Trombudo com o nome do santo que segue como padroeiro da paróquia até os dias atuais. Sendo um local de passagem de tropeiros que faziam os caminhos Curitiba-Caçador, tal região progrediu mais rapidamente, tornando-se distrito em 1934. Dados disponíveis em: <https://www.lebonregis.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/50322>. Acesso em: 14 mar. 2020.

quando se discutiu acerca do comandante Lebon Régis, personagem que dá nome para o município. O território que hoje pertence ao município de Lebon Régis se tornou, em 1934, distrito e passou a ser chamado de Lebon Régis. Em 1938, o distrito de Lebon Régis passou à categoria de vila. Com o seu crescimento e aumento populacional, o governo, em 1958, juntou os distritos de São Sebastião do Sul e Lebon Régis, criando o município de Lebon Régis que foi instalado em 1959 pelo então governador Irineu Bornhausen.

Responsável por planejar o primeiro ataque ao Reduto de Taquaruçu, o general Gustavo Lebon Régis era secretário geral do Estado de Santa Catarina. Diante desse dado histórico, o entendimento das lideranças da *Semana do Contestado* da cidade é o de que tal nome desonra a história e a memória do povo caboclo, pois ele nunca esteve nas terras do Trombudo ou na Serra da Boa Esperança, nem mesmo em Perdizinhas, onde, sobre suas ordens vindas da capital do Estado, muitos caboclos e caboclas foram mortos e queimados pelas ações legalistas, ordenadas por Lebon Régis e outros militares.

Nilson César Fraga²¹¹, considera que, pela função que ocupava no governo estadual, Lebon Régis poderia ter decidido pelo diálogo, por ações pacifistas, mas optou pelo derramamento do sangue caboclo. Dessa forma,

Torna-se impossível aceitar que o Trombudo do Contestado, chão caboclo de resistência secular, homenageie seu algoz; impossível que as pessoas de lá, na atualidade, tenham de citar o nome infame desse homem corresponsável pela morte de milhares de antepassados do povo do Trombudo, cotidianamente, ou na placa dos seus automóveis, nas suas carteiras de identidade, nas notas fiscais, nas placas de trânsito ou em tantas outras formas de objetos e documentos que trazem o nome de um dos políticos responsáveis pelo genocídio realizado nas terras caboclas. (FRAGA, 2018, [s.p])

De acordo com Carlos, o projeto de mudança de nome do município é uma das frentes de batalhas futuras. “*Vamos lutar para que o nome do município seja mudado, para que seja chamado de Trombudo, ou Trombudo do Contestado, para marcar ainda mais a importância do Coração do Contestado no contexto regional brasileiro*”. O projeto ainda não tem encaminhamento jurídico. No momento há o empenho em “*conscientizar o povo*” sobre quem foi o homem que dá nome a cidade e até mesmo porque ainda “*tem muita gente que é contra*”.

²¹¹ Artigo publicado por Nilson Fraga no Jornal Caboclo, em 25 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2018/01/25/coracao-do-Contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-Contestado-por-nilson-cesar-fraga/>. Acesso em: 6 abr. 2020.

5.2.6 Abrindo novos caminhos

Tão importante quanto esses projetos que alcançam maior visibilidade social é o fato de que as *Semanas do Contestado* “ajudaram o povo a compreender sua participação social”, como avaliado por Pasa, pois, as iniciativas que compõem as edições das *Semanas* avançam no sentido de corrigir a imprecisão das narrativas sobre os fatos que marcaram os anos de guerra, deixando, ao longo das décadas, grande parte da história oculta, silenciada e invisível. Segundo Pasa, o principal ganho das *Semanas do Contestado* é “o protagonismo dos caboclos, que tomam sua história diante de si e reconhecem sua participação e a importância da sua gente nesse chão”. Vencendo o estigma de ser “inferior”, as *Semanas...* tornaram evidente a “grandiosidade histórica dos que combateram defendendo sua terra e sua família, o valor das características dessa cultura e a dignidade que conquistam em cada luta e batalha numa guerra que ainda não acabou, hoje, contra a pobreza, o preconceito e a indiferença de um governo litorâneo que faz pouco caso da população dessa região”.

As *Semanas do Contestado*, partindo das construções culturais e religiosas, questionam estruturas de dominação e exclusão, oferecendo novos elementos interpretativos para os processos sociais “potencializando as capacidades dessas pessoas e tirando-as da invisibilidade social”, narra Pasa. Considerando que a construção histórica da cultura na região é resultado da dominação e da violência e mesmo do abandono por parte do Estado, ao “tornar o povo mais consciente e mais conhecedor dos seus direitos”, as *Semanas do Contestado* oferecem instrumentos para reivindicar “investimentos em infraestrutura, moradias, estradas, saúde, educação, cultura, lazer etc.”, compreende Amarildo, que complementa afirmando que a *Semana do Contestado* “é um grito de reivindicação”.

As *Semanas do Contestado* oferecem singulares oportunidades de esclarecimento, de participação social e de discussão de ideias. Ao longo dos eventos, fatos controversos foram “sendo postos às claras, com a presença de historiadores e da população em geral”, contou Carlos. Nesse campo de diálogo e discussão há uma nova construção dos saberes, compartilhamento de costumes, formação de valores e superação de preconceitos. De forma semelhante, as apresentações culturais, tanto em seu aspecto artístico quando nos conteúdos abordados têm uma proposta, novamente segundo Carlos, “bastante crítica. Trazem coisas do passado que nos fazem pensar bastante. Para elaborar as apresentações, os professores e alunos precisam estudar, ir atrás de fontes, isso é bom. Isso muda o jeito de pensar”.

No sentido de reconhecer o valor de pessoas e entidades que se destacam por prestar algum serviço relevante à história e à memória do Contestado, em todas as edições da *Semana do Contestado* é feita a entrega da Condecoração de Santo Antônio do Trombudo de Bravura Cabocla do Contestado. Amparada pela Lei Orgânica Municipal²¹² em seu artigo 26º, inciso XXX – que prevê ao município outorgar título de cidadão honorário à pessoa que, ao par de notória idoneidade, tenha se destacado na prestação de serviços à comunidade ou por seu trabalho social, cultural ou artístico, seja merecedora de gratidão e reconhecimento da sociedade – e também pelo artigo 104º, inciso XLI – relativo às condecorações e distinções honoríficas –, essa condecoração foi solicitada à administração pública pela equipe de organização das *Semanas* para que contemplasse os “serviços de preservação e resgate da memória material e imaterial do município”²¹³.

De acordo com Carlos, essa homenagem é concedida para pessoas e entidades ou organizações considerando alguns critérios como “*ser descendente dos caboclos que lutaram na guerra ou guardar lembranças daquele período, ter sítio histórico na propriedade ou trabalhar em prol da questão do Contestado*”. A escolha dos homenageados enaltece os dignitários dessa condecoração por “*honrarem a memória do Contestado*” e “*por terem paixão pelo Contestado*”. Outro aspecto a ser destacado nessa prática é que, ao contrário do que geralmente acontece com esses títulos entregues apenas aos munícipes, a Condecoração de Santo Antônio do Trombudo de Bravura Cabocla do Contestado é concedida também para pessoas e entidades de outros municípios inclusive de outros estados²¹⁴.

Em nível local, a partir das *Semanas do Contestado*, num esforço coletivo que envolve pessoas e organizações, tornou-se possível acessar e recuperar locais e sítios históricos situados em propriedades particulares. É, sem dúvida, um ganho político relevante para a memória do Contestado. A isso, soma-se a valorização da cultura local, a inserção do tema da *Semana* no calendário escolar do município, na rede municipal e estadual de ensino. Contudo, “*o ganho mais importante é esse reconhecimento de Lebon Régis. Diferente do que se via antes, que era*

²¹² Lei Orgânica Municipal, Prefeitura de Lebon Régis, de 2008. Fonte: <https://www.lebonregis.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaItem/50872/codNorma/150356>. Acesso em: 15 abr. 2020.

²¹³ Texto presente na placa entregue às pessoas ou entidades condecoradas.

²¹⁴ A título de exemplo, essa homenagem já foi concedida para: Núcleo de Estudos do Contestado, desenvolvido por meio de Projeto de Extensão do Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, coordenado pela professora Márcia Schuller; Wiliam Douglas Gomes Peres, pela articulação da memória do Contestado junto ao Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Caçador; Universidade Estadual de Londrina (PR); o artista Vicente Telles, do Irani (SC). Segundo Carlos, “*quando a gente convida uma pessoa ou entidade de fora do município para vir receber a homenagem, sempre vem um grupo junto que vê o que a gente está fazendo. É uma forma de divulgar*”.

discriminado, a partir da hora que alguém vem aqui e faz uma visita, ele sai com uma mentalidade diferente”, pondera Carlos.

Embora já possam ser assinalados alguns avanços, novamente segundo Carlos, *“ainda há muita coisa a se descobrir sobre o Contestado, o que precisa do envolvimento de todos. A partir da Semana do Contestado que realizamos, o povo de Lebon Régis ganhou em autoestima, não tem mais vergonha de se sentir caboclo”*. Mesmo que esse trabalho encontre resistências, ele abre novas interpretações, *“às vezes o adulto não vai mudar sua mentalidade, mas os filhos começam a ver diferente. [...] O trabalho com educação é investimento a longo prazo. É um trabalho que abre caminho”*.

Em sua entrevista Carlos também perfaz a seguinte análise: *“[o] Contestado é uma ferida. Mas o movimento, como esse que a gente está fazendo, pode vir a mexer com essa realidade”*. Com os pés fincados em torno dos poços de São João Maria e dos antigos cemitérios caboclos, as *Semanas do Contestado* de Lebon Régis revisitam a história, reúnem pessoas e entidades, oferecem novas interpretações do passado e elementos para pensar o presente, reivindicando transformações para um futuro em que os caboclos e caboclas tenham seu lugar social reconhecido e orgulho do que são.

A valorização e a visibilidade da história, identidade e cultura cabocla, contudo, enfrentaram resistências. Nos debates públicos propostos pelas *Semanas do Contestado* havia uma clara *“insatisfação de algumas pessoas”* que, para manter as versões dos que venceram e negar o papel que os caboclos exercem sobre sua própria história, *“negam a história, o massacre e a dizimação do povo caboclo”*, no entendimento de Pasa. Carlos, por sua vez, entende que parte da resistência que se percebe contra as atividades da *Semana do Contestado* é, no fundo, resistências a uma mudança de paradigma social, a partir do qual emerge o valor do caboclo²¹⁵, pois, segundo ele *“a história sempre foi contada pelos vencedores e agora ela começa a ser reescrita pelos vencidos. A gente tem dado vez e voz pra pessoas humildes que nunca foram entrevistadas e tem gente que não quer mudar a visão. Não é que eles não sabem. É que não querem mudar”*. Mesmo não tendo angariado unanimidade, a realização das *Semanas*

²¹⁵ As organizações que promovem e apoiam as *Semanas do Contestado* reconhecem que, a partir do início de suas realizações, *“a imagem do caboclo foi valorizada. O lebonregense que era tratado como sujeito inferior, agora, com as atividades que estão sendo feitos, estão sendo chamados pra apresentar quadros artísticos em vários municípios fora, em Chapecó e em Caçador, então isso mexe com a estima das pessoas. Isso mudou bastante na cabeça da sociedade e na cabeça das crianças. Porque mostrou que aqui em Lebon Régis tem talento, tem valor, o que falta muitas vezes é oportunidade. Houve uma mudança bastante drástica em cima disso”*, relatou Carlos.

do Contestado “serviu para questionar, esclarecer e compreender melhor os fatos ocorridos na guerra que deixa marcas em nossa gente até hoje”, compreende Pasa.

Ao apresentar e analisar a realização das *Semanas do Contestado* nos municípios de Caçador e Lebon Régis, este capítulo buscou mostrar como elas se constituem como uma forma específica de mobilização social que se caracteriza principalmente pela efetivação de um número significativo de atividades que incidem sobre a condição social dos caboclos e caboclas do Contestado. Mesmo considerando as características próprias de cada uma dessas experiências, por meio delas se construiu uma rede de atores, formais e informais, que levam à frente um processo de reconhecimento da história, da cultura e da religiosidade dos caboclos e das caboclas, impactando em alterações nas representações sociais e culturais e apresentando demandas aos poderes públicos. As *Semanas do Contestado* produzem novas leituras da história e da presença cabocla na região. O engajamento nessa luta, conforme identificado na pesquisa de campo, decorre de uma conjunção de aspectos cognitivos e emotivos provenientes dos debates realizados e dos muitos elementos simbólicos e culturais utilizados. Ademais, as oportunidades políticas e o apoio de estruturas mobilizadoras foram aproveitadas para sustentar e ampliar as ações. A memória da guerra e das suas consequências sociais ao longo da história é reconstruída a partir da perspectiva dos caboclos e caboclas descortinando valores, saberes e personagens que estavam escondidos ou que tinham sido silenciados. Ocorre, dessa forma, a afirmação da identidade e do pertencimento que se expressa no orgulho de ser cabocla e caboclo e que produz processos de mudanças sociais.

6. CONCLUSÃO

A existência de um processo de visibilização e expressão da memória, da cultura e de identidade cabocla, ocorrendo no território do Contestado, sugeriu, no início deste trabalho, a emergência de organizações sociais e a construção de repertórios de ação que sinalizavam o estabelecimento de um espaço de luta por reconhecimento. A pesquisa empírica, realizada por meio de análise documental e de entrevistas com lideranças envolvidas nas articulações das *Semanas do Contestado*, além daquelas atuantes na Associação dos Caboclos de Lebon Régis e na Pastoral Cabocla, serviu-se dos pressupostos teóricos articulados a partir de várias abordagens, tendo em vista alcançar as diversas faces desse processo.

Identificou-se que no território do Contestado ocorre um movimento que é constituído por uma rede plural de atores, articulados e mobilizados por meio de princípios identitários e valores compartilhados. Quanto à sua localização, alguns estão inseridos na esfera da sociedade civil e outros nos espaços estatais, comportando ainda um fluxo/trânsito entre esses dois espaços. Os resultados dessa análise mostram que esses atores dirigem suas ações tanto para a sociedade civil – tensionando a ruptura com o preconceito, a estigmatização, o silenciamento histórico, construindo valores e identidade e almejando mudanças nas representações sociais a longo prazo – quanto para o poder público, ambicionando a inclusão dessa parcela da população nos projetos de desenvolvimento local por meio de políticas públicas de reparação e reconhecimento.

A *Semana do Contestado*, a partir dos aspectos empíricos levantados nesta pesquisa, apresenta-se como um repertório que pertence a esse conjunto de atores e que é sustentado pela interação entre eles. A escolha das atividades que a compõem considera a legitimidade social que tais atividades possuem e a capacidade mobilizadora que comportam. Ao longo das edições, vão se combinando e adaptando novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar as demandas. Com atividades culturais e artísticas (música, dança, teatro, esporte), sessões de cinema, celebrações religiosas, painéis de debates, feiras, palestras, conferências, lançamentos de livros, realização de caminhadas e acampamentos, oficinas com ervas medicinais, rodas de conversas, debates nas escolas, mutirões ecológicos, visitas aos lugares históricos do Contestado, essa pluralidade de atividades confere ao repertório uma diversidade de estratégias de expressão de símbolos e comunicação de ideias que atingem diversos públicos, realizando,

por um lado, a releitura crítica da história e da memória, e, por outro, construindo processos de mudança no imaginário social e afirmando identidades.

Além disso, as *Semana do Contestado* nos municípios de Caçador e Lebon Régis estabelecem relações entre atores sociais e políticos. Os organizadores se articulam também a partir do aparato estatal, inserindo-se nas instâncias de poder ou mobilizando agentes que atuam nessas instâncias e adentrando a disputa pelo poder interpretativo das políticas públicas. Estabelecem, assim, uma costura a partir dos espaços institucionalizados utilizando as oportunidades de atuação institucional e, desde esses espaços, impulsionando atividades e ações. Isso ficou caracterizado, nesta pesquisa, pela estratégia de envolver agentes públicos na organização das semanas. Dentro dos limites e aberturas possíveis, utilizam-se dos espaços e do poder institucional para fortalecer seus próprios objetivos. Em alguns casos, a própria estrutura pública é parte da organização do repertório, como, por exemplo, a vinculação com secretarias municipais de cultura e educação.

As atividades culturais e religiosas, somadas aos debates científicos e acadêmicos, compõem parte do processo de construção de identidades coletivas. Os elementos simbólicos são recursos utilizados para tornar pública a resistência e a insatisfação diante das condições de vida infligidas ao povo caboclo e ao trabalhador de modo geral. Na luta por reconhecimento, a dimensão artística, a música, a dança, o teatro e a contação de histórias são recorrentemente acionadas como ferramentas políticas, de intervenção e resistência. Os elementos artísticos surgem como uma forma singular de expressão e comunicação ideias e de emoções. Nas *Semanas do Contestado* essa capacidade é potencializada pelo fato de que a maioria das apresentações artísticas são preparadas nas escolas e por grupos populares locais, que em suas proposições evidenciam os embates sociais em apresentações carregadas de emoções e alimentadas por conflitos que experimentam no cotidiano. A expressão artística emerge, assim, como uma forma de compartilhar um sentimento de indignação moral com outros indivíduos no mesmo contexto sociopolítico, fortalecendo a identidade coletiva, tal como desenvolvido por Axel Honneth (2003; 2013).

As atividades religiosas e culturais emergiram como importantes fontes de produção e transmissão de significados, influenciando o engajamento e a participação pela capacidade de ambas de suscitar questionamentos à estrutura social e de atingir, de forma significativa, seus interlocutores. Ocupando o espaço público, quebram o ritmo da rotina da vida das pessoas, questionando sobre a história e os problemas sociais. Ao mesmo tempo, essas atividades divulgam símbolos e um conjunto de pensamentos que os acompanham. Por exemplo, a

bandeira do Contestado carrega muito mais elementos do que apenas a imagem nela estampada. Uma imagem de João Maria ou de São Sebastião diz muito mais do que apenas a qualidade artística do artefato. A produção simbólica e cultural das *Semanas do Contestado* confere a esse repertório de ação, tal como desenvolvido por Charles Tilly (1978; 2006), uma gama de estratégias de expressão de símbolos e comunicação de ideias, permitindo formas sensíveis de intervenção política e de resistência.

Por muito tempo, caboclas e caboclos foram tratados como uma parcela invisibilizada e silenciada socialmente, resistindo à margem, como coadjuvantes do processo histórico. No entanto, ao construírem interpretações e promoverem atividades que atribuem novos significados às suas identidades, esses sujeitos passam a ocupar o espaço social e a serem reconhecidos e valorizados. A atribuição de valor à sua cultura, sua memória e sua história tem contribuído para que caboclos e caboclas se autoafirmem como participantes legítimos da vida social e isso os levou, também, a direcionarem suas ações para o poder público, buscando assegurar, embora ainda timidamente, políticas destinadas à sua integração na dinâmica social.

A partir de pequenas rupturas com sua condição histórica, caboclas e caboclos se colocam como protagonistas, participantes ativos dos processos sociais como, por exemplo, na elaboração de um projeto turístico para a região, que se apropria das características históricas e antropológicas do território do Contestado, conectando lutas próprias com preocupações comuns a toda a sociedade – a exemplo do mapeamento dos sítios históricos da Guerra – ou promovendo debates que contribuem para aprofundar o conhecimento histórico da Guerra. Assim, as *Semanas do Contestado* configuram um repertório múltiplo de visibilização e vocalização do caboclo face ao longo processo de silenciamento e invisibilidade que experimentaram, contribuindo para o seu reconhecimento social.

Ao reunir uma diversidade de atores e firmar parcerias com diversas entidades e organizações, as *Semanas* permitem a participação direta dos caboclos e das caboclas e de outras lideranças populares locais na ação coletiva. As organizações e os espaços coletivos de caboclos, bem como as entidades afins, interpretam e atribuem significados aos seus contextos de ação. Além de negociarem os sentidos no âmbito interno da organização do movimento, por suas ações estarem enraizadas no ambiente social, alcançam, com elas, diversos espaços que se tornam irradiadores da sua interpretação da história e da realidade social.

As *Semanas do Contestado* atribuíram significados a diversos símbolos culturais, tornando-os símbolos mobilizadores. A herança de dor, de sofrimento, de esquecimento e de marginalização do povo caboclo é identificada como uma injustiça cometida pelo Estado e

pelos coronéis, seja pela atuação do exército no período da Guerra, seja pela ausência das políticas públicas ao longo da história e na atualidade. A construção desse quadro interpretativo – acessando o sentimento compartilhado por caboclas e caboclos dada as situações de vida semelhantes que experienciam –, cria a consciência de um “nós” identitário. Essa construção interpretativa, enlaçada com sentimentos e emoções, mobiliza as pessoas para a ação. Os símbolos são extraídos seletivamente e combinados com ideias orientadas para a ação, que, por sua vez, perpassam o poder público e interlocutores da sociedade civil, visando alterar as representações sociais sobre a cultura e a vida cabocla.

As *Semanas do Contestado*, firmando-se ao longo das edições, construíram uma dimensão consistente, com certa formalização e permanência, o que motiva as pessoas a se engajarem. Com a pauta que gira em torno de uma grande ferida identificada na sociedade, as *Semanas* reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados, ampliando a construção de redes sociais relativamente densas e estruturas conectivas, cujo resultado são as interações sustentadas ao longo do tempo. Os grupos mais mobilizados com a questão do Contestado foram, de alguma forma, capazes de irradiar a ação coletiva, influenciando outros atores menos mobilizados. Em consequência, surgiram inovações nas formas de engajamento, nos quadros interpretativos da ação coletiva e na combinação de participação organizada e não organizada.

As *Semanas do Contestado*, aos poucos, vão se constituindo como um espaço aglutinador de militantes, grupos e entidades, até então muito dispersos e/ou com pouca expressão política e social. O processo de interpretação realizado pelos atores sociais e a identificação de determinadas condições conjunturais como oportunidades afetaram a constituição e atuação das organizações sociais de modo que as mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas, em conjunto com o desenvolvimento de uma consciência política e a precedente atuação em outras organizações, ofereceram os meios básicos para que atores políticos com pouca ou nenhuma possibilidade de poder político se expressassem e ocupassem a esfera pública.

Resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos, a identidade coletiva que se constitui em torno da questão do Contestado tem se caracterizado por formas particulares de resistência, contestando os rumos do desenvolvimento socioeconômico, o imaginário cultural sobre as caboclas e os caboclos e buscando a reapropriação do espaço e das relações cotidianas. Ao mesmo tempo, tal identidade agrupa e organiza indivíduos que são vistos em condições de inferioridade em relação ao sistema de valores dominantes na sociedade e que se identificam por seus atributos específicos como a herança histórica, as formas de habitar e conviver

característicos da cultura cabocla. Seguindo o entendimento de Honneth (2003), para quem a origem dos conflitos sociais se dá a partir das experiências humanas de menosprezo, humilhação e discriminação, o objetivo de integrar um determinado grupo de reivindicação é encontrar um meio social de reconhecimento da valoração pessoal.

Reunindo-se junto àqueles que têm essas características em comum, ou compartilham desses valores, os sujeitos se identificam e geram relações de solidariedade. Esse processo de construção de solidariedade e identidade coletiva, contudo, não elimina os conflitos que permanecem submersos sob a aparente unidade na qual se apresentam esses atores. A aparente unidade comporta diferenças e conflitos internos que requerem constante esforço de realinhamento. Esses elementos apontam para a necessidade de aprofundar a pesquisa no campo da identidade dessas organizações, no sentido de alcançar a multidimensionalidade das suas estratégias e práticas de ação. Novos esforços nessa direção podem trazer perspectivas fecundas para a análise dessa rede, como também para os movimentos sociais em geral, e produzir debates com relevantes possibilidades de análise da complexa dinâmica de inclusão e exclusão que marca a atuação dos movimentos sociais.

A Pastoral Cabocla e a Associação dos Caboclos de Lebon Régis são exemplos afirmativos de um processo social em transformação, cujo principal contributo pode ser percebido em termos de construção de identidades coletivas e, ao mesmo tempo, produção e reelaboração de códigos culturais, que são condições para a visibilidade de sua luta. Ao combinar o sentido de pertencimento a um grupo com densas redes interpessoais entre os membros do grupo, essas entidades geram solidariedade interna e mobilizam recursos para sua ação. Constatou-se, nesta pesquisa, que a atuação política dessas organizações não se refere apenas àquilo que elas fazem, mas, sobretudo, no processo de como o fazem e ao fato mesmo de que elas foram construídas, sua própria existência.

A criação dessas organizações, considerando a existência de outras com atuação similar, é um fato político a ser considerado, que valida uma reapropriação das forças das caboclas e dos caboclos nesse campo de disputas que é o Contestado. Esses atores atuam com um lastro mobilizador que é a memória da Guerra e suas consequências na região e que, ao mesmo tempo, como defende Halbwachs, sendo a memória um fenômeno que depende de mecanismos coletivos, a emergência dessas organizações caracteriza um elemento fundamental da própria luta empreendida.

Tanto a partir da abordagem desses atores quanto da abordagem das *Semanas do Contestado*, constatou-se que a memória coletiva ocupa um espaço significativo, configurando

um componente central da luta por reconhecimento. Ela é ativada no processo de construção de identidades e na mobilização dos repertórios e, ao mesmo tempo, é um objeto de disputa, ou seja, parte do esforço é voltado para recuperar, preservar e transmitir a memória histórica da luta dos caboclos e caboclas, seus costumes e modos de vida. Em consequência disso, estando o movimento social no Contestado fortemente relacionado com a memória coletiva, a formação de grupos de referência e a efetivação de repertórios de ação se tornaram referenciais importantes para a compreensão de todo o processo. Constatou-se, ainda, que o advento do Centenário da Guerra foi relevante para a retomada da memória do Contestado como elemento mobilizador dessa luta.

A memória coletiva, articulada de maneira conjugada com conceitos empregados nas teorias de movimentos sociais, remete às avaliações éticas e políticas decorrentes da experiência histórica da Guerra e atribui especificidade temporal e espacial aos processos de mobilização. A busca por reconhecimento no território do Contestado, portanto, é resultado de conjunturas políticas e processos macroestruturais, mas, também, produto de interações simbólicas e culturais, reproduzidas no tempo e enraizadas em lugares específicos, forjando identidades coletivas e efetivando quadros interpretativos mobilizados estrategicamente e envolvidos na densidade emotiva da memória coletiva.

Contudo, identificou-se, nesta pesquisa, as variações que a memória coletiva assume no interior de um mesmo grupo. Ela é portadora de diferenças tanto no plano das narrativas, dos fatos e processos históricos descritos por essas narrativas, quanto no plano dos significados a eles atribuídos. Nesse sentido, novas linhas de estudos poderiam seguir, na perspectiva da memória social, permitindo melhor considerar as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado, conforme Fentress e Wickham (1992).

A memória coletiva também se mostrou marcada pela existência de conflitos, contradições e, mais precisamente, pela disputa pelo passado, pela possibilidade de nomeá-lo, atribuir-lhe valores e, até mesmo, de produzir heróis e vilões – ou seja, indivíduos que, em função do papel real ou imaginário que desempenharam na Guerra ou na história subsequente da região, em relação aos grupos que se vinculam a essa história, têm parte de sua vida transformada em símbolo dos ideais e valores que direcionam ou inspiram as ações dos caboclos e caboclas. Nesse caso, reconhece-se o valor paradigmático de João Maria e outras lideranças do Contestado e a contestação de outras figuras como a do comandante Lebon Régis.

A disputa pelo passado, enquanto disputa pela legitimação do presente, é outra questão relevante que emerge desta pesquisa. Nessa disputa são definidos os fatos e os personagens que

devem ser lembrados e exaltados e, também, aqueles que devem ser esquecidos e ultrajados. Isso ficou caracterizado pelo empenho em formar um enquadramento interpretativo que exalte o valor dos caboclos que resistiram na Guerra e desqualifique a ação do Estado representado pelas forças militares. Um enfoque na dimensão política da memória ajudaria a explicitar como as imagens do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas por setores dominantes da sociedade para servir às suas próprias necessidades no presente e como determinados grupos resistem a esse processo. Isso permitiria melhor compreender quem controla ou impõe o conteúdo da memória social e de que forma a memória, socialmente estruturada, serve aos objetivos atuais dos poderes instituídos, na linha dos estudos de Hobsbawm e Ranger (2008), para quem as tradições são deliberadamente inventadas e difundidas mediante a imposição de uma memória oficial.

Todavia, mesmo considerando que as tradições, e com elas também a memória, são inventadas e construídas, e que sua invenção incorpora sempre relações de poder, não se pode negar que a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e que a sua natureza é conflitual e em constante transformação. Assim, junto às representações oficiais do passado permanecem outras memórias que confrontam versões estabelecidas. Esses elementos também foram identificados nesta pesquisa, sobretudo, pelo esforço dos atores sociais e pela efetivação de um repertório que tende a desconstruir a narrativa dominante edificando uma nova a partir da perspectiva das caboclas e dos caboclos, alinhados numa rede plural de entidades e organizações inseridas em processos de construção identitária.

A esse propósito, parecem ser promissoras as premissas de Foucault (1977) que, reconhecendo a pluralidade de forças, práticas e regimes que coexistem no interior de uma mesma sociedade, considera que a memória está em permanente revisão. É nesse sentido que o autor formula o conceito de “contra-memória” (FOUCAULT, 1977), incluindo, na análise das representações do passado, a voz daqueles que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes, cujas práticas discursivas alternativas podem transformar-se, à medida que a sua popularidade aumenta, em um discurso dominante. As condições de possibilidade para que uma “contra-memória” elaborada pelos caboclos e caboclas torne-se um discurso dominante pode ser objeto de futuras pesquisas.

Esta pesquisa contribui no debate acerca das relações entre movimentos sociais e ações coletivas e estruturas mobilizadoras, ampliando as possibilidades de interpretação de uma forma de relação que, ao que tudo indica, demonstra sinais de intensificação. Focar não apenas nos atores, mas na estrutura relacional da luta política como um todo, possibilita captar as suas

mudanças em termos de apoios e objetivos, que, por sua vez, são profundamente afetados por seus recursos, oportunidades e constrangimentos, bem como por outros atores na arena pública.

O Contestado é um território ainda hoje em disputa, marcado pela violência e pela resistência. Se é possível, por um lado, identificar um processo de silenciamento e estigmatização, por outro, há a resistência ante essa condição. Há mais de um século, caboclos e caboclas carregam um grito por justiça social, por reconhecimento e pela defesa da própria memória que, nos últimos anos, se faz ouvir. Colocam em marcha um processo de transformação da história como legítimos participantes dela. Revisitam e ressignificam a história, articulando os saberes científicos e acadêmicos com as experiências e memórias presentes no território do Contestado. Fazem uma releitura do passado que não se limita à compreensão abstrata e conceitual, mas que se deixa envolver na poeira e na lama das antigas trilhas caboclas, por debaixo das velhas araucárias, e reconstroem a narrativa da história abrindo novos horizontes no cotidiano de vida. Caboclas e caboclos do Contestado reavivam memórias, estabelecem redes de relações e parcerias, superam preconceitos e medos e, com a mesma coragem e bravura de outrora, começam um novo tempo no Contestado, cuja marca principal é o orgulho que carregam no peito e a alegria de, novamente, reunirem-se, reencontrarem-se, reconhecerem-se e serem reconhecidos como população herdeira e portadora de uma história valorosa.

7. REFERÊNCIAS

Fontes Orais – Entrevistas realizadas entre fevereiro e junho de 2020.

Adelmir Beli Simão, presidente da Associação dos Caboclos de Lebon Régis. Entrevista realizada em 29 de maio 2020.

Antônio Amarildo de Medeiros, membro da Associação dos Caboclos de Lebon Régis e membro da organização da Semana do Contestado de Lebon Régis. Entrevista realizada em 17 de abril de 2020.

Antônio Guesser da Rosa, membro da Associação dos Caboclos de Lebon Régis e da Pastoral Cabocla. Entrevista realizada em 6 de junho de 2020.

Carlos Nedir Veiga da Silva. Membro da Associação Cultural Coração do Contestado, de Lebon Régis e da organização da Semana do Contestado. Entrevista realizada em 18 de junho de 2020.

Júlio Corrente, coordenador do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - Caçador e membro da organização da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 10 de março de 2020.

Leonir Guesser Simão, coordenadora da Pastoral Cabocla. Entrevista realizada em 29 de maio de 2020.

Letíssia Crestani, coordenadora do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - Caçador e membra da organização da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 10 de março de 2020.

Lucinei Paes, servidora pública municipal lotada na secretaria municipal de cultura de Caçador e membra da organização da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 2 de março de 2020.

Mariana Piacentini, assessora de comunicação da Câmara Municipal de Vereadores de Caçador e membra da comissão organizadora da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 5 de junho de 2020, por e-mail.

Moacir da Silva Caetano, referencial eclesiástico da Pastoral Cabocla. Entrevista realizada em 23 de junho de 2020, por e-mail.

Nilse de Fátima Nascimento, diretora administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Caçador e membra da organização da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 2 de março de 2020.

Ricardo Pelegrinello, ex-vereador de Caçador, presidente da Associação dos Amigos do Museu do Contestando e membro da organização da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 9 de março de 2020.

Valmir Pasa, padre e membro da Pastoral Cabocla e da comissão organizadora da Semana do Contestado de Lebon Régis. Entrevista realizada em 15 de julho de 2020, por e-mail.

William Douglas Perez Gomes, servidor público federal – IFSC e membro da comissão organizadora da Semana do Contestado de Caçador. Entrevista realizada em 14 de março de 2020.

Fontes Documentais

Jornal Fonte

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: Causos da Cabocla Justina*. Jornal Fonte. Ano 11, n.122, Jun. 2008, p.15

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: O caboclo do Contestado e sua fé em “São” João Maria - Causos da cabocla Justina (parte 2)*. Jornal Fonte. Ano 11, n.123, Jun. 2008a, p.15

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: O caboclo do Contestado e sua fé nos três batismos*. Jornal Fonte. Ano 11, n.124, Ago. 2008b, p.15

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: A Importância do Manjolo na vida dos caboclos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 11, n.125, Set. 2008c, p.15

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: O jeito caboclo de morar e viver*. Jornal Fonte. Ano 12, n. 131, Mar. 2009, p.15.

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: Dona Norina, uma vida de amor e doação*. Jornal Fonte. Ano 12, n. 133, Mai. 2009a, p.15.

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: Solidariedade na Cultura do Povo Caboclo na Região do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 12, n. 134, Jun. 2009b, p.15.

CAETANO, Moacir Silva. *Memórias do Contestado: O Casamento na Cultura Cabocla*. Jornal Fonte. Ano 12, n. 136, Ago. 2009c, p.15.

CARTA do Seminário Regional dos 100 Anos do Contestado. *Jornal Fonte*. Ano 15, n. 169, set.2012, p.7.

CLASEN, Dom Frei Severino. *Romaria do Centenário do Contestado*. Jornal Fonte, Ano 18, n.202. Set. 2015, p.3

COORDENAÇÃO Diocesana das Pastorais da Juventude. *Na Terra Santa do Contestado Nasci e Cresci... Com ela quero Produzir e Ser Feliz!* Jornal Fonte. Ano 1, n. 7, 1997, p.7.

COORDENAÇÃO do Festival. *Festicontestado, o festival cultural do contestado acontece em três cidades da Diocese de Caçador*. Jornal Fonte. Ano 12, n. 131, Dez. 2009, p.11

ECCEL, Luiz Carlos. *Editorial*. Jornal Fonte. Ano 1, n. 1., 1997, p. 12

HAUFFE, Clarice. *Nas PJ's do Contestado ousamos construir cidadania*. Jornal Fonte, Ano 1, n.1, Abril 1997, p.8

JORNAL Fonte. *Pastoral: Serviço da Igreja no Mundo*. Ano 1, n. 3, 1997, p.12.

JORNAL Fonte. *Gilberto Tomazi. Mística do Contestado: Mensagem de São João Maria na experiência religiosa do Contestado*. Entrevista. Ano 13, n. 148, Out. 2010, p.8-9.

JORNAL Fonte. *Acampamento Estadual da 5ª Semana Social Brasileira*. Ano 16, n.181, Out. 2013, p.3.

JORNAL Fonte. *Romaria do Centenário do Contestado: Um Grito de Esperança e de cuidado com a casa comum*. Ano 18, n.203, Out. 2015.

JORNAL Fonte. *A Romaria do Centenário do Contestado e Suas Novidades*. Editorial. Ano 18. n. 205, Dez. 2015a, p.4

JORNAL Fonte. *A Pastoral Cabocla*. Editorial. Suplemento Formação e Missão. Ano 19. n. 206, Jan./Fev. 2016, p.1.

PARTICIPANTES do Seminário de Comunicação Popular. *Jornal Fonte*. Ano 12, n.129, Fev. 2007, p.7

TOMAZI, Gilberto. *Água, patrimônio de todos*. *Jornal Fone*. Ano 6, n. 74, Mar. 2004, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Memórias do Povo: Lembranças de “São João Maria”*. *Jornal Fonte*. Ano 6, n.78, Jul. 2004a, p.7

TOMAZI, Gilberto. *A Mística e A Mensagem de São João Maria e do Contestado: Introdução e Contextualização*. *Jornal Fonte*. Ano 7, n.88. Jun. 2005, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *A Mística e A Mensagem de São João Maria e do Contestado (Parte 2): A Mensagem de São João Maria e do Contestado*. *Jornal Fonte*. Ano 7, n.89. Jul. 2005a, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *A Mística e A Mensagem de São João Maria e do Contestado (Parte 3): A Atualidade da Mensagem de João Maria*. *Jornal Fonte*. Ano 7, n.90. Ago. 2005b, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *A Mística e A Mensagem de São João Maria e do Contestado (Parte 4): Conclusão*. *Jornal Fonte*. Ano 7, n.90. Set. 2005c, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *A Mística e A Mensagem de São João Maria e do Contestado (Parte 5): Mensagem de João Maria*. *Jornal Fonte*. Ano 7, n.92. Out. 2005d, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. *Jornal Fonte*. Ano 15, n. 166. Jun. 2012, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. *Jornal Fonte*. Ano 15, n. 167. Jul. 2012a, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. *Jornal Fonte*. Ano 15, n. 168. Ago. 2012b, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. *Jornal Fonte*. Ano 15, n. 169. Set. 2012c, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 170. Out. 2012d, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 171. Nov. 2012e, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 172. Dez. 2012f, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 173. Fev. 2013, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 174. Mar. 2013a, p.7.

TOMAZI, Gilberto. *Um Século de Resistência e Esperança: Dez Ensinamentos do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 15, n. 175. Abr. 2013b, p.7.

TOMAZI; Gilberto. *Reforma Política e Contestado em Pauta*. Jornal Fonte. Ano 17, n.189, Jul.2014, p.3.

TOMAZI; Gilberto. *Centenário do Contestado: Heranças do Contestado, a Cavalaria..* Jornal Fonte. Ano 17, n.190, Ago.2014a, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *O Contestado: Romarias e Outras Memórias*. Jornal Fonte. Ano 17, n.191, Set. 2014b, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Dois Mundos em Confronto: Contestado e Eleições 2014*.Jornal Fonte. Ano 17, n.192, Out. 2014c, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *João Maria Encantado no Contestado*. Jornal Fonte. Ano 17, n.193, Nov. 2014d, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Cruzes e Cruzeiros*. Jornal Fonte. Ano 17, n.194, Dez. 2014e, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Jovens no Contestado*. Jornal Fonte. Ano 18, n.195, Jan. Fev.,2015, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Mística e Sonhos da Irmandade Cabocla do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 18, n.196, Mar., .2015a, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Águas Santas e o Centenário do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 18, n.197, Abr., .2015b, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *A Religiosidade Popular no Contestado*. Jornal Fonte. Ano 18, n.198, Mai., 2015c, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *Os Jagunços do Contestado*. Jornal Fonte. Ano 18, n.199, Mai., 2015d, p.4.

TOMAZI; Gilberto. *No Contestado: Bênçãos e Orações Atribuídas à João Maria*. Jornal Fonte. Ano 18, n.201, Ago, 2015e, p.4.

TOMAZI, Gilberto. *E Depois da Romaria?* Jornal Fonte. Ano 18, n. 204, Nov. 2015d, p.4

Demais fontes

ASSOCIAÇÃO Cabocla de Lebon Régis. *Livro de Atas*. Lebon Régis. [s.d]

ASSOCIAÇÃO Cabocla de Lebon Régis. *Estatuto*. Lebon Régis [s.d]

PREFEITURA Municipal de Caçador. Atas da Câmara Municipal de Caçador. Disponível em: <https://www.camaracacador.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/109491> Acesso em: Nov. 2020.

DIOCESE de Caçador. *Planos Diocesanos de Pastoral*. Caçador. [s.d]

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, p. 15-46, 2018.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, nº 28, p. 52-84, 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, nº 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia* (Online), v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & antropologia* (Online). Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 11-19, 2012a.

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1995.

ARAÚJO, Nayara Veras; LIMA, Antônia Jesuíta. Melucci e Tarrow: Revisão teórica sobre movimentos sociais. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, 2010.

ARMSTRONG, E. A.; CRAGE, S. M. Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth. *American Sociological Review*, v. 71, n. 5, p. 724-751, 2006.

ARMSTRONG, Elizabeth; BERNSTEIN, Mary. Culture, Power, and Institutions: A Multi-Institutional Politics Approach to Social Movements. *Sociological Theory*. n. 26, p. 74 – 99, 2008.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos*. 2 ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, nº 39, 1997.

AZEVEDO, Marcello. *CEBs e inculturação da fé*. São Paulo, Loyola, 1986.

BARCELOS, M.; PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. Redes, Campos, Coalizões e Comunidades: conectando Movimentos Sociais e Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 82, 2017, p. 13-40.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de Etnicidade*, seguindo grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1977, p. 185-229.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão. 4ª ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.

BERNARDI, Jorge. *A Guerra do Contestado em Quadrinhos*. Editora Urbi e Orbi, Curitiba, 2015.

BETTO, Frei, *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

BOFF, Clodovis. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis, Vozes, 1972.

BOFF, Leonardo. *Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho*. Campinas, Verus Editora, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*. v. 2, 1ª ed., p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDT, Marlon. Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina. Anais... IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades, Florianópolis, 2007.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento: Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. *Cad. CRH* (online), v.24, n. 62, p.331-352, 2011.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 51-73, 2011.

BUENO DA SILVA, Enrico Paternostro. Moralidade intersubjetiva e política passional: abordagens sobre a dimensão emotiva da luta social. *Perspectiva Filosófica*, Pernambuco, v. 43, n. 2, 2016.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil: A Igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo, Editora Nacional, 1960.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. 2ª ed. Florianópolis, Lunardeli, 1979.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2ª ed. São Paulo: Editora Laudes, 1970.

CÂMARA Municipal de Caçador. *Atas e discursos*. Disponível em: <https://www.camaracacador.sc.gov.br>. Acesso em: Nov. 2020.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de.; SOUZA, Beatriz Muniz de.; Pierruci, Antônio Flávio de Oliveira. Comunidade Eclesiais de Base. In: SINGRE, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. *São Paulo: o Povo em movimento*. Petrópolis. Vozes/ CEBRAP, 1980, p. 59-82.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca. *Descolonizar o Direito na América Latina: o modelo do pluralismo e a cultura do bem-viver*. Chapecó, Argos, 2016.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A Pacificação do Contestado*. Rio de Janeiro, 1916.

CARVALHO. Tarcísio Motta de. Nós não tem direito: Costume e direito à terra no Contestado. In: ESPING, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). *A Guerra santa revisitada: novos estudos do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CAVALCANTI, Walter Tenório. *Guerra do Contestado: Verdade histórica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

COMBLIN, José. *Vaticano II: Ontem e Hoje*. Vida Pastoral. São Paulo, Paulus, p. 2-10, 1985.

COMISSÃO Pastoral da Terra. Romaria do Centenário do Contestado: Redutos de resistência, esperança e encantamento da vida. Texto Base. Timbó Grande, 2015.

CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. Vaticano. *Gaudium et Spes: Constituição dogmática*. São Paulo: Paulinas, 1990.

CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. Vaticano. *Lumen Gentium: Constituição dogmática sobre a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1990.

CONGREGAÇÃO Para a Doutrina da Fé. Instrução *Libertatis Conscientia* sobre a liberdade cristã e a libertação. Roma, 06 de agosto de 1986. Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONGREGAÇÃO Para a Doutrina da Fé. *Libertai Nuntius*: Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação. Roma, 22 de março de 1984. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. *Intratextos*, Rio de Janeiro. v. 2, n. 1, p 33-50, 2010.

COSTA PEREIRA, José Veríssimo. Caboclo Amazônico. *Tipos e Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. 1975, p. 12-15.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. (2 volumes).

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *The Oxford handbook of social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O Desmoroamento do Mundo Jagunço*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura (IOESC), 1986.

DIANI, Mario e BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.

DIOCESE De Caçador. *Plano Diocesano de Pastoral, 2001-2004*. Caçador, 2001.

DIOCESE De Caçador. *Plano Diocesano de Pastoral, 2005-2008*. Caçador, 2005.

DIOCESE De Caçador. *Plano Diocesano de Pastoral, 2009-2012*. Caçador, 2009.

DIOCESE De Caçador. *Plano Diocesano de Pastoral, 2013-2016*. Caçador, 2013.

DIOCESE De Caçador. *Anuário Diocesano*. Caçador, 2016.

DIOCESE De Caçador. *Memórias Jubilares*, Caçador, 2018.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão*. São Paulo, Editora Paulus. 2ª. ed., 1995.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique. *20 teses de política*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

ESPIG, Márcia Janete; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José. Aspectos históricos e culturais sobre o Centenário do Contestado: Dossiê especial. *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 1-12, 2012.

ESPIG, Márcia Janete. MACHADO, Paulo Pinheiro. (Orgs.) *A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)*. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, UFPEL, 2011.

EVANS, PETER. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 1–26, 1993.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

FENTRESS, James; WICKHAM, Cris. *Memória Social*. Lisboa, Teorema, 1992.

FLORES, Maria Bernardete Ramos et al. Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 207-224, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, ed. Donald F. Bouchard and Sherry Simon, Ithaca, New York, Cornell University Press, 1977.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. Fome e pobreza na região do Contestado catarinense: conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. XI Encontro Nacional da ANPEGE. Anais... Presidente Prudente, 2015.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior Guerra Camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. XII Colóquio Internacional Geocrítica. Anais... Bogotá, Colômbia, 2012.

FRAGA, Nilson César. Contestado: a grande guerra civil brasileira. In: SCORTEGAGNA, A. REZENDE, C. J. TRICHES, R. I. (Orgs.) *Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

FRAGA, Nilson César. A guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Orgs.). *Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico*. Curitiba, Íthala, 2016.

FRAGA, Nilson César. *Contestado, o território silenciado*. Florianópolis, Editora Insular, 2009.

FRAGA, Nilson César. *Vale da Morte: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná*. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, Nilson César. *Contestado em Guerra – 100 anos do massacre insepulto do Brasil*. Florianópolis, Editora Insular, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In: WEHLING, Arno (Org). *100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio*. Florianópolis, MPSC, 2013.

FRAGA, Nilson César (Org.). *Contestado: Cidades, reflexos e coisificações geográficas*. Editora Insular, Florianópolis, 2016.

FRASER, N. Distorted beyond all recognition: a response to Axel Honneth. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A politicalphilosophical exchange*. London; New York, 2003.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition and participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A politicalphilosophical exchange*. London; New York, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUHRMANN, Nadia Lucia. O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição: a origem dos conflitos sociais a partir da teoria de Axel Honneth. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, nº 33, p. 170-203, 2013.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. Profetismo popular na Guerra do Contestado. In: ESPING, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (Orgs) *A Guerra santa revisitada: novos estudos do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1999.

GAULD, Charles. *Farqhar – o último titã: um empreendedor americano na América Latina*. São Paulo, Cultura, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.

GERRING, John. *Case Study Research: principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*. Uma história da condenação e legitimação do espiritismo. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GIUMBELLI, Emerson. Clifford Geertz: a religião e a cultura. In: TEIXEIRA, Faustino (Org). *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2008

GOHN, Maria da Glória. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014.

GOODWIN, J.; JASPER, J.M.; POLLETTA, F. Emotional Dimensions of Social Movements. In: KRIESI, H; SNOW, D.A.; SOULE, S.A. (Eds.) *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.

GOODWIN, J.; JASPER, J.M.; POLLETTA, F. Introduction: why emotions matter. In: GOODWIN, J.; JASPER, J.M.; POLLETTA, F. (Eds.) *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, n. 30, 2006.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

Hirschman, Albert. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

HOBBSBAWN, Eric. *Rebeldes primitivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A Invenção das Tradições*. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. (Orgs.) *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

HONNETH, Axel. O Eu no Nós: reconhecimento como força motriz de grupos. In: *Sociologias*, ano 15, n. 33, p. 56-80, 2013.

HONNETH, A. Is there an emancipatory interest? An attempt to answer critical theory's most fundamental question. *European Journal of Philosophy*, v. 25, p. 908-920, 2018.

IAMAMOTO, Sue A. S. Memória coletiva e movimentos sociais: um encontro de dois campos teóricos. Anais... 41º Encontro Anual da Anpocs, Caxambú-MG, 2017.

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

IPEA. *Dados do Atlas de desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 15 out. 2018.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social – Assistência: Percepção sobre causas e consequências. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/1121_sips_assistenciasocial.pdf. Acesso em: Nov. 2020.

JANSEN, R. S. Resurrection and Appropriation: Reputational Trajectories, Memory Work, and the Political Use of Historical Figures. *American Journal of Sociology*, v. 112, n.4, p. 953–1007, 2007.

JASPER, James M. The Emotions of Protest: affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, v. 13, n. 3, 1998.

JASPER, James M. Emotions and Social Movements: twenty years of theory and research. *The Annual Review of Sociology*, v. 37, n. 14, 2011.

JASPER, James M. A sociologia das emoções face a face. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 51, p. 13- 26, 2018.

JELIN, E. State Repression and the Struggles for Memory. *Social Science Research Council*. 2003.

JOÃO PAULO II. Carta do Papa João Paulo II aos bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil. Roma, 9 de abril de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986>. Acesso em: 20 set. 2019.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Compêndio do Vaticano II. Constituições e Decretos e Declarações*. São Paulo, Paulus, 1977.

KRISCKE, Paulo José. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudanças culturais*. Porto Alegre, Edipucrs, 2003.

KUBAL, T. *Cultural Movements and Collective Memory*. Christopher Columbus and the Rewriting of the National Origin Myth. New York: Palgrave Macmillan. 2008.

LAVALLE, Adrian Gurza; SWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 6ª ed., Alfa-Omega, São Paulo, 1975.

LESBAUPIN, Ivo; RIBEIRO, L.; FIORIN, N.; RODRIGUES, S. Revisitando as CEBs: Um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. *Religião e Sociedade*, n. 24, p. 147-176, 2004.

LEWIS, V. A.; MACGREGOR, C. A.; PUTNAM, R. Religion, Networks, and Neighborliness: The Impact of Religious Social Networks on Civic Engagement. *Social Science Research*, v. 42, n. 2, p. 331-346. 2013.

LIBÂNIO, João Batista; ANTONIAZZI, Alberto. *Vinte anos de teologia da libertação na América Latina e no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1994.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, p. 24-41, 2016.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. v. 2, n. 2, Belém, 2009, p. 4-32.

LINDEKILDE, Lasse; KUHLE, Lene. Religious Revivalism and Social Movements. *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford University Press, 2015.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2000.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 59-80, 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, p. 159-178, 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas. In: Romão; Martelli; Pires. (Orgs). *Participação política no Brasil*. Ação coletiva e interfaces socioestatais. São Paulo, Cultura Acadêmica, p. 25-42, 2014a.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Associativismo e democracia*. Um estudo em Florianópolis. Florianópolis, Editora da UFSC, 2016.

McADAM, D; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: McADAM, D; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Eds.) *Comparative perspectives on social movements*. NY: Cambridge University Press, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, UNICAMP, 2004

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, v.12, n. 22, p. 178-186, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Centenário do movimento do Contestado: momento para balanço e reflexão. *Revista história Catarina*, v. 42, p. 44-50, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Centenário do movimento do Contestado – 1912/2012 – História, Memória e Historiografia. Anais... Simpósio do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912 – 2012. Chapecó, 2012a. Disponível em: https://www.historia.uff.br/nra/textos/PAULO_PINHEIRO_MACHADO.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

MARCON, Telmo. Cultura e religiosidade: a influência dos monges do Contestado. In: ESPING, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (Orgs.) *A Guerra santa revisitada: novos estudos do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base: Relatos dos tempos de abertura. *Revista Santa Catarina em História*, v. 1, p. 17-24, 2007.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo, Contexto, 2013.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Introduction: opportunities. Mobilizing structures, and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: Doug McAdam; John D. McCarthy e Mayer N. Zald (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. New York, Cambridge University Press. 2008.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, p. 11-48, 2009.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Source resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*. Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MELLO, Marco Antônio da Silva. Monarquia contra República: a ideologia da terra e o paradigma do milênio da “guerra santa” do Contestado. *Revista Estudos Históricas*, v. 2, n. 4, 1989.

MELUCCI, Alberto. Um objeto para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 50-66, 1989

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colegio de México, 1999.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.

MEZA, HUMBERTO; TATAGIBA, LUCIANA. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, p. 350–384, 2016.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.

MOTTA, Ana Paula. Mãos de cimento: as representações da Guerra do Contestado no imaginário de Irani, Santa Catarina. *Revista NEP*, Curitiba, v.2, n.5, p. 25-54, 2016.

MOURA, Margaria Maria. Campesinato, Magia, Religião e Movimento Social. In: WEHLING, Arno. (Orgs.) *100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio*. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 369-392.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. *Revista Sociedade e Estado*. v. 30, n. 2, p. 415-447, 2015.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. *Civitas: Revista de ciências sociais*. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, 2016.

NETO, Alberto Paulo; PERONDI, Ildo. Discursos religiosos e sociedade democrática. Dossiê: Religião, Direitos Humanos e Direitos da Natureza. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, jul./set. 2017, p. 828-854.

OLIVEIRA, Gustavo. Entre o Estado e a Sociedade Civil: as instituições participativas e o movimento de economia solidária. *Cooperativismo y Desarrollo*, v. 25, n. 111, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo; DOWBOR, Monika. As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente. 42º Encontro Anual da Anpocs. Anais... Caxambu – MG, 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3>. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Pedro A.R. O Catolicismo: das CEBs à Renovação Carismática. *Teoria e Sociedade: passagem de milênio e pluralismo religioso na sociedade brasileira*, Belo Horizonte. Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia/UFMG, número especial, 2003.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro. CEBs, carismáticos católicos e transformação social. In: SOCIEDADE de Teologia e Ciências da Religião (Orgs.). *Religião e transformação social no Brasil hoje*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 11-24.

PACE, Richard. Abuso científico do termo “caboclo”? Dúvidas de representação e autoridade. *Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 3, 2006, p. 79-92.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. A Guerra do Contestado e o legado para a região catarinense: pobreza e desigualdade no município de Timbó Grande. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 3, p. 49 – 62, 2017.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos – o processo de construção do processo urbano em Lages*. Lages, Uniplac, 2002.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: Episódios e Impressões*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Revista Sociedade e Estado*. v. 32, n. 1, p. 143 -167, 2017.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2 , ano 7. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

- PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. (Orgs.) *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Siap-Planteos, p. 13-75, 1975.
- PIZZORNO, Alessandro et al. *Los límites de la democracia*. Buenos Aires: Santo Domingo, 1985.
- PIZZORNO, Alessandro. *Participación, la problemática realización de un ideal*. UNU, México 1987.
- POLLETTA, F., & Jasper, J. M. Collective Identity and Social Movements. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 283–305, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. *Um Sopro do Espírito*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo o Brasil e no mundo*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RENNÓ, Lúcio. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista Sociologia e Política*, n. 21, 2003.
- RENNÓ, L. Et Al. Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil. Uma visão da cidadania. São Paulo. *Intermeios*. Nashville: LAPOP, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Helcion. Religiosidade popular do Contestado. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, ITESC, n.1, p. 10-15, 1989.
- RICCI, Rudá. Religião, fé e política: a Teologia da Libertação como projeto político nacional. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 58, 2006.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. Das ordens à disciplina: a relação do exército brasileiro com as populações das vilas na região do Contestado. In: ESPING, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). *A Guerra santa revisitada: novos estudos do Contestado*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.
- ROLIM, Cássio; ANDRADE, José Roberto de Lima; SANTANA José Ricardo de; MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 37, nº 4, p. 512-529, 2006.
- ROSENTHAL, G. The social construction of individual and collective memory. In: SEBALD, G.; WAGLE, J. (Eds.) *Theorizing Social Memories*. Concepts and Contexts. London and New York: Routledge, p. 32–55, 2016.

RUBIO, Alfonso Garcia. *Teologia da libertação: política ou profetismo*. São Paulo. Loyola, 1983.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. O Exército Encantado de São Sebastião: as evidências da crença sebastianista na guerra do Contestado (1912-1916). *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v.3, n.5, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/hArticle/209>. Acesso em: Nov. 2020.

SANTA Catarina. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. *Atlas Geográfico de Santa Catarina: população – fascículo 3*. 2ª ed. Isa de Oliveira Rocha (org.) – Florianópolis, Ed. da UDESC, 2019.

SANTOS, M. C. L.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; MENDONÇA, P.; TEODÓSIO, A. S. S. Frames de Ação Coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil (MNCR). In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. (Org.) *Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p. 59-94.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. 1ª ed. São Paulo: Anna Blume, 2003.

SANTOS, Júlio César Ferreira. As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira república (1889-1930) - O caso do Contestado. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (Universidad de Barcelona), v. 10, n. 218, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, v.21, n. 54, p. 505-517, 2008.

SCHERER-WARREN Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). *Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no brasil e na América Latina*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. (Orgs.) *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ªed. Florianópolis: Editora UFSC, v. 1, p. 133-160, 2015.

SERPA, Élio. *A guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath. Associativismo e desigualdade: uma análise sobre oportunidades políticas e recursos associativos em duas Associações de Moradores de Porto Alegre. Congresso LASA. Anais... Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. (Orgs.) *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ªed. Florianópolis: Editora UFSC, v. 1, 2015, p. 133-160.

SINZIG, Frei Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. 2ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1939.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em Sertões Brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio ente o Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Papelaria Velho, 1931.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Redistribuição ou reconhecimento 15 anos depois. Um balanço do debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth e de sua repercussão no Brasil. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 17, nº 40, 2018.

STULZER, Frei Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis, Vozes, 1982.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. São Paulo, Vozes, 2009.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estud. – CEBRAP (Online)*, n.81, p. 117-136. 2008.

THOMÉ, Nilson. *A aviação militar no Contestado*. Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 1986.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado*. Universidade do Contestado, Caçador, 1989.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado*. Caçador: INCON Edições UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis, Editora Insular, 1999.

TEIXEIRA DA SILVA, Luís Gustavo. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 51, p. 278-305, 2019.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Indianapolis (IN): Anderson-Wesley, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3. Brasília, p. 133-160, 2010.

- TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2006,
- TOMAZI, Gilberto. *A mística do Contestado: Mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado*. 2ª Edição. Xanxerê: News Print Gráfica e Editora Ltda, 2013.
- TONI, Fabiano. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. São Paulo, n. 52, p. 79-104, 2001.
- VALENTINI, José Delmir. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador, Universidade do Contestado, 1998.
- VALENTINI, Delmir José, RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e Conflito social: A Guerra Sertaneja do Contestado*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.
- VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis - UFSC, v.1, n° 2, 2009.
- WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- WELTER, Tânia. Discursos e interpretações contemporâneos em torno do profeta São João Maria. *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 19, n° 28, p. 88-111, 2012.
- WELTER, Tânia. *Encantado no meio do povo: a presença do Profeta São João Maria em Santa Catarina*, São Bonifácio, Instituto Egon Schaden, 2018.
- WULFHORST, Ingo. O pentecostalismo no Brasil. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, v. 35, n. 1, p. 7-20, 2013.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

Dissertações e teses

- AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra dos “fanáticos” do Contestado “opção pelos pequenos”. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BALBINOT, Egídio. A dimensão política da liturgia das Romarias da Terra em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo. São Paulo, 1998.
- BRANDT, Marlon. Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CORSO, João Carlos. A mística da Terra: um estudo sobre a Romaria da Terra: Rio Bonito do Iguaçu – PR- 1997. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Unicentro-Unesp, Guarapuava, 1999.

COSTA, Elton Laurindo da. Igreja e Ecologia: Um Diálogo Entre as Dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC (1970-1990). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DOMEZI, Maria Cecília. A Devoção nas CEBs: Entre o Catolicismo Tradicional Popular e a Teologia da Libertação. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese (doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FERRARI Maristela. Interações transfronteiriças na zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

FRAGA, Nilson César. Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GEMELLI, Diane Daniela. “Onde planta o Pinus não dá mais nada”: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher, natureza (terra-trabalho). Tese (Doutorado) Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente, 2018.

KARSBURG, Alexandre. O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LOCKS, Geraldo. Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito – SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LUDKA, Vanessa Maria. *Contestado: A Fome e a Pobreza com Permanência da Guerra: Cenários Paradoxais no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerra Sainte au Brésil: Lê Mouvement messianique du "Contestado"*. Tese de doutorado, Ècole Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris. Paris, 1955. Publicada no Boletim n° 187 da FFLCH-USP. São Paulo, 1957.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: A guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Luta e Perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

TOMAZI, Gilberto. *A mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, PUC, São Paulo, 2005.

TOMAZI, Gilberto. *Protagonismo juvenil: conexões e heranças culturais e religiosas do Contestado*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *"O pessoal da Lumber"! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina (1910-1929)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto Contestado, 1910-1940*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade, Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TONON, Eloy. *Os Monges do Contestado: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VALENTINI, Delmir. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906 - 1916)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WELTER, Tania. O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Filmografia

GUERRA Guerra dos Pelados, A. Longa-metragem. Direção: Sylvio Back. Roteiro: Sylvio Back, Guido Wilmar Sassi. 98 minutos. Cor. 1971.

IRANI. Curta-metragem. Direção: Rogério Sganzerla. Cor. 1983.

CONTESTADO – Restos mortais, O. Documentário. Direção: Sylvio Back. Cor, 118 min, 2010.

TERRA cabocla. Documentário. Direção: Marcia Paraiso, Ralf Tambke. Cor, 82 min, 2016.

CÂMARA Municipal de Caçador. Sessão Ordinária nº 19. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9sjNC_D3w80. Acesso em: Nov. 2020.

CÂMARA Municipal de Caçador. Sessão Ordinária nº 20. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NAfTyCR8XVg>.

APÊNDICE A

Roteiro para as entrevistas com membros da Associação dos Caboclos de Lebon Régis e a Pastoral Cabocla

- 1) Como surgiu? Como foi o processo de organização (da Associação/Pastoral)?
- 2) Quem contribuiu para/ apoiou o surgimento?
- 3) Por que se fez a opção por esta forma de organização (pastoral) para alcançar os objetivos do grupo e não outra forma (partido político/fóruns/comitês)? Quais eram as possíveis vantagens ou benefícios desta forma de organização?
- 4) O que tornou possível tal organização? Porque depois de cem anos? Quais oportunidades têm sido aproveitadas? Quais restrições enfrenta?
- 5) Havia oposição? Quais foram as dificuldades iniciais? Permanecem ao longo do tempo? Foram superadas?
- 6) Existe uma estrutura de organização interna? Como e onde se encontram? Como fazem para tomar decisões?
- 7) Como constrói o sentido do pertencimento coletivo? Existem valores compartilhados entre os membros do grupo? Quais são de os aspectos de maior importância?
- 8) Existe um sentido de identidade cabocla? O que caracterizaria esta identidade?
- 9) Qual o objetivo estabelecido para a organização? Tem conseguido alcançar?
- 10) É a favor do que? Qual é a bandeira de luta? O que procura expressar por meio da sua ação? O que procuram expressar para a sociedade de modo geral, por meio de suas ações?
- 11) O que contesta, é contra o quê? Qual a contradição social identificada e, de alguma maneira, combatida/enfrentada? Quais resistências enfrenta?
- 12) Possui um conjunto de ações que são compartilhadas, executadas pelo grupo? (*repertórios*). Como geralmente são aprendidas e adaptadas ao longo do tempo, nos diversos espaços?
- 13) Qual o valor da religiosidade para os objetivos da organização? A religiosidade agrega força para construir uma visão de sociedade em processo de transformação ou é parte isolada destes processos? A dimensão religiosa influenciou ou influencia as ações? Como?
- 14) Os aspectos culturais/artísticos (*música, teatro, costumes, narrativas - 'discursos'*) se apresentam de que forma? São incorporados positivamente ou negativamente?
- 15) O que o aspecto simbólico presente na organização representa? Faz parte de uma estratégia política de organização e mobilização; é uma dimensão de expressão de identidade ...
- 16) As ações têm alguma influência ou incidência na esfera política? Tem apoiado ou apresentado alguma proposta de política pública? Tem a pretensão de ocupar espaço político institucional?
- 17) A memória do Contestado teve, por longo período, uma marca negativa, um sentido pejorativo. Como, buscam trabalhar com esta memória?
- 18) Busca fazer uma relação com a Guerra do Contestado, seus desdobramentos (econômicos, políticos e sociais) e seus descendentes (herdeiros/ descendentes)? Como aborda a "herança da Guerra"?

- 19) Quem são os principais interlocutores? Com quem dialoga? A quem dirige suas ações?
- 20) Qual a importância da participação na Semana do Contestado? O que esta participação soma/ fortalece a Associação/ Pastoral?
- 21) A Semana do Contestado é composta por uma pluralidade de atores e organizações. Isso contribuiu, enfraquece ou é indiferente aos trabalhos da sua organização? Exemplificar!
- 22) No conjunto das ações realizadas pela Associação/Pastoral, o que você poderia destacar como ações de contestação (*marchas, manifestações, caminhadas, abaixo assinados*) ou como ação institucional (*apoio político, participação em conselhos paritários ou outros espaços institucionais*)
- 23) Participam ou participaram de outras atividades com estas mesmas organizações presentes na Semana do contestado? Existem uma espécie de colaboração sustentada ao longo do tempo?
- 24) Os membros da organização transitam/ participam em outras formas de ação coletiva? Tem procurado estabelecer parcerias, alianças com outras organizações? Sindicatos, movimentos sociais, pastorais, igrejas, partidos políticos, Escolas/universidade? Quem seriam seus aliados mais importantes?
- 25) A participação direta dos caboclos nestas organizações mostra um novo exercício de protagonismo, e nisto estaria a diferença em relação ao histórico silenciamento, inclusive político e religioso, da expressão/identidade cabocla?
- 26) Quais desafios você pela frente para a Associação? Quais perspectivas consegue visualizar?

APÊNDICE B

Roteiro para as entrevistas com membros da Semana do Contestado

- 1) Como foi a origem das Semanas do Contestado? Como surgiu a ideia de organizar estas semanas?
- 2) Quem motivou? De onde veio esta iniciativa? Quem participou?
- 3) Contou com o apoio de quem? Havia oposição?
- 4) Sob quais condições se deu a mobilização em vista das Semanas do Contestado? Havia um cenário, ou contexto favorável? Como poderia ser caracterizado este momento?
- 5) Sendo hoje composta por uma pluralidade de entidades e organizações, como se definem as programações, pautas, a orientação das atividades? Ocorrem disputas? De que tipo? Como é o processo de construção das ‘pautas temáticas’ de cada edição?
- 6) As edições da Semana apresentam um conjunto de ações que são compartilhadas, executadas pelo grupo. Como geralmente são aprendidas e adaptadas ao longo do tempo, nos diversos espaços?
- 7) Conformando uma rede plural de organizações, quais contradições e ambiguidades, potencialidades e valores são introduzidos por estas organizações nas ações das Semanas do Contestado?
- 8) As organizações envolvidas sentem que existem ligações com as outras organizações que vão além das iniciativas e ações realizadas na Semana, implicando também em algum tipo de comprometimento mais amplo e de longo prazo? (Compartilham uma identidade coletiva?)
- 9) Quais os principais elementos simbólicos utilizados nas atividades durante as Semanas? Que significado eles incorporam nas ações? Como e por que você considera eles importantes? (Elementos simbólicos e culturais nos processos de organização e mobilização social)
- 10) Quais elementos unem as organizações para a realização das Semanas do Contestado? (Elementos de identificação político culturais; contestação comum)
- 11) Quem atualmente tem feito parte de forma constante/permanente?
- 12) É possível perceber os impactos/ reflexos produzidos pelas ações das Semanas do Contestado? Que reações gerou?
- 13) Em algumas edições da Semana foi trabalhado sentido do orgulho de “ser caboclo”. O que caracteriza o ‘ser caboclo’ entre os organizadores da Semana?
- 14) Em Caçador existe uma Lei municipal que instituiu a Semana do Contestado. Como se elaborou a lei municipal que estabeleceu a Semana do Contestado? Qual o objetivo?
- 15) Como foi a tramitação no legislativo municipal? Quais atores e disputas entraram em cena?
- 16) Há outras demandas ligadas à política ou políticas públicas articuladas por meio das Semanas do Contestado?
- 17) Como que a comunidade vê / olha / participa das edições da Semana?
- 18) A mensagem expressa na realização das Semanas do Contestado ressoa internamente nas organizações, na forma como elas interpretam os problemas sociais e apontam soluções e planos para alcançá-los?

- 19) As Semanas do Contestado, partindo das construções culturais e religiosas, são capazes de romper com as estruturas de dominação e exclusão oferecendo novos quadros interpretativos para os processos sociais? De que forma isso poderia ocorrer?
- 20) Percebe a Semana do Contestado em processo de crescimento/ ampliação ou estagnação/esvaziamento?
- 21) Quais perspectivas estão em aberto para serem abordadas nas próximas edições?